



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

O Relatório de Gestão do exercício 2011 para apresentação aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº. 63/2010, da DN TCU nº. 108/2010 e da Portaria TCU nº. 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro de Estado dos Transportes
PAULO SÉRGIO PASSOS

Diretor Geral do DNIT
JORGE ERNESTO PINTO FRAXE

Diretor Executivo
TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

Diretor de Planejamento e Pesquisa
JOSÉ FLORENTINO CAIXETA

Diretor de Infraestrutura Rodoviária
ROGER DA SILVA PÊGAS

Diretor de Infraestrutura Aquaviária
ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA

Diretor de Infraestrutura Ferroviária
MÁRIO DIRANI

Diretor de Administração e Finanças
PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	12
PALAVRA DO DIRETOR GERAL	15
ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO DNIT	16
ORGANOGRAMA GERAL DNIT SEDE	19
ORGANOGRAMA DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS	20
INTRODUÇÃO	21
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	27
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	28
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	28
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	32
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	33
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	70
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DO DNIT	71
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	132
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	146
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	146
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	147
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	147
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	148
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	149

5.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	149
5.2	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	152
5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	153
5.4	DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	154
5.5	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	156
5.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	158
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	159
6.1	INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	159
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	174
6.3	ANÁLISE CRÍTICA.....	180
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	181
7.1	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	181
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	183
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	183
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	184
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	185
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	185
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	187
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	187
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º108, DE 24/11/2010	189
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	189
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	191
12.1.	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	191
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	193
13.1	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	193
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	196

15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	196
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	197
16.	PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	198
	PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	199
17.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	199
17.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	199
18.	PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	205
18.1	ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA	205

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Individual	28
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	71
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	132
Quadro A.2.5 – Programação de Despesas Capital.....	133
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	134
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	135
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	138
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento De Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	143
Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	146
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	147
Quadro A.5.1 – Força De Trabalho – Situação Apurada em 31/12	149
Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho – Situação em 31/12.....	150
Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	150
(Situação em 31 em Dezembro).....	150
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12.....	151
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12	151
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro	152
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada Em 31/12..	152
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	153
Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores...	154
Quadro A.5.10 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos	156
Quadro A.5.11 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados	157

Quadro A.5.12 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados.....	157
Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	157
Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	158
Quadro A.6.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	159
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados nos três Últimos Exercícios	173
Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes.....	173
Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	175
Quadro A.7.1 – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	181
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores desta UJ, da Obrigação de Entregar a DHR	183
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos.....	185
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	191
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	195
Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	197

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Ciclo de Desenvolvimento Tecnológico	44
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Demandas dos Tipos de E-mail Recebidos.....	36
Gráfico 2 - Despesas Executadas	206
Gráfico 3 – Obras em Andamento e Serviços de Manutenção, Conservação de Estradas e Vias ...	207
Gráfico 4 - Financiamento das Despesas Públicas com Investimentos.....	208
Gráfico 5 - Balanço Financeiro (\$).....	209
Gráfico 6 - Balanço Financeiro (%)	209
Gráfico 7 - Disponibilidade por Período – Dispêndio (\$)	211
Gráfico 8 - Disponibilidade por Período – Dispêndio (%).....	212
Gráfico 9 - Créditos da União, Estados e Municípios/Divida Ativa (Lp)	216
Gráfico 10 - RP Processados – Fornecedores - Do Exercício	217
Gráfico 11 - Balanço – Variação Patrimonial (\$)	217
Gráfico 12 - Balanço – Variação Patrimonial (%)	218
Gráfico 13 - Variações Passivas (\$)	220
Gráfico 14 - Variações Passivas.....	221
Gráfico 15 - Balanço - Patrimonial / mes de Ref.: Dezembro (fechado) ano (fechado) (\$).....	224
Gráfico 16 - Balanço - Patrimonial / mes de Ref.: Dezembro (fechado) ano (fechado) (%)	224
Gráfico 17 – Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferente de Zero no Exercício Atual (\$)	226
Gráfico 18 - Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferente de Zero no Exercício Atual (%).....	226

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Penalidades Disciplinares.....	40
Tabela 2 - Programa de Treinamento do IPR	46
Tabela 3 - Evasão de Servidores Admitidos no Concurso de 2006	50
Tabela 4 - Controle de Prestação com Ressalva	176
Tabela 5 - Demonstrativo sobre os Processos de TCE – Anexo a Declaração do Contador.....	200
Tabela 6 – Máscara Nota Explicativa.....	203
Tabela 7 - Balanço - Financeiro / Mes de Ref.: Dezembro (fechado) Ano (fechado)	208
Tabela 8 - Variações Percentuais	209
Tabela 9 - Variações Absolutas.....	210
Tabela 10 – Itens dos Ingressos com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior	211
Tabela 11 - Itens dos Ingressos com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual	211
Tabela 12 - Dispêndios	211
Tabela 13 - Maiores Variações Percentuais nos Dispêndios (classificadas na ordem da variação % em módulo).....	212
Tabela 14 – Maiores Variações Absolutas nos Dispêndios (classificadas na ordem da variação em módulo).....	213
Tabela 15 – Itens dos Dispêndios com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual.....	213
Tabela 16 – Balanço – Variação Patrimonial.....	217
Tabela 17 - Maiores Variações Percentuais nas V.A.	218
Tabela 18 - Maiores Variações nas V.A.	219
Tabela 19 - Itens das V.A. com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior	219
Tabela 20 - Itens das V.A. com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual.....	220

Tabela 21 - Variações Passivas	220
Tabela 22 - Maiores Variações Percentuais nas V.P.	221
Tabela 23 - Maiores Variações nas V.P. (classificadas na ordem da variação em módulo)	222
Tabela 24 - Itens das V.P. com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior	222
Tabela 25 - Itens das V.P. com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual.....	222
Tabela 26 – Balanco - Patrimonial / mes de Ref.: Dezembro (fechado) ano (fechado).....	223
Tabela 27 - Maiores Variações Percentuais nos Ativos (classificadas na ordem da variação % em módulo).....	224
Tabela 28 - Maiores Variações nos Ativos (classificadas na ordem da variação em módulo).....	225
Tabela 29 - Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior	226
Tabela 30 - Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual.....	226
Tabela 31 - Maiores Variações Percentuais nos Passivos	227
Tabela 32 - Maiores Variações nos Passivos	227
Tabela 33 - Itens do Passivo com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior	228
Tabela 34 - Itens do Passivo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual.....	228

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AET** - Autorização Especial de Trânsito
- AGETOP** - Agência Goiana de Transportes e Obras
- ANTT** – Agência Nacional de Transportes Terrestres
- AUDINT** – Auditoria Interna do DNIT
- BDI** – Bonificação e Despesas Indiretas Benefícios e Despesas Indiretas
- BIM** – *Building Information Modeling*
- CENTRAN** - Centro de Excelência em Engenharia de Transportes
- CGU** - Controladoria Geral da União
- CODOMAR** - Companhia Docas do Estado do Maranhão
- CREMA** – Contratos de Restauração e Manutenção por Resultados
- DN** – Decisão Normativa
- D.O.U.** – Diário Oficial da União
- DNER** - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
- DNIT** - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- DPP** - Diretoria de Planejamento e Pesquisa
- EIA** – Estudo de Impactos Ambiental
- ELETRONORTE** – Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA
- ENAP** - Escola Nacional de Administração Pública
- ETM** - Especificações Técnicas de Materiais
- FWD** - *Falling Weight Deflectometer*
- ETS** - Especificações Técnicas de Serviços
- ESAF** - Escola de Administração Fazendária
- ETAM** - Escola Técnica do Arsenal de Marinha
- EVTEA** – Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- GEDT** - Gerenciamento Eletrônico de Documentos Técnicos
- GPS** – Global Position System
- HDM** – Highway Design and Maintenance Standards Model
- IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente
- IN** – Instrução Normativa
- IS** – Instrução de Serviço
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPR – Instituto de Pesquisas Rodoviárias

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP – Licença Prévia

MT – Ministério dos Transportes

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAS - Plano de Avaliação Socioeconômica de Projetos

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PIN - Procedimentos de Inspeção de Materiais

PIR - Programa Integrado de Revitalização

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNCV – Programa Nacional de Controle de Velocidade

PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes

PNP – Plano Nacional de Pesagem

PNV - Plano Nacional de Viação

PPA - Plano Plurianual

PPI - Projeto Piloto de Investimentos

PROAÇÃO - Programa de Ações Integradas para o Planejamento da Infraestrutura Federal de Transportes

PROCREMA – Programa de Contratos de Restauração e Manutenção de Rodovias

PRODEFENSAS - Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais

PROFAS – Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis

PROSINAL – Programa de Sinalização de Rodovias

PROSEFER – Programa de Segurança Ferroviário

RAFFO - Relatório de Acompanhamento Físico-Financeiro de Obras/Serviços

RAP - Restos a Pagar

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEGES / MT - Secretaria de Gestão do Mato Grosso

SEINF - Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado do Amazonas

SRFB – Secretaria da Receita Federal

SERPRO - Serviço de Processamento de Dados

SGP – Sistema de Gerência de Pavimentos

SIAC - Sistema de Acompanhamento de Contratos
SIAFI - Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro
SIASG - O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios
SICRO - Sistema de Custos Referenciais de Obras
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINDEC - Sistema de Informação e Apoio à Tomada de Decisão
SIP - Sistema Integrado de Patrimônio e Almoxarifado
SIPROD – Sistema de Projetos e Obras Delegadas
SISAC – Sistema de Avaliação de Competência
SISPLOA - Sistema para a elaboração do PLOA
SMD – Sistema de Medição
SMS – Serviço Médico de Saúde
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SQL – Linguagem de Consulta Estruturada
TCU - Tribunal de Contas da União
TCA - Termos Circunstanciados Administrativos
UJ – Unidade Jurisdicionada
UMA – Unidade de Monitoramento e Avaliação
WEB – Rede de Alcance Mundial

PALAVRA DO DIRETOR GERAL

O ano de 2011 marcou o início de uma nova sistemática de gestão no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes que é responsável por grande parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Paralelamente à execução de R\$ 12,4 bilhões em obras e serviços nos modais rodoviário, hidroviário e ferroviário, em 2011 foi deflagrado na autarquia um processo de modernização administrativa que contempla a implantação de nova metodologia para gestão de projetos de engenharia e a capacitação e valorização de seus quadros. O objetivo é garantir ao cidadão brasileiro segurança e conforto na utilização das vias de transporte do país e a aplicação dos recursos públicos com eficiência e economicidade, além de contribuir decisivamente para a redução do “Custo Brasil”.

Dentro deste novo modelo de gestão, um passo decisivo foi a Portaria nº 329 do Ministério dos Transportes, que restringe a servidores do DNIT, basicamente, a nomeação para cargos comissionados como os de superintendente e chefe dos serviços de engenharia e de administração e finanças das superintendências regionais, entre outros. A indicação para tais postos ocorrerá mediante requisitos mínimos de capacitação e qualificação funcionais, o que refletirá na melhoria do desempenho da autarquia.

As mudanças em andamento incluem a aquisição de ferramentas de projetos – equipamentos de hardware e software, como os modernos BIM – *Building Information Modeling* - que possibilitam, por exemplo, a análise tridimensional, agregando valor ao planejamento por meio da simulação das condições de contorno do empreendimento em ambiente computacional, aumentando a precisão no que tange à construção de cronogramas e orçamentos. Além de facilitar e tornar mais eficiente a tramitação de projetos e a execução de obras de engenharia, os novos programas adquiridos vão assegurar mais agilidade na tomada de decisões e transparência às ações do órgão.

Também está em franco processo de implementação a sistemática de medição *on line* dos serviços de engenharia executados pelas empresas contratadas pela autarquia, que reduz o número de atores responsáveis e o tempo para efetivação do pagamento, de quase três meses para 30 dias. O novo processo diminui a necessidade de cerca de 30 assinaturas, manuais, para menos de uma dezena, feitas eletronicamente, abrangendo a empresa supervisora, que lança o boletim de medição, o fiscal do contrato, que confirma o serviço, o superintendente regional, que dá a conformidade documental, e os responsáveis pelos pagamentos. O resultado deste processo estará disponível para a consulta de qualquer cidadão.

O DNIT tem sob sua responsabilidade 55.000 quilômetros de malha rodoviária contemplados com contratos de manutenção e sinalização, e possui uma carteira de obras que registra 2.105 quilômetros de serviços de duplicação e adequação em andamento. As obras iniciadas em 2011 adicionarão à malha cerca de 500 quilômetros de novas vias.

Na área ferroviária, estão em andamento obras e projetos de 18 contornos, além de 14 travessias, que têm como objetivo a eliminação do conflito cidade X ferrovia, aumentando a velocidade de operação, com redução do número de acidentes, melhorando, por consequência, o nível de serviço.

Com relação ao modo hidroviário, é preciso destacar a importante parceria firmada com o governo do Estado de São Paulo para viabilizar obras na hidrovía do Tietê-Paraná, além da execução de 31 terminais hidroviários na Amazônia, o que permitirá a exploração da vocação logística regional.

Com dez anos de existência, o DNIT enfrenta o desafio de atualizar sua estrutura e se capacitar para garantir ao país a infraestrutura de transportes necessária ao crescimento continuado e consistente da sexta maior economia do mundo.

JORGE ERNESTO PINTO FRAXE
Diretor Geral

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO DNIT

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT é uma Autarquia Federal sob jurisdição do Ministério dos Transportes, fundado por meio da Lei nº. 10.233, de 05 de junho de 2001, cujo objetivo é reformular as políticas de infraestrutura e reestruturar o sistema nacional de transportes nos modais rodoviário, aquaviário e ferroviário.

O DNIT possui sua sede instalada na cidade de Brasília, além de mais 23 Unidades Administrativas, denominadas Superintendências Regionais.

A estrutura organizacional do DNIT é composta por um diretor geral e seis diretores setoriais, ambos nomeados pela Presidenta da República, os quais formam a Diretoria Colegiada. As deliberações desta Autarquia ocorrem por meio do Conselho Administrativo, composto por seis membros, sendo um secretário executivo do Ministério dos Transportes, Diretor Geral do DNIT, dois representantes do Ministério dos Transportes, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um representante do Ministério da Fazenda.

Às Diretorias Setoriais do DNIT competem:

✓ **Diretoria Executiva:** compete orientar, coordenar e supervisionar as atividades das Diretorias setoriais e dos órgãos regionais; assegurar o funcionamento eficiente e harmônico do DNIT; planejar, administrar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas às licitações; planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à definição de custos referenciais de obras e serviços afetos à infraestrutura de transportes e por fim, coordenar e supervisionar as atividades da secretaria da Diretoria Colegiada.

✓ **Diretoria de Administração e Finanças:** compete planejar, administrar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas como: sistemas federais de orçamento, da administração financeira e de contabilidade; organização e modernização administrativa; recursos humanos e serviços gerais. Além de implementar ações necessárias ao aprimoramento e adequação de sua atuação às políticas, planos e programas.

✓ **Diretoria de Planejamento e Pesquisa:** compete planejar, coordenar, supervisionar e executar ações relativas à gestão e à programação de investimentos anual e plurianual para a infraestrutura do Sistema Federal de Viação; subsidiar o DNIT nos aspectos relacionados à sua participação na formulação dos planos gerais de outorgas dos segmentos da infraestrutura viária; coordenar o processo de planejamento estratégico do DNIT; orientar as unidades do DNIT no planejamento e gerenciamento da suas atividades; propor a política de gestão ambiental do DNIT e coordenar as atividades de meio ambiente nos empreendimentos de infraestrutura e operação dos transportes; acompanhar e avaliar o desempenho das atividades do DNIT; promover pesquisas e estudos nas áreas de engenharia de infraestrutura de transportes,

considerando inclusive, os aspectos relativos ao meio ambiente; definir padrões e normas técnicas para o desenvolvimento e controle de projetos e obras terrestres aquaviárias; planejar, promover, implementar e monitorar programas de desenvolvimento tecnológico e de capacidade técnica; subsidiar o Ministério dos Transportes na articulação com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para obter financiamento de programas, projetos e obras, bem como realizar programas de estudos e pesquisas; organizar, manter e divulgar as informações estatísticas do setor de infraestrutura viária; gerenciar as ações para elaboração e análise e aprovação de projetos de engenharia aquaviária, ferroviária e rodoviária.

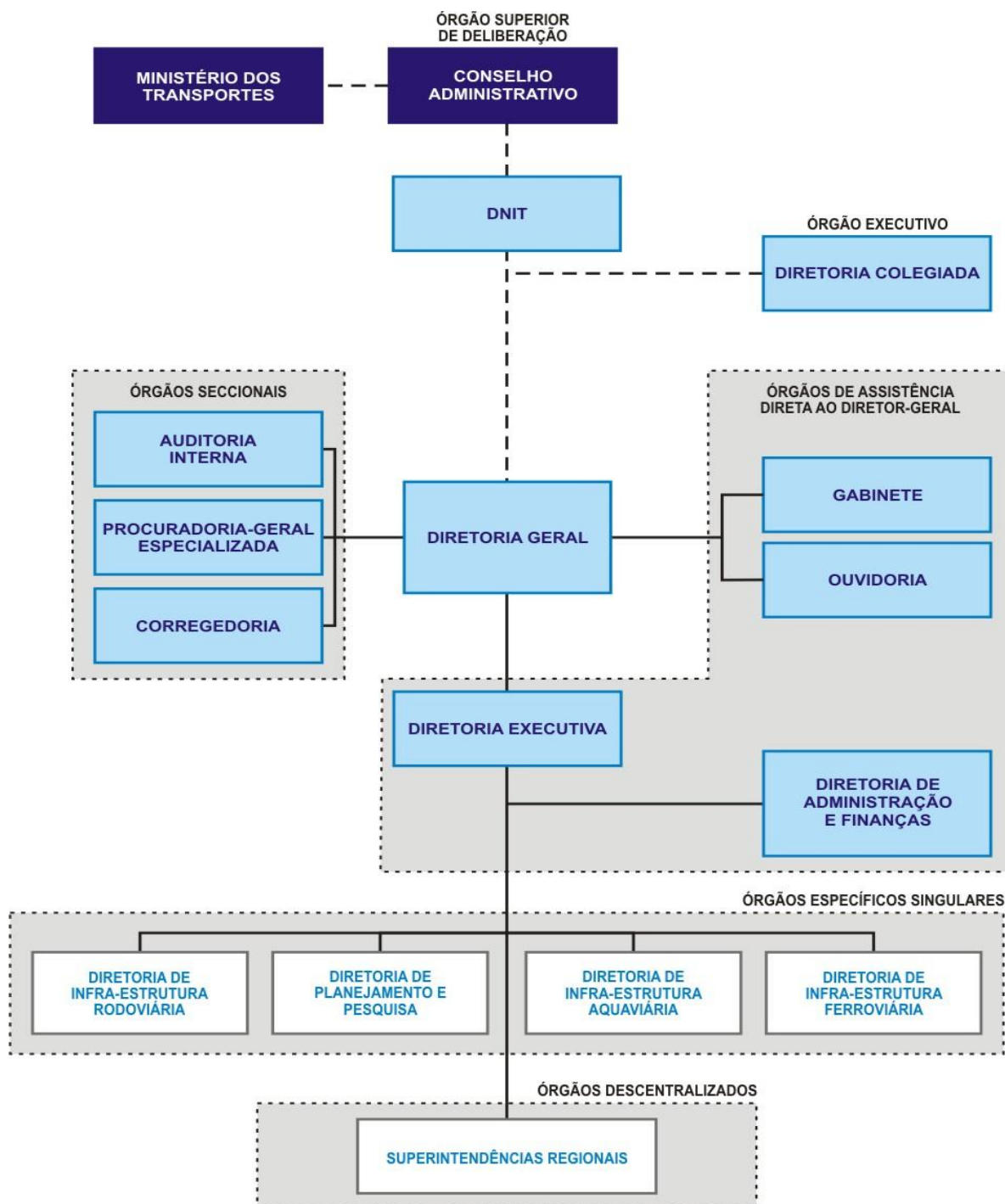
✓ **Diretoria de Infraestrutura Rodoviária:** compete em administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infraestrutura rodoviária; revisar projetos de engenharia na fase de execução de obras; exercer o poder normativo relativo à utilização da infraestrutura de transportes rodoviários; promover o detalhamento do programa anual de investimento, com a participação das Superintendências Regionais; gerir as rubricas constantes do orçamento geral da União, relativas aos Programas de Trabalho afetos à Diretoria, diligenciando permanentemente no sentido fiel cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; promover o detalhamento dos programas de obras e serviços de infraestrutura terrestre, com a participação das Superintendências Regionais; promover o acompanhamento físico e financeiro das obras e serviços sob sua jurisdição; subsidiar o setor competente pela elaboração de sistemas de custos e orçamentos com as informações relativas à disponibilidade de materiais, mão-de-obra e produtividade obtidas na execução dos contratos sob sua jurisdição; promover meios necessários à implantação nas obras e serviços de programas de controle da qualidade, segundo normas do DNIT e da ABNT; zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos relativos à proteção do meio ambiente e a regular ocupação das áreas das faixas de domínio; prover a Direção Geral do DNIT e o Ministério dos Transportes de informações sobre as atividades de obras e serviços sob sua gestão e zelar para que sejam atendidos em tempo hábil todos os requerimentos provenientes do Ministério dos Transportes, do Poder Legislativo e seus componentes, assim como os requerimento, acórdãos e decisões dos órgãos de controle dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

✓ **Diretoria de Infraestrutura Aquaviária:** responsável pela execução e gerenciamento de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infraestrutura aquaviária, bem como pela definição e implementação de padrões e normas técnicas. A Diretoria, dentro de conceitos técnico-profissionais, amplia sua visão para questões fundamentais e atuais que envolvem, principalmente, os resultados decorrentes dos empreendimentos voltados para melhoria contínua dos transportes aquaviários. As ações da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária contribuem, sobremaneira, para a consolidação das matrizes que compõem os

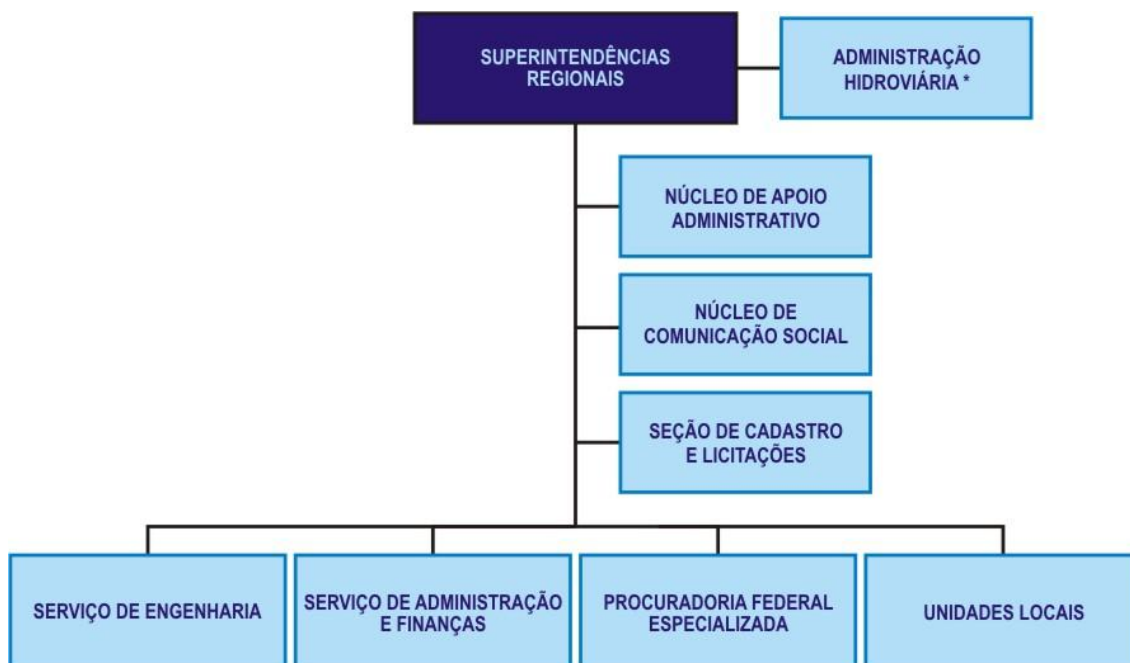
Corredores Estratégicos de Desenvolvimento. A atuação da Diretoria passa, necessariamente, por aspectos ligados à demanda de infraestrutura portuária e hidroviária, à intermodalidade de transporte, ao meio ambiente e ao monitoramento contínuo dos investimentos e do estágio dos empreendimentos.

✓ **Diretoria de Infraestrutura Ferroviária:** compete em contribuir na elaboração do planejamento voltado para expansão ou adequação de capacidade da infraestrutura; coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de projetos e obras de infraestrutura ferroviária; fiscalizar e acompanhar a execução de obras ferroviárias; estabelecer padrões técnicos para o desenvolvimento e controle de obras de infraestrutura ferroviária; promover a formação e especialização de engenharia ferroviária e promover pesquisas que permitam o domínio do desenvolvimento ferroviário.

ORGANOGRAMA GERAL DNIT SEDE



ORGANOGRAMA DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS



* Administrações Hidroviárias localizadas apenas nas Superintendências: AM, PA, GO, MA, MG, SP, MS e RS.

A Estrutura organizacional completa do DNIT, bem como os níveis de autoridades, responsabilidades e demais informações institucionais, estão disponíveis para consulta no sítio <http://www.dnit.gov.br>.

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão Exercício de 2011 versa sobre os atos de gestão praticados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT no ano de 2011. Ressalta-se que o detalhamento das estratégias de atuação tomadas, das atividades desempenhadas e dos resultados alcançados estão descritos na Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº. 108, de 24/11/2010.

O Relatório em epígrafe foi desenvolvido com base nas disposições da IN TCU nº. 63/2010, de 1 de setembro de 2010, da DN TCU nº. 108/2010, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU nº. 123/2011 e está estruturado em 03 (três) partes, conforme se segue: I - A Estrutura Funcional da Unidade Jurisdicionada; II - Introdução; III – Desenvolvimento.

A seguir estão relacionados os itens, da Parte A do Anexo II, da DN-TCU nº 108/2010, que não constam no presente relatório, bem como sua respectiva justificativa.

Item 2.4.1	Trata da Identificação das Unidades Orçamentárias
Justificativa:	Não se aplica a natureza jurídica desta UJ, tendo em vista a apresentação de Relatório Individual.
Item 14	Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e à Seguridade Social.
Justificativa:	Não foi informado por não se aplicar a natureza jurídica desta UJ.
Item 5.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no presente relatório, devido o DNIT ainda não possuir indicadores de RH.
Item 15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
Justificativa	Vide Item 15.1.
Item 15.3	Com a agregação de Sistema Informatizado próprio, do modo descrito no item 15.1, será possível a disposição das informações requeridas neste item, que fazem referência a centenas de exames realizados, pertinentes à avaliação das atividades conduzidas pela Autarquia.
Justificativa	Não atendido pela Auditoria Interna por não possuir sistema adequado.
Item 15.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício
Justificativa	As informações prestadas em relação às questões pendentes ao final do exercício encontram-se registradas no Plano de Providências Permanente, na forma prescrita pelo OCI.
Item 16	Cumprimento das recomendações exaradas pela Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna
Justificativa	Registra-se que, a partir da publicação da Portaria nº 277/2010-TCU, a Unidade de Auditoria Interna passou a envidar esforços de modo a manter registro/acompanhamento das deliberações e recomendações, na forma prescrita, todavia, ainda não dispõe de sistema adequado para tal, já tendo sido estabelecidos contatos com entidades similares, com vistas à adaptação de sistemas em uso.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes possui atribuições relacionadas às políticas para a infraestrutura de transportes, tendo em sua esfera de atuação a administração da Infraestrutura do Sistema Federal de Viação, sob jurisdição do Ministério dos Transportes.

Os principais programas e ações de governo que cabe ao DNIT executar estão relacionados à manutenção, adequação, restauração e ampliação da capacidade mediante a construção de novas vias e terminais, com ações inseridas no Plano Plurianual em decorrência das políticas gerais do governo ligadas à Infraestrutura de transportes. Os Programas e ações visam adequar a infraestrutura de transportes, contribuindo para o fortalecimento da produção brasileira,

diminuindo os custos de deslocamento da produção, de seus insumos e de pessoas, gerando um maior desenvolvimento econômico.

O DNIT durante o exercício de 2011, deparou-se com sérios problemas, os quais tiveram impacto direto para o cumprimento das metas institucionais para o mencionado exercício. Dentre os principais, convém ressaltar a suspensão de todos os procedimentos licitatórios de projetos, obras e serviços de engenharia, bem como a limitação do corpo técnico e administrativo, ocasionado pela perda incessante de servidores não havendo reposição do quadro funcional, o que dificultou, ainda mais, a capacidade de atendimento das inúmeras demandas recebidas por esta Autarquia. O Resultado disso, foi a queda de aproximadamente 12% dos empenhos em relação à 2010.

É importante ressaltar que o DNIT realizou em 2011 importantes empreendimentos que beneficiaram a sociedade, como o contrato firmado com a Eletronorte para operação das Eclusas de Tucuruí. O documento estabelece que a empresa operará e manterá os equipamentos elétricos, eletrônicos, mecânicos e a estrutura civil do sistema de transposição do Rio Tocantins. Ao todo, R\$ 7,2 milhões serão repassados pelo DNIT durante 24 meses. As duas eclusas estão localizadas no Rio Tocantins entre o porto de Vila do Conde, próximo a Belém/PA e a cidade de Marabá. A obra, iniciada em 1980, vence um desnível de 72 metros de altura provocado pela construção da barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí e restabelece a navegabilidade no rio Tocantins, permitindo o tráfego de comboios transportando até 20 mil toneladas de carga.

A implantação da BR - 448 no Rio Grande do Sul foi um alento para quem trafega pela BR-116 com destino à região metropolitana de Porto Alegre, em 2011. Depois de três décadas de discussão e diversas opções propostas ao longo do tempo, o DNIT trouxe uma solução que impressiona do ponto de vista da tecnologia de construção rodoviária, em um vultoso investimento de R\$ 1 bilhão. Mas os 22 quilômetros que desafogaram a BR-116 tiveram outro diferencial: a preocupação com o meio ambiente. Foram 21 programas ambientais que permitiram que a rodovia fizesse jus ao seu apelido: Parque. A referência ao Parque Estadual do Delta do Jacuí, perto da via, vem acompanhada da preocupação constante na preservação do meio ambiente. Desde o controle de ruídos emitidos por causa da obra até a proteção dos recursos hídricos no subterrâneo da rodovia, passando pelo gerenciamento dos resíduos produzidos na construção, tudo foi pensado de maneira que trouxesse o menor prejuízo ambiental possível. As construtoras seguiram critérios básicos que minimizaram os impactos, além de promoveram medidas rápidas no caso de eventuais problemas durante os serviços. Os resíduos foram controlados no canteiro de obras, e somente uma empresa autorizada pôde transportá-los para reciclagem ou para aterros licenciados. Outro exemplo foi o monitoramento da emissão de poeira nos caminhos de acesso e de gases pela frota a diesel em operação. Além disso, houve ações específicas para prevenir e corrigir erosões e instabilidade no solo. Já o programa de paisagismo investiu na manutenção e replantio de espécies nativas da região. Em complemento, houve o regaste da fauna e da flora da região. Com previsão de conclusão em março de 2012, a BR-448 será construída em pista dupla, em dois segmentos distintos. A estrada vai exercer duas funções: será também um dique, para represar as águas do Rio dos Sinos. No total, um volume de terra de mais de 8 milhões de m³ serão movimentados. A Rodovia do Parque vai contar também com oitos viadutos. Outro exemplo de obra-de-arte especial é a ponte estaiada sobre o Rio Gravataí, que terá 330 metros de extensão. Serão construídos acessos aos municípios gaúchos de Esteio, Canoas, Porto Alegre, além de um acesso exclusivo à zona industrial portuária localizada em Canoas.

Também em 2011, o DNIT realizou audiência pública para mais uma etapa do ProSinal – Programa de Sinalização de Rodovias. A licitação será dividida em lotes. Serão sinalizados cerca de 55.500 quilômetros de rodovias federais em todo o país. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 700 milhões.

O DNIT liberou o trânsito na ponte sobre o rio Três Forquilhas, localizada no KM 40 da BR-101 Sul. Com esse serviço, as obras de duplicação foram concluídas no estado. Restando somente serviços complementares, como as obras das passarelas de Fernando Ferrari e outras duas na travessia urbana de Osório. A ponte que absorvia o fluxo de veículos no sentido Sul/Norte no traçado antigo da rodovia foi demolida para a construção dessa nova estrutura, que tem 239 metros de extensão. No total do empreendimento, os motoristas contam com pistas duplicadas, além pontes, viadutos, passarelas e passagens inferiores, todas concluídas.

As obras de alargamento de seis pontes no BR-476 entre Lapa e São Mateus do Sul, no Paraná, foram concluídas em 2011. Localizadas a cerca de 100 quilômetros de Curitiba, as pontes foram reestruturadas e estão mais seguras, já que permitem maior distância entre os veículos que trafegam em direções opostas. O contrato de execução das obras envolveu o alargamento das pontes Água Amarela I (Km 251), Água Amarela II (Km 251,1), Rio Vargem Grande (Km 266,7), Rio Passa Dois (Km 203,7), Rio Maciel (Km 274,4) e Braço do Rio Iguaçu (Km 274,8). Os investimentos somam R\$ 2,6 milhões e as obras foram concluídas em 540 dias.

❖ MODAL RODOVIÁRIO

Ciente da representatividade do modal rodoviário para a matriz de transportes brasileiro, o DNIT como órgão executor, investe de maneira consistente na recuperação e manutenção da malha rodoviária federal, na expansão e ampliação de capacidade de relevantes corredores de escoamento de produção e na segurança e conforto dos usuários de infraestrutura de transporte.

O DNIT atuou em 2011 focando o aumento da cobertura dos programas, especialmente referente à manutenção por resultados, ressaltando o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA), que assegura a manutenção das boas condições da rodovia por um prazo de dois anos com intervenção de caráter funcional (CREMA 1ª Etapa), ou de cinco anos e inclui intervenções mais substantivas em grandes extensões, associadas à manutenção das vias, o que garante a qualidade do pavimento por um prazo maior (CREMA 2ª Etapa).

Foram executados 29.300 km de conservação tradicional, 4.100 km de restauração tradicional, 18.800 km de CREMA 1ª Etapa, o qual teve efetivo início no ano de 2011, 610 km de CREMA 2ª etapa e 800 km com o Programa Integrado de Revitalização – PIR – IV, perfazendo 53.610 km de rodovias com contratos de manutenção. Já o CREMA 2ª etapa, além da execução citada acima, teve também 2.169,12 km em ações preparatórias para licitação de estudos e projetos, 10.981,98 km em projetos aprovados e 18.848,90 km em elaboração.

Em relação à sinalização, foi dado seguimento ao Programa de Sinalização Rodoviária (ProSinal), que tem como objetivo melhorar a sinalização da malha rodoviária federal, garantindo orientação adequada e segurança aos usuários. Em 2011, foram sinalizados 14.668 km de rodovias.

Ainda no campo da segurança viária, o Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais (Prodefensas) visa à redução da severidade dos impactos ao conter e redirecionar os veículos desgovernados, além de cooperar na orientação dos motoristas com a aplicação de materiais refletivos ao longo de sua extensão. Foram implantados 126 km de defensas metálicas em 2011.

Os investimentos realizados em 2011 voltados às ações de adequação e construção de rodovias constituem, dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC, um foco estratégico para escoamento da produção, ampliação da fronteira agrícola, integração nacional e interligação com os países da América do Sul.

❖ MODAL FERROVIÁRIO

O DNIT deu continuidade a importantes empreendimentos ferroviários os quais proporcionaram ganho operacional ferroviário e ao mesmo tempo fomentando a qualidade na gestão dos recursos e patrimônios públicos. Projetos que abrangem as áreas de São Paulo e Paraná têm previsão de conclusão em 2012, assim como a Ferrovia Litorânea Sul (trecho Imbituba/SC – Araquari/SC) e Ferrovia Corredor Santa Catarina, a antiga Ferrovia do Frango.

Além das áreas acima, beneficiadas pelos projetos ferroviários, encontram-se em andamento as seguintes obras:

- Contorno Ferroviário de Joinville/SC: 18 km e 16% executado;
- São Francisco do Sul/SC; 8,3 km e 40% executado;
- Passagem inferior em Paverama/RS: 35% executado;
- Adequação da linha férrea e construção do Pátio Anísio Braz em Barra Mansa/RJ: 4,9 km de adequação, 4,8 km de pátio e 45% de execução;
- Ligação ferroviária entre o Pólo Petroquímico de Camaçari/BA e Porto de Aratu/BA: 18 km, porém o contrato foi paralisado em virtude do desfecho das negociações para desocupação de área de domínio de ferrovia, ocupada atualmente pela comunidade Quilombola;
- Contorno ferroviário de Três Lagoas/MS: 12,4 km e 75% executado;
- Contorno Ferroviário: 8,5 km de contorno, 90% executado;
- Pátio de Tutóia em Araraquara/SP: 27 km de pátio, 55% executado;
- Transposição em Campos Altos/MG: 99,8% executado;
- Rebaixamento da linha férrea no município de Maringá/PR: 5,8 km rebaixamento + 5,8 km de vias expressas + 0,6 km de novo falso túnel, 99% executado;
- Terminal intermodal de Campo Grande/MS: 85% executado;
- Contorno Ferroviário de Divinópolis/MG: 29,5 km, fase inicial da obras em 2011;
- Adequação das linhas férreas de Mogi das Cruzes/SP: 2 viadutos de 204 m e 306m.

O DNIT identificou por meio do Programa Nacional de Segurança Ferroviária – PROSEFER em áreas urbanas, os principais pontos críticos da malha ferroviária. Os resultados deste estudo identificou a necessidade de intervenção em 14.948 Km nos seguintes corredores:

- C01: Belo Horizonte – Sepetiba
- C02: São Paulo – Barra do Piraí
- C03: Araguari – Vitória
- C04: Alto Araguaia – Campinas – Santos
- C05: Maringá – Curitiba – Paranaguá
- C06: Anápolis – Campinas – Mairinque
- C07: Porto União - São Francisco do Sul
- C08: Porto Alegre – Lages – Curitiba
- C09: Apucarana – Ourinhos – Rubião Júnior
- C10: Uruguaiana – Pelotas – Rio Grande
- C11: Belo Horizonte – Salvador

- C12: Corumbá – Bauru – Mairinque – Santos
- C13: Cacequi – Santa Maria – Porto Alegre
- C14: Ferrovia Tereza Cristina
- C15: São Luis – Teresina – Fortaleza
- C16: Arrojado – Recife/João Pessoa
- C17: Itaboraí – Vitória

Em 2011 a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária - DIF deu continuidade a importantes empreendimentos ferroviários os quais proporcionaram ganho operacional, fomentando a qualidade na gestão dos recursos e patrimônios públicos.

No Programa do Governo Federal, à cargo da DIF/DNIT são 21 projetos ferroviários, no montante de R\$ 44,8 milhões, e 14 obras ferroviárias alcançando a cifra de R\$ 723,9 milhões.

Entre os projetos em desenvolvimento destacam-se os que abrangem as cidades e corredores ferroviários seguintes: Apucarana/PR; Bálamo/SP; Bauru/SP; Botucatu/SP; Corredor Ferroviário/SC (Itajaí - Dionísio Cerqueira); Ferrovia Litorânea/SC (Imbituba - Araquari); Itaúna/MG; Jaú/SP; Matão/SP; Ourinhos/SP; Patrocínio/MG; Pederneiras/SP; Pindamonhangaba/SP; Rolândia/SP; Santo Antonio do Monte/MG; São Carlos/SP; Serrana/SP; São Felix/BA; São Francisco do Sul/SC; e São José do Rio Preto/SP.

Quanto às obras em andamento merecem referência as listadas a seguir: Araraquara/SP (Contorno Ferroviário e Pátio de Tutóia); Barra Mansa/RJ (Adequação da Linha Férrea e Construção do Pátio de Anísio Braz); Camaçari/BA (Ligação Ferroviária entre o Polo Petroquímico de Camaçari e o Porto de Aratu); Campo Grande/MS (Terminal Intermodal); Campos Altos/MG (Transposição Ferroviária); Joinville/SC (Contorno); Maringá/PR (Rebaixamento da Linha Férrea); Paverama/RS (Passagem Inferior); Santa Maria/RS (Transposição Ferroviária); São Francisco do Sul/SC (Contorno Ferroviário); e Tres Lagoas/MS (Contorno Ferroviário).

Com ações preparatórias visando o início das obras de construção, aí incluídas as desapropriações e a obtenção da Licenças Ambientais, destacam-se empreendimentos nas cidades de: Alagoinhas/BA (Passagem Superior sobre a Linha Férrea); Barretos/SP (Contorno Ferroviário); Candeias/BA (Contorno Ferroviário); Divinópolis/MG (Contorno Ferroviário); Mogi das Cruzes/SP (Construção e Projeto de Viadutos sobre a Linha Férrea); São Carlos/SP (Construção de Viaduto e Contorno); Santo Amaro/BA (Contorno Ferroviário); e Serrana/SP (Contorno Ferroviário).

No tocante à obra da Ferrovia Transnordestina, embora de responsabilidade da concessionária Transnordestina Logística o DNIT por intermédio da DIF participa das atividades de desapropriação, em convênio com os governos estaduais, devendo ficar encarregado pela contratação da supervisão.

Outra ação relevante da DIF diz respeito ao Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas - PROSEFER, através do qual os principais pontos críticos da malha ferroviária foram diagnosticados, estabelecendo uma programação de inserção das obras relativas a esses pontos no Plano Plurianual - PPA 2012 - 2015. Os resultados alcançados verificaram as condições de 17 corredores ferroviários, responsáveis por 95% das cargas ferroviárias, em cerca de 15.000 km, abrangendo 16 estados, 5.609 cruzamentos levantados, 355 invasões identificadas e 122 intervenções prioritárias.

Quanto a gerência do patrimônio público, o DNIT, além da propriedade dos bens móveis e imóveis operacionais arrendados às concessionárias, os quais são fiscalizados pela ANTT, está recebendo da Inventariança da extinta RFFSA uma quantidade considerável de bens móveis não

operacionais, os quais passam a estar sob sua responsabilidade e gestão, por intermédio da DIF. Tais bens compreendem, até o momento, 120 locomotivas, 974 vagões, 309 carros de passageiros, 8 automotrizes, 3.669 máquinas e equipamentos, 83 veículos rodoviários, 147 pontes metálicas, 48 pontilhões metálicos e 41 caixas d'água metálicas. Os bens servíveis deverão ser destinados à formação de trens turísticos e/ou regionais, museus ferroviários, etc. Os bens inservíveis serão leiloados após avaliação criteriosa.

Ainda em 2011, a DIF deu andamento à elaboração de Normas e Procedimentos Ferroviários estando disponíveis os seguintes instrumentos: 29 Instruções de Serviços (ISF); 5 Especificações Técnicas de Materiais (ETM); 17 Especificações Técnicas de Serviços (ETS); e 17 Procedimentos de Inspeção de Materiais (PIN).

❖ MODAL HIDROVIÁRIO

No modal Hidroviário, o DNIT deu continuidade as Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, por meio do Programa Manutenção de Hidrovias, que garantiu a manutenção de mais de 6.000 km de vias navegáveis nos principais rios federais.

Durante o exercício de 2011 foi mantida a estratégia de dotar os municípios da região norte de infraestrutura portuária que permitisse o embarque e desembarque de pessoas e cargas com maior segurança, para tanto se encontram em fase adiantada de execução as obras de construção de terminais fluviais nos municípios de Barreirinha, Berurí, Boa Vista do Ramos, Canutama, Carauari, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itamarati, Itapiranga, São Gabriel da Cachoeira e Tapauá no Estado do Amazonas.

Além disso, retomou e concluiu os seguintes projetos importantes: o modelo hidrodinâmico para dragagem no rio Paraguai na região do Porto de Esperança – no Estado de Mato Grosso do Sul/MS, projeto básico de derrocamento no rio Tocantins entre Santa Teresinha do Tauí e a Bogéia, a atualização da sinalização náutica e das cartas no rio Paraguai entre as cidades de Cáceres – Ladário e a Dragagem de pontos específicos do rio São Francisco no Estado da Bahia. Para o ano de 2012, além dos estudos específicos nos corredores hidroviários do: Madeira, Tapajós, São Francisco, Tocantins, Brasil-Uruguai, estão previstos investimentos de mais de R\$ 1 bilhão, no rio Tietê para consolidar o sistema hidroviário Paraná-Tietê. Tais projetos garantirão nos próximos anos o crescimento sustentável da matriz de transportes aquaviária.

Com relação às Eclusas de Tucuruí, a obra foi concluída e está em plena operação. O DNIT formalizou convênio com a Eletronorte para realizar obras de compensação social que propiciará melhorias para população no município de Tucuruí.

Outros destaques são:

- A contratação do projeto do Porto de Manaus em 2012 e a execução das obras de restauração, adequação e modernização da área de retroporto. Espera-se, com isso, ampliar sua capacidade operacional para Copa do Mundo de 2014; e
- A assinatura de Protocolo de Intenções entre o Ministério dos Transportes com o Governo do Estado de São Paulo que permitirá ao DNIT, em parceria com Departamento Hidroviário de São Paulo realizar ações de melhoramentos na Hidrovia Tietê-Paraná no exercício de 2012.

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

Conforme já mencionado no presente relatório o DNIT é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério dos Transportes, portanto, cabe apresentar o Relatório de Gestão individual, de acordo com o Anexo I da DN TCU n.º. 108/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

Os elementos identificadores do DNIT, as normas relacionadas da criação e a gestão da Autarquia, as orientações, publicações e manuais, assim como as unidades gestoras, estão no Quadro A.1.1, abaixo, conforme se segue:

QUADRO A.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério dos Transportes			Código SIORG: 2846
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes			
Denominação abreviada: DNIT			
Código SIORG: 54844	Código LOA: 39252	Código SIAFI: 393003	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal (110-4)			
Principal Atividade: Implantação, Manutenção e Gestão em Infraestrutura de Transporte			Código CNAE: 5221-4
Telefones/Fax de contato:	(61) 3315-4000	(61) 3315-4608	Fax: (61) 3315-4051
Endereço Eletrônico: ouvidoria@dnit.gov.br			
Página na Internet: http://www.dnit.gov.br			
Endereço Postal: SAN. Q.03, Lote A, N/O Ed. Núcleo dos Transportes , CEP 70040-902 , Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT foi criado pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, e publicada no D.O.U. em 06 de junho de 2001. O Decreto nº 5.765, de 27 de julho de 2006 aprova sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do DNIT.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Lei nº 10.233/2001 – Cria o DNIT, de 05/06/2001; ➤ Lei nº 11.171/2005 – Cria carreiras do DNIT, de 02/09/2005; ➤ Decreto nº 5.765/2006 – Estrutura Regimental do DNIT, de 27/04/2006; ➤ Resolução nº 10/2007 – Regimento Interno do DNIT, de 31/01/2007; ➤ Portaria nº 1.058/2007 – Cria a Comissão de Ética do DNIT, de 28/06/2007; ➤ Decreto nº 5.765, de 27/04/2006; ➤ Instrução de Serviço 01 da Diretoria Geral de 18/02/2009 – Critério de Fiscalização; ➤ Instrução de Serviço nº 16, de 25/08/2010; ➤ Instrução de Serviço Nº 3/2006; (complementa as Normas e Instruções do Manual de Ordem de Embargo), de 08/08/2006; ➤ Instrução de Serviço DG n.º 16, de 10/08/2011; ➤ Instrução de Serviço n.º 03, de 17/03/2010; ➤ Instrução de Serviço 06 da Diretoria Geral, de 19/05/2009; ➤ Instrução Serviço n.º 07 da Diretoria Geral de 26/05/2009; ➤ Instrução de Serviço n.º 08 da Diretoria Geral de 15/06/2009; ➤ Instrução de Serviço n.º 09 da Diretoria Geral, de 21/07/2009; ➤ Instrução de Serviço n.º 14 de 19/11/2003 – Complementa a IS nº 09; ➤ Instrução de Serviço n.º 15 da Diretoria Geral do DNIT, publicado no Boletim Administrativo Nº 051, de 20/12/2006; ➤ Normas para o Projeto das Estradas de Rodagem (Portarias nº 19, de 10/01/1949 e nº 348, de 17/04/1950 - 			

- Reeditado em 1973);
- Portaria nº 106 – DG de 03 de fevereiro de 2009;
- Portaria DG/DNIT nº 108, 06 de fevereiro de 2008;
- Portaria nº 155, de 13 de julho de 2006;
- Portaria do Gestor do DNIT, de nº 250, de 08/05/2003 – Manual para ordenamento do uso de solos;
- Portaria nº 1.075, de 26/10/2011;
- Portaria nº 524/2008 – DG/DNIT (torna pública a regulamentação para cobrança pelo uso das faixas de domínio das rodovias federais);
- Portaria nº 529/2008 – DG/DNIT (estabelece no âmbito das Superintendências Regionais sistemática de cobrança pelo uso das faixas de domínio em rodovias federais);
- Portaria nº 538, de 14 de maio de 2009 - IS nº 01/2007;
- Portaria nº 1.046 de 06/09/2005/DG;
- Portaria nº 1.234/2006 - Código de Ética do DNIT;
- Portaria nº 1.301, de 22 de outubro de 2009 – TCA;
- Portaria nº 1.345, de 21 de agosto de 2007;
- Resolução nº 8 e nº 9 de 2 de maio de 2006 – Normas para absorção de Rodovias;
- Resolução nº 11 – CA/DNIT de 27/03/2008, publicada no D.O.U em 11/04/2008 (cobrança de licença a título oneroso).

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Álbum de Projetos - Tipo de Dispositivos de Drenagem - Publ. IPR nº. 736;
- Aplicação de Escória de Aciaria produzida na ARCELORMITTAL TUBARÃO com redução de expansão – ACERITA® - com ou sem adição de Argila em base e sub-base rodoviária – Volume I;
- Avaliação de Desempenho de Pavimentos Típicos Brasileiros;
- Custos de Acidentes - Sumário Executivo - Publ. IPR nº. 733;
- Custos de Acidentes Rodoviários;
- Defensas Rodoviárias - Publ. IPR nº. 629;
- Diretrizes Básicas para Desapropriação - Publicação IPR 746;
- Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Programas Ambientais Rodoviários - Escopos Básicos e Instruções de Serviço - Publ. IPR nº. 729;
- Diretrizes Básicas Para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários - Escopos Básicos/ Instruções de Serviço - Publ. IPR nº. 726;
- Diretrizes Básicas para Desapropriação - Publicação IPR 746;
- Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários - Instruções para Apresentação de Relatórios - Publ. IPR nº. 727;
- Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários / Instruções para Acompanhamento e Análise - Publ. IPR nº. 739;
- Equipamentos Redutores de Velocidade e seu efeito sobre os Acidentes nas Rodovias Federais - Publ. IPR nº. 735;
- Estudo dos Impactos do BITREM nas Rodovias Federais Brasileiras - Volume I e II;
- Glossário de Termos da Qualidade - Publ. IPR nº. 701;
- Glossário de Termos Técnicos Ambientais Rodoviários - Publ. IPR nº. 721;
- Glossário de Termos Técnicos Rodoviários - Publ. IPR nº. 700;
- Guia de Redução de Acidentes com Base em Medidas de Engenharia de Baixo Custo - Publ. IPR nº. 703;
- Instruções de Proteção Ambiental das Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais - Publ. IPR nº. 713;
- Instruções para a Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional - Publ. IPR nº. 708;
- IS CGMI 01_2005 - Instrução de Serviço para Documentação de Plano de Desenvolvimento de Aplicativos;
- IS CGMI 02_2005 - Instrução de Serviço para Elaboração de Planos Gerais de Projetos de Sistemas ou Aplicativos;
- Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais - Publ. IPR nº. 728;
- Manual de Análise, Diagnóstico, Proposição de Melhorias e Avaliações Econômicas dos Segmentos Críticos;
- Manual de Conservação Rodoviária - Publ. IPR nº. 710;
- Manual de Drenagem de Rodovias - Publ. IPR nº. 724;
- Manual de Estudo de Tráfego - Publ. IPR nº. 723;
- Manual de Gerência de Pavimentos - Publ. IPR nº. 745;
- Manual de Gestão da Qualidade em Empreendimentos Rodoviários - Publ. IPR nº. 722;
- Manual de Hidrologia Básica - Publ. IPR nº. 715;
- Manual de Implantação Básica de Rodovia - 3ª edição - Publ. IPR nº. 742;
- Manual de Inspeção de Pontes Rodoviárias - Publ. IPR nº. 709;
- Manual de Normalização - Publ. IPR nº. 732;
- Manual de Pavimentação - Publ. IPR nº. 719;
- Manual de Pavimentos Rígidos - Publ. IPR nº. 714;
- Manual de Projeto de Interseções - Publ. IPR nº. 718;

- Manual de Projeto de Obras-de-arte Especiais - Publ. IPR nº. 698;
- Manual de Projeto e Práticas Operacionais para Segurança nas Rodovias - Publ. IPR nº. 741;
- Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas - Publ. IPR nº. 740;
- Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais - Publ. IPR nº. 706;
- Manual de Recuperação de Pavimentos Rígidos - Publ. IPR nº. 737;
- Manual de Recuperação de Pontes e Viadutos Rodoviários - Publ. IPR nº. 744;
- Manual de Resgate de Acidentados - Publ. IPR nº. 702;
- Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos - Publ. IPR nº. 720;
- Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias - Publ. IPR nº. 738;
- Manual de Sinalização Rodoviária - 3ª edição - Publ. IPR nº. 743;
- Manual de Soluções Técnico-Gerenciais para Rodovias Federais (Volumes 1, 2 e 3);
- Manual de Técnicas de Conclaves - DNER/IPR-1996 - Publ. IPR nº. 656;
- Manual de Vegetação Rodoviária - Volume 1 - Implantação e Recuperação de Revestimentos Vegetais Rodoviários - Publ. IPR nº. 734;
- Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias - Publ. IPR nº. 730;
- Manual de Vegetação Rodoviária - Volume 2 - Flora dos Ecossistemas Brasileiros - Publ. IPR nº. 734;
- Manual para Implementação de Planos de Ação de Emergência para atendimento a sinistros envolvendo transporte rodoviário de produtos perigosos - Publ. IPR nº. 716;
- Manual para Ordenamento do Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais - Publ. IPR nº. 712;
- Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controle Ambientais - Publ. IPR nº. 711;
- Método de Projeto de Pavimentos Flexíveis - Publ. IPR nº. 667;
- Norma DNIT 158/2011 - Mistura asfáltica – determinação da porcentagem de betume em mistura asfáltica utilizando o extrator Soxhlet – Método de Ensaio;
- Norma DNIT 159/2011 - Pavimentos asfálticos - Fresagem a frio – Especificação de Serviço;
- O Sistema Gerencial de Pavimentos do DNER - Dez/2000;
- Procedimentos Básicos para Operação de Rodovias - Publ. IPR nº. 699;
- Relatório Final da Pesquisa para Atualização do Banco de Dados na Identificação de Rotas do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos na Malha Rodoviária Federal utilizando o Programa TRANSCAD.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
390012	Gerenciamento Institucional de Pesquisas Rodoviárias
390021	Diretoria de Infraestrutura Ferroviária
390022	DNIT – PREMEF-BIRD 7383
393003	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
393004	Diretoria de Administração e Finanças
393005	Diretoria de Planejamento e Pesquisa
393006	Diretoria de Infraestrutura Rodoviária
393007	Diretoria de Infraestrutura Aquaviária
393008	Diretoria Executiva
393009	Superintendência Regional nos Estados AM/RR-DNIT
393010	Superintendência Regional no Estado MS-DNIT
393011	Superintendência Regional nos Estados GO/DF-DNIT
393012	Superintendência Regional no Estado RS-DNIT
393013	Superintendência Regional no Estado SC-DNIT
393014	Superintendência Regional nos Estados RO/AC-DNIT
393015	Superintendência Regional no Estado SE-DNIT
393016	Superintendência Regional nos Estados PA/AP-DNIT
393017	Superintendência Regional no Estado PB-DNIT
393018	Superintendência Regional no Estado ES-DNIT
393019	Superintendência Regional no Estado RJ-DNIT
393020	Superintendência Regional no Estado MT-DNIT
393021	Superintendência Regional no Estado RN-DNIT
393022	Superintendência Regional no Estado PI-DNIT
393023	Superintendência Regional no Estado TO-DNIT
393024	Superintendência Regional no Estado CE-DNIT

393025	Superintendência Regional no Estado SP-DNIT
393026	Superintendência Regional no Estado AL-DNIT
393027	Superintendência Regional no Estado BA-DNIT
393028	Superintendência Regional no Estado PR-DNIT
393029	Superintendência Regional no Estado PE-DNIT
393030	Superintendência Regional no Estado MA-DNIT
393031	Superintendência Regional no Estado MG-DNIT
393039	DNIT-UCP-BID (904/975)
393040	DNIT-UCP-BIRD (4188)
393041	DNIT-UCP-BID (1046)
393042	DNIT-PROJETO PACE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
39252	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
390012	39252
390021	39252
390022	39252
393003	39252
393004	39252
393005	39252
393006	39252
393007	39252
393008	39252
393009	39252
393010	39252
393011	39252
393012	39252
393013	39252
393014	39252
393015	39252
393016	39252
393017	39252
393018	39252
393019	39252
393020	39252
393021	39252
393022	39252
393023	39252
393024	39252
393025	39252
393026	39252
393027	39252
393028	39252
393029	39252
393030	39252
393031	39252
393039	39252
393040	39252
393041	39252
393042	39252

2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010

O planejamento e a gestão orçamentária e financeira do DNIT, bem como o cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, além das ações administrativas, por meio de projetos e atividades, considerando os Programas de Governo associados a esta Autarquia Federal, estão expressamente elucidados nos itens a seguir e nos seus respectivos quadros.

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

- I. Competência Institucional;
- II. Objetivos estratégicos.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

- I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;
- II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

- I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;
- II. Execução física das ações realizadas pela UJ.

d) Desempenho Orçamentário/Financeiro:

- I. Programação Orçamentária das Despesas;
- II. Execução Orçamentária das Despesas;
- III. Indicadores Institucionais.

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

As responsabilidades institucionais da UJ são definidas mediante a declaração de dois componentes, quais sejam: Competência Institucional e Objetivos Estratégicos. Sendo que a Competência Institucional corresponde às atribuições da Autarquia, definidas em lei, estatuto e regimento interno.

Objetivos Estratégicos, por sua vez, correspondem aos objetivos que a UJ busca atingir, durante o exercício, ao gerenciar e executar programas e ações e cumprir suas atribuições.

O DNIT pretende fortalecer a imagem institucional junto ao cidadão, facilitar o seu acesso aos serviços e estimular o controle social, onde o usuário poderá fazer avaliações periódicas sobre os serviços prestados, o que permite implementar ações para a melhoria do atendimento. Compromete-se a tornar cada vez mais eficiente e ágil na prestação de serviços ao cidadão para adotar as seguintes práticas:

- Atendimento por equipe qualificada;
- Orientação nas fases do atendimento;
- Disponibilidade de sistemas online onde o cidadão pode acompanhar o andamento de sua demanda;
- Atendimento por ordem de solicitação;
- Respeito à data de entrada dos processos no protocolo para definição da ordem de análise.

Os serviços prestados por esta autarquia visam implementar a política do Sistema Federal de Viação nos modais rodoviário, hidroviário e ferroviário. Ao DNIT, também, compete exercer as atribuições elencadas no art. 21 do Código de Trânsito Brasileiro, para coibir o excesso de peso e de velocidade nas rodovias federais.

O DNIT como autarquia executora vinculada ao Ministério dos Transportes, tem como missão executar as diretrizes da política nacional de infraestrutura de transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico e a integração nacional. Tem como visão garantir a integração nacional por vias rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias para o transporte de produtos e deslocamento de pessoas, além de valores que buscam a ética, transparência, competência e responsabilidade social.

SERVIÇOS INSTITUCIONAIS

I. Cronologia de Pagamentos

Estão disponíveis no sítio institucional informações como mês, contrato, valor, empreendimento, pagamento e a empresa que o DNIT contratou para a realização da obra.

Onde obter: <http://www.dnit.gov.br/servicos/cronologia-de-pagamentos>

II. Índice de Reajustamentos

Os índices de reajustamentos de obras no setor rodoviário, ferroviário e portuários podem ser consultados mensalmente no portal institucional.

Onde obter: <http://www.dnit.gov.br/servicos/indices-de-reajustamentos-de-obras>

III. SICRO

O DNIT tem como metodologia para elaboração de orçamentos de obras, o Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO 2, em operação e com atualizações bimestrais.

Para implementar a metodologia está sendo desenvolvido um novo Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO 3 - o qual esteve em consulta pública e as sugestões recebidas a respeito da metodologia estão sendo avaliadas, podendo resultar inclusive em alterações conceituais, que serão incorporadas ao sistema.

Onde obter: <http://www.dnit.gov.br/servicos/sicro-3>

IV. Tabela de Preços de Consultoria

É uma tabela referencial de custos que tem por objetivo estimar os valores dos contratos de consultorias.

Onde obter: <http://www.dnit.gov.br/servicos/tabela-de-precos-de-consultoria>

V. Preço do Asfalto

Para as obras do DNIT são adotados os preços da Agência Nacional de Petróleo (ANP) conforme a tabela divulgada no portal.

Onde obter: <http://www.dnit.gov.br/servicos/preco-de-asfalto>

Sistema Nacional de Viação - SNV

Como forma de melhorar e modernizar o planejamento dos investimentos federais no setor de transporte, foi sancionada, em 06 de janeiro de 2011, a Lei nº 12.379 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV). Tal lei revoga a Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprovou o Plano Nacional de Viação (PNV). Vale destacar que mesmo com a substituição do PNV pelo SNV, foram mantidos projetos do extinto Plano Nacional de Viação.

O Sistema Nacional de Viação do Brasil é constituído pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e mercadorias, sob jurisdição dos diferentes

entes da Federação. É composto pelo Sistema Federal de Viação e pelos sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em relação aos modos de transporte, o Sistema Nacional de Viação compreende os subsistemas: Rodoviário, Ferroviário, Aquaviário e Aeroviário. O Subsistema Rodoviário Federal é composto por todas as rodovias administradas pela União.

Diante desse contexto, a seguir serão apresentadas as atuações dos Setores com uma abordagem de suas realizações, dificuldades deparadas, os efeitos positivos e negativos, bem como enfatizar os conhecimentos adquiridos, para a realização dos trabalhos no exercício de 2011.

ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA DIRETA AO DIRETOR GERAL

• Ouvidoria

É um compromisso da Ouvidoria do DNIT avaliar as sugestões e observações levantadas pelos cidadãos, de forma a permitir que as contribuições recebidas possibilitem o aperfeiçoamento de nossos mecanismos institucionais e tornar o trabalho realizado mais efetivo e transparente.

No exercício de 2011, a Ouvidoria deste Departamento continuou com o seu objetivo de promover a melhoria no desenvolvimento das atividades de integração entre o cidadão e a Autarquia, bem como, o estreitamento da relação com a Administração e o servidor (valorização do servidor, qualidade no atendimento às demandas e satisfação pela característica do serviço prestado).

Deste modo, instituiu-se um sistema de comunicação direta com o usuário, acessível por meio de telefone 0800, correspondência eletrônica (e-mail), carta, fax-símile, visitas pessoais, bem como com a integração do novo Sistema de Ouvidoria do DNIT, gerado em conjunto pela equipe deste setor, da Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI/DNIT e Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, o qual desenvolveu o programa.

Os dados referentes ao ano de 2011 correspondem a 18.046 (dezoito mil e quarenta e seis) demandas.

A modalidade de recebimento de demandas por meio do atendimento telefônico foi de 7.299 (sete mil, duzentos e noventa e nove) ligações. A maioria desses questionamentos referem-se à perguntas sobre condições das rodovias, multas, Autorização Especial de Trânsito - AET, informações sobre números telefônicos das unidades locais do DNIT, ocorrências de desastres naturais e sua consequente restrição de trânsito, dentre outras situações. Tais informações são, em sua maioria, respondidas diretamente pelos atendentes desta Ouvidoria que, também, orientam o usuário na utilização do Sistema.

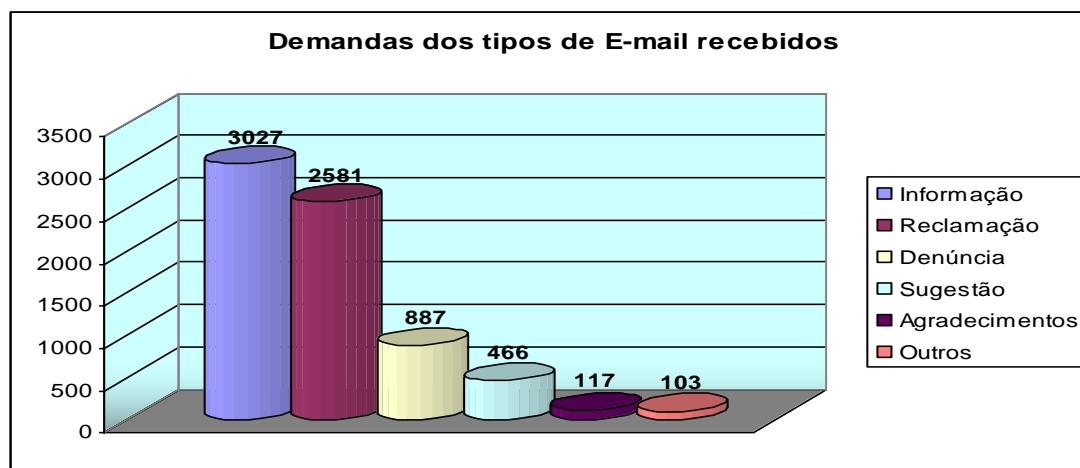
Cabe informar que as demandas que necessitam de resposta, após o contato prévio, são encaminhadas às áreas técnicas deste Departamento (diretorias, coordenações ou superintendências), e em seguida, devidamente respondidas aos usuários.

Em relação às correspondências eletrônicas (e-mails) e acionamentos realizados por meio do Sistema de Ouvidoria, a carga de trabalho é enorme, haja vista que há um tratamento específico para cada questionamento e sua consequente resposta.

Ressalte-se que a modalidade de demanda com grande volume foram as recebidas via correio eletrônico, sendo 7.181 (sete mil e cento e oitenta e um) e-mails.

Registre-se que o percentual de 91% (noventa e um por cento) da demanda total recebida no exercício de 2011 foi respondida em definitivo ao usuário, promovendo o aperfeiçoamento e o conseqüente progresso no deferimento pela Ouvidoria do DNIT dos pedidos formulados pelo cidadão, dentre os quais seguem, para uma maior explicação, no Quadro abaixo, os diversos pleitos e acionamentos recebidos:

Gráfico 1 - Demandas dos Tipos de E-mail Recebidos



A Carta de Serviços ao Cidadão, incluída no site do DNIT, visa informar aos usuários acerca dos diversos serviços prestados por esta Autarquia, conforme determinação do Decreto nº. 6.932, de 11 de agosto de 2009.

Concomitantemente a este trabalho, a Ouvidoria elaborou um “Folder” resumo da “Carta” que vem sendo distribuído nos eventos/inaugurações do DNIT à população, de forma a difundir os serviços prestados por esta Autarquia.

Para uma maior facilitação e controle, desenvolveu-se em conjunto com a Coordenação Geral de Modernização e Informática - CGMI e o SERPRO (Sistema de Processamento de Dados) um novo Sistema Ouvidoria.

O link deste **Sistema** localiza-se na *home page* do DNIT (Fale com o DNIT) e está sendo aperfeiçoado para melhor atender os pleitos dos servidores e usuários do Órgão.

ÓRGÃOS SECCIONAIS DO DNIT

- **Auditoria**

A Auditoria Interna, em face das suas competências estabelecidas no Regimento Interno, bem como, consoante Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, aprovado para o exercício de 2011, atuou no sentido de prevenir as ocorrências de não-conformidades, assessorando a Diretoria Geral e demais diretorias, além das superintendências regionais buscando, efetivamente, alcançar níveis mais elevados de segurança nas ações da Instituição, particularmente daquelas

referentes à supervisão e fiscalização de obras viárias, permitindo melhor controle sobre as atividades da Autarquia.

Em cumprimento às suas competências atinentes a apoiar os órgãos de controle interno e externo, de sua responsabilidade, promoveu sistematização das informações requeridas, e o monitoramento da implementação de recomendações dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e do Tribunal de Contas da União, prestando assistência e acompanhamento nas execuções dos programas de avaliação da gestão da Autarquia, contribuindo para concretização de empreendimentos públicos mediante parâmetros técnicos.

Relativamente ao apoio à CGU/PR, importa sublinhar que suas ações de controle, realizadas no exercício em questão, sejam pertinentes à avaliação da gestão de 2010, sejam pertinentes à consecução de demandas especiais, contaram com suporte da Unidade de Auditoria Interna, no papel de assessoramento da Diretoria Geral, desde a apresentação das equipes até o encaminhamento dos respectivos relatórios e acompanhamento das medidas mitigatórias, com apoio também às áreas auditadas no que se refere ao bom e tempestivo atendimento às recomendações do Órgão de Controle Interno. Outras demandas específicas e continuadas, tais como, levantamento de informações sobre terceirizados e consolidação de informações relativas ao cumprimento dos planos de providências permanentes, por exemplo, também foram conduzidas com presteza e tempestividade.

No que tange ao atendimento e apoio ao TCU, imprescindível trazer à baila o Acórdão nº 2877/2011 - Plenário, segundo o qual foram executados 87 trabalhos de fiscalização em empreendimentos a cargo do DNIT, com acréscimo de 21 (vinte e um) em relação ao exercício anterior. Deste trabalho de acompanhamento, segundo aquela Corte, mereceu destaque a redução, absoluta e percentual, de achados com indicação de paralisação ou retenção, verificados no âmbito desta Autarquia, mesmo com o incremento, em números percentuais e absolutos, da incidência de exames.

- **Procuradoria Federal Especializada – PFE**

A Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT é órgão/unidade de execução da Procuradoria-Geral Federal – PGF, que presta o assessoramento jurídico ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Como é de conhecimento amplo desta Autarquia, a Procuradoria Federal junto ao DNIT presta o assessoramento jurídico em todos os processos em que sejam suscitadas dúvidas relativas ao Direito, a fim de viabilizar a Administração do DNIT como um todo e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Além desta atividade precípua ao desenvolvimento nacional, a Procuradoria Federal junto ao DNIT analisa processos das mais diversas naturezas que lhe são submetidos, como questões relativas à desapropriação, dispensa e inexigibilidade de licitação, convênios, transferências de recursos a outros entes, análise de processos administrativos disciplinares etc.

Nas unidades da Procuradoria Federal junto ao DNIT, os Procuradores prestam assessoramento jurídico às Superintendências Regionais.

Além dos processos de consultoria, a Procuradoria do DNIT vem tentando junto com a PGF encetar sua atuação em ações de ressarcimento ao erário, iniciar o ajuizamento de Ação Civil Pública, quando for cabível, a fim de que tal postura sirva de agente moralizador junto à sociedade civil organizada.

Por meio de pareceres e notas esta Procuradoria orientou as autoridades deste Órgão com relação às recomendações emanadas dos órgãos de Controle sobre indícios de irregularidades ocorridas em processos administrativos e demais atividades inerente ao ofício de assessoramento jurídico.

- **Corregedoria**

Criada por força da Lei 10.233/2001, a Corregedoria é um Órgão Seccional na estrutura da Autarquia, cuja competência está disposta no art. 26 do Regimento Interno, que promove e gerência a atividade correcional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, de forma a proporcionar às comissões processantes os meios e as condições técnicas, administrativas e operacionais necessárias à realização e o desenvolvimento dos trabalhos disciplinares.

Os objetivos estratégicos da Corregedoria giram em torno da manutenção e ampliação do desenvolvimento das ações correccionais do DNIT, as quais podem ser realizadas por meio de procedimentos específicos de prevenção, orientando gestores/servidores dos demais setores na busca da melhor execução de cada tarefa, dentro dos padrões normativos, de forma a auxiliar a Autarquia no cumprimento das metas previamente estabelecidas.

Por outro lado, como Órgão Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a Corregedoria é responsável pela execução das atividades de repressão às irregularidades detectadas no âmbito do DNIT, valendo-se de diversos instrumentos correccionais, dentro os quais estão os Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, com o objetivo de apurar as responsabilidades dos agentes quando inobservados os preceitos legais, prestando inclusive os devidos esclarecimentos e/ou informações aos órgãos de controle e autoridades correccionais ou disciplinares.

Nesse sentido, ampliar o número de Procedimentos Administrativos Disciplinares, proporcionando apurações que resultem na elucidação de fatos requisitados por Órgãos de Controle Interno e Externo, como também tornar constante e rotineira a atuação preventiva correcional nas estruturas internas deste Departamento são objetivos permanentes desta Seccional na consecução de suas atribuições legais e regimentais, como forma de atuação pedagógica e dissuasiva ante as impropriedades eventualmente noticiadas.

Para que a Corregedoria possa exercer suas atividades correccionais, necessário se faz o apoio das demais áreas do DNIT, bem como das Superintendências Regionais, quanto à disponibilização de pessoal para a composição das comissões.

Durante o ano de 2011, como já havia acontecido em 2010, foram recrutados vários servidores, também de outros Órgãos Federais, para participarem de comissões processantes neste Departamento, visto o reduzido quadro de servidores efetivos capacitados e passíveis de serem liberados pelas suas áreas.

Estando a apuração de responsabilidades no rol das atividades em que mais a Corregedoria é acionada, impende aumentar seu efetivo de agentes sindicantes. Sendo assim, em parceria com os Superintendentes Regionais foram criadas as Comissões Permanentes Disciplinares para atuação em procedimentos disciplinares dentro das respectivas Superintendências com maior celeridade e eficiência além da economia dos recursos de deslocamentos.

Ainda no campo da atividade de apuração de responsabilidade, o ano de 2011 fica marcado por um grande fator adverso. Além das dificuldades até então enfrentadas como falta de

servidores para compor comissões em razão de se ter um quadro efetivo reduzido, nesse ano, fomos atingidos diretamente pela política de contingenciamento determinada pela Casa Civil.

Nesse aspecto, deve-se mencionar que houve redução drástica na disponibilização de recursos orçamentários para pagamento de diárias, fato este que atingiu diretamente os procedimentos em andamento, já que, naquele momento, as comissões processantes estavam deslocadas para desenvolvimento dos trabalhos do apuratório em tempo integral, mantidas pela verba de diárias; e, alguns servidores de outros órgãos, lotados em outras unidades da federação, tinham sua permanência custeada pelo DNIT.

Em relação à instauração dos procedimentos apuratórios, outro fator que interferiu no ritmo de trabalho da Corregedoria está diretamente ligado ao Treinamento em Processo Administrativo Disciplinar, ministrado pela CGU, o qual em razão do contingenciamento, não foi realizado regularmente no primeiro semestre e, como em algumas CPDs os membros não tinham passado pelo Treinamento, esta Seccional optou em aguardar mais um pouco até que pudesse contar com servidores treinados.

Além dos fatos ora mencionados, a Corregedoria ainda teve mais uma adversidade: alguns colaboradores (terceirizados) deixaram de prestar serviços ao DNIT em virtude de rescisão do contrato da empresa a que estavam vinculados com a autarquia. Esse fato não está relacionado somente aos processos instaurados, mas a todos os procedimentos e atividades.

Esses colaboradores, advogados e contadores, auxiliavam os servidores da Corregedoria na análise de processos, no monitoramento das comissões, na formulação de respostas aos órgãos de controle, enfim, nas atividades correlatas à Seccional de Correição diante da falta de servidores para execução das tarefas não só da Corregedoria, mas do DNIT como um todo.

Sendo assim, a saída dos colaboradores, tornou mais grave a situação da Corregedoria no segundo semestre de 2011, pois o corpo funcional ficou bastante reduzido em contrapartida à demanda por ações correcionais, que, por sua vez, é crescente e na maioria das vezes requer providências imediatas.

Não obstante, a Corregedoria tem buscado atingir o máximo de qualidade no desenvolvimento das ações correcionais, atendendo com segurança à legislação aplicável à espécie, com vistas a evitar nulidades e entendimentos ainda não pacificados na seara disciplinar, alcançando assim, a efetividade da missão para a qual foi criada.

Finalizando, cabe informar que não houve pela Corregedoria a adoção de qualquer medida como exceção às normas e regras gerais da administração.

Embora tenham interferido no plano de atuação desta Seccional, as dificuldades retro mencionadas não comprometeram o êxito da Corregedoria no desempenho das suas atribuições regimentais.

No que tange à execução das atividades de correição efetiva, no exercício de 2011, foram instaurados um total de 29 procedimentos disciplinares, entre os quais: Processos Administrativos Disciplinares (16), Sindicâncias Acusatórias (6), Sindicâncias Investigativas (7), e procedimentos lavrados na forma de Termos Circunstanciados Administrativos – TCA (17).

Com referência aos julgamentos realizados em 2011, a Corregedoria registrou os seguintes resultados referente às penalidades disciplinares:

Tabela 1 - Penalidades Disciplinares

RESULTADOS 2011	QUANTIDADE
Suspensões Aplicadas	04
Advertências Aplicadas	09
Demissões Aplicadas	08

Da totalidade de processos instaurados em 2011, 23 ainda se encontram em apuração, devido à complexidade da investigação, bem como alguns terem sido instituídos já no último trimestre do exercício de 2011.

No exercício de 2011 foi também realizado a lavratura de 17 Termos Circunstanciados Administrativos – TCA - distribuídos nas superintendências do DNIT em Minas Gerais (3), Bahia (2), Rio Grande do Norte (1), Ceará (3), Rio Grande do Sul (1), Rondônia/Acre (1) e na Sede, em Brasília (6).

A Corregedoria totalizou, no exercício de 2011, o número de 238 processos no sistema da Controladoria Geral da União, referente aos Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados nesta Autarquia. Tais registros referem-se à inclusão de dados relativos a processos dos exercícios anteriores e do atual. A meta é continuar o cadastramento de processos como parte integrante da atividade disciplinar, consolidando o banco de dados sobre a evolução dos procedimentos disciplinares neste Departamento.



DIRETORIA EXECUTIVA

- **COORDENAÇÃO GERAL DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE - CGCIT**

O Regimento Interno do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes estabelece que a Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, subordinada à Diretoria Executiva, tem as seguintes competências:

- I. Manter um sistema de gestão de custos referenciais de forma a orientar a elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia;
- II. Desenvolver e manter atualizadas composições de custos unitários de obras e serviços de engenharia;
- III. Realizar pesquisas de mercado de salários, preços de máquinas, equipamentos e demais insumos que integram as composições unitárias de custos;
- IV. Analisar propostas de novas composições de custos unitários a serem utilizadas em obras e serviços de engenharia;
- V. Desenvolver e publicar estudos de custos de obras e serviços de engenharia no âmbito do DNIT;
- VI. Promover pesquisas e estudos de campo visando definir padrões adequados de dimensionamento de equipes mecânicas, consumos e produtividade, abrangendo as diversas situações e tipos de obras e contratações, regiões, climas, geologia, etc;
- VII. Promover e participar de reuniões técnicas, seminários e cursos na área de custos e orçamentos de obras e serviços de engenharia;

- VIII. Manter intercâmbio com organizações de ensino, pesquisa e desenvolvimento, na sua área de atuação;
- IX. Manter intercâmbio com outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, na sua área de atuação;
- X. Manter intercâmbio com Associações privadas ou não governamentais, visando a troca e obtenção de informações úteis na sua área de atuação.

Dentre as referidas atribuições, merece destaque a responsabilidade desta Coordenação na manutenção e atualização de um sistema de custos referenciais confiável, que possa ser adotado por todos os modais, além do rodoviário, e permita a contratação de obras com valores seguros para o erário público, conforme preconizado pela própria Lei Orçamentária Anual e por diversos órgãos de controle que o utilizam como referência.

Com intuito de permitir o cumprimento integral de sua missão regimental, a CGCIT tem demandado esforços objetivando a estruturação do setor, sendo tratada atualmente como prioridade, a contratação de uma entidade com experiência comprovada na área de custos e pesquisas de preços para auxiliá-la na implantação e operação do novo Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, além da realização da pesquisa de preços de insumos em todas as unidades da federação, do desenvolvimento de estudos e pesquisas afetas à área de custos e do apoio técnico.

Responsável pela manutenção e atualização do sistema de custos oficial e pela análise e aprovação de preços novos advindos de todas as Diretorias e Superintendências Regionais, a equipe técnica hoje disponível na CGCIT não é suficiente para atender a todas estas demandas com a celeridade e a qualidade exigidas pelo serviço público.

A implantação do novo Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO trará desafios ainda maiores a esta Coordenação já carente de estrutura. Somente para exemplificar, imprescindível destacar que o número de composições de preços unitários do sistema aumentará de aproximadamente 2.000 para 12.000. Já o número de insumos a serem pesquisados sofrerá acréscimo significativo, passando de 400 para 3.500 itens, tornando ainda necessária a realização de pesquisas em todas as unidades da federação, o que não ocorre com o Sicro 2 vigente.

Além disso, com intuito de atender aos itens III e IV de suas competências regimentais, a CGCIT necessita desenvolver importantes estudos e pesquisas na área de custos. Novamente, para exemplificar, pode-se destacar que as equações tarifárias de transporte de materiais betuminosos foram desenvolvidas no ano de 2000 e sua aplicação restringiu-se, ao longo dos anos, à aplicação de índices de reajustamento para definição do custo no mês de referência definido.

Recentemente, o DNIT, em atendimento ao Tribunal de Contas da União, publicou a Instrução de Serviço nº 02/2011, corrigindo a parcela variável das equações, sem, entretanto, proceder a realização de estudos adequados a sua correta atualização. Outro estudo necessário, e há muito demandado a esta Coordenação Geral, refere-se à definição de custos de transporte fluvial de equipamentos e insumos, fundamentais para a estimativa de custos em obras na região amazônica.

Por fim, caracterizada a importância desta Coordenação Geral e os esforços empreendidos para sua estruturação, conforme se desprende do próprio processo de contratação da Fundação Getúlio Vargas, resta materializado o desafio do DNIT para seu setor de custos.

De forma sintética, detalhamos abaixo todos os estudos, pesquisas, atividades e produtos a serem desenvolvidos pela Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes nos próximos anos:

a) Estruturação da Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, em termos humanos, físicos e de organograma.

b) Implantação e operação do novo Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO):

- Análise e revisão nas aproximadamente 10.000 composições de preços unitários existentes;
- Análise e revisão das composições anteriormente aprovadas pela CGCIT;
- Análise e revisão de composições de sinalização protocoladas na CGCIT;
- Análise e revisão das composições dos terminais hidroviários denominados “Portinhos da Amazônia”;
- Atualização das composições de preços em função dos resultados advindos dos projetos de aferição de velocidades de deslocamento dos caminhões, em atendimento às determinações do Acórdão 98/2011-TCU-Plenário;
- Atualização das composições de Mobilização e de Desmobilização;
- Inclusão dos adicionais de mão de obra nos encargos sociais do SICRO;
- Inclusão de encarregados e equipamentos de pequeno porte nas composições;
- Criação de composições de preços unitários de conservação e manutenção de obras de arte especiais;
- Suporte técnico do atendimento online para os usuários do SICRO, por meio de fórum de discussão a ser mantido na internet;
- Elaboração de cartilhas simplificadas de utilização das principais operações do SICRO (10 cartilhas diferentes);
- Auxílio à CGCIT na organização e apresentação de, no mínimo, 2 workshops sobre a utilização do SICRO a serem ministrados para os técnicos e profissionais da sede do DNIT e de 3 workshops para os técnicos e profissionais das Superintendências Regionais;
- Auxílio à CGCIT na organização e apresentação de 3 (três) seminários sobre a utilização do SICRO, a serem realizados no auditório do DNIT, em Brasília, conforme proposta abaixo:
 - ✓ 1º Seminário – Técnicos e profissionais da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, dos departamentos estaduais de estradas de rodagem, de entes conveniados e de demais órgãos públicos interessados;
 - ✓ 2º Seminário – Profissionais de empresas de projeto, consultoria e supervisão;
 - ✓ 3º Seminário – Profissionais de empresas de execução de obras.

c) Desenvolvimento de estudos e pesquisas afetos ao novo Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO):

- Desenvolvimento de estudos voltados à introdução no sistema SICRO de informações sobre os custos ambientais envolvidos na execução de obras públicas (licenças, indenizações, medidas mitigatórias do impacto na flora e na fauna, consultoria, etc.);

- Desenvolvimento de mecanismos de amortecimento para evitar a interferência das variações abruptas de preços ao longo do tempo e definição da faixa e do padrão de aceitação de preços;
- Desenvolvimento de estudos voltados à definição de custos para elaboração de projetos de engenharia e de execução de outros serviços de engenharia consultiva, de modo a tornar o SICRO um sistema único de avaliação de todos os custos incorridos na execução de obras;
- Desenvolvimento de estudos de composições de custos de acampamentos padrão, com diferenciação da natureza e porte do empreendimento;
- Desenvolvimento de estudos para avaliação da necessidade de se manter a distinção entre transporte local e transporte comercial, e, se for o caso, adequar os parâmetros estabelecidos pelo Sicro para essa distinção;
- Desenvolvimento de procedimentos para a inclusão no SICRO da metodologia para a consideração da influência de chuvas excepcionais sobre a realização de serviços e obras de infraestrutura;
- Seleção de indicadores para definição de estimativas de salários médios de mercado de até 90 (noventa) categorias de mão de obra de execução, supervisão e consultoria empregadas em obras rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias, em atendimento ao Acórdão 302/2011-TCU-Plenário.

d) Realização de pesquisa nacional de preços de insumos (materiais, equipamentos e mão de obra):

- Pesquisa no Rio de Janeiro – Realização da pesquisa de preços mais completa do SICRO, envolvendo aproximadamente 3.500 insumos;
- Pesquisa nos Estados e no Distrito Federal – Realização de pesquisas de preços de aproximadamente 300 insumos líderes de famílias.
- Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá. (Total = 7.800 itens pesquisados);
- Crítica horizontal e vertical dos valores pesquisados;
- Processamento e inclusão dos valores de referência de insumos no banco de dados do novo SICRO.

e) Desenvolvimento de estudos e pesquisas afetas à área de custos do DNIT:

- Desenvolvimento de estudos para a atualização das equações tarifárias de transporte de material betuminoso (a quente e a frio);
- Desenvolvimento de estudos voltados à definição de custos para o transporte fluvial de insumos e equipamentos;
- Desenvolvimento de estudos voltados à avaliação do ganho de escala usualmente proporcionado pela aquisição de insumos em grande quantidade.

f) Parcerias e discussão técnica com outros órgãos e institutos que desenvolvem e operam sistemas de custos referenciais de obras, tais como, Caixa Econômica Federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, DAER/RS, DER/PR, Sistema de Custos de Obras – PMRJ, EMOP.

- **INSTITUTO DE PESQUISA RODOVIÁRIA - IPR**

A competência Institucional do IPR está definida no Regimento Interno do DNIT – Art. 67, incisos I até XLIV.

A missão institucional e os objetivos estratégicos do IPR seguem na integra os objetivos do chamado Ciclo de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) que compreende, em linhas gerais, a pesquisa, a normalização, a transferência de tecnologia e, complementarmente, a assistência técnica.

Na verdade, esse conceito de Ciclo é um consenso internacional no fomento e no desenvolvimento de qualquer gênero de pesquisa tecnológica, e é adotado por vários outros órgãos de pesquisa no mundo. O autor proeminente nessa área que desenvolveu a noção de Ciclo de Desenvolvimento Tecnológico foi Derek John de Solla Price.

Ilustração 1 - Ciclo de Desenvolvimento Tecnológico



Para cumprir a sua missão institucional, o Instituto de Pesquisas Rodoviárias desempenha as suas atividades por administração direta e em alguns casos de forma indireta, utilizando o concurso de empresas de consultoria especializadas, por intermédio de processo licitatório.

Atividades Desenvolvidas por Administração Direta em 2011 – IPR

Estudos e Pesquisas: Foram realizados por administração direta os seguintes estudos e pesquisas:

- Verificação das medidas deflectométricas de seis Falling Weight Deflectometer – FWD para o contrato de execução dos serviços técnicos para levantamento das condições estruturais do pavimento com a utilização do FWD;
- Levantamentos de campo e análise funcional e estrutural para relatório de inspeção técnica do trecho da BR-174/RR, Contorno Rodoviário de Boa Vista, segmento km 496,1 ao km 524,1 (a pedido da Diretoria Executiva do DNIT);
- Análise geotécnica de ponto crítico apresentando instabilidade dos cortes em solo e rocha na rodovia BR-259/ES km 15,3 ao km 49,1;
- Levantamentos de campo e análise funcional e estrutural para verificação dos defeitos precoces do pavimento asfáltico da rodovia BR-429/RO, trecho Ji - Paraná – Alvorada do Oeste, lotes 0.0 e 0.1, conforme Portaria nº 689/DG, de 04/06/2011;
- Estudos preliminares dos procedimentos mecanísticos para dimensionamento de pavimentos asfálticos e finalização de termo de referência para elaboração de um método mecanístico;
- Participação na elaboração de normativo técnico para posicionamento conclusivo quanto aos problemas reincidentes apontados pelas auditorias do TCU nos projetos e normas do DNIT;
- Avaliação das características do produto asfáltico CAP-TLA – Trinidad Lake Asphalt, representado no Brasil pela empresa Betunel Indústria e Comércio Ltda;
- Testes aplicativos do produto Pelletpave (asfalto modificado por borracha) da empresa Pheonix;
- Estudos preliminares para estabelecer critérios comparativos das alternativas de pavimento de concreto Cimento Portland e pavimento asfáltico, levando em consideração suas capacidades de suporte, de vida útil e custo-benefício;
- Estudos e testes laboratoriais para revisão da Norma DNER-ME 029/94: Solo – Determinação da Expansibilidade;
- Estudos preliminares com o equipamento Deflectógrafo de Lacroix para elaboração das normas de procedimento de utilização e calibração do equipamento.

Treinamento Técnico-Científico Realizado

O Programa de Cursos que o IPR propôs inicialmente era composto de 28 eventos em âmbito nacional, conforme constou do Processo 50607.003381/2010-16.

Por questões de insuficiência de recursos para diárias e passagens, o IPR teve que reduzir drasticamente o Programa, para um total de 4 cursos, realizados na Sede do DNIT, em Brasília.

Tabela 2 - Programa de Treinamento do IPR

IPR – Cursos 2011			
Título do Curso	Período	Local	Nº de Treinandos
Controle da Qualidade em Obras – CQOR	01/08/2011 a 05/08/2011	Sede do DNIT, Brasília-DF	17
Conservação Rodoviária Rotineira – CRR	01/08/2011 a 05/08/2011	Sede do DNIT, Brasília-DF	19
Direito Administrativo com Ênfase na Fiscalização de Obras - DAFO	29/08/2011 a 02/09/2011	Sede do DNIT, Brasília-DF	39
Gestão Ambiental em Rodovias - GAR	29/08/2011 a 02/09/2011	Sede do DNIT, Brasília-DF	33
Total			108

Inspecões, Visitas, Reuniões e Relatórios Técnicos

Em atendimento às Diretorias, à Corregedoria, às Superintendências do DNIT e demais Órgãos de Controle (TCU, CGU) da Administração Pública, os engenheiros do IPR realizaram inúmeras viagens de inspeção, com elaboração de Relatórios Técnicos correspondentes.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DAF

- **COORDENAÇÃO GERAL DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA - CGMI**

À Coordenação Geral de Modernização e Informática, atualmente subordinada à Diretoria de Administração e Finanças, compete promover a gestão e o acompanhamento de serviços especializados nas áreas temáticas relativas às políticas de desenvolvimento institucional, modernização e reforma administrativa, de documentação e da tecnologia da informação, em consonância com as orientações, normas e diretrizes emanadas pela Diretoria Colegiada do DNIT.

Encontra-se formado na Autarquia, entretanto, o processo de nº 50600.024448/2011-99, que visa efetivar a transferência da Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI, da Diretoria de Administração e Finanças – DAF para a Diretoria Executiva, sendo que, no organograma proposto, o Serviço de Telecomunicações, atualmente subordinado à Coordenação Geral de Administração Geral, também passaria a integrar a CGMI, ficando vinculado à Coordenação de Infraestrutura de Informática – COINF.

A mencionada inovação, contudo, necessita de aprovação via decreto presidencial para que fiquem remanejados, os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, da Diretoria de Administração e Finanças do DNIT para a Diretoria Executiva, na quantidade de um DAS 101.4, dois DAS 101.3 e um DAS 101.1. Essa mudança regimental virá no sentido de adequar a gestão pública à importância estratégica que a área de Tecnologia de Informação e Telecomunicações vem assumindo na modernidade.

Importa salientar que uma das mais expressivas preocupações da CGMI em 2011 foi contar com apenas 5 (cinco) servidores de carreira, dos quais apenas 1 é analista, para atendimento

a demandas da sede e 23 (vinte e três) superintendências regionais. Muito embora apresentando tal deficiência em termos de recursos e quadro de pessoal, a CGMI logrou relevantes avanços em sua Governança de Tecnologia da Informação, a exemplo das ações a seguir.

Por intermédio da CGMI, foi criado o Comitê de Tecnologia da Informação, ao qual incumbe deliberar diretrizes e decisões acerca das soluções de TI a serem adotadas pelo DNIT, visando centralizar e padronizar todas as contratações de TI no âmbito da autarquia. Entendendo a relevância da matéria, a Coordenação Geral antecipou-se em construir um Plano de Trabalho para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, cujos participantes já apresentaram expressivo avanço no quesito de capilaridade do Projeto, haja vista a ampla pesquisa realizada junto às Diretorias e Superintendências Regionais. Em face da recente aprovação e publicação da proposta de criação do Comitê de TI, o Plano de Trabalho supracitado pende apenas de aprovação.

Com relação aos diversos problemas de política de segurança da informação do DNIT, foi elaborado um plano de ações emergenciais para mitigá-los de forma imediata. Há que se considerar, entretanto, que uma ideal política de segurança da informação deve estar pautada na Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VI, c/c Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR, sendo elaborada por um Comitê de Segurança da Informação. Nesse sentido, a Coordenação Geral encaminhou proposta de criação do referido comitê, estando pendente de aprovação.

No quesito Planejamento Estratégico, insta salientar que este instrumento deve estar alinhado aos objetivos institucionais do órgão. Por outro norte, o DNIT não possui Planejamento Estratégico Institucional nem Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI em vigência. Acrescenta-se que compete ao Comitê de Tecnologia da Informação elaborar e aprovar o PDTI, que já se encontra em via de conclusão. Nesse sentido, a CGMI atuou junto às Diretorias, criando um grupo de trabalho para agilizar as atividades de elaboração do PDTI, sendo que os resultados já obtidos deverão ser homologados pelo Comitê de TI.

Ressalta-se, ainda, que, tendo em vista a ausência de Planejamento Estratégico Institucional, a CGMI houve por bem priorizar a elaboração do PETI, o qual também se encontra concluído e deverá continuar subsidiando a elaboração do PDTI, que está em consonância o Plano de Trabalho ora construído para orientar as atividades da equipe atuante.

Conforme Plano de Trabalho elaborado por essa Coordenação Geral, já se encontra em atividade o processo de verificação de compatibilidade dos recursos de tecnologia da informação com suas reais necessidades, por meio de questionário diagnóstico amplamente aplicado às unidades de trabalho do DNIT, com vistas a minimizar o risco de desperdício e de não atendimento de forma tempestiva e efetiva aos pleitos da autarquia.

No que se refere à integração de sistemas, verifica-se a necessidade de se integrar o universo de sistemas existentes na Autarquia ao SIAC – Sistema de Acompanhamento de Contratos, a exemplo do Sistema de Faixa de Domínio, Sistema Patrimonial, Sistema Desapropriação, Sistema Custo Final de Obra, Sistema Contabilidade, além do Módulo Protocolo. Nesse diapasão esta Coordenação realiza o plano de interligação, denominado SISDNIT (Serviço de Integração de Sistemas do DNIT), que foi apresentado na reunião do Conselho Administrativo do dia 30 de julho de 2011, tendo, ainda, sido apresentadas as etapas de um plano de integração de *softwares*.

Quanto ao parque tecnológico e à compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades do DNIT, a CGMI verificou a necessidade de aprimoramento, mediante investimentos em hardware e na aquisição de licenças de *softwares*, em especial os relacionados à área de engenharia, atualmente insuficientes ao desenvolvimento dos trabalhos na Sede e Superintendências Regionais, situação relacionada ao fortalecimento do ambiente de controle.

Nesse cenário, a CGMI iniciou o processo de desenvolvimento do novo Sistema de Gestão Financeira - SGF, conectado ao SIAC (Sist. de Acompanhamento de Contratos) e deu prosseguimento ao desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Projetos e Obras Delegadas, além de designar servidores para ingressar no Comitê de Segurança da Informação do Ministério do Planejamento e do Gabinete de Segurança Institucional.

Foram, ainda, adquiridas 195 (cento e noventa e cinco) licenças de *softwares* gráficos da Autodesk para a análise e acompanhamento de projetos desenvolvidos pelos prestadores de serviço, além da otimização na elaboração de anteprojetos viários. Como estratégia principal, a CGMI iniciou o processo de integração dos diversos sistemas de sua plataforma computacional e priorizou a modernização do seu parque de *hardwares*. No que tange aos equipamentos, foram adquiridos 1000 (mil) microcomputadores PC sendo a maioria destinada a atender as Superintendências Regionais e Unidades Locais da Autarquia. Também foram adquiridos 100 (cem) notebooks, 5 (cinco) servidores (com verba da CG de Operações Rodoviárias para o processamento de multas) 27 (vinte e sete) Switches para rede do DNIT e 6 (seis) Racks com alimentação para o CPD, conforme quadro demonstrativo constante das páginas 186 e 187.

- **COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH**

Em conformidade com o Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução CA nº 10 de 31/01/2007, publicada no DOU de 26/02/2007, são atribuições da Coordenação Geral de Recursos Humanos as descritas a seguir:

“Art. 49 À Coordenação Geral de Recursos Humanos, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças, compete implementar a política de recursos humanos, estabelecida pela Diretoria Colegiada do DNIT, compreendendo a programação, coordenação e administração de atividades de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, o Plano de Capacitação e Treinamento Pessoal, o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, a realização de concurso público para admissão de pessoal, o cadastro e pagamento de pessoal, medicina do trabalho e assistência médico social, concessão de auxílios e benefícios aos servidores, e orientação quanto ao cumprimento da legislação vigente, no que diz respeito aos direitos e deveres dos servidores.”

O quadro reduzido de pessoal permaneceu afetando negativamente a atuação do DNIT no exercício de 2011, pois o quantitativo de recursos humanos é inadequado às necessidades operacionais da Autarquia. Apesar do concurso realizado em 2009, para 100 cargos de Analista em Infraestrutura de Transportes, com provimento de mais 50 cargos no exercício de 2009 e 2010, e ainda a autorização excepcional para o provimento de 100 cargos no exercício de 2011, a situação não melhorou, tendo em vista que continua a evasão dos servidores do concurso de 2006 e não foi autorizado novo concurso para os demais cargos, inclusive os cargos das áreas administrativas.

O quadro abaixo apresenta a situação da força de trabalho do DNIT:

RH	ATIVOS	APOSENTADOS	CEDIDOS	REQUISITADOS	BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	CARGO EM COMISSÃO
DEZ/2009	2708	260	46	145	176	57
DEZ/2010	2646	319	50	138	202	49
DEZ/2011	2627	378	50	109	247	32

É de se observar que o DNIT possui atualmente 857 (oitocentos e cinquenta e sete) servidores percebendo “Abono de Permanência” e que podem requerer aposentadoria a qualquer momento.

Assim, o quadro de pessoal do DNIT não está adequado às suas necessidades, em face de suas atribuições legais frente à administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais.

O Quadro aprovado, em conformidade com os artigos 2º e 4º da Lei nº 11.171, de 02/09/2005, é composto de 4.740 cargos, sendo 1.507 de Nível Superior e 3.233 de Nível Médio.

Entretanto, em 31/12/2011, o Quadro real totalizava 2.682 servidores, sendo 995 de Nível Superior, 1.681 de Nível Médio e 6 de Nível Auxiliar, havendo, portanto, 2.058 cargos vagos.

Por outro lado, de acordo com estudos realizados em 2009, a força de trabalho necessária para a Autarquia desempenhar suas funções foi projetada em 6.140 servidores, sendo de 2.470 de Nível Superior e 3.670 de Nível Médio.

O quadro reduzido de pessoal afeta o desempenho dos servidores, que ficam sobrecarregados e não conseguem atender com a eficiência e a eficácia desejadas todas as tarefas que lhes são confiadas.

Em 31/12/2011, o quadro de pessoal do DNIT era composto de 807 servidores integrantes das Carreiras criadas em 2005 e 1.875 servidores originários do extinto DNER e do Ministério dos Transportes. Sendo que, conforme dito, desse total, 857 (oitocentos e cinquenta e sete) já estão em condições de aposentar-se a qualquer hora e uma boa parte do restante deverá completar os requisitos para aposentadoria nos próximos anos.

Assim, urge a necessidade de se estabelecer um cronograma para o ingresso de novos servidores, tanto para suprir a demanda existente, quanto para possibilitar a renovação dos quadros atuais.

Adequação do Quadro de Pessoal

Em virtude da grande evasão de servidores admitidos no concurso de 2006, por meio de exoneração ou declaração de vacância por posse em outro cargo inacumulável, e concessões de aposentadorias, a quantidade de servidores que compõem o quadro de pessoal do DNIT era e ainda permanece insuficiente para o cumprimento das funções básicas da entidade. A Tabela, a seguir, demonstra a evasão nos últimos 5 anos.

Tabela 3 - Evasão de Servidores Admitidos no Concurso de 2006

PERIODO	OCORRÊNCIA	QTDE
JAN – DEZ / 2007	DESLIGAMENTOS	129
	APOSENTADORIAS	45
2007 Total		174
JAN – DEZ / 2008	DESLIGAMENTOS	110
	APOSENTADORIAS	52
2008 Total		162
JAN – DEZ / 2009	DESLIGAMENTOS	93
	APOSENTADORIAS	64
2009 Total		157
JAN – DEZ / 2010	DESLIGAMENTOS	46
	APOSENTADORIAS	60
2010 Total		106
JAN – DEZ / 2011	DESLIGAMENTOS	31
	APOSENTADORIAS	70
2011 Total		101
Sub-total 1	DESLIGAMENTOS	409
Sub-total 2	APOSENTADORIAS	291
Total Geral		700

Fonte: Sistema de Recursos Humanos do DNIT

Observa-se que a autarquia perdeu 700 servidores num período de 5 anos. Essas saídas de servidores treinados e conhecedores das atividades do DNIT acarretam sérios problemas e dificuldades para o alcance da sua missão institucional.

Visando suprir as perdas de servidores, ocorridas desde a realização do último concurso público do órgão, em 2006, a Direção do DNIT se empenhou no sentido da realização de novas contratações para a autarquia.

Em maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, por intermédio da Portaria nº 125, publicada no DOU de 28/5/2008, autorizou a realização de processo seletivo simplificado para a contratação temporária de 200 (duzentos) Técnicos de Nível Superior, com base na Lei nº 8.745, de 1993. Neste particular, cabe registrar que a realização das provas do processo seletivo simplificado foi suspensa por determinação judicial; situação que se encontra pendente até hoje, agravando ainda mais a deficiência de Recursos Humanos.

O DNIT obteve, também em 2008, autorização para a realização de concurso público visando à contratação de 100 novos servidores efetivos para o cargo de Analista em Infraestrutura de Transportes. A autorização ocorreu por meio da Portaria nº 147/MPOG, publicada no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2008, cujo prazo foi prorrogado por meio da Portaria nº 369/MPOG de 05 de dezembro de 2008 e o concurso foi realizado, sendo que os servidores ingressaram no DNIT já no final do exercício de 2009 e início de 2010. Houve também, do mesmo concurso, o ingresso de 88 servidores no exercício de 2011, em razão da autorização constante da Exposição de Motivos Interministerial nº 162, publicada no DOU de 25 de agosto de 2011.

Dando continuidade ao processo de estruturação da força de trabalho e visando suprir as suas necessidades, bem como cumprir as determinações dos Órgãos de Controle, o DNIT, por intermédio do Ofício nº 224/2011/DG, de 31 de janeiro de 2011, solicitou autorização para a convocação de mais 100 (cem) candidatos aprovados no concurso realizado em 2009, para o cargo

de Analista em Infraestrutura de Transportes e ainda a realização de concursos públicos em 2011 e 2012, para os cargos indicados abaixo, o que não se efetivou.

CARGO	VAGAS		
	2011	2012	Total
Analista em Infraestrutura de Transportes	0	282	282
Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes	824	411	1235
Analista Administrativo	180	89	269
Técnico Administrativo	94	47	141
Total	1.098	829	1.927

Em novembro/2011, foi elaborada proposta de nova Política de Recursos Humanos desta Autarquia para o período de 2012 à 2014, encaminhada ao Ministério dos Transportes por meio do Ofício nº 206/2011/DIREX, de 7 de novembro de 2011, que, entre outras proposições, reforça a necessidade da realização de concurso público.

Política Remuneratória do DNIT

A remuneração dos servidores está estruturada pela Lei nº 11.171/2005, que criou as Carreiras e o Plano Especial de Cargos do DNIT.

A partir de 1º de janeiro de 2010, houve uma melhoria na estrutura remuneratória, principalmente para os cargos da área finalística. Entretanto, existe descontentamento por parte dos servidores da área administrativa, em razão da diferença entre as remunerações estabelecidas para os respectivos cargos.

Por outro lado, a regulamentação das gratificações de desempenho no exercício de 2010, que ocorreu por meio do Decreto nº 7.133/2010, publicado no DOU de 22/03/2010, possibilitou a efetivação da avaliação individual dos servidores, refletindo diretamente na remuneração dos servidores, uma vez que foi possível implantar a pontuação individual da gratificação aumentando em até 20 pontos a pontuação recebida, até então, por cada servidor.

Finalmente, é de se registrar a edição do Decreto nº 7.629, publicado no DOU de 1º de dezembro de 2011, que regulamentou a progressão e a promoção funcional, restando ainda o necessário disciplinamento da Gratificação de Qualificação, instituída pelo art. 22 da Lei nº 11.171, publicada no D.O.U de 05 de setembro de 2005.

Capacitação de Servidores

A partir do ano de 2008, o DNIT passou a definir um Programa de Capacitação anual para os servidores, contemplando ações que visam o aperfeiçoamento das técnicas e procedimentos e a correção de deficiências de cada setor de trabalho, visando à melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais da Autarquia, em conformidade com o disposto no art. 13 da Lei nº 11.171/2005, que dispõe sobre a implementação do programa de capacitação, treinamento e desenvolvimento para os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e as determinações contidas no Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

Esse programa vem sendo aperfeiçoado a cada ano e apresentou os seguintes indicadores nos exercícios de 2008 a 2011:

Descrição	2008	2009	2010	2011
Eventos Realizados (cursos, seminários, etc)	25	46	63	95
Servidores Treinados	515	1747	1424	724

Em 2011, as expectativas eram de que fossem oferecidos cursos e eventos para 1.500 servidores, contemplados com 75 atividades de capacitação com base na dotação orçamentária prevista, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Porém, após a publicação do Decreto nº 7.446/2011, que estabeleceu limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no referido exercício, o Plano Anual de Capacitação teve que ser reestruturado. Os cursos de âmbito nacional tiveram que ser selecionados de forma a atender o maior número de servidores possível, dentro do orçamento disponível, sem perder de vista o interesse e necessidades prementes do Departamento.

O resultado foi a descentralização dos recursos para as Superintendências, de forma a oferecerem os cursos localmente, evitando com isso o deslocamento dos servidores. Com essa medida, a previsão de 75 cursos passou a ser de 212, com 2.351 servidores treinados, efetivando-se a execução de 95 cursos.

As atividades de capacitação foram realizadas mediante a contratação dos cursos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, pelos professores da Universidade Federal do Pará, entre outros, além daqueles oferecidos por instituições privadas especializadas.

Cabe ressaltar que apenas uma parcela dos cursos voltados para as áreas técnicas foi realizada mediante instrutoria interna, por servidores da própria Autarquia e de outros órgãos, com base no Decreto nº 6.114/2007, com o pagamento de gratificação por encargo de curso ou concurso, reduzindo-se a utilização de recursos orçamentários. Essa modalidade apresenta vantagem pela importância do envolvimento e da participação dos próprios servidores como condutores do processo de capacitação.

A maioria dos cursos voltados para os técnicos da área finalística foi programado/organizado pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR: Controle de Qualidade de Obras Rodoviárias; Conservação Rodoviária Rotineira, Direito Administrativo com ênfase em fiscalização em obras e Gestão Ambiental em Rodovias.

Para o exercício de 2012, a expectativa é de que sejam oferecidos cursos e eventos para 1.500 servidores, contemplados com 90 atividades de capacitação com base na dotação orçamentária prevista, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Serviço Médico Social – SMS/CGRH/DAF

O SMS/CGRH/DAF possui apenas 1 (um) médico e 1 (um) odontólogo, para a realização de todas as suas atividades, considerando inclusive que estes recebem “abono de permanência” podendo, desta forma, se aposentar a qualquer tempo.

Mesmo com esta deficiência, no ano de 2011, realizou exames médicos periciais para fins de concessão de licenças para tratamento de saúde (LTS), aposentadoria, revisão de aposentadoria, pensão, dependência econômica, remoção e demais benefícios relacionados à doença e a incapacidade laborativa; emitiu pareceres e laudos médicos periciais a servidores, dependentes e pensionistas; fiscalizou o plano de saúde; realizou atendimento odontológico a 582 (quinhentos e

oitenta e dois) servidores e dependentes; realizou exames médicos admissionais na Sede e Superintendências Regionais; Compôs Junta Médica Oficial do DNIT/Sede, com os médicos peritos das Superintendências Regionais do DNIT nos Estados do Mato Grosso e Minas Gerais, para a realização de perícias nas Superintendências Regionais que não possuem médicos em seu quadro de pessoal; realizou campanha de vacinação em conjunto com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal; e fiscalizou periodicamente as condições do restaurante mantido pelo DNIT, visando à manutenção da saúde e a integridade física dos servidores.

A Autarquia possui Plano de Saúde que engloba a assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações para os servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, através de contrato com empresa especializada, em conformidade com a Portaria Normativa SRH/MP nº 05, de 13/10/2010, cujos serviços são prestados em caráter nacional, principalmente nas capitais e nos municípios onde estão situadas as Superintendências Regionais e as Unidades Locais, num total de 115 (cento e quinze) cidades. Em dezembro de 2011, o Plano de Saúde abrangia 3.679 (três mil, seiscentos e setenta e nove) beneficiários. Em janeiro de 2012, o plano foi renovado com a mesma empresa.

Além de todas as atividades pertinentes à perícia e avaliação médica, o Serviço Médico-Social/CGRH/DAF realizou a campanha permanente de prevenção da hipertensão arterial na qual houve 1.121 (mil, cento e vinte e um) atendimentos.

O SMS também realizou campanha de vacinação em conjunto com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, disponibilizando as seguintes vacinas do calendário do adolescente e adulto: Hepatite B, dT, Febre amarela, Tríplice viral, Influenza sazonal e Influenza AH1N1. Foram vacinadas 573 (quinhentas e setenta e três) pessoas, lotadas no Edifício Sede do DNIT.

Em 2011, o SMS participou de reuniões para a formação de convênio de colaboração mútua entre o DNIT e o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS – Unidade do Ministério da Justiça, cujo objetivo é a avaliação pericial dos servidores públicos federais, pertencentes aos órgãos e autarquias deficientes de médicos em seu quadro de pessoal, para a composição de juntas médicas singulares ou compostas. O SMS pretende em 2012 participar efetivamente deste convênio, para facilitar os trabalhos da Junta Médica Oficial do DNIT.

Cabe ressaltar que desde 2010 o DNIT participa do Grupo Executivo Interministerial de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEI-ESPII) no combate à Gripe AH1N1 (Influenza A).

• **COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – CGAG**

É competência institucional da CGAG administrar os seguintes recursos logísticos:

- Manutenção Predial;
- Gestão patrimonial de materiais e bens móveis;
- Gestão de imóveis públicos;
- Gestão dos contratos administrativos de sua competência;
- Administração do acervo documental.

Gerir de forma eficiente e eficaz os recursos logísticos sob a sua competência, de acordo com a disponibilidade orçamentária autorizada pela Lei Orçamentária Anual – LOA.

Manutenção Predial:

Equipe:	03 Servidores	Contratos: 05	VALOR TOTAL ANUAL:	R\$ 10.271.438,00
----------------	----------------------	----------------------	---------------------------	--------------------------

Contratação, mediante licitação, de empresas especializadas nas seguintes atividades: segurança patrimonial e pessoal; limpeza e conservação; brigada contra incêndio; manutenção de elevadores; manutenção de sistemas de telecomunicações; manutenção de veículos; fornecimento de combustíveis; manutenção de sistemas de combate a incêndios; fornecimento de serviços de telefonia fixa e móvel, local e interestadual e demais atividades permanentes.

Gestão Patrimonial de Materiais e Bens Imóveis

Equipe	03 Servidores	Gerência e Planejamento de aquisições de bens no valor estimado anual de:	R\$ 5. 016.339,20
---------------	----------------------	--	--------------------------

Aquisição, mediante licitação, de mobiliários, equipamentos e materiais de consumo para suprir as demandas das diversas Diretorias do DNIT; gestão do parque de bens móveis mediante sistema informatizado de administração patrimonial; desfazimento de bens inservíveis mediante autuação de processo administrativo específico e autorização da Diretoria Colegiada; aquisição de materiais de expediente e de consumo, mediante licitação, para atendimento e suprimento das diversas Diretorias da Autarquia; gestão do estoque de materiais mediante utilização de sistema informatizado.

Gestão Patrimonial de Bens Imóveis

Atualmente, apenas o edifício Sede do DNIT em Brasília encontra-se sob o controle patrimonial da Autarquia. Os demais imóveis que pertenciam ao extinto DNER encontram-se sob a administração da Secretaria de Patrimônio da União e deverão ser incorporados oportunamente ao patrimônio do DNIT.

Gestão de Contratos Administrativos:

Equipe:	02 Servidores	Contratos: 23	VALOR TOTAL ANUAL:	R\$ 16.784.905,93
----------------	----------------------	----------------------	---------------------------	--------------------------

Supervisão, orientação, controle e promoção das aquisições de bens materiais e de serviços na área administrativa; elaboração de termos de referência; prestação de apoio às Comissões de Licitação; controle dos contratos quanto ao vencimento, prorrogações, acréscimos e supressões, alterações econômico-financeiras, assinaturas e alterações legais.

No momento, não há Programa de Governo sob a responsabilidade direta da Coordenação Geral de Administração Geral, todavia, o papel de suporte logístico de recursos materiais, sejam bens, sejam serviços, revela-se fundamental para que as áreas finalísticas responsáveis por tais programas disponham de condições de funcionamento.

Análise do Andamento do Plano Estratégico

Contextos:

Político - Decisões relevantes foram adiadas devido à exoneração dos Diretores do DNIT, no segundo semestre de 2011.

Econômico - Limitação de investimentos devido às restrições orçamentárias determinadas pelo Governo Federal em 2011.

Tecnológico - Limitação da eficiência na gestão administrativa devido à falta de sistemas informatizados gerenciais confiáveis, à falta de servidores e à falta de estrutura.

Limitações:

Instalações - Sistema de ar condicionado central obsoleto e Parque de Informática defasado.

Pessoal - Reduzido quadro de servidores diante das obrigações e atribuições inerentes à CGAG; Falta de treinamento e capacitação para os servidores executarem suas tarefas com qualidade e eficiência; Diferenças entre as tabelas remuneratórias das diversas carreiras do DNIT e a composição remuneratória reduzida, as quais geram insatisfação e constante evasão dos profissionais da área administrativa; Excesso de terceirização.



DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - DIR

A Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR tem como competência institucional administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infraestrutura rodoviária; revisar projetos de engenharia na fase de execução de obras; exercer o poder normativo relativo à utilização da infraestrutura de transportes rodoviários; promover o detalhamento do programa anual de investimentos, com a participação das Superintendências Regionais; gerir as rubricas constantes do OGU, relativas aos Programas de Trabalho de Infraestrutura Rodoviária; promover o detalhamento dos programas de obras e serviços de infraestrutura rodoviária; promover o acompanhamento físico e financeiro das obras e serviços sob sua jurisdição; promover meios necessários à implantação nas obras e serviços de programas de controle da qualidade, bem como zelar para que sejam atendidos em tempo hábil todos os requerimentos provenientes do Ministério dos Transportes, do Poder Legislativo e seus componentes, assim como os requerimentos, acórdãos e decisões dos órgãos de controle dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A premissa de programar, coordenar e acompanhar a execução de obras de construção, pavimentação, aumento da capacidade, modernização, eliminação de pontos críticos, obras de arte especiais, acessos e travessias urbanas, obras de restauração e manutenção, sinalização e controle/operação viária tanto em contratos diretos com o DNIT, como através de convênio firmado com entidades governamentais são de grande relevância para o aumento de capacidade da malha rodoviária do país, não obstante a incumbência de coordenar e fiscalizar as obras e serviços tendo em vista o fiel cumprimento dos prazos de execução e padrões de qualidades definidos nos contratos e convênios faz parte do objetivo estratégico desta diretoria no alcance do bem estar do cidadão na utilização das vias rodoviárias de integração nacional do nosso país.

Construção Rodoviária e Manutenção/Conservação Rodoviária

Em 2011, foram concluídas obras em 628 km de Rodovias em todo o Brasil. Em andamento há intervenções em 6860 km, sendo 746 km iniciados em 2011. Do total das obras em andamento, são 2.293 km de obras de duplicação e adequação e 4.576 km de construção e pavimentação. Foram executados também, 14.668 km de sinalização.

Ao longo de 53.831 km de rodovias há obras para garantir boa qualidade das vias e mais segurança aos usuários. São 4.081 km em restauração, 29.528 km em conservação e outros 20.222 km com contratos de restauração e manutenção rodoviária (CREMA).

Destacam-se as obras de construção nas rodovias BR-163-PA, BR-101-NE e BR-060-GO.

Na BR-163-PA, foram concluídos cerca de 300 km de pavimentação, no trecho entre a divisa PA/MT até o entroncamento com a BR-230-PA. Com isto, já se conseguiu uma forte redução do custo de transporte, pois facilitou o acesso das mercadorias ao Porto de Mirituba-PA, a partir de onde se faz transporte hidroviário.

Quanto a BR-101-NE, concluiu-se o ano de 2011, restando apenas pequenos pontos localizados ainda sem duplicação, estando todo o restante, os mais de 300 km entre Natal-RN e Palmares-PE já duplicados.

Quanto a BR-060-GO, cuja obra de duplicação se estende de Goiânia-GO a Jataí-GO e passando por Rio Verde-GO foi possível duplicar cerca de 80 km já no exercício de 2011. Essa rodovia é a que apresentou um melhor ritmo de execução durante o ano.

O principal resultado do terceiro trimestre do ano em Rodovias foi à conclusão de 505 km de estradas pelo país, com destaque para as BR-262-MG, BR-020-DF/GO, BR-450-DF e BR-070-GO. Há em andamento outros 6.651 km de obras em rodovias federais, com destaque para a BR-359-MS, BR-470-RS e BR-163-PR. As rodovias federais são classificadas como: rodovias radiais, quando a quilometragem tem como ponto inicial a Capital Federal Brasília; rodovias longitudinais, iniciadas a partir do litoral; rodovias transversais; rodovias diagonais e rodovias de ligação.

Ainda no âmbito das rodovias federais a DIR disponibiliza aos usuários, no portal do DNIT, alguns serviços e informações, tais como:

I. Condições de Rodovias

Através do portal do DNIT o usuário pode consultar este serviço para verificar as condições de trafegabilidade das rodovias federais do país.

II. Autorização Especial de Trânsito – AET

O serviço visa atender solicitações, análises e liberações de Autorização Especial de Trânsito - AET, fornecendo-as diretamente pela Internet ou agilizando o processo daquelas que necessitam de estudo de viabilidade. Além disso, a AET orienta usuários sobre o levantamento e cadastramento de dimensões de obras-de-arte especiais e elementos relacionados às limitações de largura e peso de veículos em trechos de rodovias federais. Os critérios para a aprovação do serviço são estipulados de acordo com a classificação para cada resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

III. Estatísticas De Acidentes

As estatísticas de acidentes nas rodovias federais podem ser consultadas no banco de dados do portal DNIT, que tem como base os registros efetuados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF.

IV. Faixa de Domínio

A “Faixa de Domínio” é a base física sobre a qual assenta uma rodovia. Os procedimentos e documentações necessários para a solicitação ao uso das Faixas de Domínio podem ser verificados no site do DNIT. A execução do serviço depende da aprovação do projeto técnico pela Área de Engenharia e documentação legal da Permissionária que irá executar o serviço. Ele deve ser aprovado pela Procuradoria Federal nas Superintendências Regionais.

V. Multas de Trânsito nas Rodovias Federais não Delegadas

As multas de trânsito aplicadas nas rodovias federais não delegadas e não concessionadas podem ser consultadas pelo sistema informatizado disponível no portal DNIT.

VI. Pesagem de Veículos

Para a preservação e segurança das rodovias federais pavimentadas, o Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem contrata empresas ou consórcios de empresas para a execução de serviços fixos e portáteis (móveis) de pesagem dinâmica e sistemas complementares associados.

VII. Placas de Sinalização

As placas de sinalização devem seguir as regras instituídas nos Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito - Volume I, II e IV – que visam uniformizar e padronizar a Sinalização Vertical e Horizontal.

VIII. PRODEFENSAS

O Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais – PRODEFENSAS - reabilita as Defensas Metálicas existentes, implanta novas Defensas e mantém o sistema de Defensas Metálicas na Malha Rodoviária Federal. O programa tem o objetivo de atuar na segurança das rodovias federais com a aplicação de materiais refletivos ao longo de sua extensão.

Programa Nacional de Controle de Velocidade – PNCV

Para reduzir os acidentes de trânsito em áreas urbanas e rurais o DNIT já executa o PNCV – Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade. Serão instalados nas rodovias federais 2.696 equipamentos, que vão monitorar 5.392 faixas pelo prazo de cinco anos. Durante este período, o governo federal investirá R\$ 773,3 milhões no programa, com recursos previstos no PAC.

A licitação do PNCV durou cerca de um ano e foi concluída em dezembro/2010, dos doze contratos previstos onze estão assinados, as empresas e consórcios, em posse da ordem de serviço, elaboram os estudos técnicos, de acordo com Resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN (146/2003, alterada pela 214/2006).

Os estudos, além de atenderem dispositivos legais, indicam a localização exata e melhor aproveitamento dos equipamentos baseados nos dados de acidentes, segmentos críticos existentes e nos registros do tráfego local.

O controle de velocidade é mais uma iniciativa do DNIT para aumentar a segurança dos usuários de rodovias federais, definido a partir de estatísticas da autarquia. Em todo o mundo, diversos estudos comprovam as vantagens da redução da velocidade para um trânsito mais seguro.

De acordo com dados da Conferência Global sobre o Uso da Tecnologia para Aumentar a Segurança nas Rodovias, realizada em Moscou em 2009, reduzir a velocidade em 1% leva a uma diminuição de 2% no número de feridos leves, 3% menos feridos graves e 4% menos mortos.

Análise dos 321 pontos, onde funcionaram lombadas eletrônicas, entre 2002 e 2007, comprovaram que a redução do número de acidentes chegou a 69%. Para decidir sobre a localização de cada tipo de equipamento do PNCV, o DNIT se baseou em estudos técnicos anuais dos pontos críticos das rodovias federais, elaborados pela autarquia a partir de dados de ocorrência de acidentes levantados pela Polícia Rodoviária Federal em todos os Estados.

TIPOS DE EQUIPAMENTOS - Nas áreas urbanas das rodovias serão 1.130 barreiras eletrônicas (ou lombadas eletrônicas), que fazem o controle ostensivo da velocidade e 466 equipamentos para fiscalizar o avanço de sinal vermelho e a parada sobre faixa de pedestres. Nos trechos rurais serão 1.100 radares fixos discretos. Este último tipo de máquina é inédito em rodovias federais brasileiras e tem a função de manter a velocidade dos veículos dentro do limite permitido na via. Já as lombadas eletrônicas (Redutores Eletrônicos de Velocidade) são dispositivos que auxiliam o monitoramento das rodovias, nos pontos onde existe conflito do tráfego de longa distância com fluxo das áreas urbanas.



DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA – DPP

A Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP é responsável pelo planejamento, estudos, licenciamentos e supervisões ambientais, estudos de viabilidade e projetos para a infraestrutura sob a administração do DNIT. Cabe à área executar ações relativas à gestão e à programação de investimentos anual e plurianual para a infraestrutura do Sistema Federal de Viação.

De acordo com o contido no Regimento Interno do DNIT, a competência da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT é definida no Inciso V, do Parágrafo 2º, do Art. 85 da mesma Lei.

Como visto, embora o DNIT seja Órgão executor das políticas de transportes definidas pelo Ministério dos Transportes, dentro do Órgão as atividades de planejamento são inerentes, regimentalmente, à esfera de atuação da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP, e a sua organização, apresentação de proposições sobre o tema e a correta aplicação das ações planejadas é vital para o desempenho da Autarquia.

- **COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS - CGPLAN**

O planejamento da infraestrutura de transportes, em razão da dinâmica, importância e dimensão do setor dentro da economia, torna-se uma atividade das mais complexas e que exige uma interação constante dos agentes públicos, econômicos e da sociedade civil, levando-se em conta, dentre outros aspectos, fatores socioeconômicos e naturais do meio ambiente, além de características específicas, cujos resultados são alcançados ao longo do tempo e não termina necessariamente quando o objetivo do planejamento é atingido.

O fortalecimento do setor de planejamento do DNIT, com a atualização constante dos dados de levantamento de campo e a aplicação de técnicas avançadas de controle e monitoramento da infraestrutura do sistema de transporte, é peça fundamental no sucesso dos diversos programas de intervenções da malha viária.

Anteriormente, o papel do planejamento do DNIT foi sufocado pelas demandas emergenciais e pela escassez de recursos.

Considerando que os recursos orçamentários e financeiros são limitados para execução dos empreendimentos necessários, e que cada um destes pode transferir à sociedade diferentes tipos e montantes de benefícios, faz-se necessária a elaboração de estudos específicos para identificar a demanda, testar a viabilidade das soluções técnicas possíveis e hierarquizá-las de forma consistente, principalmente por meio de seus respectivos indicadores de rentabilidade, de forma a subsidiar tomada de decisões.

A lacuna que existiu por diversos anos no planejamento das ações do DNIT permitiu a falsa visão da falta de programação do órgão para a execução das tarefas a ele atribuídas e essa impressão equivocada tem gerado questionamentos dos órgãos de controle.

Hoje, o planejamento do DNIT encontra-se em um novo rumo, juntando esforços na consolidação eficiente dos mecanismos de gestão da infraestrutura federal de transportes.

É necessário, portanto, consolidar as ações que visem à implantação de um Planejamento eficiente das atividades do órgão, objetivando a organização dos processos e acompanhamento das atividades inerentes desta autarquia.

Neste contexto, a proposta do **Programa de Ações Integradas para o Planejamento da Infraestrutura Federal de Transportes – PROAÇÃO/DNIT** se apresenta como importante ferramenta capaz de agrupar, organizar e integrar o rol de ações que se encontra em desenvolvimento ou em execução dentro do Órgão, identificar demandas complementares às já inseridas no portfólio do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do Plano Nacional de Logística de Transportes PNLT/MT, do PROMODAL/DNIT, além das determinações constantes do Acórdão nº 886/2010, do Tribunal de Contas da União, relativamente ao controle, organização, gestão e disponibilização da informação.

O **PROAÇÃO** consiste na elaboração e na implantação de uma série de estudos técnicos e subsistemas que auxiliarão os Gestores deste Departamento na tomada de decisões relacionadas ao planejamento, acompanhamento e gestão dos investimentos públicos em infraestrutura nacional de transportes.

O Programa ora proposto será desenvolvido em quatro fases e mantém estreita relação de sinergia com as diretrizes e as carteiras de investimentos do Plano Nacional de Logística de Transportes PNLT/MT, do PROMODAL/DNIT, além do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Plano Plurianual – PPA vigente e em elaboração e com as determinações emanadas dos Órgãos de Controle TCU, sendo composto basicamente por novos procedimentos no âmbito do DNIT para elaboração de estudos, projetos e pesquisas, bem como para a disponibilização de software de análise, controle e armazenamento eletrônico dos dados oriundos dos citados produtos.

Com a implantação do núcleo de Geoprocessamento em 2006, a DPP iniciou sua missão de elaborar e manter, devidamente georreferenciada, toda a base de dados geográfico representativos dos dispositivos integrantes do sistema federal de transportes multimodais, de modo a garantir a padronização, a qualidade, a unificação e a atualização dinâmica dos dados coletados.

Inseridos nesse Projeto estão, além dos serviços de levantamento das coordenadas geográficas por GPS (Sistema de Posicionamento Global) com a identificação posicional dos eixos das Rodovias Federais Pavimentadas, incluídas as Obras de Artes Especiais e respectivo registro fotográfico, o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas – DNITGeo.

A incorporação de um sistema de informações geográficas na gestão da infraestrutura de transporte é, sem dúvida, um grande passo na integração das informações técnico-gereciais para o planejamento estratégico do DNIT.

Com a utilização do DNITGeo é possível realizar o tratamento e manutenção dos dados gráficos georreferenciados, análises espaciais, criação de rotas, elaboração de mapas, entre outros.

Para dar suporte ao DNITGeo foi implantado Banco de Dados Gráfico Georreferenciado Unificado - BDGGU representativo dos dispositivos integrantes do Sistema Nacional de Viação com destaque para o Sistema Federal de Viação.

O PLANO DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE PROJETOS – PAS, conduzido pelo Processo nº 50600.001819/2011-64, aprovado pela Diretoria Colegiada em 21/06/2011, conforme Relato 113/2011-DPP, foi desenvolvido a partir, principalmente, das diretrizes emanadas pelo Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, PROMODAL e das necessidades identificadas com base nos levantamentos das demandas já registradas no Órgão, e objetiva realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental – EVTEA para a adequação e expansão da rede federal de infraestrutura de transportes e foi modelado em duas etapas:

- A primeira etapa consistirá em eleger um portfólio de empreendimentos rodoviários que serão objeto de EVTEA, e;
- Numa segunda etapa, os projetos de engenharia e os estudos ambientais serão priorizados, especialmente, por indicadores de rentabilidade socioeconômicos, resultante dos estudos de viabilidade.

Sobre os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica Ambiental, 9 estudos foram licitados em 2.060 km, sendo 8 estudos de Viabilidade técnica aprovados em 2011 em uma extensão de 1.136,20 km. Foram propostas 27 lotes de EVTEA, com elaboração dos respectivos anexos (Termo de Referência, Indicações Particulares e Estimativa Orçamentária) contemplando uma extensão de aproximadamente 12 mil quilômetros. Destaca-se 33 estudos analisados, nas mais diversas etapas, ou seja, desde o relatório de programação até o relatório final.

Outras atividades estão sendo desenvolvidas por esta Coordenação Geral. A título de exemplo, citamos:

- Levantamento das Condições Estruturais de cerca de 28 mil km de rodovias - que retoma a realização desse serviço depois de mais de 10 anos de interrupção;
- Levantamento cadastral e estrutural de 5.100 obras de arte especiais (pontes, viadutos, pontilhões e túneis) em fase final de licitação, com previsão de início dos levantamentos para o mês de maio de 2012;
- Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis - PROFAS – instituído pela Portaria Interministerial nº 423, de 26 de outubro de 2011, expedida pelos ministérios do Meio Ambiente e Transportes, tem a finalidade de promover a elaboração e execução dos projetos e atividades necessárias para a regularização ambiental das rodovias federais pavimentadas que não possuam licença ambiental, cujos estudos já foram concluídos pela CGMAB e o plano de execução encontra-se em elaboração pela CGPLAN;
- Plano Nacional de Contagem de Tráfego – PNCT – consiste na realização de contagens permanentes em pontos estrategicamente selecionados e que permitirá obter dados da frota circulante nas rodovias federais, bem como a identificação das rotas em utilização. A Elaboração, execução e gestão do PNCT serão conduzidas pela CGPLAN. A última pesquisa efetuada pelo DNIT ocorreu no ano de 2001. Os resultados são subsídios básicos para os estudos de planejamento em geral, estudos econômicos, estudos de viabilidade e projetos rodoviários, essenciais ao estabelecimento de critérios para o cumprimento das finalidades atribuídas ao Departamento.

• **COORDENAÇÃO GERAL DE MEIO AMBIENTE - CGMAB**

O tema ambiental tem sido foco constante em todas as atividades inerentes ao DNIT, o qual se preocupa, cotidianamente, com a busca do ideal atendimento a toda a legislação vigente relativa ao tema.

Para cumprimento dos preceitos legais, não obstante, buscando soluções adequadas a cada situação, primando pela qualidade dos serviços, economicidade e rapidez, a Coordenação Geral de Meio Ambiente/DNIT, tem por meta de trabalho procurar garantir que todos os empreendimentos do DNIT estejam ambientalmente adequados e, para atendimento deste objetivo, busca implementar práticas de gestão ambiental com vistas a preservação do meio ambiente, nos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos.

As etapas do processo de licenciamento ambiental, desde a aprovação do Termo de Referência para os estudos ambientais respectivos até a emissão das licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e Operação (LO), respectivamente, adequadamente cumpridas, possibilitam a aprovação dos projetos, a licitação e a execução das obras e a finalmente a sua operação.

Permeiam o escopo do processo de licenciamento ambiental diversos fatores, dentre eles destaca-se à localização das obras e seu grau de impacto ao meio ambiente, o que definirá a modalidade de estudos, autorizações e programas especificados pela legislação ambiental vigente, sendo: Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), Plano Básico Ambiental (PBA), Autorização para Supressão Vegetal (ASV), etc.

O êxito do processo de licenciamento demanda constante interface com os diversos entes partícipes do processo, destacando-se: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Fundação Cultural Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ICMBio, entre outros.

Objetivando atingir a meta de garantir que os empreendimentos do DNIT atendam aos preceitos da legislação ambiental, a Coordenação Geral de Meio Ambiente desenvolve diversas atividades, destacando-se: a contratação, análise, acompanhamento e monitoramento dos estudos necessários à emissão das licenças ambientais, bem como daqueles constantes nas condicionantes das licenças emitidas, além da análise do componente ambiental dos projetos de engenharia, com a finalidade de recuperar o passivo ambiental porventura existente, evitando a geração de novos passivos e recuperando ainda aquelas áreas exploradas ou utilizadas para a execução das obras.

A fim de estabelecer, de forma clara e objetiva, a responsabilidade ambiental das empresas contratadas para execução dos empreendimentos do DNIT, a Coordenação Geral de Meio Ambiente propôs a elaboração de Instrução de Serviço sobre o tema, a qual foi emitida em 03/02/2011.

Com o intuito de disciplinar, internamente, assuntos importantes da temática ambiental, a CGMAB iniciou, ao longo do ano de 2011, a elaboração de documentos bem como a realização de oficinas, tais como:

- Ordem de Serviço que trata da disposição irregular de resíduos sólidos por terceiros nas faixas de domínio das rodovias federais;
- Diretrizes de Gestão Ambiental em Rodovias;
- Relatório Preliminar de Custos Ambientais;
- Atlas Multimodal;
- Oficinas para discussão de Fauna e Comunicação;
- Roteiro para elaboração dos requisitos ambientais dos projetos de engenharia.

Permanece em fase de implantação/especificação técnica, no DNIT, o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de documentos de engenharia e fluxo de trabalho, com o objetivo de promover a automatização do processo de análise e aprovação de projetos de engenharia para melhor atender à programação de investimentos e, neste processo, também está prevista análise do componente ambiental dos projetos de engenharia. Este sistema poderá também incrementar a rotina de recebimento e análise dos estudos e relatórios contratados pela CGMAB para o desenvolvimento do processo de licenciamento dos empreendimentos do DNIT.

As metas ambientais, constantes no SIGPLAN (2011), abrangem a totalidade do escopo das atividades inerentes ao processo de licenciamento ambiental, estando atingidas quando da aprovação dos estudos ambientais respectivos.

Acerca do Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS, foi expedida a Portaria Interministerial MMA/MT nº 423, de 26/10/2011 definindo as atividades e

fixando prazos para que o DNIT execute as ações necessárias para a regularização ambiental da malha rodoviária federal, em operação. Para tanto a portaria definiu que em até 360 dias o DNIT deverá firmar com o IBAMA Termos de Compromisso com a finalidade de apresentação de Relatórios de Controle Ambiental (RCA) para 55.000 km de rodovias, que subsidiarão a regularização ambiental por meio das respectivas Licenças de Operação (LO).

No tocante às mais recentes diretrizes estabelecidas para o processo de Licenciamento Ambiental, a Portaria Interministerial MMA/MJ/MinC/MS nº 419, de 26/11/2011, pretende regulamentar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Fundação Cultural Palmares – FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e do Ministério da Saúde, na elaboração de pareceres em processo de licenciamento ambiental de competência federal.

A Coordenação Geral de Meio Ambiente, para o desenvolvimento das atividades relativas ao processo de licenciamento ambiental, tem enfrentado algumas questões que provocam atrasos na efetivação das soluções e na busca de resultados com a eficiência e a eficácia que devem ser aplicadas ao processo de licenciamento, bem como dificultam o fluxo de gestão dos contratos sob responsabilidade desta CGMAB, a saber:

a) No Âmbito Externo

- Prática de subjetividade dos técnicos integrantes dos órgãos ambientais quando da elaboração de pareceres acerca do processo de licenciamento, o que tem provocado incremento nos prazos e custos para obtenção das licenças ambientais e conseqüente realização das obras;
- Falta de clara definição acerca da metodologia de mitigação e/ou compensação de impactos às comunidades indígenas, fator este que tem provocado grandes atrasos no processo de licenciamento ambiental, uma vez que pesa a subjetividade no trato da questão por parte da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- Prazos demasiadamente longos para a manifestação dos órgãos partícipes do processo de licenciamento quando da elaboração de pareceres sobre os produtos (estudos e relatórios ambientais) apresentados pela CGMAB àqueles órgãos, o que, via de regra, causa intermitência no fluxo dos contratos, obrigando que esta unidade recorra à sucessivas paralisações e aditamentos de prazo dos ajustes, tendo em vista a utilização de boa parte dos prazos contratuais apenas no aguardo das necessárias manifestações.

b) No Âmbito Interno

- Deve ser ampliada a participação das superintendências regionais no que tange ao compartilhamento de informações técnicas a serem repassadas à Sede, bem como a padronização de procedimentos no âmbito da gestão ambiental;
- Necessidade de elaboração de instruções de serviços para elaboração e análise dos componentes ambientais de engenharia para os modais ferroviários e aquaviário;
- Necessidade de incremento no número de servidores concursados;
- Deve ser efetivado, conforme o regimento interno, a incorporação das oito administrações hidroviárias ao DNIT. Desde a criação do Órgão, as hidrovias federais vêm sendo administradas por meio de convênio de delegação à Companhia Docas do

Maranhão – CODOMAR, estando as citadas administrações hidroviárias subordinadas a ela, o que dificulta a fiscalização dos contratos do DNIT.

Como indicadores da atuação do DNIT na gestão ambiental, destacam-se os resultados obtidos no ano de 2011: Novas licenças emitidas, incluídas as renovações (emitidas pelo IBAMA e OEMAs), sendo:

- 24 Licenças Prévias - LP;
- 28 Licenças de Instalação - LI;
- 13 Autorizações para Supressão de Vegetação - ASV;
- 0 Licenças de Operação - LO.

Licenças vigentes em 2011 (apenas emitidas pelo IBAMA):

- 25 Licenças Prévias – LP;
- 40 Licenças de Instalação – LI;
- 29 Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV;
- 8 Licenças de Operação – LO.

A Coordenação Geral de Meio Ambiente/DNIT, para cumprimento do que determina o regimento interno da autarquia, buscando viabilizar, sob o aspecto ambiental, a execução de obras de infraestrutura de transportes para todos os modais (Rodoviário, Ferroviário e Aquaviário) dispõe, em seu quadro de pessoal, (referência 31/12/2011), de 55 funcionários, incluídos aí os coordenadores (Geral, Terrestre e Aquaviário), sendo que, deste total, 10 são servidores efetivos do quadro do DNIT.

Ao longo do ano de 2011, a CGMAB elaborou e apresentou à Diretoria de Planejamento e Pesquisa, proposta de reestruturação do organograma funcional desta coordenação, tendo em vista que o atual modelo previsto no regimento interno do DNIT é incompatível com o considerável incremento das ações ambientais a cargos desta autarquia.

• **COORDENAÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS - CGDESP**

O desenvolvimento de projetos de engenharia para subsidiar processos licitatórios de contratação de obra tem ficado em foco nos últimos anos, principalmente por ter sido identificado que o grande gargalo para execução de obras de qualidade é o investimento em elaboração de projetos. Concluiu-se que um projeto bem desenvolvido é requisito para uma obra econômica e bem executada.

Em 31 de janeiro de 2007, foi editada a resolução nº 10 que atribuiu a competência para a Coordenação Geral de Desenvolvimento e Projetos – CGDESP, subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP, entre outros escopos, analisar os estudos e projetos de infraestrutura de transportes, avaliar a sua qualidade técnica e recomendar, ou não, sua aprovação.

Nesse contexto, esta Coordenação Geral, sempre com foco na melhoria do produto e no desenvolvimento de projetos de qualidade para a execução das obras, buscou em 2011 o desenvolvimento de atividades tanto no âmbito de projetos quanto na organização do fluxo de

trabalho, acreditando que para uma boa produtividade há a necessidade de melhorar a estrutura organizacional.

Vale mencionar que em 2011, esta coordenação analisou, aprovou e reprovou vários estudos, desde relatórios de andamento a projetos executivos. Para confirmar essa afirmação, esta coordenação emitiu 208 documentos análise de projetos e foram elaborados 23 termos de referência. Destaca-se ainda que entre os estudos aprovados, destacam-se 64 projetos de engenharia com portaria de aprovação, destas 20 emitidas diretamente pela CGDESP e 44 sob supervisão desta coordenação.

Seguindo essa filosofia de melhoria do desenvolvimento dos projetos, foram estabelecidas metodologias de análises de projetos mais exigentes do que em anos anteriores. Isso objetivou a melhoria dos projetos aprovados e conseqüentemente a redução de revisões de projeto em fase de obras.

Também, foram realizadas várias vistorias dos técnicos da CGDESP em campo, nos trechos de obra, tanto para apresentar a magnitude das obras aos técnicos, quanto para estabelecer ajustes de projetos que resultariam em mudança de concepção de projeto. Só de vistorias de estruturas foram 25 em diferentes estados.

Nessa mesma linha de raciocínio, foram também realizadas várias revisões de projetos já aprovados, projetos esses que estavam em execução e sofreram revisão em função da solução inicial não ser a mais econômica ou por inviabilidade sócio-ambiental.

Destaca-se, ainda a revisão de 9.798,58 km de projetos executivos aprovados do programa CREMA 2º Etapa, motivadas por auditorias do órgão de controle externo, revisões essas que resultaram em grande economia ao DNIT e conseqüentemente aos cofres públicos.

Das ações estruturantes da coordenação, destaca-se que foram investidos elevados esforços em iniciativas de informatização do processo de controle e análise de projetos, digitalização dos processos em andamento, desenvolvimento do arquivo técnico e no acompanhamento do processo contratual dos contratos de estudos e projetos.

Com o intuito ainda de diminuir a morosidade da elaboração de projetos, tentou-se criar metodologia para definição de concepção de projetos em três mãos (projetistas, analistas de projetos e superintendências), na tentativa de criar uma aproximação entre esses agentes envolvidos. Com essa ação buscou-se reduzir as etapas de análise de projetos, no entanto, sem comprometer a qualidade do projeto final.

Também, vale destacar que a DPP está passando por um momento de transição na filosofia dos seus processos de gestão, em que o foco do gerenciamento e a operação foi direcionado para as metodologias baseadas em Tecnologia de Informação em tempo real, iniciativas como a implantação do SIGTEC – Sistema de Gestão de Documentos Técnicos, SiAC – Sistema de Acompanhamento de Contratos, SINDEC – Sistema de Apoio à Tomada de Decisões Estratégicas, entre outros, exemplificam essa mudança de conceito organizacional.

Outro ponto de elevada importância para a mudança de estrutura organizacional, foi o estabelecimento de cronogramas contratuais mais realistas, em que foram incluídos nos novos termos de referência dos processos de licitação para contratação de projetos. Foram inseridos prazos de análise entre fases de projeto como etapa contratual, fato esse que tenta resolver as dificuldades de relação contratual entre o DNIT e os projetistas.

Importa também destacar que para 2011 foi estabelecida uma meta de 432 estudos realizados, pela Lei Orçamentária Anual, contra 65 para 2010. Destaca-se que houve aumento de quase 07 (sete) vezes na meta em relação a 2010, contando para tanto com um aumento efetivo de pessoal proporcionalmente bem inferior.

Para cumprimento desse grande desafio de 2011 no tocante a elaboração de projetos, com qualidade e em curto prazo de tempo, encontrou-se diversas limitações institucionais, o panorama político e mercadológico do ano.

Outras grandes dificuldades verificadas foram a elevada rotatividade dos analistas de projeto, grande parte em função do aquecimento do bom momento da construção civil e a qualidade insuficiente de projetos e relatórios apresentados pelas empresas.

Cabe salientar também que a troca de Ministro de Estado em julho de 2011 e depois da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP em agosto de 2011 foram fatos determinantes na estagnação temporária da análise dos projetos, principalmente pela falta de diretrizes nesse período.

Considerando o exposto, para 2012, agora com entendimento mais adequado de todo o processo e com a Coordenação um pouco mais estruturada, espera-se atingir metas superiores e ter uma melhor capacidade de acompanhamento e controle dos processos contratuais e de análise de projetos. Continua-se ainda com o intuito de investir esforços em sistematizar o processo de análise, com o foco na melhoria dos resultados.



DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA

As competências institucionais da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária - DAQ e suas Coordenações-Gerais estão estabelecidas nos Art. 99, Art. 104, Art.107 do Regimento Interno, constante da Resolução nº 10, de 31 de Janeiro de 2007.

No entanto, desde 2009 tramita na instituição o processo administrativo nº 50600.008353/2009-11 que propõe a reestruturação da Diretoria com a incorporação das oito Administrações Hidroviárias à estrutura do DNIT, para permitir melhoria de sua performance.

Os objetivos estratégicos da Diretoria são orientados pela edição da Lei de Orçamento Anual, desta forma pode-se elencar:

- Garantir a satisfação da sociedade, mantendo as seis hidrovias federais (Hidrovia do Madeira, Hidrovia do São Francisco, Hidrovia Tocantins-Araguaia, Hidrovia Tietê-Paraná e Hidrovia Paraguai-Paraná e Hidrovia do Mercosul) e as duas Eclusas de Tucuruí operativas, capazes de oferecer segurança e confiabilidade à sua navegação;
- Construir 57 instalações portuárias de pequeno porte nos municípios da região Norte para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização;
- Elaborar projetos e estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental que atendam as ações de manutenção das hidrovias federais e a construção de instalações portuárias de pequeno porte;

- Atender a comunidade da região de Tucuruí com obras de compensação social após a conclusão das obras das Eclusas.

As Coordenações Gerais se estruturam para viabilizar o alcance das estratégias acima detalhadas.

A Diretoria tem adotado como estratégia de atuação:

Primeiro Objetivo:

Formalizou convênio com a Companhia Docas do Maranhão – Codomar descentralizando a gestão das Administrações Hidroviárias permitindo-as realizar ações como dragagem, derrocamento, sinalização e balizamento das hidrovias federais entre outras atividades necessárias a manutenção da navegabilidade das hidrovias federais.

Segundo Objetivo:

Gerir convênios e contratos para dotar os municípios com infraestrutura destinada ao embarque e desembarque de passageiros com carga acompanhada. Atualmente, conta com os seguintes empreendimentos: 43 empreendimentos conduzidos de maneira indireta – convênios e termos de compromisso, 02 termos de cooperação com Exército, sendo 01 para readequação do Porto de Parintins e 01 para acompanhamento in loco dos empreendimentos, 01 contrato com empresa para auxiliar a gerenciadora (SR/AM/RR) no acompanhamento dos termos de compromisso firmados com a SEINFRA/AM.

Terceiro Objetivo:

Elaborou aproximadamente 20 termos de referência/editais de contratação de empresa; Efetuou dois destaques para Exército; e Formalizou um contrato de execução de serviços – Consorcio Laghi/Concremat.

Quarto Objetivo:

Formalizou convênio com a Eletronorte para realização de diversas atividades relacionadas a condicionantes ambientais.

A Diretoria envidou esforços em 2011 para atender prioritariamente ações constantes do PAC e ações de intervenção como dragagens, derrocamentos que permitam garantir a navegabilidade das hidrovias federais o maior tempo possível.



DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

A Diretoria de Infraestrutura Ferroviária - DIF e suas Coordenações-Gerais priorizam a expansão de investimentos em infraestrutura com foco na eliminação de gargalos; na diminuição de pontos de comprometimento do fluxo de trens em áreas urbanas com redução do risco de acidentes; no aumento da malha ferroviária elevando o nível de serviço da ferrovia, sua capacidade de transporte e sua velocidade média comercial; além da gestão do patrimônio ferroviário e dos ativos operacionais.

Com a conclusão do Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas – PROSEFER a Diretoria passou a contar com mais um instrumento de gestão que fornece subsídios para o planejamento das ações necessárias quanto às metas traçadas. Por meio do Programa os principais pontos críticos da malha ferroviária foram diagnosticados, estabelecendo uma programação de inserção das obras relativas a esses pontos no próximo PPA – Plano Plurianual. Os resultados alcançados verificam as condições de 17 corredores do transporte ferroviário, num total de 14.948 km, e foi fundamental para elaboração da Proposta Ferroviária do DNIT- Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, para composição do PPA 2012-2015.

A Diretoria de Infraestrutura Ferroviária foi criada pela Lei nº 11.314, de 2006, que entre outros assuntos, ampliou as atribuições do DNIT no que se refere à infraestrutura ferroviária e alterou a composição da Diretoria da Autarquia. Ainda a Lei nº 11.483 e o Decreto nº 6.018, ambos de 2007, estabeleceram a transferência dos bens móveis e imóveis operacionais, dos bens móveis não operacionais e do acervo técnico, patrimonial e bibliográfico da extinta Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA para o DNIT. Sendo assim, na Lei nº. 10.233/2001 foi incluída a gestão e controle patrimonial e contábil dos bens transferidos, acrescentando esta nova responsabilidade à Autarquia.

Em se tratando em sua atuação frente às responsabilidades institucionais da DIF, salienta-se a elaboração de EVTEA's (Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e Ambiental), termos de referência e dos projetos ferroviários em andamento, destacando-se o Projeto da Litorânea Sul e do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, que são ações prioritárias.

A gestão das diversas obras de contornos ferroviários, transposições e variantes são as principais atividades realizadas no setor.

Gestão de Patrimônio:

O DNIT, além da propriedade dos bens móveis e imóveis operacionais, arrendados às concessionárias e fiscalizados pela ANTT, está recebendo da Inventariança da extinta RFFSA uma quantidade considerável de bens móveis não operacionais, os quais passam a estar sob sua responsabilidade e gestão. Os bens servíveis deverão ser destinados à formação de trens turísticos, regionais, museus ferroviários e etc. Os bens inservíveis serão leiloados após avaliação criteriosa.

A Portaria nº 1.177, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 21, inciso IV, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº. 5.765, de 27 de abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28/04/2006, considerando a delegação de competência ao Diretor de Infraestrutura Ferroviária, nos termos da Portaria nº 196 de 8 de fevereiro de 2007 e considerando, ainda, uma melhor distribuição de atividades no âmbito da Diretoria de Infraestrutura Ferroviária e, tendo em vista o constante no processo nº. 50600.012115/2007-31, resolve:

Delegar Competência á Coordenação Geral de Obras Ferroviárias para:

- I. Promover, orientar, acompanhar, supervisionar e coordenar ações técnicas referentes à celebração de convênios e respectivos aditamentos, se houver, que tenham por objeto a elaboração de estudos e projetos ferroviários e submetê-los a aprovação da Diretoria Superior;
- II. Elaborar e coordenar as análises técnicas relativas às alterações de prazo e valor dos convênios de estudos e projetos ferroviários sob sua responsabilidade e submetê-las a aprovação da Diretoria Superior;

- III. Aprovar os Planos de Trabalho relativos aos convênios firmados que tenham por objeto a elaboração de estudos e projetos ferroviários;
- IV. Referendar os Termos de Referência e Orçamentos necessários a subsidiar a confecção de editais de licitações e que nortearão a elaboração dos estudos e projetos ferroviários e submetê-los a aprovação da Direção Superior;
- V. Desenvolver as atividades técnicas relativas a consultas e pleitos encaminhados por outras esferas de governo;
- VI. Coordenar e avaliar a documentação relativa a repasse de recursos para os órgãos conveniados, no tocante aos convênios de estudos e projetos ferroviários e encaminhar a Direção Superior.

A recente crise no Ministério dos Transportes, como noticiado na mídia, impactou de forma generalizada no andamento dos trabalhos realizados nesta Diretoria, por exemplo, a suspensão temporária da celebração de Contratos, Convênios e Termos Aditivos durante esse período.

Informamos que a DIF enfrentou no último ano entraves na execução das obras sob sua responsabilidade devido ao reduzido corpo técnico de engenheiros o que causou também lentidão na aprovação dos projetos. Para suprir a carência de corpo técnico, a DIF mantém contrato com consórcio especializado na assistência à análise de projetos e outras atividades desta Setorial.

Outro ponto importante é que não existem nas Superintendências Regionais do DNIT setores específicos que representem o modal ferroviário, situação que dificulta o andamento das atividades realizadas.

2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a necessidade de traduzir a estratégia do DNIT em termos operacionais, definir programas e projetos estratégicos para o DNIT, dar conhecimento da estratégia à organização, formar um processo de gestão estratégica eficaz e integrada e gerar bases para definir programas e projetos estratégicos, o Diretor Executivo instituiu por Portaria n.º 1.335, de 21 de dezembro de 2010, o Grupo de Trabalho com a finalidade de atualizar a Agenda Estratégica do DNIT para o período 2012 – 2014.

O Grupo de Trabalho é composto por representantes dos Órgãos: de Assistência Direta ao Diretor Geral (Gabinete, DIREX, Ouvidoria) dois Específicos Singulares, um de cada Diretoria, um de cada região geográfica, Seccionais (Procuradoria Federal Especializada, Corregedoria, Auditoria Interna e Diretoria de Administração e Finanças).

Este Grupo de Trabalho terá apoio da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC da Presidência da República, que coordenará com o objetivo de reforçar o processo de governança do Ministério dos Transportes.

Os objetivos esperados a ser desenvolvido no DNIT, em conjunto com a equipe designada para atualização da Agenda Estratégica, são:

- Levantar aspectos dos cenários interno e externo que impactam positiva ou negativamente no cumprimento da missão e na realização da visão do órgão;
- Definir Objetivos Estratégicos a partir da análise de cenários, utilizando o modelo do *Balanced Score Card* adaptado para organizações públicas;
- Definir metas mobilizadoras, definindo programas de gestão prioritários, e
- Estabelecer indicadores e impacto que permitam monitorar a evolução dos resultados alcançados pelos programas ao longo do tempo.

2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade do DNIT

Os Programas de Governo, bem como a execução das ações, sob responsabilidade do DNIT, estão divididos em dois demonstrativos, sendo que o primeiro é apresentado no item 2.3.1 - Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade do DNIT (Quadro A.2.1) e o segundo no item 2.3.2 - Execução Física das Ações Realizadas pelo DNIT (Quadro A.2.2).

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade do DNIT

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0225					
Denominação	GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional					
Objetivos Específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes					
Gerente	Marcelo Perrupato e Silva					
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.254.956.000,00	962.652.797,00	368.736.007,00	162.811.592,00	438.425.046,52	155.616.979,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Este programa não possui indicador.	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de execução física = qtde de localizadores com registro de execução física / qtde de localizadores com registro de execução financeira.						
Análise do Resultado Alcançado						
Este programa não possui indicador.						
Fonte: SIGPLAN						

Análise Crítica:

O Programa Gestão da Política de Transporte é um apoio às políticas públicas e áreas especiais, com objetivo de integrar os modais de transportes no território brasileiro, coordenando, planejando e formulando políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de transporte, resultando em uma infraestrutura eficiente e integradora no território nacional.

Para isso, vem buscando uma nova forma de atuação do Estado, onde as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1456				
Denominação	VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional				
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT				
Gerente	Jorge Ernesto Pinto Fraxe				
Público Alvo	Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.353.235.101,00	2.348.269.639,00	1.799.176.598,00	735.149.424,00	1.493.790.644,99	720.041.271,00
Informações sobre os resultados alcançados					
INDICADOR 1: CAPACIDADE DE CARGA DOS TERMINAIS NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
1000 t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Somatório do produto da razão entre o número de veículos simultâneos em posição de carregamento ou descarregamento e o tempo médio de ocupação de cada "vaga" com o tempo de funcionamento diário de cada terminal e com a capacidade média do veículo-tipo ponderado, dividido por mil.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: SigPlan					
INDICADOR 2: FLUXO MÁXIMO DE VEÍCULOS POR RODOVIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
carro/h/faixa	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética do produto da velocidade média real com a densidade aceitável de veículos-equivalentes para a velocidade considerada, em virtude do nível de serviço apresentado, ponderada pela extensão das rodovias.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: SigPlan					
INDICADOR 3: FRETE UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de carga transportada e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					
INDICADOR 4: ÍNDICE DE COBERTURA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
número-índice	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice					
Relação entre a área da faixa de proximidade de equipamentos de transportes e a área total do Vetor, ponderada por coeficiente que reflete a proximidade de acesso ao sistema de transporte.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					
INDICADOR 5: TARIFA UNITÁRIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de passageiros transportados e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					
INDICADOR 6: TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA TRANSBORDO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Hora	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de espera para carregamento com a média aritmética dos tempos de espera para descarregamento nas operações de transbordo.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					
INDICADOR 7: TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
h/Km	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos tempos de percurso nos pares de origem e destino do Vetor, ponderada pela extensão dos pares de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					
INDICADOR 8: TEMPO MÉDIO DE TRANSBORDO UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
minuto/t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de carregamento por unidade de carga com a média aritmética dos tempos de descarregamento por unidade de carga.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					

Análise Crítica:

O Vetor Logístico Amazônico congrega parcelas da macrorregião Norte e alcança o noroeste do Centro-Oeste, seguindo aproximadamente os limites do bioma de mesmo nome. Corresponde também à bacia de captação dos portos de Manaus e Santarém.

Os objetivos das ações que compõe este vetor visam eliminar as desigualdades regionais em áreas reprimidas, considerando ainda, as características ambientais específicas da região, ampliando o desenvolvimento socioeconômico e as perspectivas de integração inter-regional e de fronteiras, proporcionando assim, a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, e oeste dos estados do Pará, delimitada pelo Rio Xingu e Mato Grosso, incluindo a rodovia federal BR – 163 ao norte de Cuiabá.

O Vetor Logístico Amazônico intensificou as ações na área de infraestrutura rodoviária, tanto na construção de novas rodovias quanto na manutenção das existentes, subsidiando condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, proporcionando a redução dos custos de transporte e maior segurança e conforto aos usuários. Neste Vetor, em 2011, merecem destaque as seguintes obras:

- BR-364/AC – Trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul, totalizando 349 km: concluídas 5 pontes e executados 99,5 km de rodovias em 2011, com previsão para conclusão em 2012;
- BR-163/PA – Trecho Divisa MT/PA – Santarém, totalizando 947 km, distribuídos em 2 trechos: trecho 1 – Rurópolis – Santarém: concluídas 5 pontes e executados 34,5 km em 2011; trecho 2 – Divisa MT/PA – Rurópolis, incluindo o acesso a Miritituba (BR-230/PA): concluídas 3 pontes e executados 182 km em 2011;
- BR-163/MT – Divisa MT/PA – Guarantã do Norte/MT e Travessia Urbana de Guarantã, totalizando 53 km: executados 19,1 km em 2011, com previsão para conclusão em 2012;
- BR-156/AP – Construção da Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque, concluída em 2011;
- BR-317/AM – Construção e pavimentação do trecho entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, totalizando 110 km: concluídos 18,74 km em 2011.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1457				
Denominação	VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores				
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT				
Gerente	Jorge Ernesto Pinto Fraxe				
Público Alvo	Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.374.090.809	2.877.137.21	2.348.065.436	1.052.688.447	1.395.134.924,09	951.168.894
Informações sobre os resultados alcançados					

INDICADOR 1: CAPACIDADE DE CARGA DOS TERMINAIS NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
1000 t	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Somatório do produto da razão entre o número de veículos simultâneos em posição de carregamento ou descarregamento e o tempo médio de ocupação de cada "vaga" com o tempo de funcionamento diário de cada terminal e com a capacidade média do veículo-tipo ponderado, dividido por mil.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

Fonte: SigPlan

INDICADOR 2: FLUXO MÁXIMO DE VEÍCULOS POR RODOVIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
carro/h/faixa	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética do produto da velocidade média real com a densidade aceitável de veículos-equivalentes para a velocidade considerada, em virtude do nível de serviço apresentado, ponderada pela extensão das rodovias.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 3: FRETE UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de carga transportada e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 4: ÍNDICE DE COBERTURA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
número-índice	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação entre a área da faixa de proximidade de equipamentos de transportes e a área total do Vetor, ponderada por coeficiente que reflete a proximidade de acesso ao sistema de transporte.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 5: TARIFA UNITÁRIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de passageiros transportados e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 6: TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA TRANSBORDO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no
	Data	Índice inicial	Índice final		

				exercício	exercício
Hora	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de espera para carregamento com a média aritmética dos tempos de espera para descarregamento nas operações de transbordo.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 7: TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
h/Km	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos tempos de percurso nos pares de origem e destino do Vetor, ponderada pela extensão dos pares de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 8: TEMPO MÉDIO DE TRANSBORDO UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
minuto/t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de carregamento por unidade de carga com a média aritmética dos tempos de descarregamento por unidade de carga.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					

Análise Crítica:

O Vetor Logístico Centro - Norte possui atividades com base em recursos naturais, abrangendo parcelas das macrorregiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Divide-se entre os biomas Amazônicos a oeste e Cerrado a leste, contendo a bacia de captação dos portos de Belém e São Luis. Além de englobar a porção leste do estado do Pará, delimitada pelo Rio Xingu, e do estado do Mato Grosso, excluindo a BR – 163 ao norte de Cuiabá. As ações implementadas e realizadas neste Vetor buscam reduzir as desigualdades sociais e incrementar o desenvolvimento socioeconômico do local, expandindo o acesso a áreas de fronteira e a integração inter-regional.

O Vetor Logístico Centro - Norte intensificou as ações na área de infraestrutura rodoviária, tanto na construção de novas rodovias quanto na manutenção das existentes, subsidiando condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, proporcionando a redução dos custos de transporte e maior segurança e conforto aos usuários. Neste Vetor, em 2011, merecem destaque as seguintes obras:

- BR-080/GO – Construção e pavimentação, incluindo ponte sobre Rio Araguaia (Luiz Alves), totalizando 116,8 km: executados 1,4 km em 2011;
- BR-158/MT – Construção e pavimentação do trecho Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA, totalizando 481,4 km: executados 43,8 km em 2011;
- BR-242/MT – Construção e pavimentação do trecho Ribeirão Cascalheira – Sorriso, totalizando 618,3 km: executados 42,0 km em 2011;

Contingenciamento no Exercício: Não houve contingenciamento nesse programa.

Eventos Negativos e Positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa:

Os eventos negativos que prejudicaram a execução do programa foram os atrasos administrativos inerentes à formalização de convênios e contratos, e seus respectivos termos aditivos. Questões pontuais, na parte ambiental, também podem ser fator determinando de retardo na execução de empreendimentos lineares, como caso das obras rodoviárias. Recursos insuficientes, principalmente na construção da Eclusa de Lajeado – TO. O Vetor Logístico Centro-Oeste - intensificou as ações na área de infraestrutura rodoviária, tanto na construção de novas rodovias quanto na manutenção das existentes, subsidiando condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, proporcionando a redução dos custos de transporte e maior segurança e conforto aos usuários.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1461				
Denominação	VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores				
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO				
Gerente	Jorge Ernesto Pinto Fraxe				
Público Alvo	Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.780.882.112,00	3.375.077.752,00	2.374.276.354,00	1.361.666.075,00	968.993.469,38	1.328.383.938,00
Informações sobre os resultados alcançados					
INDICADOR 1: CAPACIDADE DE CARGA DOS TERMINAIS NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
1000 t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Somatório do produto da razão entre o número de veículos simultâneos em posição de carregamento ou descarregamento e o tempo médio de ocupação de cada "vaga" com o tempo de funcionamento diário de cada terminal e com a capacidade média do veículo-tipo ponderado, dividido por mil.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 2: FLUXO MÁXIMO DE VEÍCULOS POR RODOVIA NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
carro/h/faixa	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética do produto da velocidade média real com a densidade aceitável de veículos-equivalentes para a velocidade considerada, em virtude do nível de serviço apresentado, ponderada pela extensão das rodovias.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 3: FRETE UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de carga transportada e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 4: ÍNDICE DE COBERTURA NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
número-índice	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Relação entre a área da faixa de proximidade de equipamentos de transportes e a área total do Vetor, ponderada por coeficiente que reflete a proximidade de acesso ao sistema de transporte.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 5: TARIFA UNITÁRIA NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de passageiros transportados e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 6: TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA TRANSBORDO NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Hora	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de espera para carregamento com a média aritmética dos tempos de espera para descarregamento nas operações de transbordo.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 7: TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
h/Km	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos tempos de percurso nos pares de origem e destino do Vetor, ponderada pela extensão dos pares de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 8: TEMPO MÉDIO DE TRANSBORDO UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
minuto/t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de carregamento por unidade de carga com a média aritmética dos tempos de descarregamento por unidade de carga.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					

Análise Crítica:

O Vetor Centro – Sudeste compõe-se de parcelas das macrorregiões Sudeste, Sul e Centro – Oeste, contendo biomas do Pantanal a oeste, Cerrado central e Mata Atlântica a leste. Tem como dominantes atividades com alta e baixa tecnologia (agroindústria), estruturando-se como bacia de captação de portos de Santos e Paranaguá.

O Programa engloba a porção sul do estado de Goiás, excluindo a BR -070, que delimita espacialmente o vetor, incluindo às BRs 153 e 414 que têm aspectos longitudinais. O Objetivo deste vetor é promover a eficiência nos fluxos de transporte nas regiões dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e sudoeste do estado de Goiás, integrando as rodovias federais com as redes rodoviárias federais.

As obras executadas com as ações deste programa sinalizam o êxito na consolidação de projetos voltados a incrementar a eficiência do abastecimento de insumos e do escoamento da produção. Os projetos inclusos nesta categoria foram quase que na sua totalidade, visando o incremento da capacidade produtiva da região.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- BR-060/GO – Duplicação do trecho Goiânia – Abadia de Goiás – Jataí, totalizando 324,4 km: executados 25,0 km de pavimentação em 2011, com previsão de 18 km de execução em 2012;
- BR-153/GO – Adequação de Capacidade da Travessia Urbana de Anápolis e Viaduto DAIA, totalizando 25,5 km: executados 8 km de duplicação e 3,0 km de restauração da pista antiga em 2011, com previsão de execução de 8,0 km de duplicação em 2012;
- BR-359/MS – Construção Entr. BR-163 – Alcionópolis – Divisa MS/GO, totalizando 269,4 km: concluídos 179,6 km, obra em andamento no ano de 2011.

Quanto à modalidade de transporte ferroviário, eliminando conflitos urbanos ocasionados entre a malha férrea, sistema viário urbano e comunidade lindeira. Dentre as ações, podemos destacar o prolongamento de trechos de rebaixamento de linhas férreas, no município de Maringá/PR com 99% executado, construção do contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia com 55% executado, no município de Araraquara/SP e contorno ferroviário do município de Três Lagoas/MS com 75% executado.

Contingenciamento no Exercício: Não houve contingenciamento nesse programa.

Eventos Negativos e Positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa:

Os eventos negativos que prejudicaram a execução do programa foram os atrasos administrativos inerentes à formalização de convênios e contratos, e seus respectivos termos aditivos. Questões pontuais, na parte ambiental, também podem ser fatores determinantes de retardo na execução de empreendimentos lineares, como caso das obras rodoviárias. O monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços, foi pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1458				
Denominação	VETOR LOGÍSTICO LESTE				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores				
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
Gerente	Jorge Ernesto Pinto Fraxe				
Público Alvo	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
3.248.354.567,00	3.723.862.744,00	2.877.089.738,00	1.594.545.465,00	1.679.659.067,74	1.546.529.650,00
Informações sobre os resultados alcançados					
INDICADOR 1: CAPACIDADE DE CARGA DOS TERMINAIS NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
1000 t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Somatório do produto da razão entre o número de veículos simultâneos em posição de carregamento ou descarregamento e o tempo médio de ocupação de cada "vaga" com o tempo de funcionamento diário de cada terminal e com a capacidade média do veículo-tipo ponderado, dividido por mil.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 2: FLUXO MÁXIMO DE VEÍCULOS POR RODOVIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
carro/h/faixa	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética do produto da velocidade média real com a densidade aceitável de veículos-equivalentes para a velocidade considerada, em virtude do nível de serviço apresentado, ponderada pela extensão das rodovias.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 3: FRETE UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de carga transportada e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 4: ÍNDICE DE COBERTURA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
número-índice	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					

Relação entre a área da faixa de proximidade de equipamentos de transportes e a área total do Vetor, ponderada por coeficiente que reflete a proximidade de acesso ao sistema de transporte.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 5: TARIFA UNITÁRIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de passageiros transportados e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 6: TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA TRANSBORDO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Hora	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Soma da média aritmética dos tempos de espera para carregamento com a média aritmética dos tempos de espera para descarregamento nas operações de transbordo.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 7: TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
h/Km	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos tempos de percurso nos pares de origem e destino do Vetor, ponderada pela extensão dos pares de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 8: TEMPO MÉDIO DE TRANSBORDO UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
minuto/t	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Soma da média aritmética dos tempos de carregamento por unidade de carga com a média aritmética dos tempos de descarregamento por unidade de carga.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

Fonte: Sigplan

Análise Crítica:

No Vetor Logístico Leste predomina atividades de média tecnologia, impulsionadas pelos recursos naturais de minérios. Contém o bioma Cerrado a oeste e Mata Atlântica a leste, abrangendo parcelas das macrorregiões Centro-Oeste e Sudeste e estrutura-se em uma bacia de captação rumo aos portos de Vitória, Rio de Janeiro e Itaguaí.

O Programa engloba a porção norte do estado de Goiás, inclusive a BR – 070, que delimita espacialmente o Vetor, mas exclui as – BR/153 e BR/414, em virtude do seu caráter longitudinal.

O monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços, foi pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- BR-050/MG – Adequação do trecho Uberlândia – Araguari – Divisa MG/GO, totalizando 68,4 km: concluídos 25,3 km de duplicação e 15 km de restauração da pista antiga em 2011, com previsão de duplicação de 40 km e de restauração de 10 km da pista antiga em 2012;
- BR-262/MG – Adequação do trecho Betim – Nova Serrana, totalizando 83 km de obra: concluída em junho de 2011;
- BR-146/MG – Construção do trecho Passos – Guaxupé, totalizando 96 km: executados 38 km em 2011, com previsão de execução de 4,1 km em 2012;
- BR-365/MG – Adequação do trecho Uberlândia – Entroncamento BR-153 (Trevão), totalizando 79,3 km: executados 54,2 km de duplicação e 26 km de restauração da pista antiga em 2011, com previsão de execução de 20,3 km de duplicação e 26 km de restauração da pista antiga em 2012;
- BR-101/ES – Adequação do Contorno de Vitória, totalizando 6,4 km: executados 3,2 km em 2011, com previsão de conclusão de 3,2 km em 2012;
- BR-493/RJ – Adequação do Entroncamento BR-101 (Manilha) – Porto de Itaguaí, totalizando 119,4 km: executados 45,1 km de terraplenagem, 7 pontes, 19 viadutos e 14 passagens inferiores em 2011.

Quanto à modalidade de transporte ferroviário, com o intuito de minimizar os conflitos urbanos entre as ferrovias e o trânsito de pedestres e veículos, foram tomadas providências necessárias para as obras ferroviárias da adequação de via férrea no município de Barra Mansa/RJ com 45% de execução e construção do contorno ferroviário do município de Divinópolis/MG, em fase inicial da obra.

Contingenciamento no Exercício: Não houve contingenciamento nesse programa.

Eventos Negativos e Positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa:

Os eventos negativos que prejudicaram a execução do programa foram os atrasos administrativos inerentes à formalização de convênios e contratos, e seus respectivos termos aditivos. Questões pontuais, na parte ambiental, também podem ser fatores determinantes de retardo na execução de empreendimentos lineares, como caso das obras rodoviárias. O monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços, foi pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1460				
Denominação	VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores				
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE				
Gerente	Jorge Ernesto Pinto Fraxe				
Público Alvo	Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.406.134.014,00	1.442.027.808,00	1.243.734.359,00	229.990.849,00	690.491.009,02	226.909.119,00
Informações sobre os resultados alcançados					
INDICADOR 1: CAPACIDADE DE CARGA DOS TERMINAIS NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
1000 t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Somatório do produto da razão entre o número de veículos simultâneos em posição de carregamento ou descarregamento e o tempo médio de ocupação de cada "vaga" com o tempo de funcionamento diário de cada terminal e com a capacidade média do veículo-tipo ponderado, dividido por mil.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 2: FLUXO MÁXIMO DE VEÍCULOS POR RODOVIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
carro/h/faixa	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética do produto da velocidade média real com a densidade aceitável de veículos-equivalentes para a velocidade considerada, em virtude do nível de serviço apresentado, ponderada pela extensão das rodovias.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 3: FRETE UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de carga transportada e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 4: ÍNDICE DE COBERTURA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
número-índice	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice					
Relação entre a área da faixa de proximidade de equipamentos de transportes e a área total do Vetor, ponderada por coeficiente que reflete a proximidade de acesso ao sistema de transporte.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 5: TARIFA UNITÁRIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de passageiros transportados e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 6: TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA TRANSBORDO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Hora	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de espera para carregamento com a média aritmética dos tempos de espera para descarregamento nas operações de transbordo.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 7: TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
h/Km	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos tempos de percurso nos pares de origem e destino do Vetor, ponderada pela extensão dos pares de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 8: TEMPO MÉDIO DE TRANSBORDO UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
minuto/t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de carregamento por unidade de carga com a média aritmética dos tempos de descarregamento por unidade de carga.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					

Análise Crítica:

O Vetor Nordeste Meridional abrange os estados da Bahia e do Sergipe, visando ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores, bem como promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte da região.

Na modalidade de transporte rodoviário merece destaque a seguinte obra:

- BR-235/NE – Trecho BA – Divisa SE/BA – Divisa BA/PI – O trecho compreendido da Divisa SE/BA ate Divisa BA/PE – (Juazeiro/BA) – do km 156,9 até km 231 (Canché – Uauá), totalizando 74,1 km: concluídos 41,6 km de Pavimentação, obra em andamento em 2011.

Relativo ao modal ferroviário, visando eliminar a interferência atual do tráfego ferroviário nos centros urbanos dos municípios de Camaçari/BA e Simões Filho/BA na região metropolitana de Salvador/BA, que compromete a segurança e o bem-estar da população, proporcionando maior produtividade nas operações ferroviárias para conferir melhoria no acesso ferroviário ao Porto de Aratu com a construção da variante ferroviária (EF-431) da Camaçari/BA com 18 km, porém o contrato foi paralisado em virtude do desfecho das negociações para desocupação de área de domínio de ferrovia, ocupada atualmente pela comunidade Quilombola.

Contingenciamento no Exercício: Não houve contingenciamento nesse programa.

Eventos Negativos e Positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa:

Os eventos negativos que prejudicaram a execução do programa foram os atrasos administrativos inerentes à formalização de convênios e contratos, e seus respectivos termos aditivos. Questões pontuais, na parte ambiental, também podem ser fatores determinantes de retardo na execução de empreendimentos lineares, como caso das obras rodoviárias. O monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços, foi pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1459				
Denominação	VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores				
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL				
Gerente	Jorge Ernesto Pinto Fraxe				
Público Alvo	Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
3.107.969.148,00	3.509.399.562,00	1.778.303.359,00	797.435.465,00	1.399.399.479,96	706.168.230,00
Informações sobre os resultados alcançados					
INDICADOR 1: CAPACIDADE DE CARGA DOS TERMINAIS NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
1000 t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Somatório do produto da razão entre o número de veículos simultâneos em posição de carregamento ou descarregamento e o tempo médio de ocupação de cada "vaga" com o tempo de funcionamento diário de cada terminal e com a capacidade média do veículo-tipo ponderado, dividido por mil.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					

INDICADOR 2: FLUXO MÁXIMO DE VEÍCULOS POR RODOVIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
carro/h/faixa	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética do produto da velocidade média real com a densidade aceitável de veículos-equivalentes para a velocidade considerada, em virtude do nível de serviço apresentado, ponderada pela extensão das rodovias.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 3: FRETE UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de carga transportada e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 4: ÍNDICE DE COBERTURA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
número-índice	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação entre a área da faixa de proximidade de equipamentos de transportes e a área total do Vetor, ponderada por coeficiente que reflete a proximidade de acesso ao sistema de transporte.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 5: TARIFA UNITÁRIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de passageiros transportados e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 6: TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA TRANSBORDO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Hora	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Soma da média aritmética dos tempos de espera para carregamento com a média aritmética dos tempos de espera para descarregamento nas operações de transbordo.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 7: TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
h/Km	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética dos tempos de percurso nos pares de origem e destino do Vetor, ponderada pela extensão dos pares de origem e destino.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 8: TEMPO MÉDIO DE TRANSBORDO UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
minuto/t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Soma da média aritmética dos tempos de carregamento por unidade de carga com a média aritmética dos tempos de descarregamento por unidade de carga.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
Fonte: Sigplan					

Análise Crítica:

O Vetor Nordeste - Setentrional abrange parcelas da macrorregião Nordeste, com predominância na administração pública e comércio de serviços de baixa especialização, contém os biomas da Caatinga e Mata Atlântica Litorânea e corresponde à bacia de captação dos vários portos de Fortaleza, Pecém, Natal, João Pessoa, Recife, Suape, Maceió e Aracaju. Este vetor tem com objetivo aperfeiçoar os fluxos de transporte na região, dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

O monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços, foi pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- BR-101/RN – Duplicação e modernização do trecho Natal - Divisa RN/PB, totalizando 81 km: concluídos 10 km e 4 obras de artes especiais em 2011, com previsão de conclusão das marginais em 2012;
- BR-101/AL – Duplicação e modernização do trecho Divisa PE/AL – Divisa AL/SE, totalizando 248,5 km: concluídos 11,1 km em 2011, com previsão de execução de 78 km em 2012;
- BR-418/BA – Construção e pavimentação do trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA, totalizando 72,8 km: concluídos 8,4 km e alargamento de 5 pontes em 2011, com previsão de execução de 9 km em 2012;
- BR-101/PB – Duplicação do trecho Divisa RN/PB – Divisa PB/PE, totalizando 129 km: concluídos 5,1 km em 2011, com previsão de conclusão da restauração em 2012;
- BR-101/PE – Duplicação e modernização do trecho Divisa PB/PE – Palmares – Divisa PE/AL, totalizando 199 km: concluídos 16,7 km e 2 obras de artes especiais em 2011, com previsão de contratação das obras do Contorno de Recife em 2012.

Para o transporte ferroviário, visando à construção da Ferrovia Transnordestina, foram realizadas desapropriações da faixa de domínio no estado de Pernambuco de 620,99 Km,

equivalente a 96,43% do trecho da ferrovia naquele estado. No estado do Piauí, foram desapropriados 303,3 km, correspondendo a 77,53% da extensão da ferrovia e no estado do Ceará foram 302,87 km equivalente a 57,52% da extensão da ferrovia no estado.

Contingenciamento no Exercício: Não houve contingenciamento nesse programa.

Eventos Negativos e Positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa:

Os eventos negativos que prejudicaram a execução do programa foram os atrasos administrativos inerentes à formalização de convênios e contratos, e seus respectivos termos aditivos. Questões pontuais, na parte ambiental, também podem ser fatores determinantes de retardo na execução de empreendimentos lineares, como caso das obras rodoviárias. O monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços, foi pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1462				
Denominação	VETOR LOGÍSTICO SUL				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional				
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS				
Gerente	Jorge Ernesto Pinto Fraxe				
Público Alvo	Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.032.550.819,00	1.884.909.044,00	1.667.564.720,00	737.908.443,00	1.026.804.922,75	735.596.703,00
Informações sobre os resultados alcançados					
INDICADOR 1: CAPACIDADE DE CARGA DOS TERMINAIS NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
1000 t	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Somatório do produto da razão entre o número de veículos simultâneos em posição de carregamento ou descarregamento e o tempo médio de ocupação de cada "vaga" com o tempo de funcionamento diário de cada terminal e com a capacidade média do veículo-tipo ponderado, dividido por mil.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 2: FLUXO MÁXIMO DE VEÍCULOS POR RODOVIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
carro/h/faixa	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					
Média aritmética do produto da velocidade média real com a densidade aceitável de veículos-equivalentes para a velocidade considerada, em virtude do nível de serviço apresentado, ponderada pela extensão das rodovias.					
Análise do Resultado Alcançado					
Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.					
INDICADOR 3: FRETE UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO					
Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice					

Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de carga transportada e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 4: ÍNDICE DE COBERTURA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
número-índice	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação entre a área da faixa de proximidade de equipamentos de transportes e a área total do Vetor, ponderada por coeficiente que reflete a proximidade de acesso ao sistema de transporte.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 5: TARIFA UNITÁRIA NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
R\$/(t x km)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos valores cobrados pelos prestadores, ponderada pela quantidade de passageiros transportados e pela distância percorrida entre cada par de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 6: TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA TRANSBORDO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Hora	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Soma da média aritmética dos tempos de espera para carregamento com a média aritmética dos tempos de espera para descarregamento nas operações de transbordo.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 7: TEMPO MÉDIO DE PERCURSO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
h/Km	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Média aritmética dos tempos de percurso nos pares de origem e destino do Vetor, ponderada pela extensão dos pares de origem e destino.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

INDICADOR 8: TEMPO MÉDIO DE TRANSBORDO UNITÁRIO NO VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
minuto/t	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Soma da média aritmética dos tempos de carregamento por unidade de carga com a média aritmética dos tempos de descarregamento por unidade de carga.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores não foram apurados conforme dados do Sigplan.

Fonte: Sigplan

Análise Crítica:

O Vetor Logístico Sul é composto de todos os estados da região Sul do país, predominado pelos biomas da Mata Atlântica e Pampas, propiciam uma diversidade de tipologias de atividades produtivas distribuídas pontualmente no espaço, desde alta tecnologia a esteadas na exploração de recursos naturais. A proximidade da região Sul com o restante do continente sul-americano justifica seu potencial integrador internacional. O vetor Sul possui projetos que se destinam a reforçar e consolidar o processo de integração da infraestrutura de transportes na América do Sul, permitindo a realização de trocas comerciais, intercâmbio cultural e social entre o Brasil e seus vizinhos.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- BR-101/SC – Adequação do trecho Palhoça – Divisa SC/RS, totalizando 249 km: concluídos 19,1 km em 2011 e prevista a execução de 39 km, com conclusão em 2012 (exceto túnel do Morro dos Cavalos, túnel do Formigão e a ponte sobre o Canal das Laranjeiras);
- BR-101/RS – Adequação do trecho Divisa SC/RS – Osório, totalizando 88,5 km: obra concluída em 2011;
- BR-116/RS – Adequação do trecho Dois Irmãos – Rio Gravataí, Programa Via Expressa Obras complementares Dois Irmãos – Rio Gravataí, totalizando 36 km: concluído o complexo viário de Canoas, a ponte sobre o Rio Gravataí e o viaduto do Rincão e executado 84% do viaduto Unisinos em 2011, com previsão de conclusão do viaduto Unisinos em 2012;
- BR-448/RS – Construção do trecho Sapucaia (Entroncamento BR-116) – Porto Alegre (Entroncamento BR-290), totalizando 22,34 km: executado 69,9% da superestrutura do Viaduto sobre a BR-116/RS-118 (V-01), 81,6% da mesoestrutura do Viaduto sobre a BR-448/RS (V-03), 31,3% de infraestrutura da Ponte sobre o Arroio Sapucaia, 92,7% da superestrutura do Viaduto sobre a BR-386/RS (V-04), 77,6% da infraestrutura da ponte sobre a Vala do dique Mathias Velho (P-02), 18,3% do Viaduto sobre a ferrovia ALL (V-05), 86,5% da superestrutura do Viaduto sobre a BR-488 no acesso a Canoas (V-06) e 76,6% do Viaduto de acesso à BR-290 (V-07) em 2011;
- BR-376/PR – Construção do contorno Rodoviário de Maringá: executados 4,2 km de pista simples em 2011, com previsão de execução de 4,8 km de pista simples e 11,1 km de duplicação em 2012;
- BR-163/PR – Construção do contorno Oeste de Cascavel: executados 3,5 km em 2011, com previsão de execução de 13,8 km e conclusão da obra em 2012.

No modal ferroviário, os investimentos neste vetor buscam o aumento do desempenho operacional das ferrovias e a convivência harmoniosa entre as composições ferroviárias e a comunidade lindeira à rede ferroviária. Assim foram priorizadas as ações a seguir informadas: As construções dos contornos ferroviários nos municípios de Joinville e São Francisco do Sul com 40% de execução, ambos no estado de Santa Catarina, contribuem para a solução desse tipo de conflito urbano e elevam os níveis de segurança das operações ferroviárias e da qualidade de vida da população.

Contingenciamento no Exercício: Não houve contingenciamento nesse programa.

Eventos Negativos e Positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa:

Os eventos negativos que prejudicaram a execução do programa foram os atrasos administrativos inerentes à formalização de convênios e contratos, e seus respectivos termos aditivos. Questões pontuais, na parte ambiental, também podem ser fatores determinantes de retardo na execução de empreendimentos lineares, como caso das obras rodoviárias. O monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços, foi pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	0750				
Denominação	APOIO ADMINISTRATIVO				
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais – Programa de Apoio Administrativo				
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos				
Objetivos Específicos	Atividades padronizadas				
Gerente	Não consta				
Público Alvo	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
395.811.995,00	578.644.226,00	178.642.411,99	130.751.519,38	35.387.836,93	119.330.893,18

Análise Crítica:

O Programa objetiva-se em prover os órgãos da União, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos e ações, visando constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, tais como, recursos relacionados às áreas de modernização tecnológica e recursos humanos.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	0663				
Denominação	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS				
Tipo do Programa	finalísticos				
Objetivo Geral	Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça				
Objetivos Específicos	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito				
Gerente	Hélio Cardoso Derenne				
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
232.150.215,00	563.370.215,00	487.928.887,06	294.302.522,08	136.581.525,48	262.040.315,91
Fonte: SIGPLAN					

Análise Crítica:

O Programa de Segurança nas Rodovias (0663) com ações no DNIT objetiva-se em elevar os níveis de segurança nas rodovias federais, por meio do controle do excesso de peso, de velocidade, sinalização adequada e mitigação de segmentos críticos, resultando em impactos significativos na redução dos índices/gravidade dos acidentes de trânsito e prolongamento da vida útil do pavimento em razão de ações sistemáticas de controle de excesso de peso. Com início em 2007, a execução do programa é realizada mediante contratação de empresas especializadas, via procedimento licitatório geralmente na modalidade de concorrência pública conduzido pelo DNIT, ou por meio de acordo de cooperação com entes federais. Dentre os programas, encontram-se citados a seguir:

PROSINAL – O programa objetiva a melhoria da malha rodoviária no quesito sinalização. Foram previstos para o ano 2011 a meta de 10.000 km de sinalização da malha rodoviária, sendo executado até dezembro 14.660 km. A meta foi superada em função da renovação dos contratos por mais um ano. Para 2012 a meta prevista é de 9.000 km de rodovias federais sinalizadas.

PRODEFENSAS – O programa tem como objetivo a contratação, fornecimento e implantação de Defensas Metálicas, incluindo a substituição de peças inservíveis. Em 2011 foram substituídos 12 km de módulos danificadas e implantados 114 km de novos dispositivos. O PROSINAL juntamente com o PRODEFENSAS está incorporado nas Ações de Manutenção de Trechos Rodoviários nos Estados, portanto os mesmos recebem recursos orçamentários provenientes destas Ações, sendo gerenciados pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária/DIR/DNIT.

PNCV - O Programa Nacional de Controle de Velocidade é uma iniciativa do DNIT para aumentar a segurança dos usuários de rodovias federais. Foram contratados em dezembro de 2010 a maioria dos lotes, que totalizam a instalação de 2.696 equipamentos para monitoramento de 5.392 faixas de trânsito pelo prazo de 5 (cinco) anos. Foram instalados somente 353 equipamentos em 2011, pois as empresas vencedoras enfrentaram dificuldades nas instalações desses equipamentos devido ao atraso nas aferições junto ao INMETRO e ajustes entre com as empresas/companhias de energia de alguns Estados.

Para o exercício de 2012 está prevista a instalação dos seguintes equipamentos:

- 490 barreiras eletrônicas (ou lombadas eletrônicas) nas áreas urbanas das rodovias, com objetivo de fazer o controle ostensivo de velocidade;
- 285 equipamentos para fiscalizar o avanço de sinal vermelho e a parada sobre faixa de pedestre;
- 875 radares fixos, do tipo discreto, nos trechos rurais, com objetivo de manter a velocidade dos veículos dentro do limite permitido da via.

PNP - O Plano Nacional de Pesagem tem como objetivo a contratação de empresas ou consórcios de empresas para a execução de serviços inerentes à preservação da integridade da infraestrutura e da segurança do trânsito das rodovias federais pavimentadas sob a jurisdição do DNIT, mediante uso de sistemas fixos e móveis de pesagem dinâmica e sistemas complementares associados. Encontra-se em operação 71 dos 77 postos de pesagem dos previstos. A falta de

arrecadação nas fontes que fazem parte da ação 2325, como a fonte 0174, foi à grande dificuldade enfrentada no exercício de 2011, pois não foi possível empenhar o valor de R\$ 11.385.177,00 que estava atrelado nesta fonte.

Ainda, o DNIT está prevendo a construção e operação de 161 novos postos de pesagem, sendo 94 do tipo fixo e 67 do tipo móvel. As instalações desses postos serão estrategicamente distribuídas nas principais rodovias federais, objetivando a coibição do sobrepeso em veículos, evitando assim, a prematura deterioração do pavimento. O prosseguimento da licitação encontra-se em discussão com a Controladoria Geral da União.

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Neste demonstrativo o gestor deverá relacionar as ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de referência do relatório de gestão que tenham sido objeto de sua gestão. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhe da LOA, conforme se descreve no Quadro A.2.2 a seguir.

QUADRO A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas											
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012	Justificativa para ação inferior a 50% da execução	Ações que superaram de forma significativa as metas previstas.
09	272	0089	0181.0001	OP	-	unidade	600	625	800	-	-
26	128	0225	4572.0001	A	4	unidade	1.500	724	1.500	Em 2011, as expectativas eram de que fossem oferecidos cursos e eventos para 1.500 servidores, contemplados com 75 atividades de capacitação com base na dotação orçamentária prevista, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Porém, após a publicação do Decreto nº 7.446/2011, que estabeleceu limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no referido exercício, o Plano Anual de Capacitação teve que ser reestruturado. Os cursos de âmbito nacional tiveram que ser selecionados de forma a atender o maior número de servidores possível, dentro do orçamento disponível, sem perder de vista o interesse e necessidades prementes do Departamento. O resultado foi a descentralização dos recursos para as superintendências, de forma a oferecerem os cursos localmente, evitando com isso o deslocamento dos servidores.	-

26	783	0225	869V.0001	A	4	PROJ	Não há previsão de execução Física na LOA	Não há previsão de execução Física na LOA	Não há previsão de execução Física na LOA	Os pagamentos existentes foram em relação à vigilância dos pátios inativos no estado de São Paulo.	-
26	782	0225	00AH.0001	OP	1	0	0	0	0	Crédito Especial.	-
26	122	0225	8785.0001	A	1	Não há previsão de execução Física na LOA	Não há previsão de execução Física na LOA	-	-	-	-
26	572	0225	1D59.0001	P	3	unidade	9	176036,02	21	-	-
26	572	0225	6265.0001	A	4	unidade	1			-	-
26	121	0225	1D47.0001	P	1	unidade	247	34	66	1. Elevada necessidade de revisão de projeto, bem como qualidade insuficiente de projetos apresentados pelas empresas; 2. Projetos elaborados sem EVTEA, fato que gerou atrasos por não haver definições e estudos importantes; 3. Elevada rotatividade de analistas de projetos; 4. Mudança de gestores da pasta de transporte no ano de 2011, o que gerou falta de definições de diretrizes.	-
26	121	0225	1D47.0029	P	1	unidade	50	0		Emenda parlamentar, que não resultou em recurso financeiro.	-
26	121	0225	2C00.0001	P	3	unidade	185	9	104	1. Elevada necessidade de revisão de projeto, bem como qualidade insuficiente de projetos apresentados pelas empresas; 2. Priorização dos projetos do PAC tipo CREMA 2º Etapa; 3. Elevada rotatividade de analistas de projetos; 4. Mudança de gestores da pasta de transporte no ano de 2011, o que gerou falta de definições de diretrizes.	-
26	121	0225	6264.0001	P	4	unidade	1	0	5	-	-
26	121	0225	7R57.0031	P	4	unidade	1	-	-	Emenda parlamentar, que não resultou em recurso financeiro.	-

26	121	0225	7R61.0022	P	4	unidade	1	-	-	Emenda parlamentar, que não resultou em recurso financeiro.	-
26	122	0225	1D58.0001	P	1	unidade	5	-	10	-	-
26	542	0225	6241.0001	A	4	unidade	5	-	8	-	-
26	782	0663	108X.0001	P	1	unidade	157	0	40	Processo licitatório questionado pela CGU. Adiado para 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	0663	2036.0001	A	1	unidade	1.150	353	500	Dos 2.696 equipamentos previstos, foram somente contratados 896 equipamentos em Dez/2011.	-
26	782	0663	2325.0001	A	1	unidade	78	71	17	A falta de arrecadação na fonte orçamentária 0174 impediu a realização de empenhos na ordem de R\$ 11 milhões na LOA 2011.	-
26	782	0663	4482.0001	A	3	unidade	12	8600	1	-	A unidade corresponde ao número de recursos interpostos julgados. No ano anterior a meta e a unidade estavam equivocadas.
26	122	0750	09HB.0001	OP		-	-	-	-	-	-
26	122	0750	2000.0001	A		-	-	-	-	-	-
26	301	0750	2004.0001	A		unidade	3.782	3.118	3.370	-	-
26	301	0750	20CW.0001	A		unidade	1.961	-	-	-	-
26	306	0750	2012.0001	A		unidade	2.797	2.692	2.730	-	-
26	331	0750	2011.0001	A		unidade	1.072	693	877	-	-
26	365	0750	2010.0001	A	1	unidade	364	320	318	-	-
28	846	0901	0005.0001	OP		-	-	-	-	-	-
28	846	0901	00G5.0001	OP		-	-	-	-	-	-
28	846	0901	0716.0001	OP		-	-	-	-	-	-
99	999	0999	0998.0200	OP	4	-	-	-	-	-	-
26	784	1456	108U.0015	P	1	%	30	0	37	Dotação destinada a cobertura de despesas provenientes de revisão de projeto ainda não aprovada pelo DNIT. Alteração do valor do projeto condicionada a aprovação da alteração de projeto	-
26	784	1456	10K5.0015	P	1	%	51	0	0	-	-

26	784	1456	112R.0013	P	1	%	30	0	5	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	112S.0013	P	1	%	33	17,01	5	-	-
26	784	1456	112T.0013	P	1	%	73	10,99	10	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	112U.0013	P	1	%	69	1,4	3	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	112W.0013	P	1	%	49	13,43	10	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	112Z.0013	P	1	%	71	53,15	5	-	-
26	784	1456	113A.0013	P	1	%	43	28,3	10	-	-
26	784	1456	113B.0013	P	1	%	69	50,02	5	-	-
26	784	1456	113D.0013	P	1	%	60	0	9	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	113E.0013	P	1	%	73	16,83	10	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	113F.0013	P	1	%	68	3,87	10	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	113G.0013	P	1	%	67	0	10	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	113H.0013	P	1	%	47	17,38	5	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	114E.0013	P	1	%	61	46,92	9	-	-
26	784	1456	123M.0015	P	1	%	23	0	11	Recurso alocado Convenio Eletronorte - compensações sociais - atraso na entrega de projetos.	-
26	784	1456	127G.0105	P	1	%	19	0	30	Empreendimento em fase de elaboração do	-

										projeto.	
26	784	1456	127G.0113	P	1	%	19	0	30	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0117	P	1	%	29	0	24	Devido a crise institucional iniciada em julho 2011 houve suspensão dos processos licitatórios, quando retomados demandaram atualização dos custos dos serviços e atrasou o procedimento licitatório	-
26	784	1456	127G.0119	P	1	%	19	0	31	Devido a crise institucional iniciada em julho 2011 houve suspensão dos processos licitatórios, quando retomados demandaram atualização dos custos dos serviços e atrasou o procedimento licitatório	-
26	784	1456	127G.0121	P	1	%	28	0	30	Devido a crise institucional iniciada em julho 2011 houve suspensão dos processos licitatórios, quando retomados demandaram atualização dos custos dos serviços e atrasou o procedimento licitatório	-
26	784	1456	127G.0123	P	1	%	21	0	27	Devido a crise Institucional iniciada em julho/2011 houve suspensão dos processos licitatórios, quando retomados demandaram atualização dos custos dos serviços e atrasou o procedimento licitatório.	-
26	784	1456	127G.0125	P	1	%	10	0	12	Dificuldades operacionais/administrativas.	-
26	784	1456	127G.0127	P	3	%	55	11,7	30	Não fornecimento de dotação orçamentária/financeira.	-
26	784	1456	127G.0131	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0133	P	3	%	87	22	14	Obra civil não iniciada, levantamento de serviços remanescentes.	-
26	784	1456	127G.0135	P	3	%	15	97	67	-	Pendências documentais e aperfeiçoamento de alguns serviços, a obra não foi recebida no exercício de 2011. Pretende-se recebê-la no 1º semestre 2012.
26	784	1456	127G.0137	P	3	%	30	0	0	Valor da LOA previsto para atender MPU com programas ambientais de compensação.	-
26	784	1456	127G.0139	P	3	%	91	53,72	100	-	-
26	784	1456	127G.0143	P	3	%	53	32,39	100	-	-

26	784	1456	127G.0145	P	3	%	7	1,35	13	Obra Paralisada para revisão de projeto.	-
26	784	1456	127G.0147	P	1	%	31	0	29	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0149	P	3	%	13	0,75	46	Obra Paralisada para revisão de projeto.	-
26	784	1456	127G.0151	P	3	%	26	0	100	Obra em fase de conclusão, pendências documentais e aperfeiçoamento de alguns serviços, a obra não foi recebida no exercício de 2011. Pretende-se recebê-la no 1º semestre 2012.	-
26	784	1456	127G.0153	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0155	P	1	%	29	75	76	-	Prefeitura adiantou a execução física.
26	784	1456	127G.0157	P	1	%	100	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0159	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0161	P	1	%	12	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0163	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0165	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0167	P	1	%	12	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0169	P	1	%	17	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0171	P	1	%	16	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0173	P	1	%	14	0	17	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0175	P	1	%	12	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0177	P	1	%	7	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0181	P	1	%	10	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0183	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0187	P	1	%	29	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-

26	784	1456	127G.0189	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0191	P	1	%	12	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0195	P	1	%	17	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0197	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0199	P	1	%	29	0	10	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	127G.0201	P	1	NSA	NSA	33,76	NSA		-
26	784	1456	12GZ.0015	P	1	%	20	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	12HL.0010	P	1	% Km	10	0	3	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	12HY.0015	P	1	%	10	0	11	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	12I0.0010	P	1	%	62	0	52	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1456	1D51.0013	P	1	%	35	36	0	Obra paralisada, contrato expirou, levantamento de serviços remanescentes.	-
26	784	1456	1D52.0013	P	1	%	60	0	8	Atraso no repasse de recursos, em virtude do reduzido corpo técnico na SR/AM para analisar as prestações de contas e aditivos.	-
26	784	1456	4349.0303	A	3	km	1190	384,07	1190	-	-
26	782	1456	10L1.0051	P	1	km	80	0	53	Prefeitura não apresentou projeto, convenio extinto, em fase de subrogação do contrato firmado com a convenente	-
26	782	1456	110I.0015	P	1	km	35	0	144	Altamira - Medicilândia - Obra em ritmo lento devido a ineficiência da empresa contratada. Medicilândia - Rurópolis - Empreendimento ainda em fase de licitação da obra.	-
26	782	1456	110Z.0051	P	1	km	20	582,5	1	-	-
26	782	1456	111D.0015	P	1	km	8	316	3	-	-
26	782	1456	113T.0015	P	4	km	7	0	0	-	Obra concluída.
26	782	1456	113U.0015	P	1	%	2	0	1	-	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.

26	782	1456	113Y.0011	P	1	km	65	0	43	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório. Obras de drenagem, realização de base, hidrossemeadura, pavimentação, Nas quilometragens da previsão inicial foi considerado a pavimentação completa neste exercício.
26	782	1456	1248.0013	P	1	km	190	34,68	102	Projeto em fase de revisão com provável conclusão em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1456	12DP.0011	P	1	km	1	0	0	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. A execução de quilometragem em CBUQ refere-se a acessos a OAE. Foram conclusos todos os serviços de pavimentação deste contrato.
26	782	1456	12H0.0011	P	1	Km	1	0	4	Projeto Executivo em Desenvolvimento, com conclusão prevista para 2012.	-
26	782	1456	12HH.0011	P	1	km	1	598,99	3	Projeto Executivo em Desenvolvimento, com conclusão prevista para 2012.	-
26	782	1456	13Y7.0051	P	1	km	NSA	0	9	Empreendimento em fase de elaboração do projeto. O empreendimento foi contemplado nos anos anteriores com a ação 7M76.0056.	-
26	782	1456	1422.0012	P	1	KM	40	0	1	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório, porém foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Da pavimentação executada neste exercício, 41,58 km foram em TSD e 39,90 km em CBUQ. Dados com base em material fornecido pela conveniada referente aos 3 lotes do convênio TC-117/2004 e os 3 lotes do convênio TC-097/2007.
26	782	1456	1428.0013	P	1	km	30	446,65	1	Convênio com o Governo do Estado foi denunciado em Dez/2011. O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1456	1490.0015	P	1	km	12	430,75	210	-	-

26	782	1456	1D02.0011	P	1	%	18	0	24	Projeto Executivo em Desenvolvimento, com conclusão prevista para 2012.	-
26	782	1456	1J59.0051	P	1	km	8	0	1	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	782	1456	20DQ.0012	A	1	km	1182	0	962	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	782	1456	20DR.0011	A	1	km	1754	0	1361	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	782	1456	20DS.0014	A	1	Km	1784	176,5	1351	-	-
26	782	1456	20EB.0013	A	1	km	2446	0	500	Empreendimento em fase de elaboração do projeto e EVTEA.	-
26	782	1456	7242.0014	P	1	km	25	0,00	201	A rodovia possui 217,2 km, sendo que existe um contrato TT-310 (Tescon-Empa-Plano) do km 119,20 - km 164,44.	-
26	782	1456	7I84.0011	P	1	%	18	37,19	48	-	Obra em ritmo acelerado. Devido as grandes altas e grandes baixas de nível do Rio Madeira a obra foi adiantada em seu cronograma aproveitando as baixas do Rio para não atrasar o cronograma da obra com isso prevê-se a conclusão em dezembro de 2012 em vez de fevereiro de 2013.
26	782	1456	7M60.0012		0	km	4	0,00	4	Esta na funcional 26.782.3075-7S97-0012. Projeto em fase final de aprovação. Obra a ser licitada.	-
26	782	1456	7M63.0011	P	1	km	3	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. A obra foi paralisada devido a rescisão contratual com a empresa executora e foram levantados os serviços remanescentes e relicitada a obra foi reiniciada em outubro e a contratante está executando serviços de terraplanagem, portanto nenhum km executado nos trimestres.	-
26	782	1456	7M76.0051	P	1	km	1	0,00	12	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. As obras contidas nesse vetor ainda estão gastando dinheiro referente a restos a pagar	-

26	782	1456	7N37.0011	p	3	km	1	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. Obra ainda não retomada.	-
26	782	1456	7P87.0011	P	1	km	1	0,00	2	Bloqueado pela SOF. Não foram executados nenhum serviço este ano neste convênio. Aguarda-se aprovação de nova adequação para conclusão de trincheiras e encontros e complementações das marginais.	-
26	782	1456	7R27.0011	p	4	km	8	0,00	1	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012	-
26	782	1456	7R36.0012	p	4	km	1	0,00	1	Este contrato não foi licitado.	-
26	782	1456	7R43.0014	P	4	%	2	0,00	2	-	-
26	782	1456	7R45.0011	P	4	%	10	0,00	10	Bloqueado pela SOF. Projeto em fase de conclusão. Obra a Licitar.	-
26	782	1456	7R53.0014	P	3	km	10	0,00	5	Demais - Não houve liberação de recursos	-
26	784	1457	12FM.0015	P	1	%	90	0	1	Prefeitura não apresentou projeto, convenio extinto, em fase de subrogação do contrato firmado com a convenente.	-
26	784	1457	1547.0017	P	3	%	40	0	1	Dotação insuficiente, manutenção do canteiro de obras.	-
26	784	1457	4349.0301	A	3	km	1165	582,5	1165	-	-
26	784	1457	4349.0305	A	3	km	632	316	635	-	-
26	784	1457	5750.0015	P	1	%	5	0	0	-	Obra concluída.
26	782	1457	10KK.0051	P	1	km	80	41,48	19	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório, porém foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. No mês de janeiro as Obras paradas aguardando LI emitida pelo IBAMA. As obras estão paradas devido a grande quantidade de chuvas na região. Os valores preenchidos em dezembro são referentes apenas a CBUQ.
26	782	1457	10KR.0015	P	1	km	150	0,00	63	O empreendimento teve faturamento satisfatório, porém foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Informações inseridas no mês de Janeiro, referentes à ultima medição. Os contratos de nº 02584/2010 e nº 020583/2010, obteve boa execução.	-

26	782	1457	11VA.0051	P	1	km	85	0,00	19	O empreendimento teve faturamento satisfatório, porém foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Obras em ritmo lento devido ao período chuvoso. Boa parte do recurso gasto na obra até o momento é referente a restos a pagar.	-
26	782	1457	11VD.0017	P	3	km	26	9,30	12	Demais - Não houve liberação de recursos. Obra ainda não retomada. Apenas a Travessia de Colinas está em andamento, as de Miranorte e de Guaraí estão em fase bem iniciais.	-
26	782	1457	126R.0016	P	1	%	25	0,00	56	O empreendimento teve faturamento satisfatório, porém foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Ponte Concluída. Projeto de Iluminação e encabeçamento da ponte em fase de projeto.	-
26	782	1457	127H.0021	P	1	km	45	0,00	6	Projeto Executivo em Desenvolvimento, com conclusão prevista para 2012.	-
26	782	1457	12FO.0017	P	3	km	1	0,00	3	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1457	12IA.0021	P	1	km	1	0,00	1	Contrato paralisado falta recursos, os recursos alocados e não medidos serão medidos em janeiro 2012	-
26	782	1457	12IZ.0017	P	3	km	1	0,00	5	Demais - Não houve liberação de recursos. Miranorte esta em fase iniciais aguardando recursos.	-
26	782	1457	12KY.0051	P	1	km	30	0,00	31	Funcional 26.782-2075-12KY.0051 - Estudo Projeto.	-
26	782	1457	12MJ.0017	P	1	km	5	0,00	1	O empreendimento teve faturamento satisfatório. Identificada a necessidade de intervenção pelos especialistas do setor, com base no relatório técnico apresentado e aprovado pela direção do órgão, são contratadas por meio de licitações públicas, empresas especializadas para a elaboração dos estudos e projetos, incluindo licenças ambientais.	-

26	782	1457	13WX.0021	P	4	Km	15	0	0	Aguardando a conclusão do projeto para licitação. Contemplada com a ação 7P03. Crédito Especial.	-
26	782	1457	13YK.0016	P	4	Km	20	0	0	Contemplada com a ação 7R52.0016	-
26	782	1457	1418.0016	P	1	km	12	0,00	34	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Informações inseridas no mês de Janeiro, referentes à ultima medição.	-
26	782	1457	20DE.0051	A	1	km	4489	3647,7	3708	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1457	20DF.0015	A	1	km	4696	1796	1865	No 1º semestre de 2011, procedeu-se a utilização dos recursos de RAP de anos anteriores para pagamento dos contratos em execução, como mostram os desempenhos das Funcionais Programáticas por rodovias do ano de 2010. Para o 2º semestre, quando se tinha uma programação de licitação do Programa CREMA para a manutenção/restauração de aproximadamente 33 mil km de rodovias, houve uma determinação ministerial de suspensão temporária de todos os procedimentos licitatórios, sendo recentemente autorizada a sua retomada, afetando diretamente o desempenho das referidas ações.	-
26	782	1457	20DT.0016	A	1	km	1022	410,5	410	No 1º semestre de 2011, procedeu-se a utilização dos recursos de RAP de anos anteriores para pagamento dos contratos em execução, como mostram os desempenhos das Funcionais Programáticas por rodovias do ano de 2010. Para o 2º semestre, quando se tinha uma programação de licitação do Programa CREMA para a manutenção/restauração de aproximadamente 33 mil km de rodovias, houve uma determinação ministerial de suspensão temporária de todos os procedimentos licitatórios, sendo recentemente autorizada a sua retomada,	-

										afetando diretamente o desempenho das referidas ações.	
26	782	1457	20DU.0021	A	1	km	3350	3248	3281	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1457	20DV.0017	A	1	km	2362	1472	1556	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1457	5E15.0017	P	1	km	20	49,81	31	-	O empreendimento teve andamento e faturamento satisfatório. Lote 01 completo, lote 03 em andamento houveram chuvas intensas no primeiro trimestre. Iniciou-se a construção do segundo segmento no km 129,3 ao km 189,3.
26	782	1457	7224.0017	P	4	km	2	0,00	2	Bloqueado pela SOF. Obras não iniciadas.	-
26	782	1457	7I12.0015	P	4	km	15	0,00	15	Bloqueado pela SOF. Obras não iniciadas.	-
26	782	1457	7L92.0017	P	4	%	67	0,00	28	Não houve ainda um novo processo licitatório. A licitação do projeto executivo ainda não ocorreu, um convênio que passará para obras diretas.	-
26	782	1457	7L94.0051	P	4	km	5	0,00	5	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Obra em ritmo lento devido ao período chuvoso. No exercício de 2011 só foram utilizados recursos do RAP até a presente data.	-
26	782	1457	7M77.0051	P	1	km	2	0,00	1	Bloqueado pela SOF. Essa obra já foi finalizada no ano de 2010, no entanto foi paga uma ultima medição do mês de fevereiro. Em relação ao andamento físico não há nada mais a preencher nesta ação.	-

26	782	1457	7N19.0015	P	3	km	8	0,00	8	Demais - Não houve liberação de recursos. Aguardando recursos.	-
26	782	1457	7P03.0021	P	3	km	15	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. Aguardando a conclusão do projeto para licitação	-
26	782	1457	7R47.0051	P	3	km	13	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. Aguardando recursos.	-
26	782	1457	7R52.0016	P	4	km	20	0,00	1	-	-
26	782	1457	7R65.0021	P	4	km	1	0,00	1	Aguardando recursos. Aguardando Confirmação de Empenho para assinatura de contrato e início das obras	-
26	784	1458	12K4.0031	P	1	%	25	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1458	12KE.0031	P	1	%	3	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	783	1458	10H8.0031	P	4	km	16	0	11	Licitação da Supervisão da obra concluída em dezembro de 2011, ainda falta a licenças de instalação para a obra iniciar.	-
26	783	1458	11H1.0033	P	1	km	6	0	40	<p>RESULTADOS: Concluídos 36% da obra de adequação ferroviária em 30/11/2011 Concluído o atendimento ao TAC referente à licença ambiental do pátio de Anísio Braz, em 09/01/2012.</p> <p>PROVIDÊNCIAS: Iniciar obras do pátio após manifestação favorável do INEA-RJ até 15/01/2012.</p> <p>Concluir 45% da adequação até 31/03/2012; Liberar áreas de desapropriação até 30/01/2012; SPU/MPOG transferir ao DNIT os imóveis para que sejam providenciadas suas desocupações até 30/11/2011.</p>	-
26	783	1458	12P9.0031	P	4	km	Não há previsão de execução Física na LOA	Não há previsão de execução Física na LOA	Não há previsão de execução Física na LOA	Convênio celebrado com Prefeitura Municipal objetivando doação do estudo de viabilidade técnico, econômico e ambiental – EVTEA – e do projeto executivo de engenharia, e execução das obras de construção de intervenções para a eliminação dos conflitos rodoferroviários	-

										através no município de Juiz de Fora/MG.	
26	782	1458	10IW.0031	P	1	km	34	8,66	43	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Após liberação do TCU a obra teve andamento satisfatório.	
26	782	1458	10IX.0031	P	1	km	4	3,30	18	Projeto Executivo em Desenvolvimento, com conclusão prevista para 2012.	
26	782	1458	10J6.0031	P	1	km	3	2,82	2	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Após liberação do TCU a obra teve andamento satisfatório.
26	782	1458	10UL.0031	P	1	km	1	0,00	1	Projeto Executivo em Desenvolvimento, com conclusão prevista para 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1458	113I.0031	P	1	km	1	0,00	1	Edital para contratação de obras complementares suspenso em 2011. Reabertura em 2012.	-
26	782	1458	113J.0053	P	1	km	1	0,00	4	Obra concluída em 2011. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1458	113O.0031	P	1	%	2	1,90	2	-	Obra concluída em 2010.
26	782	1458	113R.0031	P	1	km	8	0,00	1	O empreendimento não teve faturamento em 2011, utilizado parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Não houve medições em 2011.	-
26	782	1458	11ZC.0031	P	1	km	2	0,92	1	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Após liberação do TCU a obra teve andamento satisfatório.
26	782	1458	12ER.0032	P	1	km	4	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Execução de serviços de supervisão ambiental, execução de obras e supervisão (Lote 02 - Contorno de Vitória) com recursos de exercício anterior	-

26	782	1458	12KB.0033	P	1	km	1	0,00	2	Pendente de Licença ambiental para aprovar Projeto Executivo e licitar obra. Previsão de Contratação de Obras em 2012.	-
26	782	1458	1304.0031	P	1	km	30	15,16	17	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1458	13UP.0031	P	4	km	3	0	0	Não foram localizados contratos para esta ação. Contemplada com a ação 7P09. Crédito Especial.	-
26	782	1458	1K17.0033	P	1	km	13	0,00	15	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Percentual de execução acumulado: Contrato de consultoria: 42,45%.	-
26	782	1458	1K23.0031	P	1	km	30	14,62	21	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Após liberação do TCU a obra teve andamento satisfatório.
26	782	1458	20DD.0052	A	1	km	3869	3355,1	3745	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1458	20DZ.0053	A	1	km	362	240,1	365	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1458	20E0.0032	A	1	km	1122	1055,6	1051	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1458	20E1.0031	A	1	km	10853	8404,6	8779	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1458	20EC.0033	A	1	km	670	644,1	649	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1458	3E49.0033	P	1	km	1	1,00	1	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Ação sob análise de desenvolvimento. Contrato de consultoria p/desapropriação: 94,48%. Contrato de Obras: 96,10%.
26	782	1458	3E50.0033	P	1	km	12	0,00	6	Excussão insuficiente das obras em razão de necessidade de revisão de projeto.	-
26	782	1458	5789.0033	P	4	km	1	0,00	1	Aguardando convênio. Convênio em desenvolvimento.	-

26	782	1458	7152.0031	P	1	km	8	3,53	2	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Contrato:162/2008-Medição nº 26-Período de 01/01/2011 a 31/01/2011 - Total Líquido:97.432,77.	-
26	782	1458	7542.0053	P	1	km	7	0,00	14	Bloqueado pela SOF. A Superintendência Regional GO/DF não possui informações sobre esta funcional programática, tendo em vista que o contrato vinculado a esta ação trata-se de Convênio DER/DF PG-184/1996. Somente em 26/01/2012 foi assinado o contrato UT-049/2012 com a empresa TRIER que trata de Serviços de Complementação das Obras de Ampliação de Capacidade, Melhoramentos e Implantação de Ruas Laterais (Travessia Samambaia) na Rodovia BR-060/DF, km 0,00 - km 12,40, com vigência a partir de 27/01/2012.	-
26	782	1458	7560.0052	P	1	km	6	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. A execução física do contrato UT-602/2010 da GEOSERV não foi computada no cálculo das lacunas referentes ao realizado para não ocorrer a duplicidade de valores, já que este contrato é de Supervisão e esta é realizada no mesmo trecho onde há a execução física da duplicação.	-
26	782	1458	7630.0033	P	1	km	1	1,00	1	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Contrato Paralisado. Ação em execução orçamentária.	-

26	782	1458	7E79.0056	P	1	km	21	0,00	15	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Não há para esta Ação Programática nenhum contrato assinado, estando os editais em fase licitatória. Logo, em 15/12/2011 foi solicitado o cancelamento de R\$ 100.000.000,00 desta ação para ser remanejado e utilizado em outras ações programáticas.	-
26	782	1458	7E87.0031	P	1	km	34	22,41	42	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Após liberação do TCU a obra teve andamento satisfatório. Contrato:568/2010-Medição nº 08- Período de 01/01/2011 a 31/01/2011 - Total Líquido:1.538.316,91.
26	782	1458	7E88.0031	P	1	km	8	7,98	1	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.
26	782	1458	7G16.0031	P	1	km	1	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Não foi localizado contrato para esta ação .	-
26	782	1458	7H08.0031	P	4	km	1	0,00	1	Não foi localizado contrato para esta ação .	-
26	782	1458	7H16.0032	P	3	km	10	0,00	40	Demais - Não houve liberação de recursos. EVTEA e Projeto Básico/Executivo a serem licitados. EVTEA para a BR-484/ES Edital Tomada de Preços 559/2011.	-
26	782	1458	7I68.0031	P	3	km	1	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. Não foi localizado contrato para esta ação .	-
26	782	1458	7I89.0031	P	4	km	2	0,00	1	Não houve dotação orçamentária. Não foi localizado contrato para esta ação .	-
26	782	1458	7J97.0032	P	3	km	5,18	0,00	1	Não houve dotação orçamentária. Serviços de Supervisão e execução das obras da interseção de acesso ao Bairro Cidade Pomar. Serviços de Supervisão e execução das obras da travessia urbana de Linhares - BR- 101/ES, executado com RAP/2010.	-

26	782	1458	7M69.0050	P	1	km	1	0,00	1	Não houve dotação orçamentária. O Convênio TT-222/2007 DNIT/DER-DF referente a Serviços de Restauração na BR-020/DF km 0,00 ao km 9,00 e km 23,60 ao km 57,60, totalizando 43,00 km, está vinculado a esta ação programática e pertence à Superintendência Regional DNIT GO/DF. Por se tratar de OBRA CONVENIADA, a Superintendência não possui as informações necessárias para atualização desta ação programática.	-
26	782	1458	7M70.0032	p	0	km	20	0,00	1	Projeto (lote 01) fornecido pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Trecho do Entr. 1) BR-262 a Campo Belo (extensão 4,128km), dependendo de complementação para viabilizar posterior aprovação pelo DNIT - Licença prévia emitida pelo IEMA 2) EVTEA e Projeto Básico/Executivo dos lotes 02 e 03 a serem licitados. EVTEA para a BR-447/ES Edital Tomada de Preços 574/2011.	-
26	782	1458	7M71.0032	P	1	km	2	0,00	13	Bloqueado pela SOF. Projeto em fase de aprovação para adequação às condicionantes ambientais estabelecida pelo IEMA/ES para viabilizar a contratação de obra e supervisão da adequação da BR-262/ES km 19,10 ao km 71,72, Licença ambiental prévia emitida pelo IEMA/ES. Trecho compreendido entre os km 71,72 ao 196,3 dependendo de delegação do IBAMA para o IEMA/ES para início dos procedimentos de licenciamento ambiental - Projeto Básico e Executivo a serem licitados.	-
26	782	1458	7M81.0031	P	1	km	1	0,00	26	O empreendimento teve faturamento satisfatório. Após a liberação do TCU a obra teve andamento satisfatório. Contrato:622/2010-Medicação nº 14-Período de 01/09/2011 a 30/09/2011 - Total Líquido:3.360.632,79.	-

26	782	1458	7M83.0031	P	1	km	32	30,96	5	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Após a liberação do TCU a obra teve andamento satisfatório.
26	782	1458	7M95.0031	P	1	km	3	0,00	10	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de Aprovação em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1458	7M97.0031	P	3	km	25	0,00	8	Demais - Não houve liberação de recursos. Não foram localizados contratos para essa ação. Não houve medições em 2011.	-
26	782	1458	7N11.0052	P	3	km	28	5,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. O contrato ativo para esta ação é o seguinte: UT-229/2010 da empresa CONSTRUMIL. Este contrato tem como objeto a Construção de Viaduto na BR-153/GO (Ponto Localizado). Em Janeiro foram realizados serviços de Obras Complementares. Até 2010 o contrato UT-229/2010 pertencia ao Programa 1461, Ação 7N11, logo, para o RAP 2010, as informações serão dadas no referido programa e ação.	-
26	782	1458	7P09.0031	P	3	km	3	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. Não foram localizados contratos para esta ação.	-
26	782	1458	7P73.0031	P	4	%	5	0,00	5	Bloqueado pela SOF. Ação em desenvolvimento. Ação cadastrada em outubro de 2011.	-
26	782	1458	7R31.0031	P	4	km	40	0,00	40	Não foram localizados contratos para esta ação.	-
26	782	1458	7R42.0032	P	4	%	5	0,00	5	Projeto Básico e Executivo a serem licitados	-
26	782	1458	7R44.0032	P	4	km	16	0,00	16	Aguardando delegação de competência do IBAMA para o IEMA/ES para início dos procedimentos de licenciamento ambiental	-
26	782	1458	7R46.0031	P	4	%	1	0,00	1	Não foi localizado contrato para esta ação .	-
26	782	1458	7R48.0032	P	4	km	1	0,00	3	Projeto em fase de minuta do projeto básico. Após conclusão do projeto executivo serão iniciados os procedimentos necessários à contratação das obras e serviços	-
26	782	1458	7R51.0053	P	1	km	6	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. Trata-se de Ação de RP DEMAIS, logo	-

										nenhum empenho foi emitido ou repassado para esta Ação.	
26	782	1458	7R58.0032	P	4	unidade	1	0	0	Não foram localizados contratos para esta ação.	-
26	782	1458	7R72.0031	P	4	unidade	1	0	0	Não foram localizados contratos para esta ação.	-
26	784	1459	4349.0307	A	3	Km	465	34,68	232,5	A execução física não acompanha calendário civil e sim o ciclo hidrológico dos rios, o que provoca distorção na meta.	-
26	783	1459	10MK.0020	P	1	há	266	145	30	-	A execução da ação orçamentária é consequência do bom andamento do cronograma de desapropriação.
26	782	1459	105T.0025	P	1	km	10	3,40	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Atraso na execução do revestimento da pista nova (período de chuvas na região). Previsão dos serviços principais que foram realizados em 2011: 1) Revestimento pista nova: 3,40 KM; 2) Revestimento pista existente: 47,1 KM, está incluído neste valor, os 12 km de pista dupla já existente que será restaurada, logo para efeito de cálculo levou em consideração 2x 12 km = 24 km; O trecho da pista existente do KM 80,9 AO KM 92,8 Já se encontra duplicado, este trecho foi duplicado antes dessa nova obra de duplicação.	-
26	782	1459	10L3.0023	P	1	km	14	0,00	5	Projeto Executivo em atualização. Previsão de conclusão em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1459	111J.0024	P	1	km	1	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. 42,2 km de pista concluído.	-
26	782	1459	113K.0023	P	1	%	2	0,00	2	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Foram executados 85,5% da ação até novembro/2011. Todos os pagamentos realizados este ano foram realizados com RAP de 2009.	-

26	782	1459	113V.0024	P	1	km	5	0,00	6	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1459	113X.0024	P		km	8	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1459	11ZK.0023	P	4	km	18	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Foram executados 34,6% da ação até setembro/2011. O contrato de construção foi rescindido. Todos os pagamentos realizados este ano foram realizados com RAP de 2010.	-
26	782	1459	1236.0025	P	1	%	10	0,00	10	Bloqueado pela SOF. Os Serviços realizados pelo convênio com DER/PB PG-169/97-00 (revisão de projeto em fase de obra na BR-230/PB) e Serviços complementares realizados pelos convênios com DER/PB PG-1375/2005, foram encerrados em junho de 2010. Neste momento, a única obra de Adequação de Capacidade na BR-230/104, que está em andamento é o Contorno de Campina Grande/PB, realizado pelo Convênio TT-314/07 (com a prefeitura de Campina Grande/PB), Subtrecho: Entr. BR-230(A)/PB - 095 (Campina Grande) - Entr. BR-230(B). Segmento: km 126,20 - km 129,06. Extensão: 2,86 km de Duplicação e 3,33 km de ruas laterais.	-
26	782	1459	12JT.0024	P	1	km	2	0,00	30	-	-
26	782	1459	12JU.0023	P	1	km	3	0,00	59	Foram executados 11,1% da ação até setembro/2011. Em andamento adequações do lote 2 e 3.	-
26	782	1459	12MK.0025	P	1	km	1	0,00	6	Obra de Adequação de Capacidade na BR-230/104, Contorno de Campina Grande/PB, realizado pelo Convênio TT-314/07 (com a Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB), Subtrecho: Entr. BR-230 (A)/PB - 095 (Campina Grande) - Entr. BR-230(B). Segmento: km 126,20 - km 129,06. Extensão: 2,86 km de Duplicação e 3,33 km	-

										de ruas laterais.	
26	782	1459	1558.0023	P	1	km	12	0,00	12	Bloqueado pela SOF. Contrato de construção do km 0 ao km 12 foi extinto por decurso de prazo (Operação Mão Dupla). Ação esta sem contrato.	-
26	782	1459	1B99.0022	P	1	km	1	0,00	14	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1459	20E2.0027	A	1	km	822	734	741	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1459	20E5.0023	A	1	km	2288	2191	2236	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1459	20E6.0025	A	1	km	1494	1233	1445	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1459	20E7.0026	A	1	km	2493	2374	2115	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1459	20E8.0022	A	1	km	2505	2430	2383	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1459	20ED.0024	A	1	km	1499	1387	1497	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1459	7435.0026	P	1	km	10	9,32	13	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Execução de serviços de Terraplenagem e Sub-base.
26	782	1459	7441.0022	P	1	km	22	0,00	37	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1459	7624.0027	P	1	km	70	0,00	65	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1459	7626.0024	P	1	km	5	18,47	1	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. LOTE 01: Pista nova duplicada - 100% executada. Pista existente restaurada - 96% executada. Restam marginais e duas passarelas. LOTE 02: Pista nova duplicada - 100% executada. Pista existente restaurada - 92% executada. Restam marginais e

											duas passarelas.
26	782	1459	7E90.0026	P	1	km	2	2,35	13	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Executados serviços de Terraplenagem, Sub-base e Base.
26	782	1459	7J07.0022	P	4	km	1	0,00	1	-	-
26	782	1459	7J39.0025	P	4	km	1	0,00	2	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Contrato prorrogado até 22/12/2011. Serviço principal que será realizado em 2011: revestimento pista nova: 18,0 km Corrigir o item descrição dos Dados Gerais para (Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, complementares, e, se houver necessidade, as especiais, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no trecho rodoviário com extensão de 18 km entre Uiraúna – Poço Dantas no estado da Paraíba).
26	782	1459	7L03.0023	P	1	km	4	0,00	11	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Foram utilizados apenas recursos de RAP.
26	782	1459	7M32.0025	P	4	km	1	0,00	1	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Corrigir a extensão de 37,0 km no item “Descrição dos Dados Gerais” para 29,9 km (extensão contratual). serviço principal que será realizado em 2011: revestimento pista nova: 29,9 KM.

26	782	1459	7M33.0025	P	4	km	1	0,00	3	O Contrato SR/PB-0001/2008 (km 36,5 ao km 54,5) foi paralisado em novembro de 2010 por falta de empenho, obras em fase final de conclusão.	-
26	782	1459	7M88.0026	P	1	km	24	12,87	20	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório
26	782	1459	7N14.0026	P	3	km	15	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos.	-
26	782	1459	7N22.0022	P	1	km	1	0,00	10	-	-
26	782	1459	7R35.0025	P	4	km	5	0,00	5	Em fase final de preparação do Termo de Referência para Licitação da contratação de empresa especializada em elaboração de Projetos.	-
26	782	1459	7R38.0027	P	4	km	4	0,00	4	Bloqueado pela SOF+	-
26	782	1459	7R39.0025	P	4	km	12	0,00	2	-	-
26	782	1459	7R40.0024	P	4	km	3	0,00	5	-	-
26	782	1459	7R55.0027	P	4	%	5	0,00	5	Bloqueado pela SOF+	-
26	782	1459	7R73.0056	P	4	0	0	0,00	0	Não houve dotação orçamentária+	-
26	784	1460	12J0.0029	P	1	%	13	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1460	12J1.0029	P	1	% km	3	0	18	Dragagem emergencial do rio São Francisco, por meio de repasse a Codomar no Convênio 007/2008.	-
26	784	1460	4349.0313	A	3	km	1198	598,99	1198	-	-
26	783	1460	11WI.0029	P	4	%	40	0	40	Projeto aprovado no final de 2011 devido a dotação orçamentária ser insuficiente para a construção do empreendimento, a diretoria solicitou o remanejamento da dotação para a obra de Três Lagoas MS+	-
26	783	1460	1226.0029	P	1	km	11	0	1	O projeto de revisão não foi concluído em 2011.	-
26	783	1460	1C08.0029	P	4	km	1	0	1	Projeto aprovado no final de 2011 devido a dotação orçamentária ser insuficiente para a construção do empreendimento, a diretoria solicitou o remanejamento da dotação para a obra de Três Lagoas MS.	-

26	783	1460	1K25.0029	P	1	km	10	0	9	RESULTADOS: Contratada obra em 09/11/2010; ordem de serviço emitida em 22/11/2010; Obra paralisada em 18/02/2011; Supervisora contratada em dezembro de 2011; Fundação Palmares entregou os pleitos da comunidade quilombola em 19/10/2011. RESTRIÇÕES: Negociação com quilombolas e Fundação Palmares para transposição de área; Licenças ambientais dos bota-foras. PROVIDÊNCIAS DNIT: contratar gestão ambiental até 30/03/2012DNIT; Dar início à desapropriação até dia 31/01/2012; DNIT reiniciar obras até 31/01/2012 dependendo do final da negociação.	-
26	782	1460	105S.0029	P	1	km	60	0,00	10	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1460	10KT.0029	P	1	%	35	0,00	1	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1460	110Q.0028	P	1	km	9	0,00	23	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1460	110R.0028	P	1	km	16	0,00	23	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1460	12IW.0029	p	1	km	12	0,00	6	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1460	12IX.0029	P	1	km	3	0,00	4	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012.	-
26	782	1460	13YQ.0029	P	4	km	4	0	600	Não houve dotação orçamentária. O empreendimento esta na ação 7R50.0029.	-
26	782	1460	1C09.0029	P	1	km	55	0,00	33	Projeto Executivo em atualização, com previsão de conclusão em 2012	-

26	782	1460	1K19.0028	P	1	km	1	0,00	1	Contrato de Obra rescindido em 2011. Novo contrato formalizado para início em 2012.	-
26	782	1460	20E3.0029	A	1	km	6293	4497	4470	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1460	20E4.0028	A	1	km	337	319	333	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1460	20F4.0029	A	1	km	Extensão inclusa na Funcional do Estado da BA	-	Extensão inclusa na Funcional do Estado da BA	-	Percentual de desempenho acima de 50%.
26	782	1460	7474.0029	P	1	km	25	0,00	8	-	-
26	782	1460	7F51.0029	P	1	km	10	0,00	27	O empreendimento teve faturamento satisfatório.	-
26	782	1460	7M68.0029	P	1	km	5	0,00	5	Não houve dotação orçamentária.	-
26	782	1460	7N84.0029	P	1	km	4	0,00	4	-	-
26	782	1460	7R50.0029	P	4	km	4	0,00	5	-	-
26	782	1460	7R60.0029	P	4	km	8	0,00	1	-	-
26	784	1461	110S.0001	P	1	km	NSA	0	9	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1461	12JJ.0051	P	1	%	10	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1461	4349.0309	A	3	km	862	446,65	862	-	-
26	784	1461	4349.0311	A	3	km	527	430,75	527	-	-
26	783	1461	10HE.0054	P	1	km	4	0	1	Não existe meta física executada devido não existir km concluído, mais a obra no final de 2011 estavam com 76% da execução física concluída, esta faltando aquisição de trilhos, e material de fixação, o estado sinalizou, necessidade de aditivo, sendo que o mesmo será material de aditivo de convenio. o credito suplementar, aprovado no final do ano de 2011, foi perdido devido, não haver credor habilitado para o empenho.	-

26	783	1461	10HH.0035	P	4	%	33	0	33	Projeto concluído pela empresa urbaniza engenharia Ltda., que executou os serviços técnicos especializados de levantamento planialtimétrico cadastral e estudos e projetos executivos de recuperação, adequação e complementação do contorno ferroviário de Barretos/SP – perímetro urbano de Barretos, ferrovia EF: 465 – trecho ferroviário: araraquara–colômbia, objeto do contrato 08.1.0.00.0022.2009. Firmado o contrato objeto do edital nº 0325/2010-08 (cp), com a empresa Egesa engenharia S.A., contrato nº 08.1.0.00.01057/2010, assinado em 21/12/2010, publicado no dou em 12/01/2011, para execução das obras de recuperação, adequação e complementação do contorno ferroviário no município de Barretos/SP, contrato paralisado desde 26/01/2011 (inclusive).	-
26	783	1461	10I6.0035	P	4	km	5	0	5	Projeto em fase final de conclusão.	-
26	783	1461	11XB.0041	P	1	km	1	0	5	Obra em fase final, com 99% executado.	-
26	783	1461	1D69.0035	P	1	km	4	2	28	RESULTADOS: Executados 83% do contorno e 68% do pátio em 30/12/2011. PROVIDÊNCIAS: Executar 90 % do contorno e 80% do pátio até 31/03/2012.	-
26	783	1461	1J80.0035	P	4	%	15	15	0	-	A execução da meta estabelecida foi positiva devido ao bom andamento do instrumento.
26	783	1461	7R41.0041	P	4	%	10	0	10	Projeto em fase de elaboração.	-
26	783	1461	7R56.0035	P	4	%	10	0	10	Aguardando detalhamento de projeto básico (executivo).	-
26	783	1461	7R59.0041	P	4	%	1	0	0	Falta de Projeto para implementação do empreendimento.	-
26	783	1461	7R62.0035	P	4	%	3	0	0	Falta de Projeto para implementação do empreendimento.	-
26	783	1461	7R63.0035	P	4	%	40	0	0	Falta de Projeto para implementação do empreendimento.	-

26	783	1461	7R64.0041	P	4	%	20	0	0	Falta de Projeto para implementação do empreendimento.	-
26	782	1461	110O.0041	P	1	%	30	0,00	10	Bloqueado pela SOF. Projeto em Brasília para aprovação	-
26	782	1461	113L.0052	P	1	km	3	0,00	4,00	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Trata-se de Ação Programática de RP DEMAIS. Os contratos desta ação são: UT-018/2001 da empresa LÁTER e UT-007/2002 da empresa ENGESPRO. Ambos estão PARALISADOS, Há ainda ativo o contrato UT-900/2010 do consórcio Fundação Aroeira/Evoluti que trata-se de Levantamento Arqueológico BR-070/GO - Entr. GO-173(B) (Campo Alegre) - Divisa GO/MT (Aragarças) - (Km 368,8 ao Km 466,3), porém sua execução físico-financeira não será computada nas lacunas porque este contrato é fiscalizado e pago pela Superintendência Regional DNIT GO/DF. Para o contrato UT-900/2010 foi empenhado e pago o valor de R\$ 1.718.500,00. A execução física do contrato UT-007/2002 da GEOSERV não foi computada no cálculo das lacunas referentes ao realizado para não ocorrer a duplicidade de valores, já que este contrato é de Supervisão e esta é realizada no mesmo trecho onde há a execução física da implantação da pavimentação.	-

26	782	1461	114A.0035	P	4	km	3	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Contrato 08.1.0.00.00.15.2008 assinado em 26/11/2008, firmado com a empresa Coplan – Construtora Planalto LTDA., para execução dos serviços necessários à realização da implantação e duplicação de acesso, no município de Bady Bassitt, trecho: lote único – entroncamento BR-262 (B) divisa MG/SP – divisa SP/PR, subtrecho: acesso São José do Rio Preto-Entr. SP-425. Segmento: KM 74,67 AO KM 76,21, na rodovia BR 153/SP – Transbrasiliana, valor: R\$ 8.124.246,09. contrato 08.1.0.00.00331/2010 assinado em 06/04/2010, firmado com a empresa ASTEC Engenharia LTDA., para execução de serviços de supervisão das obras para adequação de acesso rodoviário no município de Bady Bassit na rodovia BR 153/SP – Transbrasiliana, trecho: divisa MG/SP – divisa SP/PR, subtrecho: acesso São José do Rio Preto – entr. SP-425, segmento: KM 74,67 – KM 76,21, valor: R\$ 671.823,00.	-
26	782	1461	11ZM.0054	P	1	km	2	0,00	1	Obra concluída em 2010. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1461	11ZR.0054	P	1	km	1	0,00	1	Não houve dotação orçamentária. Contrato encerrado.	-
26	782	1461	1238.0052	P	4	km	1	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Há execução física do contrato de Supervisão (UT-607/2010 da empresa ONA), mas como ela é realizada no mesmo trecho onde se realiza a Restauração, a execução física da Supervisão não foi computada no cálculo das lacunas referentes ao realizado para não ocorrer a duplicidade de valores. O contrato UT-928/2009 da empresa VIA não usou saldo da LOA 2011; executou somente utilizando o RAP 2010.	-

26	782	1461	123S.0054	P	1	km	4	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Convênio encontra-se no início da execução de um lote, em fase de prestação de contas.	-
26	782	1461	128W.0041	P	1	km	4	0,00	12,00	Demais - Não houve liberação de recursos	-
26	782	1461	128Y.0041	P	1	km	1	0,02	1	Bloqueado pela SOF. Obra com andamento lento projeto sendo revisto.	-
26	782	1461	12JL.0041	P	1	km	2	0,36	21,00	-	-
26	782	1461	12JV.0052	P	1	km	6	129,77	10,00	-	Em 2011, os contratos TT-280/2009 e UT-741/2010, do Programa 1461, da Ação 7G92 foram incorporados no Programa 1461, Ação 12JV. Há execução física do contrato de Supervisão (UT-741/2010), mas como ela é realizada no mesmo trecho onde se realiza a Restauração, a execução física da Supervisão não foi computada no cálculo das lacunas referentes ao realizado para não ocorrer a duplicidade de valores.
26	782	1461	12JW.0041	P	1	km	2	0,00	1	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1461	12L0.0041	P	1	km	2	0,00	17,00	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1461	1310.0052	P	1	km	5	24,32	1	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porém foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Há execução física dos contratos de Supervisão, mas como elas são realizadas no mesmo trecho onde se realizam as Restaurações, a execução física das Supervisões não foram computadas no cálculo das lacunas referentes ao realizado para não ocorrer a duplicidade de valores.

26	782	1461	1D70.0041	P	1	km	4	0,00	10,00	Bloqueado pela SOF. Contratos 09 00453/2009 e 09 00004/1998 concluídos em 4/12/2011 e 5/12/2011, respectivamente. Faltando a execução, pelo DEC - Departamento de Engenharia e Construção do Exército -, das obras remanescentes do Lote 01 em Ventania/PR.	-
26	782	1461	20DW.0054	A	1	km	3602	3.596,40	3855	-	Percentual de desempenho acima de 50%
26	782	1461	20DX.0041	A	1	km	1338	1.570,20	1661	-	Extensão da malha pavimentada conforme SNV versão 10/10/2011
26	782	1461	20DY.0035	A	1	km	232	161,80	168	-	Extensão da malha pavimentada conforme SNV versão 10/10/2011
26	782	1461	7F86.0054	P	1	km	50	0,00	10	Demais - Não houve liberação de recursos	-
26	782	1461	7G92.0052	P	4	km	1	0,00	2	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Em 2011, os contratos TT-280/2009 e UT-741/2010, do Programa 1461, da Ação 7G92 foram incorporados no Programa 1461, Ação 12JV, portanto suas execuções foram preenchidas em tal ação programática.	-
26	782	1461	7I40.0052	P	1	km	50	2433,90	202,00	-	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Há execução física dos contratos de Supervisão mas como elas são realizadas no mesmo trecho onde se realiza a Duplicação, a execução física das Supervisões não foram computadas no cálculo das lacunas referentes ao realizado para não ocorrer a duplicidade de valores. O segmento do contrato TT-758/2010 da empresa CCB não foi computado nas lacunas por se tratar de Ponto Localizado - Viaduto.
26	782	1461	7I71.0052	P	4	km	34	0,00	30	Não há contratos ativos nesta Ação Programática. Trata-se de Ação de RP DEMAIS, logo nenhum empenho foi emitido ou repassado para esta Ação.	-

26	782	1461	7K18.0035	P	1	%	25	5,00	1	O contrato finalizou o ano com a execução de 5%.	-
26	782	1461	7K23.0041	P	1	km	11	0,00	73,00	Bloqueado pela SOF	-
26	782	1461	7M51.0035	P	1	%	1	0,00	1	Sendo paga com restos a pagar da verba 7n94, e a execução do empenho abaixo de 50% na referida verba se deu por conta de restrições no processo de desapropriação, sendo que estamos aguardando a decisão judiciária quanto a imissão de posse das áreas.	-
26	782	1461	7M78.0054	P	1	km	8	0,00	14	O empreendimento teve faturamento satisfatório.	-
26	782	1461	7M79.0054	P	1	km	8	0,00	14	O empreendimento teve faturamento satisfatório.	-
26	782	1461	7M80.0054	P	3	km	14	0,00	6	O empreendimento teve faturamento satisfatório.	-
26	782	1461	7M82.0031	P	4	km	25	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010.	-
26	782	1461	7M91.0041	P	1	km	2	0,00	1	O empreendimento teve faturamento satisfatório.	-
26	782	1461	7M92.0041	P	1	km	6	2,07	1	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Contrato 09 00003/2009 encerrado por decurso de prazo em 02/09/2011 e Contrato 09 00117/2009 paralisados em 12/09/2011.	-
26	782	1461	7M93.0041	P	4	km	1	0,00	2	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Contrato paralisado em 1/12/2011.	-
26	782	1461	7N46.0041	P	4	%	1	0,00	1,00	Contrato com empenho disponível para assinatura. Previsão de início do contrato para Mar/2012.	-
26	782	1461	7R24.0035	P	4	km	14	0,00	10	-	-
26	782	1461	7R25.0054	P	1	km	5	0,00	1	Demais - Não houve liberação de recursos. Em fase de assinatura de contrato.	-

26	782	1461	7R26.0052	P	4	km	17	0,00	1	Não há contratos ativos nesta Ação Programática. Trata-se de Ação de RP DEMAIS, logo nenhum empenho foi emitido ou repassado para esta Ação.	-
26	782	1461	7R28.0052	P	1	km	11	0,00	2	Demais - Não houve liberação de recursos. Não há contratos ativos nesta Ação Programática. Trata-se de Ação de RP DEMAIS, logo nenhum empenho foi emitido ou repassado para esta Ação.	-
26	782	1461	7R34.0052	P	4	km	11	0,00	1	Não há contratos ativos nesta Ação Programática. Trata-se de Ação de RP DEMAIS, logo nenhum empenho foi emitido ou repassado para esta Ação.	-
26	782	1461	7R49.0054	P	4	km	4	0,00	4	-	-
26	782	1461	7R54.0041	P	4	%	1	0,00	2	-	-
26	782	1461	7R67.0041	P	4	km	20	0,00	2	Bloqueado pela SOF.	-
26	782	1461	7R68.0041	P	4	%	1	0,00	0,00	A Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná desconhece execução orçamentária desta ação.	-
26	784	1462	12KJ.0043	P	1	%	25	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1462	12KK.0043	P	1	%	6	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1462	12KL.0043	P	1	%	25	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1462	12KN.0043	P	1	%	50	0	0	Empreendimento em fase de elaboração do projeto.	-
26	784	1462	4349.0315	A	3	Km	353	176,5	353	-	-
26	784	1462	7M52.0043	P	1	%	45	0	21	Empreendimento em fase de elaboração do projeto e EVTEA.	-

26	783	1462	1276.0042	P	1	km	3	0	45	<p>RESULTADOS: Contratado Projeto Básico da readequação da interseção da ferrovia com o Pátio em 09/11/2010 Efetivado o termo de cooperação com a Universidade Federal, do resgate arqueológico dos sítios restantes em Contorno Ferroviário - executados 27% da obra em 31/12/2011 Identificado cinco sítios arqueológicos, dos quais dois já removidos, em 15/09/2010.</p> <p>PROVIDÊNCIAS: Contorno Ferroviário - executar 40% da obra até 30/12/2011 Readequação da interseção da ferrovia com o pátio e construção do viaduto Concluir e aprovar o projeto básico até 28/02/2012 Publicar Edital de licitação de obras e de supervisão até 31/03/2012 Contratar supervisão e iniciar obras até 28/08/2012.</p>	-
26	783	1462	1K24.0042	P	1	km	2	0	32	<p>Obra paralisada em decorrência de projeto deficiente (solo mole) RESTRIÇÕES: necessidade de revisão do projeto PROVIDÊNCIAS: o DNIT concluirá estudo de solução geotécnica até 19/04/2012.</p>	-
26	782	1462	10JQ.0042	P	1	km	16	0,00	9	<p>Bloqueado pela SOF. Licitação das obras em andamento, através do edital de concorrência pública nº 505/2010. Os serviços a que se referem esta ação ainda não foram contratados.</p>	-
26	782	1462	10KV.0043	P	1	km	3	0,00	5	<p>Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012. Os recursos foram remanejados.</p>	-
26	782	1462	10L4.0042	P	1	km	1	0,00	1	<p>Bloqueado pela SOF. os serviços desta ação foram concluídos em janeiro de 2010.</p>	-
26	782	1462	10L7.0043	P	1	km	3	0,00	6	<p>O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Serviços de terraplanagem e obras de artes em andamento. Pavimentação ainda</p>	-

										não iniciada.	
26	782	1462	10M9.0043	P	1	km	15	0,00	12	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Em execução terraplanagem, base e imprimação. A capa de asfalto deve começar em breve.	-
26	782	1462	112N.0043	P	1	%	2	0,00	23	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012	-
26	782	1462	11ZS.0043	P	4	km	1	1,30	5	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Contrato em ritmo lento, devido a falta de empenho. O ritmo deve ser retomado no início de 2012, devido ao empenho de dezembro.	-
26	782	1462	1208.0042	P	1	km	11	27,25	17	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Acumulado até dezembro/2011 - terraplenagem atacada - 11,75 KM; terraplenagem concluída - 221,05 KM; pavimentação atacada - 18,50 KM; pavimentação concluída - 202,55 KM.	-
26	782	1462	1214.0043	P	1	km	4	19,80	14	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Serviços de terraplanagem e obras de arte em andamento.	-
26	782	1462	123U.0043	P	1	km	12	0,00	22	Projeto Executivo sendo adequado às determinações do TCU. Previsão de conclusão em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1462	12KF.0042	P	1	km	2	0,00	11	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012.	-
26	782	1462	12KG.0043	P	1	km	2	0,00	2	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012.	-
26	782	1462	13NC.0042	P	1	Não há previsão de execução Física na	Não há previsão de execução Física	0	1	O empreendimento foi contemplado nos anos anteriores na ação 7N82.0042, sendo neste trecho em destaque já está concluído.	-

						LOA	na LOA				
26	782	1462	1K53.0043	P	1	%	9		1	-	-
26	782	1462	20E9.0043	A	1	km	4208	3851,8	3888	-	Percentual de desempenho acima de 50%
26	782	1462	20EA.0042	A	1	km	1979	1765,8	1743	-	Percentual de desempenho acima de 50%
26	782	1462	20F3.0043	A	1	km	Extensão inclusa na Funcional do Estado do RS		Extensão inclusa na Funcional do Estado do RS	-	Percentual de desempenho acima de 50%
26	782	1462	3766.0043	P	1	km	10	3,50	1	O empreendimento teve faturamento satisfatório porem foi utilizado grande parte dos recursos do exercício anterior RAP 2010. BR-101 duplicação concluída, em execução acessos, ruas laterais, passarelas, sinalização e proteções.	-
26	782	1462	3E56.0042	P	1	km	2	0,00	1	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. TCO-394/2010 celebrado com o ministério do Exército (10º BEC), para numa 1ª etapa concluir 3,90 KM do acesso, para o qual já foi repassado R\$7.000.000,00, sendo que ainda não houve nenhuma prestação de contas (desconhecemos a origem das informações financeiras do RAP-2010). a prefeitura de Itajaí está elaborando o projeto da 2ª ETAPA para execução posterior.	-
26	782	1462	7192.0042	P	1	km	1	0,00	2	Projeto Executivo em Desenvolvimento, com conclusão prevista para 2012.	-
26	782	1462	7530.0042	P	1	km	2	0,00	2	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Projeto de duplicação (contrato PP-327/2009-Navegantes-Indaial) contratado e em andamento. As informações financeiras referem se aos contratos TT-204/2007 e UT-16.018/2007, referentes a execução da interseção da BR-	-

										470/SC com a SC-474/SC (Blumenau/SC).	
26	782	1462	7I74.0042	P	1	km	1	0,00	2	convênio de delegação TT-176/2008, celebrado com a secretaria de desenvolvimento regional de Chapecó/SC.	-
26	782	1462	7L04.0043	P	1	km	22	0,00	36	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012 - Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1462	7M50.0042	P	4	km	1	0,00	1	Obra em andamento através do Convênio TT-178/2008 - Celebrado com SEINFRA.	-
26	782	1462	7M64.0043	P	4	km	1	0,00	5	Demais - Não houve liberação de recursos. Em andamento serviços terraplanagem, obra em ritmo muito lento devido a falta de empenho. Ritmo deve ser retomado no início do ano devido aos empenhos no final do ano.	-
26	782	1462	7M65.0043	P	1	km	3	25,30	22	-	O empreendimento teve faturamento utilizado dos recursos do exercício anterior RAP 2010. Obra em andamento.
26	782	1462	7M66.0043	P	1	km	6	0,00	4	Projeto Executivo em atualização. Retomada das obras em 2012. Os recursos foram remanejados.	-
26	782	1462	7N07.0042	P	4	km	1	0,00	1	Projeto em fase de aprovação visando a licitação das obras.	-
26	782	1462	7N85.0042	P	4	km	3	0,00	2	Projeto Executivo em desenvolvimento. Previsão de conclusão em 2012.	-
26	782	1462	7R29.0043	P	4	km	27	0,00	1	Obra ainda não iniciada.	-
26	782	1462	7R30.0042	P	4	km	3	0,00	1	Projeto executivo em fase de aprovação visando licitação.	-
26	782	1462	7R32.0042	P	4	km	10	9,00	1	-	Bloqueado pela SOF. Aguardando revisão do contrato 16.00652/2010 e também a liberação de empenho do contrato 0897/2010.
26	782	1462	7R33.0042	P	4	km	3	0,00	3	Projeto executivo (minuta) em fase de análise visando licitação.	-
26	782	1462	7R66.0043	P	4	km	12	0,00	2	Obra não iniciada.	-

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa (Quadro A.2.3)

Não se aplica ao DNIT – relatório individual.

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

O Quadro A.2.4 abaixo, denominado Programação de Despesas Correntes, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir:

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes						Valores em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO			232.737.332,00	0,00	0,00	522.712.227,00	433.831.573,00
	PLOA		347.545.977,00	233.852.784,00	0,00	0,00	522.712.227,00	437.764.752,00
	LOA		347.545.977,00	233.734.666,00	-	0,00	516.012.227,00	521.614.522,00
CRÉDITOS	Suplementares		47.203.000,00	138.050.000,00	-		33.415.597,00	141.564.502,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	12.867.797,00		
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	450.000,00	-
	Créditos Cancelados		2.088.447,00	44.328,00	-	-	413.157,00	63.060.524,00
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total			-	392.660.530,00	371.740.338,00	0,00	0,00	561.882.464,00

Fonte: SIAFI

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

O Quadro A.2.5 abaixo, denominado Programação de Despesas de Capital, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos; 2 – Inversões Financeiras; 3 – Amortização da Dívida. Para cada grupo de despesa estão informados os valores relativos ao exercício de referência e ao imediatamente anterior.

Quadro A.2.5 – Programação de Despesas Capital						Valores em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	13.833.179,725,00	8.148.043.230,00	-	-	-	0,00	
	PLOA	13.833.179.725,00	9.287.035.819,00	1.286.450,00	660.619,00	-	0,00	
	LOA	14.434.666.198,00	10.454.191.536,00	1.286.450,00	627.151,00	-	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	3.311.124.254,00	4.984.104.980,00	-	3.130,00	-	-	
	Especiais	Abertos	82.300.000,00	136.183.000,00	-	-	-	-
		Reabertos	117.683.000,00	85.548.806,00	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	80.000.000,00	180.000.000,00	-	-	-	-
		Reabertos	-	230.000.000,00	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	- 3.410.421.739,00	- 2.715.357.770,00	- 461.696,00	- 262.927,00	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		14.615.351.713,00	13.354.670.552,00	824.754,00	367.354,00	-	-	

Fonte: SIAFI

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

O Quadro A.2.6 abaixo, denominado Quadro Resumo da Programação de Despesas, é um quadro resumo dos dois (2) demonstrativos anteriores (Quadros A.2.4 e A.2.5), contemplando ainda a reserva de contingência, quando houver.

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência						Valores em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.054.753.075,00	666.568.905,00	16.953.199.925,00	8.148.043.230,00	-	-	
	PLOA	870.258.204,00	671.617.536,00	13.834.466.175,00	9.287.696.438,00	-	0,00	
	LOA	863.558.204,00	755.349.188,00	14.435.952.648,00	10.454.818.687,00	39.000.000,00	-	
CRÉDITOS	Suplementares	80.618.597,00	279.614.502,00	3.311.124.254,00	4.984.108.110,00	-	-	
	Especiais	Abertos	12.867.797,00	0,00	82.300.000,00	136.183,00	-	-
		Reabertos	-	0,00	117.683.000,00	85.548.806,00	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	0,00	80.000.000,00	180.000.000,00	-	-
		Reabertos	-	450.000,00	-	230.000.000,00	-	-
	Créditos Cancelados	12.501.604,00	- 63.104.852,00	3.410.883.435,00	- 2.715.620.697,00	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		954.542.994,00	972.308.838,00	14.616.176.467,00	13.355.037.906,00	39.000.000,00	0,00	

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

O Orçamento Inicial do DNIT para o exercício de 2011 foi de R\$ 15.338.510.852,00 sendo que R\$ 347.545.977,00 referem-se à Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 516.012.227,00 para Outras Despesas Correntes, R\$ 14.434.666.198,00 para Investimentos e R\$ 1.286.450,00 para Inversões Financeiras.

No decorrer do exercício, foram agregados créditos adicionais ao Orçamento inicialmente aprovado da ordem de R\$ 3.684.593.648,00, sendo R\$ 93.486.394,00 para despesas correntes e R\$ 3.591.107.254,00 para despesas de capital.

Os créditos adicionais abertos têm a seguinte composição: R\$ 3.391.742.851,00 de Créditos Suplementares, R\$ 212.850.797,00 de Créditos Especiais e R\$ 80.000.000,00 de Créditos Extraordinários. O montante de Créditos Cancelados foi de R\$ 3.423.385.039,00.

É possível notar que os créditos suplementares reduziram em 36% se comparado ao montante suplementado em 2010, que foi de R\$ 5.263.722.612,00. Essa redução se deve a alteração na estruturação das ações de manutenção da malha rodoviária. Até 2010 de Créditos Suplementares, R\$ 221.731.806,00 de Créditos Especiais e R\$ 410.450.000,00 Créditos Extraordinários. O montante de Créditos Cancelados foi de R\$ 2.778.725.549,00.

A dotação final alcançou R\$ 14.327.346.744,00 sendo distribuída da seguinte forma: R\$ 371.740.338,00 Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 600.568.500,00 para Outras Despesas Correntes, R\$ 13.354.670.552,00 para despesas com Investimentos, R\$ 367.354,00 para Inversões Financeiras.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O Quadro A.2.7 abaixo, denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, o qual compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ.

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa				Valores em R\$ 1,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	090031/00001	39252.28.846.0901.0005	97.889,00	-	-
		090031/00001	39252.28.846.0901.00G5	13.690,00	-	-
		090032/00001	39252.28.846.0901.0005	256.771,00	-	-
		090032/00001	39252.28.846.0901.00G5	71.773,00	-	-
		090033/00001	39252.28.846.0901.0005	46.385,00	-	-
		090033/00001	39252.28.846.0901.00G5	51.993,00	-	-
		090034/00001	39252.28.846.0901.0005	32.645,00	-	-
		090034/00001	39252.28.846.0901.00G5	7.563,00	-	-
		090031/00001	39252.28.846.0901.0005	-	-	50.005,00
		090032/00001	39252.28.846.0901.0005	-	-	1.800.602,00
		090033/00001	39252.28.846.0901.0005	-	-	284.253,00
		153079/15232	39252.26.783.0225.869V	-	-	98.000,00
		153163/15237	39252.26.782.0663.2036	-	-	4.001.044,68
		153163/15237	39252.26.782.0663.2325	-	-	3.168.609,00
	160509/00001	39252.26.122.0225.8785	-	-	4.757.286,61	
	Recebidos	200109/00001	30107.06.122.0750.2000	-	-	40.726,63
170011/00001		47101.04.122.0794.2272	-	-	110.890,10	
-		-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	153056/15227	39252.26.782.1458.1304	3.700.000,00	-	-
		153079/15232	39252.26.121.0225.1D47	922.315,00	-	-
		153079/15232	39252.26.121.0225.2C00	1.734.294,00	-	-
		153079/15232	39252.26.782.1461.7K23	1.752.062,99	-	-
		153080/15233	39252.26.782.1459.7435	1.162.203,00	-	-
		153080/15233	39252.26.782.1459.7624	1.162.204,97	-	-
		153080/15233	39252.26.782.1459.7L03	368.688,11	-	-
		153163/15237	39252.26.782.1462.10M9	5.100.000,00	-	-
		160509/00001	39252.26.121.0225.1D47	3.128.746,38	-	-
		160509/00001	39252.26.122.0225.1D58	4.435.879,00	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1456.111D	9.547.993,65	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1456.1248	22.557.441,24	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1456.1490	22.314.499,73	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1456.1J59	17.012.271,57	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1457.12KY	125.316,93	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1457.20DF	1.409.999,88	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1458.10IX	1.244.552,73	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1458.11ZC	1.422.889,48	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1458.20E1	1.475.294,16	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1459.105T	19.999.955,96	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1459.7435	44.910.681,31	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1459.7624	15.156.738,75	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1459.7626	6.777.592,52	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1460.110Q	32.090.543,40	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1460.110R	5.000.000,00	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1460.7474	25.301.949,35	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1461.1D70	250.000,00	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1462.1214	212.425,37	-	-
		160509/00001	39252.26.782.1462.3E56	2.607.851,68	-	-
		090031/00001	39252.28.846.0901.0005	-	114.819,00	-
	090032/00001	39252.28.846.0901.0005	-	225.076,00	-	
	090033/00001	39252.28.846.0901.0005	-	484.859,00	-	
	-	-	-	-	-	
Recebidos	390002/00001	39101.26.782.1461.112J	371.875.000,00	-	-	
	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	
Fonte: SIAFI GERENCIAL		-	-	-	-	-

Análise Crítica

A totalidade dos créditos classificados como investimentos são advindos do Orçamento do Ministério dos Transportes, rubrica 26.782.1461.12PJ.0035, Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte - na BR-116 - No Estado de São Paulo, no valor de R\$ 371.875.000,00.

As despesas correntes de pessoal e encargos sociais concedida a Unidades Gestoras não associadas à Unidade Jurisdicionada (DNIT) foram realizadas para cumprimento de sentenças judiciais e contribuição para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor. Já as classificadas como outras despesas correntes, foram realizadas, na sua maioria, para atendimento a convênio com a Universidade de Santa Catarina para os procedimentos de controle de velocidade e de pesagem de veículos, bem como ao Exército Brasileiro para procedimentos de Gestão e Coordenação do PAC.

As despesas de capital foram destinadas principalmente a atender convênios e termos similares com Universidades Federais e principalmente ao Exército Brasileiro.

Neste quadro é possível detectar que o Termo de Cooperação do Exército formalizado com a DAQ/DNIT para fiscalização das obras in loco, recebeu recursos na funcional programática: 26.122.0225.8785.0001 no montante de R\$ 2.466.396,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais).

Para contribuir com a análise do quadro, a Coordenação que acompanha o Termo de Cooperação informa que:

A Coordenação de Obras Hidroviárias Diretas e Delegadas – COBRHIDIDE/CGHPAQ/DAQ passou a atuar realmente sobre os convênios celebrados em 2005 a partir de agosto de 2006, quando os servidores aprovados no Concurso de 2006 foram empossados e lotados no âmbito da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária.

Naquele momento, à COBRHIDIDE foram destinados apenas 02 analistas em infraestrutura de transportes – engenheiros civis que não receberam capacitação para trabalhar com convênios, muito menos capacitação para lidar com as peculiaridades das obras navais.

O volume de trabalho desproporcional à quantidade de colaboradores foi constatado pelo órgão de controle externo – CGU – como uma das principais deficiências da Coordenação. O Relatório de Gestão do exercício de 2007 apresenta como constatação e recomendação:

“Constatação: Deficiência em acompanhar a execução de convênios para construção de terminais fluviais.

Recomendação 003: Fazer gestão junto à Diretoria Colegiada do órgão com vistas a estruturar a DAQ para atender plenamente as atribuições que lhes são cometidas pelo Regimento Interno.”

Restou à Coordenação constantes emissões de documentos divulgando a situação aos dirigentes.

Ainda, informamos que em novembro de 2008, a situação era menos desconfortável, pois a Coordenação dispunha de 04 engenheiros. Porém, no exercício de 2009 somente um engenheiro desenvolveu as atividades no âmbito da Coordenação.

A deficiência de acompanhamento referente à fiscalização dos objetos conveniados “in loco” foi sanada quando da expedição da Portaria nº 487/2009, que autorizou o Exército Brasileiro a fornecer o suporte necessário às atribuições da Coordenação.

Assim, em maio de 2009, foi celebrado Destaque com a Diretoria de Obras e Cooperação do Exército Brasileiro, por meio do Plano de Trabalho nº 40.001.09.01.11.01 para Supervisão de Obras em Terminais Hidroviários. A equipe contratada teve suas atividades iniciadas em 07.10.09 e está subdividida nos seguintes grupos de trabalhos:

- Regularização patrimonial das áreas dos empreendimentos;
- Acompanhamento físico do andamento da obra;
- Análise de alteração de projeto em fase de obras.

Atualmente, a equipe de Núcleo de Fiscalização de Convênios de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (NFC-IP4) está com as atividades bem definidas e fornece todo o suporte no acompanhamento de convênios, principalmente averiguando os serviços medidos, dando subsídios à Coordenação no momento de aprovação das prestações de contas.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários:

Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação:

Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários desta UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

O Quadro A.2.8 abaixo, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários, contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga.

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2011	2010	2011	2010	
Modalidade de Licitação	4.057.696.901,79	4.567.387.777,54	3.991.059.998,93	3.847.842.653,57	
Convite	1.024.421,73	2.760.909,24	1.024.421,73	2.234.102,58	
Tomada de Preços	5.641.991,38	6.297.484,03	5.389.835,70	5.749.179,05	
Concorrência	3.970.168.338,66	4.458.840.060,57	3.904.633.913,91	3.751.481.096,48	
Pregão	80.862.150,02	99.489.323,70	80.011.827,59	88.378.275,46	
Concurso	-	-	-	-	
Consulta	-	-	-	-	
Registro de Preços	-	-	-	-	
Contratações Diretas	294.824.436,21	260.997.302,92	292.980.909,28	224.465.545,27	
Dispensa	278.642.528,54	228.260.483,41	277.625.324,81	192.653.399,26	
Inexigibilidade	16.181.907,67	32.736.819,51	15.355.584,47	31.812.146,01	
Regime de Execução Especial	54.343,85	54.350,66	54.343,85	54.350,66	
Suprimento de Fundos	54.343,85	54.350,66	54.343,85	54.350,66	
Pagamento de Pessoal	7.956.786,36	11.563.373,65	7.956.786,36	11.205.792,17	
Pagamento em Folha	4.755.025,72	5.376.952,38	4.755.025,72	5.021.975,83	
Diárias	3.201.760,64	6.186.421,27	3.201.760,64	6.183.816,34	
Outros	669.849.050,01	910.171.159,55	669.783.402,90	825.833.916,75	
Totais	5.030.381.518,22	5.750.173.964,32	4.961.835.441,32	4.909.402.258,42	

Fonte: SIAFI

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

O Quadro A.2.9 abaixo, denominado Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários desta UJ, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos.

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários desta UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	4.755.025,72	8.534.430,94	4.755.025,72	5.376.952,38	1.579.813,44	5.176.668,76	4.755.025,72	5.100.999,48
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	4.755.025,72	7.662.089,36	4.755.025,72	5.376.952,38	739.073,77	2.269.013,45	4.755.025,72	5.021.975,83
11 - Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	-	-	-	127.761,33	1.377.474,94	-	-
13 - Obrigações Patronais	-	338.351,49	-	-	324.805,86	1.182.001,18	-	-
Demais elementos	-	533.990,09	-	-	388.172,48	348.179,19	-	79.023,65
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	383.424.233,33	463.285.788,91	204.603.065,79	226.994.110,64	205.683.647,68	243.353.396,72	196.562.775,23	207.002.432,90
39 - Outros Serviços a Terceiros - Pessoa Jurídica	221.024.709,92	293.243.456,69	123.596.856,49	133.408.170,85	184.293.400,20	225.308.349,58	116.814.354,90	144.409.731,66
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.488.580,95	15.099.857,43	741.455,43	61.194,79	2.662.659,62	1.219.836,35	356.059,94	61.194,79
37 - Locação Mão-de-Obra	47.300.048,45	47.740.207,74	40.195.155,97	33.597.709,72	2.127.128,12	922.945,22	39.989.095,05	33.386.433,55
Demais elementos do grupo	113.610.894,01	107.202.267,05	40.069.597,90	59.927.035,28	16.600.459,74	16.084.265,57	39.403.265,34	59.145.072,90
Total	388.179.259,05	471.820.219,85	209.358.091,51	232.371.063,02	207.263.461,12	248.530.065,48	201.317.800,95	212.103.432,38
Fonte: SIAFI								

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

O Quadro A.2.10 abaixo, denominado Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários desta UJ, tem a mesma estrutura do demonstrativo anterior, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida.

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários desta UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	11.334.615.234,17	11.358.097.930,74	4.821.023.426,71	5.517.802.901,30	2.412.236.394,86	2.443.359.152,10	5.130.517.640,37	4.697.377.849,69
51-Obras e Instalações	7.744.085.217,85	9.500.319.719,80	3.309.818.903,31	5.060.362.812,41	1.983.414.813,98	2.290.281.931,34	3.636.953.990,59	4.359.199.728,44
35-Serviços de Consultoria	163.493.114,43	226.951.631,45	43.162.619,75	104.147.091,90	45.645.325,01	63.727.051,83	39.729.337,28	92.852.724,10
30-Material de Consumo	39.933.297,60	59.030.411,15	20.938.584,25	25.838.512,35	36.735.676,16	31.943.773,25	20.938.584,25	25.550.672,66
Demais elementos do grupo	3.387.103.604,29	1.571.796.168,34	1.447.103.319,40	327.454.484,64	346.440.579,71	57.406.395,68	1.432.895.728,25	219.774.724,49
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
71-Principal da Dívida Contratual Resgatado	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	11.334.615.234,17	11.358.097.930,74	4.821.023.426,71	5.517.802.901,30	2.412.236.394,86	2.443.359.152,10	5.130.517.640,37	4.697.377.849,69

Fonte: SIAFI

No exercício de 2011, a Coordenação Geral de Administração Geral/DAF atuou no processamento de compras e contratações, tanto nas dispensas de licitação como nas aquisições por procedimento licitatório, para a Administração do DNIT que totalizaram R\$ 3.937.510,19 (três milhões novecentos e trinta e sete mil quinhentos e dez reais e dezenove centavos).

Tais compras e contratações receberam disponibilidade orçamentária no valor de R\$ 6.082.294,50 (seis milhões e oitenta e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

A diferença registrada entre orçamento estimado e o valor empenhado pela Administração propiciou uma economia em recursos públicos na ordem de R\$ 2.144.784,31 ou 35,26% de redução sobre os valores orçados.

A diferença obtida deve-se – principalmente - a mais marcante característica da modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico: nessa modalidade a sucessão de lances entre os licitantes se dá por intermédio do sistema do COMPRASNET que implica, na maioria das sessões públicas, uma redução expressiva entre o preço pesquisado no mercado e o preço final a ser contratado.

Os processos administrativos, que culminaram nos procedimentos licitatórios, foram levados a efeito, no curso do ano de 2011, de acordo com as normas vigentes, sob a orientação jurídica da Procuradoria Federal Especializada do DNIT. Todos foram devidamente autorizados pela Diretoria Colegiada e levadas a cabo pela Coordenação Geral de Cadastro e Licitações.

Nos casos de aquisição de bens por dispensa de licitação, é utilizado o Sistema de Cotação Eletrônica/SIASG e a Coordenação de Contratos e Compras/CGAG é a gestora dos procedimentos, incluindo a fase de adjudicação. A Coordenação de Contratos e Compras/CGAG utiliza o sistema Cotação Eletrônica desde 2008.

Tal sistema está regulamentado pela Portaria nº. 306/SLTI-MPOG, de 13 de dezembro de 2001, sendo utilizado para aquisição de bens de pequeno valor que possam ser enquadrados no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº. 8.666/93.

Em relação às Despesas por Modalidade de Contratação (quadro A.2.8), no exercício de 2011, percebe-se que na modalidade de concorrência mantém-se preponderante em relação as demais, deixando claro que as obras contratadas pelo DNIT são de grande vulto. Houve um melhor planejamento orçamentário, caracterizado pela relação das despesas pagas com as despesas liquidadas, visto que em 2011 esta relação se aproximou de 1,0.

Sobre a Despesa de Capital por grupo e elemento de despesa (quadro A.2.10), em 2011, as obras e instalações continuaram mantendo a maior proporcionalidade em relação aos investimentos, em torno de 70%. Porém no ano de 2010 esta relação era de 85%, demonstrando então um acréscimo de despesas dos demais elementos do grupo.

Na despesa relativa a pessoal e encargos sociais, os valores empenhados e liquidados no exercício de 2011, sofreram uma redução em relação ao exercício de 2010, em razão de que, para alguns órgão/empresas, não é mais necessário a emissão de empenho, tendo em vista a mudança de procedimentos no SIAFI quanto à apropriação da folha de pagamento.

Isso não significa uma redução no valor gasto pelo DNIT com pessoal requisitado com ônus, o que é significativo em razão do reduzido número de servidores efetivos na Autarquia.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito, o segundo demonstrativo, denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação				Em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2011	2010	2011	2010	
LICITAÇÃO	-	22.304,19	-	22.304,19	
Convite	-	-	-	-	
Tomada de Preços	-	-	-	-	
Concorrência	-	-	-	-	
Pregão	-	22.304,19	-	22.304,19	
Concurso	-	-	-	-	
Consulta	-	-	-	-	
CONTRATAÇÕES DIRETAS	99.718,72	6.849,68	99.718,72	6.849,68	
Dispensa	99.164,91	6.572,02	99.164,91	6.572,02	
Inexigibilidade	553,81	277,66	553,81	277,66	
REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	
Suprimento de Fundos	-	-	-	-	
PAGAMENTO DE PESSOAL	-	-	-	-	
Pagamento em Folha	-	-	-	-	
Diárias	-	-	-	-	
OUTRAS	370.000.000,00	277.520.000,00	370.000.000,00	277.520.000,00	
TOTAIS	370.099.718,72	277.549.153,87	370.099.718,72	277.549.153,87	

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação								Em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	
3- Outras Despesas Correntes	122.015,78	29.103,87	99.718,72	29.103,87	-	19.822,80	99.718,72	29.103,87	
39- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	122.015,78	29.103,87	99.718,72	29.103,87	-	19.822,80	99.718,72	29.103,87	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAIS	122.015,78	29.103,87	99.718,72	29.103,87	-	19.822,80	99.718,72	29.103,87	

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento De Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação								Em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
4 - Investimentos									
51 - Obras e Instalações	371.875.000,00	277.600.000,00	370.000.000,00	277.520.000,00	1.673.030,88	-	370.000.000,00	277.520.000,00	
35 -Serviços de Consultoria	-	5.000.000,00	-	-	80.000,00	-	-	-	
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	371.875.000,00	282.600.000,00	370.000.000,00	277.520.000,00	1.753.030,88	-	370.000.000,00	277.520.000,00	
Fonte: SIAFI									

Análise Crítica

Com relação aos quadros A.2.11 e A.2.13, observa-se que, assim como em 2010, a quase totalidade das despesas dos créditos recebidos em 2012 são advindos do Orçamento do Ministério dos Transportes, rubrica 26.782.1461.12PJ.0035, Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte - na BR-116 - No Estado de São Paulo, no valor de R\$ 371.875.000,00.

Com relação ao quadro A.2.12, esclarece-se que do total de créditos recebido do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio das rubricas 26.122.0750.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional, R\$ 40.726,63 e 04.122.0794.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa - Nacional, R\$ 110.890,10, foram empenhados pelo DNIT o montante de R\$ 122.015,78 e pagos R\$ 99.718,72.

2.4.7 Indicadores Institucionais

O Ministério dos Transportes com vistas a produzir indicadores de desempenho, formulou em 2009, plano de trabalho junto à Fundação Universidade de Brasília, sendo confeccionado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – CEFTRU, 45 indicadores de desempenho para o setor. O objetivo relatado era usar os novos indicadores confeccionados pelo CEFTRU para substituir os indicadores presentes no Plano Plurianual da época, usados para mensurar o desempenho dos programas de transportes. Com isso, o DNIT aguardou os resultados deste processo.

No entanto, devido cobranças dos órgãos de Controle Externo no Plano de Providências, o DNIT iniciou a elaboração de indicadores de desempenho, sendo determinado pela Diretoria Geral da época, por meio do memorando circular nº 39/2009/DG. Os trabalhos foram orientados pelas recomendações constantes da Nota Técnica CGU nº 224.292 que integrava o Plano de Providência vigente do ano, havendo a interação de todas as Diretorias.

O projeto iniciou com sistemáticas reuniões com as áreas envolvidas, de maneira a que cada uma verificasse a possibilidade de mapear por meio de fluxogramas detalhados as suas atividades internas, e simultaneamente os indicadores possíveis e seus respectivos critérios de medição. Foram propostos pelas áreas alguns indicadores.

Ao serem apresentados os indicadores propostos no Relatório de Gestão 2010, foi questionado pela CGU, a falta de metodologia, cálculos e estudos específicos e capacitação técnica para a formulação de indicadores de desempenho e a medição dos mesmos. Assim, o DNIT acatando tais críticas, instituiu por meio da Portaria nº 1.335 o Grupo de Trabalho com a finalidade de atualizar a Agenda Estratégica do DNIT, traduzindo a estratégia do DNIT em termos operacionais, definindo programas e projetos estratégicos, dando conhecimento da estratégia à organização, formando um processo de gestão estratégica eficaz e integrado. Iniciou-se em 2011 um processo de revisão, que precisou ser interrompido devido problemas internos e mudança de gestão. Com a nova gestão, no final de 2011 criou-se um escritório de projetos alocado na Diretoria Executiva, com o objetivo de elaboração do Planejamento Estratégico.

Contudo, conforme Ofício nº 043/2012-SE/MT, de 26 de janeiro de 2012, a Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes com o apoio da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC da Presidência da República passou a coordenar o trabalho especializado reforçando o processo de Governança do referido ministério, que abrange também a atualização da Agenda Estratégica do DNIT.

Assim sendo, até que o planejamento estratégico do DNIT não seja concluído, esta Autarquia, conforme Acórdão nº 235/2012-TCU – Plenário, colaborará na continuidade da implementação do Projeto de Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Programas de Transportes do Plano Plurianual – PPA – Projeto Indicadores, conforme determina a Portaria nº 18, do Ministro dos Transportes, de 22/01/2010.

3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

Para o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, as informações foram estruturadas de forma a se obter os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, considerados os registros contábeis realizados no SIAFI, no exercício de 2011, assim como os motivos que levaram os registros e as providências adotadas para sanear as situações que deram origem ao reconhecimento de passivos.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

No ano de 2011, consta apenas uma movimentação com seu respectivo saldo, conforme demonstrado, abaixo, no Quadro A.3.1.

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos					Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21211.11.00		Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
393003	08156424/0001-51	-	-	8.645,12	8.645,12
Razões e Justificativas:					
Fonte: SIAFI					

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

O demonstrativo a ser apresentado no decorrer deste capítulo versa sobre as informações pertinentes a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. Apresentando as informações quantitativas sobre o pagamento de RP dos exercícios anteriores. Tendo sempre como referências as Leis e Decretos:

- Lei nº 4320/64
- Lei nº 12.309/ 2010 (LDO 2011)
- Decreto nº 93.872/86
- Decreto nº 6.708/2008

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O Quadro A.4.1 abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2011, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	840.710.611,95	3.159,67	834.112.184,49	6.595.267,79
2009	511.516.986,90	7.175,11	508.332.521,01	3.177.290,78
2008	240.235.638,21	2.392.128,19	228.253.573,70	9.589.936,32
2007	334.955.007,59	5.462.580,47	323.216.744,31	6.275.682,81
2006	196.367.209,66	3.208.917,52	190.941.699,40	2.216.592,74
2005	337.602.293,27	29.367.091,35	300.769.765,96	7.465.435,96
2004	171.364.761,15	18.276.396,31	152.838.696,71	249.668,13
2003	475.142.493,43	22.986.829,98	452.144.969,32	10.694,13
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	6.084.818.811,27	88.989.066,71	4.362.511.950,39	1.633.317.794,17
2009	5.443.716.620,18	323.216.392,14	4.628.170.749,50	492.329.478,54
2008	5.958.890.987,74	821.157.501,16	4.732.597.786,05	405.135.700,53
2007	4.674.207.631,70	575.766.845,59	4.005.459.945,98	92.980.840,13
2006	2.510.953.674,40	329.396.891,27	2.158.875.418,51	22.681.364,62
2005	2.564.685.269,79	281.120.714,19	2.279.644.638,51	3.919.917,09

Fonte: SIAFI

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

A inscrição de despesas em restos a pagar obedece ao disposto na Lei nº 4.320/94, na qual determina que pertençam ao exercício financeiro as despesas nele legalmente realizadas. Assim, as despesas legalmente realizadas, mas não pagas, são inscritas em restos a pagar, que se dividem em processadas, despesas liquidadas e as não processadas, despesas ainda não liquidadas.

Por definição legal, os Restos a Pagar Processados referem-se às despesas já liquidadas, ou seja, obrigações cumpridas pelos fornecedores de bens ou serviços e já verificadas pela Administração, mas ainda não pagas.

No DNIT, em razão da complexidade e da especificidade das atividades desempenhadas pela Autarquia, observa-se um crescimento nominal de valores inscritos em restos a pagar. Os quadros demonstrativos de Restos a Pagar dos últimos anos mostram que apesar do substancial aumento do orçamento do DNIT e do respectivo crescimento nominal dos valores inscritos em restos a pagar, observa-se uma contínua efetividade nos pagamentos destes valores, obedecendo a seguinte relação percentual entre os pagamentos e as inscrições:

Restos a Pagar Processados	2010 – 99%	2009 – 99%
	2008 – 95%	2007 – 96%
	2006 – 97%	2005 – 89%
	2004 – 89%	2003 – 95%
Restos a Pagar Não Processados	2010 – 72%	2009 – 85%
	2008 – 79%	2007 – 86%
	2006 – 86%	2005 – 89%

Estes índices percentuais elevados indicam a capacidade e eficiência no processo de pagamentos realizados pelo DNIT e demonstram o esforço da Autarquia na busca da máxima eficácia no cumprimento de suas metas institucionais.

No ano de 2011, o restos a pagar não processado, manteve-se a tendência de crescimento, alcançando o equivalente a 50% do orçamento próprio do exercício. Esta tendência reflete o longo tempo de maturação que os empreendimentos de grande porte apresentam, acarretando na não execução plena no ano fiscal previsto.

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

A força de trabalho é um processo de planejamento contínuo de avaliação das necessidades de pessoal, no que se refere ao quantitativo, competências individuais e perfil, direcionados ao atendimento das metas institucionais. Portanto, neste Item 5, versará sobre o capital humano do DNIT, contemplando as seguintes perspectivas:

- a) composição do quadro de servidores ativos;
- b) composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- c) composição do quadro de estagiários;
- d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;
- e) locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;
- f) indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

O perfil do quadro de servidores ativos do DNIT está demonstrado por meio de cinco (5) quadros evidenciando, cada um, os seguintes aspectos do quadro de pessoal: No Quadro A.5.1 Demonstra composição da força de trabalho; no Quadro A.5.2 Evidencia as situações que reduzem sua força efetiva de trabalho; no Quadro A.5.3 Demonstra a distribuição dos cargos em comissão e das funções gratificadas; no Quadro A.5.4 Demonstra o perfil etário dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados; no Quadro A.5.5 Demonstra o perfil escolar dos ocupantes de cargos efetivos e comissionados.

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição

Quadro A.5.1 – Força De Trabalho – Situação Apurada em 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4.740	2.909	125	140
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.740	2.909	125	140
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4.740	2.682	88	124
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	56	16	7
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	13	-	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	158	21	5
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	4.740	2.909	125	140

Fonte: DW/SIAPE

5.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva

Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho – Situação em 31/12	
Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	48
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	15
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	33
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	1
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	73
3.1. De ofício, no interesse da Administração	51
3.2. A pedido, a critério da Administração	21
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	15
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	15
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	137

Fonte: DW/SIAPENET

5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas

Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (Situação em 31 em Dezembro)				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	213	213	73	80
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	213	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	155	50	51
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	27	16	10
1.2.4. Sem vínculo	-	27	7	19
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	215	209	26	28
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	215	207	26	28
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-

2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	428	422	99	108

Fonte: CGRH/DNIT

5.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	202	471	551	947	511
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	202	471	551	947	511
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	47	144	142	152	75
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	51	49	40	28
2.3. Funções gratificadas	36	93	93	112	47
3. Totais (1+2)	249	615	693	1.099	586

Fonte: CGRH/DNIT

5.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	6	177	228	859	1.406	-	6	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	6	177	228	859	1.406	-	6	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	4	12	106	262	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	2	26	151	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	4	10	80	111	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	6	181	240	965	1.668	-	6	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH/DNIT

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas do DNIT estão apresentadas nos quadros a seguir: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

5.2.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O Quadro A.5.6 abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo e compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores desta UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	328	60
1.1 Voluntária	304	57
1.2 Compulsória	11	2
1.3 Invalidez Permanente	13	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	50	3
2.1 Voluntária	13	-
2.2 Compulsória	26	-
2.3 Invalidez Permanente	11	3
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	378	63

Fonte: DW/SIAPE

5.2.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.5.7 abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo que trata sobre as pensões pagas por esta UJ, e os respectivos quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada Em 31/12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	25	4
1.1. Integral	23	4
1.2. Proporcional	2	-
2. Em Atividade	111	6
3. Total (1+2)	136	10

Fonte: DW/SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	205	200	204	212	-
1.1 Área Fim	42	48	48	56	-
1.2 Área Meio	163	152	156	156	-
2. Nível Médio	201	209	213	213	-
2.1 Área Fim	23	26	29	29	-
2.2 Área Meio	178	183	184	184	-
3. Total (1+2)	406	409	417	425	2.281.393,00

Fonte: DW/SLAPE

5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal está demonstrada por meio do Quadro A.5.9 a seguir, onde estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativos ao exercício de 2011 e aos dois exercícios anteriores.

Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores										Em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	104.304.578,75	-	112.112.644,52	12.447.783,60	-	24.654.998,98	37.748.261,22	-	121.813,84	291.390.080,91
	2010	105.993.928,92	-	102.288.293,82	12.985.028,36	-	21.882.030,75	37.259.452,02	279.510,90	145.180,38	280.833.425,15
	2009	95.976.579,47	-	34.820.910,40	12.211.913,12	-	12.605.405,01	23.591.555,67	439,53	777.175,36	179.983.978,56
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	2.035.277,39	-	2.703.703,74	158.648,83	-	356.519,09	611.446,27	-	-	11.204.771,93
	2010	1.885.032,42	-	2.436.694,21	170.691,48	-	283.349,93	559.408,57	4.000,00	-	8.913.063,18
	2009	1.625.123,46	-	1.267.520,54	145.428,35	-	168.696,89	367.117,33	-	-	3.573.886,57
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	-	5.923.930,05	-	-	-	163.249,96	538.415,55	-	-	6.625.595,56
	2010	-	6.454.214,49	-	-	-	208.198,46	499.531,35	-	-	7.161.944,30
	2009	-	6.609.832,07	-	-	-	111.118,33	546.568,51	-	21.425,14	7.288.944,05
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											

Exercícios	2011	-	860.976,14	-	-	-	-	-	-	-	860.976,14
	2010	-	866.946,36	-	-	-	-	-	-	-	866.946,36
	2009	-	872.718,62	-	-	-	-	-	-	-	872.718,62

Fonte: DW/SIAPENET

5.5 Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada

As informações sobre a terceirização de mão de obra estão apresentadas nos cinco quadros a seguir, os quais contemplam a quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, a relação dos empregados terceirizados substituídos, os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais, os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade e a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

5.5.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.10 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2011	2010	2009		
Analista em Infraestrutura de Transportes (NS) - atribuições voltadas às atividades de planejamento, gerenciamento, pesquisas e estudos, elaboração de projetos, acompanhamento de obras e fiscalização de contratos e convênios, operação e engenharia de tráfego, com vistas na construção, restauração, manutenção e operação da infraestrutura de transportes federal, rodoviária, ferroviária, portuária e hidroviária	200	-	-	-	-
Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes (NI) - atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de planejamento, gerenciamento, pesquisas e estudos, elaboração de projetos, acompanhamento de obras e fiscalização de contratos e convênios, operação e engenharia de tráfego, com vistas na construção, restauração, manutenção e operação da infraestrutura de transportes federal, rodoviária, ferroviária, portuária e hidroviária.	111	-	-	-	-
Analista Administrativo (NS) - atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das atribuições do DNIT, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.	22	-	-	-	-
Técnico Administrativo (NI) - atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das atribuições do DNIT, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.	523	-	-	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>O DNIT se ressentia da carência de pessoal, considerando que a sua força de trabalho ideal está projetada em 6.861 servidores para desempenho das atividades técnicas, administrativas e operacionais, enquanto que o seu quadro efetivo soma apenas 2.682 servidores, considerando os 807 das Carreiras próprias e os 1.875 do Quadro de Pessoal Específico (em extinção) composto pelos servidores originários do extinto DNER (posição em 31/12/2011). Essa carência de pessoal vem sendo compensada parcialmente por funcionários terceirizados, já que os dois concursos autorizados para a Autarquia, nos anos de 2006 e 2009, foram insuficientes para atender as necessidades mínimas de recursos humanos.</p> <p>O DNIT encaminhou o pedido para a realização de concursos públicos no período de 2012 a 2014, e está mantendo entendimentos com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão visando à obtenção da autorização para a realização de concurso neste exercício.</p>					
Fonte: Fonte: Relatório da Auditoria Interna contendo as informações prestadas pelas Unidades da Autarquia, referentes ao mês de dezembro/2011.					

Quadro A.5.11 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados		
Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	Data do D.O.U. de Publicação da Dispensa
Não houve realização de concurso público no exercício de 2011		

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.5.12 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados			
Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Não houve realização de concurso público no exercício de 2011			

5.5.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade

O Quadro A.5.13 abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2011, embora já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, e ainda, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva															
Unidade Contratante															
Nome: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes															
UG/Gestão: 303003/39252011							CNPJ: 048.92.777/0001-00								
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	L	O	001/2009	028.43.359/0001-56	20/1/2009	20/1/2010		167							P
2009	V	O	107/2009	045.59.666/0001-35	6/3/2009	6/3/2010	103	103							P

Observação: Em relação à Área L, contrato nº 01/2009, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza/copeiragem e garçom, informamos que, conforme o Termo de Referência constante no processo nº 50600.004212/2006-79, no seu item 9.1, a quantidade dos profissionais de limpeza (encarregado geral, encarregado de turma, serventes e jardineiros) não foi pré-estabelecida, uma vez que a quantidade de profissionais na área de limpeza é definida pela adoção dos índices de produtividade determinados pela IN nº 002/2008-Secretaria de Logística, Tecnologia e Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG .

5.5.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O Quadro A.5.14 abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2011, aqueles já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011.

Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra														
Unidade Contratante														
Nome: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes														
UG/Gestão: 303003/39252011										CNPJ: 048.92.777/0001-00				
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	1	O	001/2009	028.43.359/0001-56	20/1/2009	20/1/2010	-	167	-	-	-	-	-	P
2009	6	O	001/2009	028.43.359/0001-56	20/1/2009	20/1/2010	42	34	-	-	-	-	-	P
2009	2/3	O	107/2009	045.59.666/0001-35	6/3/2009	6/3/2010	103	103	-	-	-	-	-	P
2011	12	O	159/2011	030.73.654/0001-33	1/3/2011	1/3/2012	-	-	22	22	-	-	-	A
2009	8	O	835/2009	005.20.304/0001-80	9/12/2009	9/12/2010	-	-	1	1	-	-	-	P
2007	9	O	267/2007	007.12.411/0001-00	14/12/2007	14/12/2008	-	-	17	31	3	4	-	P
2011	4	O	146/2011	365.29.998/0001-63	9/3/2011	9/3/2012	22	23	-	-	-	-	-	A
2008	14	O	140/2008	000.77.362/0001-80	27/2/2008	24/8/2008	-	-	26	28	1	1	-	P
2011	14	O	734/2011	000.77.362/0001-80	2/12/2011	2/12/2012	-	-	9	9	1	1	-	A

Observações do Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra: Em relação à Area 1, contrato nº 01/2009, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza/copeiragem e garçom, informamos que, conforme o Termo de Referência constante no processo nº 50600.004212/2006-79, no seu item 9.1, a quantidade dos profissionais de limpeza (encarregado geral, encarregado de turma, serventes e jardineiros) não foi pré-estabelecida, uma vez que a quantidade de profissionais na área de limpeza é definida pela adoção dos índices de produtividade determinados pela IN nº 002/2008-Secretaria de Logística, Tecnologia e Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG .

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A CGRH não gerencia os indicadores sobre recursos humanos.

6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

Este item contempla sobre as informações das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de 2011.

6.1 Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011

O Quadro A.6.1, abaixo, discrimina os valores das transferências vigentes no exercício de referência do relatório de gestão (2011). No referido quadro, estão os dados, por concedente/contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informado o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência.

Quadro A.6.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência										
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES										
CNPJ: 04.892.707/0001-00						UG/GESTÃO: 39600				
Informações sobre as Transferências										
Nº	Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valor Pactuado		Valores Repassados		Vigência		Situação
				Global	Contrapartida Pactuada	No Exerc.	Acum. Até Exerc.	Início	Fim	
1	Termo de Compromisso 263/05	553.589	055339350001-57	8.400.013,91	855.121,42	0	1.250.000,00	6/1/2006	8/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 263/05					0	3.000.000,00			
2	Termo de Compromisso	526.222	055339350001-57	22.136.944,44	2.470.382,39	3.800.159,85	12.908.382,76	30/8/2005	8/6/2012	ADIMPLENTE

	111/05									
	Convênio 111/05					0	6.758.179,29			
3	Termo de Compromisso 140/05	529566	055339350001-5	7.946.968,13	2.819.139,26	600.000,00	1.400.000,00	14/11/2005	8/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 140/05					0	3.000.000,00			
4	Termo de Compromisso 138/05	554327	055339350001-57	11.212.270,77	3.809.929,61	1.000.000,00	1.000.000,00	6/1/2006	8/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 138/05					0	2.500.000,00			
5	Termo de Compromisso 262/05	553.588	055339350001-57	7.890.206,73	801.645,00	0	1.100.000,00	6/1/2006	8/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 262/05					0	3.530.000,00			
6	Termo de Compromisso 265/05	553.605,00	055339350001-57	16.244.181,66	1.786.859,98	3.720.841,35	9.091.366,00	6/1/2006	8/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 265/05					0	5.000.000,00			
7	Termo de Compromisso 197/08	657.353	055339350001-57	11.889.435,79	356.683,10	4.846.469,06	10.617.361,87	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
8	Termo de Compromisso 195/08	657.409	055339350001-57	11.424.188,54	342.725,68	2.260.584,35	8.065.624,10	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
9	Termo de Compromisso 198/08	657.383	055339350001-57	19.417.063,63	582.511,93	11.554.885,31	17.554.885,31	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
10	Termo de Compromisso 199/08	657.496	055339350001-57	17.807.084,92	534.212,57	4.172.710,89	12.044.704,63	15/5/2009	22/12/2012	ADIMPLENTE
11	Termo de Compromisso 201/08	657.350	055339350001-57	18.561.855,05	556.855,67	4.103.282,95	13.703.282,95	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
12	Termo de Compromisso 202/08	658.455	055339350001-57	27.930.229,26	837.906,88	10.944.743,48	21.808.358,48	26/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
13	Termo de Compromisso 211/08	657.355	055339350001-57	16.730.243,38	501.907,33	7.569.275,47	14.855.244,61	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE

14	Termo de Compromisso 210/08	658.193	055339350001-57	13.850.933,00	415.528,01	2.899.432,82	9.802.263,15	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
15	Termo de Compromisso 207/08	657.411	055339350001-57	14.765.253,81	442.957,64	6.297.634,15	10.197.634,15	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
16	Termo de Compromisso 206/08	659.412	055339350001-57	14.520.439,29	435.613,21	5.393.099,84	10.193.099,84	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
17	Termo de Compromisso 205/08	657.351	055339350001-57	21.391.284,39	641.738,55	10.633.569,07	19.133.569,07	26/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
18	Termo de Compromisso 204/08	658.192	055339350001-57	16.407.556,86	492.226,73	6.492.850,24	11.692.850,24	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
19	Termo de Compromisso 196/08	657.349	055339350001-57	9.619.791,50	288.593,78	3.501.512,02	8.592.713,98	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
20	Termo de Compromisso 203/08	657.354	055339350001-57	20.395.512,71	611.865,40	9.989.607,39	14.572.670,39	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
21	Termo de Compromisso 200/08	657.404	055339350001-57	26.898.730,39	806.961,94	8.766.145,14	17.266.145,14	15/5/2009	21/12/2012	ADIMPLENTE
22	Termo de Compromisso 188/08	651.836	055339350001-57	76.776.239,50	2.303.287,19	19.000.000,00	52.000.000,00	6/4/2009	22/11/2011	ADIMPLENTE
23	Termo de Compromisso 219/09	652.504	5,56233E+12	11.034.238,00	1.075.688,00	4.979.275,00	9.958.550,00	26/6/2009	25/12/2011	ADIMPLENTE
24	Convênio TT-170/06	589.937	840120120001-26	6.215.217,34	621.521,73	0	886.368,20	2/1/2007	23/12/2009	CONCLUÍDO
25	Termo de Compromisso 775-09	654.698	840120120001-26	117.847.436,95	3.535.423,11	34.024.843,76	45.496.775,16	23/12/2009	29/11/2012	ADIMPLENTE
26	Termo de Compromisso 839/09	657.343	840120120001-26	24.831.067,65	744.932,02	3.500.000,00	10.214.636,35	20/1/2010	29/11/2013	ADIMPLENTE
27	Termo de Compromisso 382/09	653.494	840120120001-26	16.296.059,11	488.881,77	4.314.000,00	8.000.000,00	19/10/2009	29/8/2012	ADIMPLENTE

28	Termo de Compromisso 773/09	654.932	840120120001-26	78.646.866,19	2.359.405,99	21.949.667,31	31.495.000,87	28/12/2009	24/5/2013	ADIMPLENTE
29	Termo de Compromisso 774/09	654.931	840120120001-26	122.215.809,90	3.666.474,30	32.934.608,81	45.500.000,00	22/12/2009	24/5/2013	ADIMPLENTE
30	Termo de Compromisso 863/09	656.537	840120120001-26	121.407.438,76	3.642.223,16	32.155.224,11	45.500.000,00	31/12/2009	24/5/2013	ADIMPLENTE
31	Termo de Compromisso 864/09	657.515	840120120001-26	140.829.433,57	4.224.883,01	24.718.667,43	40.000.000,00	31/12/2009	24/5/2013	ADIMPLENTE
32	Termo de Compromisso 699/10	665.632	840120120001-26	8.412.756,38	252.382,69	1.000.000,00	1.000.000,00	29/12/2010	30/11/2012	ADIMPLENTE
33	Termo de Compromisso 670/10	666.030	840120120001-26	5.025.268,08	150.758,04	1.000.000,00	1.000.000,00	29/12/2010	30/11/2012	ADIMPLENTE
34	Termo de Compromisso 671/10	665.626	840120120001-26	7.596.429,77	227.892,89	1.000.000,00	1.000.000,00	29/12/10	30/11/2012	ADIMPLENTE
35	Termo de Compromisso 672/10	666.036	840120120001-26	5.520.041,11	165.601,23	1.000.000,00	1.000.000,00	29/12/10	30/11/2012	ADIMPLENTE
36	Termo de Compromisso 066/06	574.523	840120120001-26	19.905.928,94	1.990.592,89	950.000,00	7.777.148,06	30/6/2006	15/8/2012	ADIMPLENTE
	0					8.530.000,00				
37	Termo de Compromisso 065/06	563.743	840120120001-26	15.404.939,88	1.540.493,98	5.630.039,24	7.733.115,24	30/6/2006	28/8/2012	ADIMPLENTE
	0					5.008.914,20				
38	Termo de Compromisso 673/10	665.888	840120120001-26	7.315.075,48	219.452,26	500.000,00	500.000,00	29/12/2010	30/11/2012	ADIMPLENTE
39	Termo de Compromisso 704/10	666.028	840120120001-26	4.154.230,19	124.626,91	1.940.000,00	1.940.000,00	29/12/2010	30/11/2012	ADIMPLENTE

40	Termo de Compromisso 160/08	652.306	840120120001-26	19.726.121,22	1.972.612,12	4.950.000,00	14.537.503,01	12/5/2009	30/12/2012	ADIMPLENTE
41	Termo de Compromisso 016/76	348.118	003945770001-25	553.605.595,18	0,00	64.751.503,52	105.978.307,91	24/6/1976	31/12/2012	ADIMPLENTE
	Convênio PG-016/76									
42	Termo de Compromisso 276/06	579.355	003945770001-25	97.118.810,25	9.711.881,03	6.354.152,51	6.354.152,51	22/12/2006	21/12/2012	ADIMPLENTE
	Convênio TT-276/06									
43	Termo de Compromisso 265/07	654.102	105719820001-25	118.747.875,94	11.874.787,59	70.716.004,00	87.640.074,04	26/0808	26/8/2012	ADIMPLENTE
	Convênio TT-265/07									
44	Termo de Compromisso 266/07	629.263	1,0572E+13	319.488.399,80	31.948.839,98	91.379.669,89	206.079.669,89	15/7/2008	27/12/2012	ADIMPLENTE
	Convênio TT-266/07									
45	Termo de Compromisso 164/03	493.803	1,0572E+13	13.264.697,60	1.326.469,76	1.610.727,84	1.610.727,84	24/12/2003	4/11/2012	ADIMPLENTE
	Convênio TT-164/03									
46	Termo de Compromisso 026/08	625.520	5,45735E+12	330.677.681,55	41.760.000,00	75.036.352,96	229.687.490,77	21/5/2008	21/7/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 026/08									
47	Convênio TT-091/08	653.384	173097900001-94	52.633.476,86	10.526.695,37	12.855.258,39	40.367.304,49	15/6/2009	30/5/2012	ADIMPLENTE
48	Convênio TT-228/08	660.940	152115190001-96	41.954.660,00	4.195.440,00	21.340.140,00	31.340.140,00	3/12/2009	1/12/2011	ADIMPLENTE
49	Termo de Compromisso 262/07	618.972	085997670001-90	928.681.172,00	228.681.172,00	284.974.771,00	335.388.461,00	18/12/2007	31/12/2011	ADIMPLENTE

	Termo de Compromisso 262/07	298.495				0	34.487.090,00			CONCLUÍDO
	Convênio TT-262/07	618.972				0	100.000.000,00			ADIMPLENTE
50	Termo de Compromisso 004/99	370.928	463794000001-50	12.845.164.989,52	9.461.497.559,91	370.000.000,00	896.520.000,00	30/4/1999	30/6/2015	ADIMPLENTE
	Convênio 004/99					0	1.134.880.000,00			
51	Convênio PG-037/93	107.947	430524970001-02	395.635.152,36	79.127.388,72	0	267.414.816,18	10/6/2003	15/5/2008	ADIMPLENTE
52	Convênio TT-322/07	660.994	8,59977E+12	45.459.443,65	4.545.944,35	16.150.000,00	22.000.000,00	7/12/2009	29/7/2012	ADIMPLENTE
53	Termo de Compromisso 061/08	629.764	046037010001-76	16.773.338,00	1.677.333,80	9.324.002,60	12.754.968,40	4/7/2008	17/12/2012	ADIMPLENTE
	Convênio PP-061/08					0	2.341.035,80			
54	Termo de Compromisso 316/05	566.366	046037010001-76	2.074.232,62	207.423,26	0	466.702,34	30/6/2006	11/3/2010	ADIMPLENTE
	Convênio PP-316/05					0	1.400.107,02			
55	Convênio TT-222/03	494.740	046037010001-76	4.324.658,36	432.465,84	0	3.892.192,52	31/12/2003	17/12/2011	ADIMPLENTE
56	Termo de Compromisso 187/08	661.980	046037010001-76	36.372.636,44	1.818.631,82	23.504.579,10	34.554.004,62	27/5/2009	26/12/2011	ADIMPLENTE
57	Termo de Compromisso 195/05	564.794	046037010001-76	44.224.972,80	9.861.248,63	0	18.104.606,91	9/12/2005	20/12/2011	ADIMPLENTE
	Convênio TT-195/05					0	8.500.000,00			
58	Termo de Compromisso 226/07	631.106	035209330001-06	26.383.838,57	2.638.383,85	3.027.045,66	11.186.246,93	12/3/2008	30/11/2011	ADIMPLENTE
	Convênio TT-226/07					0	12.559.207,79			
59	Termo de Compromisso 184/96	317.628	000705320001-03	81.135.417,09	8.113.541,71	0	0	22/11/1996	15/12/2011	ADIMPLENTE

	Convênio PG-184/96					0	72.975.021,26			
60	Termo de Compromisso 154/07	593.686	000705320001-03	70.545.847,85	7.054.584,78	0	32.712.175,41	6/9/2007	18/9/2011	INADIMPLENTE
	Convênio TT-154/07					0	26.500.000,00			
61	Termo de Compromisso 222/07	618.960	000705320001-03	90.669.685,88	9.066.968,59	3.034.605,73	34.602.717,29	1/11/2007	5/12/2012	ADIMPLENTE
	Convênio TT-222/07					0	47.000.000,00			
62	Convênio 310/06	588.712	003570380001-16	957.695.568,78	0,00	35.688.329,91	935.024.247,03	29/12/2006	31/12/2012	ADIMPLENTE
63	Termo de Compromisso 159/04	524.327	083134960001-65	90.456.438,56	9.045.643,86	10.534.128,32	10.534.128,32	30/12/2004	30/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio TT-159/04					0	56.789.703,22			
64	Convênio TT-302/07	662.414	082417390001-05	57.888.700,95	5.788.870,09	5.257.540,00	14.997.540,00	14/2/2008	31/12/2012	ADIMPLENTE
65	Convênio 268/05	556.790	063478920001-88	14.536.603,22	0,00	2.200.000,00	4.420.236,68	30/12/2005	29/11/2011	ADIMPLENTE
66	Convênio 276/05	556.784	063478920001-88	10.255.366,20	0,00	0	10.255.366,20	6/1/2006	30/9/2008	CONCLUÍDO
67	Convênio 272/05	556.337	063478920001-88	11.078.196,57	0,00	3.672.940,00	7.067.803,27	6/1/2006	28/7/2012	ADIMPLENTE
68	Termo de Compromisso 280/05	556.659	063478920001-88	7.984.047,84	0,00	0	2.028.659,48	30/12/2005	29/7/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 280/05					0	5.425.934,02			
69	Convênio 275/05	556.661	063478920001-88	11.223.397,75	0,00	1.386.519,00	8.262.750,88	6/1/2006	29/7/2012	ADIMPLENTE
70	Convênio 278/05	556.791	063478920001-88	6.981.057,39	0,00	0	5.426.987,51	30/12/2005	29/7/2012	ADIMPLENTE
71	Termo de Compromisso 269/05	561.730	063478920001-88	6.361.519,92	0,00	0	1.357.461,31	30/12/2005	28/7/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 269/05					0	3.677.579,20			
72	Convênio 281/05	571.503	063478920001-	10.950.855,69	0,00	2.000.000,00	7.246.254,47	30/12/2005	29/11/2011	ADIMPLENTE

			88							
73	Convênio 287/05	556.766	063478920001-88	1.508.988,60	0,00	0	1.508.988,60	6/1/2006	31/3/2009	CONCLUÍDO
74	Convênio 007/08	620.244	063478920001-88	151.914.676,26	0,00	22.672.122,63	75.392.553,63	30/1/2008	5/5/2012	ADIMPLENTE
75	Convênio 279/05	556.331	063478920001-88	4.584.775,10	0,00	633.850,21	3.465.400,83	6/1/2006	29/7/2012	ADIMPLENTE
76	Convênio 277/05	561.095	063478920001-88	15.644.130,28	0,00	4.907.808,55	8.741.972,10	30/12/2005	29/7/2012	ADIMPLENTE
77	Termo de Compromisso 267/05	556.725	063478920001-88	6.466.152,08	0,00	70.507,17	1.699.690,17	6/1/2006	29/7/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 267/05					0	4.766.461,91			
78	Termo de Compromisso 074/11	666.528	8,29512E+13	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00	17/3/2011	13/9/2011	ADIMPLENTE
79	Convênio TT-178/08	657.196	829513440001-40	17.991.650,25	2.149.294,25	2.811.474,33	4.000.000,00	22/12/2009	15/6/2012	ADIMPLENTE
80	Convênio TT-176/08	660.659	055411590001-37	80.015.384,79	16.003.076,96	3.762.696,56	6.915.424,82	29/12/2009	30/12/2013	ADIMPLENTE
81	Convênio TT-281/07	618.964	828512290001-76	38.822.828,03	9.753.912,09	7.300.000,00	11.200.000,00	18/1/2008	31/7/2012	ADIMPLENTE
82	Termo de Compromisso 208/01	449.910	832625350001-63	6.511.250,00	1.302.250,00	766.130,00	1.864.000,00	29/1/2002	31/1/2012	ADIMPLENTE
	Convênio PG-208/01					0	0			
83	SICONV - Convênio PP - 1082/10	752.752	033542410001-27	15.540.776,23	1.554.077,62	2.965.135,00	2.965.135,00	13/1/2011	12/1/2013	ADIMPLENTE
84	Convênio 001/07(UG 393022)	654.700	065534810001-49	70.566.746,63	0,00	8.925.352,53	11.258.167,96	16/1/2008	16/1/2013	ADIMPLENTE
85	Termo de Compromisso 213/08	653.303	154122570001-28	135.140.983,26	13.514.098,33	42.692.030,01	114.007.970,01	23/6/2009	8/5/2012	ADIMPLENTE
86	Convênio TT-137/08	651.064	154122570001-28	37.468.019,15	3.746.801,91	18.983.659,50	28.983.659,50	16/12/2008	27/4/2012	ADIMPLENTE
87	Termo de Compromisso	618.963	154122570001-28	112.992.863,28	11.299.286,33	30.000.000,00	95.390.000,00	28/12/2007	14/4/2012	ADIMPLENTE

	280/07											
88	Termo de Compromisso 110/09	657.342	131287980026-51	246.351.246,04	2.463.512,46	887.101,88	887.101,88	10/6/2009	10/7/2012	ADIMPLENTE		
89	Termo de Compromisso 097/07	591.821	636064790001-24	457.508.603,04	30.296.298,96	97.222.022,13	286.554.923,44	24/4/2007	31/3/2012	ADIMPLENTE		
	Termo de Compromisso 097/07	298.489								0	19.683.729,64	ADIMPLENTE
	Convênio TT-097/07	591.821								0	120.478.651,00	ADIMPLENTE
90	Termo de Compromisso 059/08	652.499	636064790001-24	155.211.314,86	9.319.740,19	23.050.141,67	145.891.574,67	23/12/2008	31/12/2012	ADIMPLENTE		
91	Termo de Compromisso 080/08	635.875	636064790001-24	291.106.039,60	8.733.181,19	62.019.057,18	282.372.858,41	26/8/2008	11/8/2012	ADIMPLENTE		
92	Convênio TT-291/05	541.150	046286810001-98	6.787.661,32	339.383,07	0	6.448.278,25	30/12/2005	2/12/2010	ADIMPLENTE		
93	Convênio AQ-306/07	620.795	046534080001-13	14.483.098,90	434.492,97	3.832.739,62	8.832.739,62	28/12/2007	3/6/2012	ADIMPLENTE		
94	Convênio TT-358/05	574.670	059430300001-55	60.796.691,93	3.039.834,60	3.200.000,00	56.400.000,00	11/1/2006	11/3/2012	ADIMPLENTE		
95	Termo de Compromisso 268/07	618.961	5,85316E+12	107.666.361,49	5.383.318,07	22.283.043,42	52.283.043,42	27/12/2007	7/12/2011	ADIMPLENTE		
	Convênio 268/07										0	0
96	SICONV-Convênio AQ-008/09	726.894	04873600000-15	1.621.698,53	32.433,97	180.000,00	340.000,00	8/3/2010	29/3/2012	ADIMPLENTE		
97	Convênio TT-083/05	544.691	136460050001-38	736.842,00	36.842,00	0	700.000,00	9/1/2006	4/2/2008	CONCLUÍDO		
98	Convênio TT-204/05	534.344	183097240001-87	2.369.525,86	473.905,17	244.398,42	1.764.398,42	13/12/2005	17/5/2012	ADIMPLENTE		
99	Convênio TT-255/05	542.865	182913510001-64	3.057.677,50	611.535,50	0	2.446.142,00	30/12/2005	11/11/2009	CONCLUÍDO		
100	Termo de Compromisso	653.232	184288390001-90	48.163.298,00	2.408.164,90	16.987.283,21	21.262.011,13	4/9/2009	1/6/2012	ADIMPLENTE		

	233/08									
101	Termo de Compromisso 872/10	667.740	184288390001-90	4.239.620,33	42.396,22	958.120,53	958.120,53	26/8/2011	31/7/2013	ADIMPLENTE
102	SICONV - Convênio TT-222/08	708.114	206228900001-80	4.242.581,41	848.516,30	900.000,00	900.000,00	3/11/2009	27/1/2012	ADIMPLENTE
103	SICONV - Convênio TT-472/10	741.715	186020780001-48	3.889.796,91	116.693,90	1.050.697,35	1.963.103,00	2/7/2010	31/12/2011	ADIMPLENTE
104	Convênio TT-072/06	574.661	465889500001-80	750.000,00	150.000,00	0	600.000,00	306/06/06	26/12/2008	CONCLUÍDO
105	Convênio TT-077/06	575.620	451243440001-40	206.185,00	6.185,00	0	200.000,00	30/6/2006	14/12/2009	CONCLUÍDO
106	Convênio TT-076/05	527.051	465998330001-11	2.369.760,64	71.092,82	0	2.100.000,00	17/10/2005	21/10/2008	CONCLUÍDO
107	Convênio TT-054/08	667.226	452701880001-26	500.000,00	50.000,00	450.000,00	450.000,00	3/6/2009	23/5/2012	ADIMPLENTE
108	Convênio TT-261/07	636.347	453582490001-01	750.000,00	150.000,00	200.000,00	600.000,00	21/6/2009	5/6/2012	ADIMPLENTE
109	Termo de Compromisso 234/03	497.598	762826560001-06	116.119.500,23	23.223.900,05	24.729.890,07	42.483.674,20	31/12/2003	17/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio TT-234/03					0	47.514.799,87			
110	Convênio TT-106/05	590.659	761055350001-99	9.075.712,78	907.571,28	0	7.664.848,69	6/1/2006	18/9/2009	ADIMPLENTE
111	Convênio TT-226/08	654.006	757712530001-68	2.400.000,00	400.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	28/10/2009	25/4/2012	ADIMPLENTE
112	Termo de Compromisso 871/09	657.246	762826560001-06	40.000.000,00	0,00	7.500.000,00	30.000.000,00	14/12/2009	25/6/2012	ADIMPLENTE
113	Termo de Compromisso 330/09	662.369	452761280001-10	559.000,00	44.720,00	514.280,00	514.280,00	1/12/2009	4/12/2012	ADIMPLENTE
114	Termo de Compromisso 082/07	594.441	150240450001-73	59.411.984,76	1.782.359,54	3.142.123,58	29.386.746,27	3/10/2007	6/1/2011	ADIMPLENTE
	0						28.242.878,95			

115	Termo de Compromisso 301/07	627.093	150240030001-32	41.454.771,47	2.072.738,57	7.539.674,85	18.893.962,62	18/6/2008	17/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 301/07						20.021.989,23			
116	Convênio TT-171/08	657.291	019740880001-05	24.316.445,68	729.493,37	3.718.746,41	7.906.548,92	28/12/2009	18/12/2011	ADIMPLENTE
117	Termo de Compromisso 276/07	652.600	031809240001-05	10.231.155,86	306.934,68	0	5.250.743,29	4/3/2009	16/2/2013	ADIMPLENTE
118	Termo de Compromisso 278/07	627.091	032390760001-62	31.203.871,91	936.116,16	2.296.408,05	15.057.895,29	10/6/2008	30/5/2012	ADIMPLENTE
119	Convênio 278/07						15.209.860,46			
120	Termo de Compromisso 289/07	635.873	033471010001-21	53.144.765,75	2.657.238,29	28.481.217,42	38.767.223,10	19/6/2008	8/6/2012	ADIMPLENTE
	Convênio 289/07						4.600.000,00			
121	Termo de Compromisso 324/07	653.238	3,74647E+13	12.488.766,56	374.663,00	858.867,48	9.123.726,00	27/5/2009	14/7/2012	ADIMPLENTE
122	Convênio TT-274/07	652.831	033471350001-16	25.220.481,56	756.614,45	6.727.563,46	13.804.960,21	30/6/2008	15/12/2012	ADIMPLENTE
123	Convênio TT-273/07	628.493	150238980001-90	12.227.913,45	366.837,40	134.913,72	2.500.000,00	30/6/2008	30/6/2012	ADIMPLENTE
124	Convênio TT-314/07	653.305	089939170001-46	21.525.874,20	2.152.587,42	874.582,83	1.965.412,77	25/6/2008	11/11/2012	ADIMPLENTE
125	Termo de Compromisso 421/10	661.754	831022770001-52	12.000.000,00	240.000,00	7.840.000,00	7.840.000,00	21/6/2010	15/2/2012	ADIMPLENTE
126	Termo de Compromisso 484/10	666.130	829150260001-24	63.717,50	0,00	63.717,50	63.717,50	24/9/2010	24/9/2011	ADIMPLENTE
127	Termo de Compromisso 181/95	317.985	035015090001-06	34.068.083,00	3.406.808,30	6.416.868,06	6.416.868,06	15/1/1996	30/1/2012	ADIMPLENTE
	Convênio PG-181/95						18.181.874,05			
129	Convênio TT-291/06	593.246	040926720001-25	21.965.102,53	1.098.255,19	672.849,18	20.000.000,00	19/7/2007	3/8/2012	ADIMPLENTE

130	Termo de Compromisso 220/08	653.325	059031250001-45	98.940.317,31	4.971.249,33	27.528.520,70	65.657.279,70	10/3/2009	5/3/2012	ADIMPLENTE
131	Termo de Compromisso 303/06	589.612	059031250001-45	4.342.501,94	295.290,12	0	1.108.511,92	28/12/2006	25/4/2010	CONCLUÍDO
	2.938.699,90									
132	Convênio TT-271/07	636.454	018036180001-52	33.872.868,63	2.032.372,12	6.362.173,47	31.282.999,55	6/3/2008	30/3/2013	ADIMPLENTE
133	Termo de Compromisso 135/05 Convênio 135/05	529.528	05.533.935/0001-57	8.937.766,13	998.769,34	-	8.260.000,00	14/11/2005	8/6/2012	ADIMPLENTE
134	Termo de Compromisso 137/05 Convênio 137/05	529.563	05.533.935/0001-57	9.320.173,55	616.361,92	-	2.500.000,00	14/11/2005	23/9/2012	ADIMPLENTE
135	Termo de Compromisso 261/05 Convênio 261/05	553.620	05.533.935/0001-57	8.598.402,84	1.338.132,63	-	3.440.000,00	30/12/2005	8/6/2012	ADIMPLENTE
136	Termo de Compromisso 003/09 Convênio 003/09	724.091	04.505.509/0001-47	9.822.640,57	113.894,90	-	3.348.510,25	30/12/2009	29/6/2012	ADIMPLENTE
137	Termo de Compromisso 006/09 Convênio 006/09	298.654	22.812.960/0001-99	9.820.918,67	115.616,80	-	-	30/12/2009	28/12/2012	ADIMPLENTE
138	Termo de Compromisso 270/05 Convênio 270/05	556.775	06.347.892/0001-88	9.936.535,47	-	-	8.668.497,42	1/4/2009	29/7/2012	ADIMPLENTE

139	Termo de Compromisso 271/05 Convênio 271/05	556.718	06.347.892/0001-88	9.936.535,47	-	-	14.198.473,61	1/5/2009	28/8/2012	ADIMPLENTE
140	Termo de Compromisso 273/05 Convênio 273/05	556.768	06.347.892/0001-88	9.936.535,47	-	-	4.924.439,88	6/1/2006	29/7/2012	ADIMPLENTE
141	Convênio 181/11	755416/2011	00.357.038/0001-16	31.000.000,00	-	-	-	22/6/2011	21/6/2013	ADIMPLENTE
142	Termo de Compromisso 196/05 Convênio 196/05	555.187	05.533.935/0001-57	9.586.535,47	350.000,00	-	3.500.000,00	30/12/2005	21/6/2012	ADIMPLENTE
143	Termo de Compromisso 282/05 Convênio 282/05	561.845	05.533.935/0001-57	9.750.355,55	186.179,92	-	1.500.000,00	6/1/2006	23/4/2012	ADIMPLENTE
144	Termo de Compromisso 292/06 Convênio 292/06	620.794	05.533.935/0001-57	9.414.510,87	522.024,60	-	2.600.000,00	29/12/2006	7/7/2013	ADIMPLENTE
145	Termo de Compromisso 008/09 Convênio 008/09	298.649	05.533.935/0001-57	9.904.101,50	32.433,97	-	1.389.812,60	8/3/2010	30/11/2012	ADIMPLENTE
146	Termo de Compromisso 306/07 Convênio 306/07	620.795	04.653.408/0001-13	9.502.042,50	434.492,97	-	8.832.739,62	28/12/2007	3/6/2012	ADIMPLENTE

147	Termo de Compromisso 303/07 Convênio 303/07	625.545	05.903.125/0001-45	9.238.138,90	698.396,57	-	10.307.341,83	8/5/2008	30/9/2012	ADIMPLENTE
-----	--	---------	--------------------	--------------	------------	---	---------------	----------	-----------	------------

Fonte: SIAFI (Balancete e Contranf), SICONV e Controle Interno da Coordenação de Contabilidade/CGOF/DAF (pastas elaboradas manualmente).

Obs.: Na coluna valor pactuado, consideramos o valor firmado no instrumento convenial ou último termo aditivo, não considerando o rendimento de aplicação financeira (parcela 999), que no SIAFI se encontra adicionado ao total do convênio.

6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O Quadro A.6.2 abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2011, 2010 e 2009.

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados nos três Últimos Exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE					
CNPJ:	04.892.707/0001-00					
UG/GESTÃO:	393003/39252					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	21	4	2	1.050.946.462,66	253.166.614,54	173.853.659,61
Parceria	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	9	6.895.017,71	3.436.017,00	129.127.310,88
Termo de Compromisso	41	19	6	946.102.834,94	1.799.937.073,32	1.585.047.662,21
Totais	62	23	17	2.003.944.315,31	2.056.539.704,86	1.888.028.632,70

Fonte: SIAFI (convênio, termo de compromisso e siafi-ordem-bancaria) e SICONV.

OBSERVAÇÃO: Em 2009/2010 os repasses para o Exército eram realizados utilizando um instrumento - Portaria de descentralização. A partir de 2011, para que fosse efetuado qualquer destaque foi exigida a formalização de Termos de Cooperação, desta forma, os valores repassados em 2009/2010 utilizaram forma de portaria, e como os serviços tiveram continuidade foi formalizado termos de cooperação.

6.1.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes

O Quadro A.6.3 abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2012 e seguintes.

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE					
CNPJ: 04.892.707/0001-00			UG/GESTÃO: 393003/39252		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	41	1.727.377.583,80	1.427.049.269,98	-	82,61%
Convênio/SICONV	7	124.104.438,44	4.205.135,00	-	3,39%
Termo de Parceria	0	-	-	-	0,00%
Termo de Cooperação	0	-	-	-	0,00%
Termo de Compromisso	78	8.226.175.889,47	5.455.501.116,70	-	66,32%
Totais	126	10.077.657.911,71	6.886.755.521,68	-	68,34%

Fonte: SIAFI - SIAFI-CONVENIO e SIAFI-ORDEM-BANCARIA), SICONV e Controle Interno Coordenação de Contabilidade

6.2 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

O Quadro A.6.4, abaixo, demonstra a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, bem como os respectivos montantes repassados até o final do exercício de 2011.

Quadro A 6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse			Valores em R\$ 1,00		
Unidade Concedente					
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES					
CNPJ: 04.892.707/0001-00			UG/GESTÃO: 393003/39252		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidades e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas Prestadas	Quantidade	12	-	-
		Montante Repassado (R\$)	16.392.414,11	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4	-	-
		Montante Repassado (R\$)	11.944.868,76	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	30	-	-
		Montante Repassado (R\$)	379.606.831,42	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado (R\$)	353.909,00	-	-
2009	Contas Prestadas	Quantidade	35	-	-
		Montante Repassado (R\$)	440.993.149,55	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3	-	-
		Montante Repassado (R\$)	7.281.479,02	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO Prestadas	Quantidade (convênios)	13	-	-
		Montante Repassado (R\$)	43.244.556,81	-	-

Fonte: SIAFI (balancete e contransf) e Controle Interno Contabilidade

Observações: 1) O cálculo da quantidade e montante repassado foi realizado por transferência registrada no SIAFI, utilizando o resumo (total) constante da transação >CONTRANSF; 2) Foram considerados apenas os convênios na situação adimplente (a comprovar)/ inadimplência suspensa/inadimplência efetiva (que não tiveram prestação de contas), na data de referência 31/12/2011, sendo segmentados por exercício que ocorreu o prazo limite para apresentação da Prestação de Contas pelo conveniente, constante do cadastro do SIAFI; 3) Não levamos em consideração os convênios adimplentes em 2011, com prazo de Prestação de Contas superiores ao exercício de 2011; 4) Não foi informado os convênios na situação concluído, em 31/12/2011, caracterizando sua aprovação.

6.2.1 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

As informações contidas no Quadro A.6.5 versa sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, o que evidencia a qualidade do gerenciamento empreendido pelo DNIT, tendo como data de referência 31/12/2011.

Quadro A 6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse				Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES					
CNPJ: 04.892.707/0001-00			UG/GESTÃO: 393003/39252		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de Contas Prestadas			65	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	38	-
			Quantidade Reprovada	3	-
			Quantidade de TCE	7	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade	17	-	
Montante repassado (R\$)		16.392.414,11	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas		(A Aprovar no exercício)	59	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		61	-
		Quantidade Reprovada		2	-
		Quantidade de TCE		12	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	59	-	
Montante repassado (R\$)		379.606.831,42	-		
2009	Quantidade de Contas Prestadas		(A Aprovar no exercício)	69	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		99	-
		Quantidade Reprovada		06	-
		Quantidade de TCE		08	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	69	-	
Montante repassado (R\$)		440.993.149,55	-		
Anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		41	-
		Montante repassado (R\$)		335.888.207,21	-

Fonte: SIAFI – Consulta_Convenio_Evento_Lançamento/Relat_Convenio_Evento_Lançamento

Observações: 1) o cálculo da quantidade e montante repassado foi realizado por parcelas referentes as transferências do SIAFI; o valor constante no item montante repassado refere-se a soma das parcelas dos convênios pendentes de análise de prestação de contas; 2) na informação sobre as quantidades de Tomada de Contas Especial foi considerado o Convênio; 3) no item contas não analisadas consideramos as contas prestadas pelo convenente, porém sem a análise formal da prestação de contas, não sendo levada em consideração as Prestações de Contas que não foram apresentadas pelo convenente; 4) na informação do item: com prazo de análise ainda não vencido, exercício de 2011, foi levado em consideração a data limite para apresentação da prestação de contas, ou seja 31/12/2011, já somados os 60 dias de prazo para análise estipulado pela IN nº. 01/97, art. 31.

Tabela 4 - Controle de Prestação com Ressalva

Item	Análise -TIPO de PC	CONVENENTE	CONVÊNIO Nº	TRANSF. SIAFI	Nº PROCESSO	RESPONSÁVEL/	MOTIVO	VALOR	ÁREA GERENCIADORA	OBSERVAÇÃO
						CPF		R\$		
1	PC Parcial	Prefeitura Municipal de Sorriso/MT	278/07	627.091	50611.001181/2010-51	Clomir Bedin - 244.376.389-72	Cópias das notas fiscais eletrônicas nº 312,313,319,355, 336,341,358,359, 371,372,392,393, 394 e 397 não identificadas quanto ao nº do convênio no ato de sua emissão, o qual foi aportado por meio de carimbo.	R\$ 5.517.388,16 sendo R\$ 5.481.050,34 DNIT, R\$ 36.337,82 conveniente	DIR	Este Departamento, por meio do Ofício nº 534/2010/DAF/DNIT recomendou àquela Municipalidade que providenciasse "Cartas de Correções" das notas fiscais eletrônicas mencionadas, fazendo constar o nº do termo de compromisso, sendo atendida.
2	PC Parcial	Prefeitura Municipal de Sorriso/MT	278/07	627.091	50611.002047/2009-34	Clomir Bedin - 244.376.389-72	Cópias das notas fiscais eletrônicas nº 262,266,276,299 e 304(fl.25, 32, 40, 47 e 54) não identificadas quanto ao nº do convênio no ato de sua emissão, o qual foi aportado por meio de carimbo.	R\$ 7.118.815,28 sendo R\$ 6.902.281,02 DNIT e R\$ 216.534,26 conveniente	DIR	Este Departamento, por meio do Ofício nº 534/2010/DAF/DNIT recomendou àquela Municipalidade que providenciasse "Cartas de Correções" das notas fiscais eletrônicas mencionadas, fazendo constar o nº do termo de compromisso, sendo atendida.

3	PC PARCIAL	Prefeitura Municipal de Sorriso/MT	278/07	627.091	50611.001444/2009-99	Clomir Bedin - 244.376,38 9-72	Cópia das notas fiscais eletrônicas 252 e 258 não identificadas com o n° do convênio no ato de sua emissão, o qual foi aportado por meio de carimbo.	R\$ 5.416.152,47 sendo R\$ 5.307.579,44 DNIT e R\$ 108.573,03 conveniente	DIR	Este Departamento, por meio do Ofício n° 534/2010/DAF/DNIT recomendou àquela Municipalidade que providenciasse "Cartas de Correções" das notas fiscais eletrônicas mencionadas, fazendo constar o n° do termo de compromisso, sendo atendida.
4	PC Parcial	Secretaria de Estado de Infraestrutura do MT	195/2005	564.794	50611.001561/2007-91	Vilceu Francisco Marcheti 169.039,96 9-00	Uso de outra conta corrente-divergente da específica	R\$ 1.663.355,77 relativo a contrapartida	DIR	Os recursos comprovados neste processo, sendo somente parte do convênio, foram executados em outra conta bancária (1.041.693), divergente da conta específica (1.041.569-6) determinada no Termo de Convênio, contrariando dessa maneira o preceito legal, IN STN/MF n.º 01/97, em seu art. 20, caput.
5	PC Final	Prefeitura Municipal de São José Rio Preto/SP	072/06	574.661	50600.003574/2009-95	Edson Edinho Coelho Araújo 496.630,03 8-04	Pagamento em conta diversa da específica do convênio	R\$ 731.251,41 sendo (R\$ 600.000,00 DNIT e R\$ 131.251,14 conveniente)	DIF	Os recursos comprovados neste processo, sendo somente parte do concedente, foram executados em outra conta bancária (06.1-

										9), divergente da conta específica (552-56) determinada no Termo de Convênio, contrariando dessa maneira o preceito legal, IN STN/MF n.º 01/97, em seu art. 20, caput.
6	PC Parcial	Prefeitura Municipal de Simões Filho/BA	298/05	544.692	50600.006935/2006-11	Edson Almeida de Jesus 059.565.285-91	Pagamento da contrapartida na conta da Prefeitura divergindo da conta denominada específica	R\$ 44.769,13convenente	DIF	Os recursos comprovados neste processo, sendo somente do convenente não foram depositados na conta específica do convênio.
7	PC Parcial	DERACRE	059/2008	652.499	50622.000600/2010-17	Marcus Alexandre Médici Aguiar 264.703.988-71	Os recursos foram mantidos na Aplicação FIC Prático, por prazo superior a 30 dias, enquanto não empregados na sua finalidade.	R\$ 24.550.624,58 sendo R\$ 21.221.000,00 DNIT e R\$ 3.312.557,43 DERACRE	DIR	Este Departamento, por meio do Ofício nº 410/2011/DAF/DNIT solicitou àquele Departamento transferir os recursos para caderneta de poupança, e correções quanto ao nº do T.C., em atendimento a legislação vigente, sendo atendido por meio dos Ofícios 1.738 e 1.976/DG-DERACRE.

8	PC Parcial	Sec.Estado de Transporte e Pav.Urbana/MT	222/2003	494.740	50611.000800/2009-79	Vilceu Francisco Marcheti 169.039.969-00	Os recursos foram mantidos na Aplicação BB CP Admin Supremo, por prazo superior a 30 dias, enquanto não empregados na sua finalidade, não aplicação do valor 2.000.000,00 (03/11/06 a 05/01/07) e emissão da OB 057851, valor 2.123,600, 00 sem evidenciar no processo de Prestação de contas.	R\$ 2.258.307,81 sendo R\$ 2.000.000, 00 DNIT e R\$ 258.307,81 rendimento	DIR	Este Departamento, por meio dos Ofícios nº 292 e 544/2011/DAF/DNIT solicitou àquela Secretaria correções às impropriedades, sendo atendido por meio dos Ofícios 1.036 e 2.399/2011 - SEPTU, inclusive tendo a Secretaria devolvido recursos a conta específica do convênio.
---	------------	--	----------	---------	----------------------	---	--	---	-----	---

6.3 Análise Crítica

Complementarmente ao registro no SIAFI, o Órgão cobra através de ofícios aos convenentes dando prazo para apresentar ou regularizar as prestações de contas pendentes, informando que o não cumprimento do prazo estabelecido implicará em Tomada de Conta Especial.

As transferências efetuadas no exercício de 2011 buscaram atender o disposto tanto no Art. 35, Decreto 93872/86 e ao Art. 12, do Decreto 7.745/2011 e alterações posteriores.

Com relação a medida adotada para gerir as transferências de recursos está em desenvolvimento no DNIT o Sistema Integrado de Projeto e Obras Delegadas – SIPROD.

Quanto as transferências de recursos, o DNIT vem reduzindo ao longo dos últimos 3 (três) anos a quantidade de convênios e conseqüentemente a quantidade das transferências.

Conforme informado acima o Órgão tem envidado esforços em comunicar os convenentes da necessidade de apresentação das prestações de contas. Essa gestão tem demonstrado os bons resultados apresentados no quadro A.6.4 com incremento da apresentação das prestações de contas por parte dos convenentes.

Apesar da deficiência do quadro funcional do DNIT e da deficiência de alguns convenentes no atendimentos aos normativos pertinentes, o Quadro A.6.5 demonstra a eficiência na análise das prestações de contas.

No âmbito das Superintendências Regionais é notória a deficiência da quantidade de servidores do DNIT para exercerem o gerenciamento e as atividades de fiscalização dos convênios.


7. Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.


7.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SCONV

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, Alex Peres Mendes Ferreira, CPF nº406.658.527-20, Coordenador Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária, exercido na Diretoria de Infraestrutura Rodoviária declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, 09 de fevereiro de 2012.  <u>Alex Peres Mendes Ferreira</u> <u>CPF 406.658.527-20</u> <u>Coordenador Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária/DNIT</u>

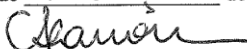
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO
Eu, Engº André de Oliveira Nunes, CPF nº 007.421.514-09, Coordenador de Obras Delegadas/CGCONT/DIR/DNIT, exercido na Sede do DNIT- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, 05 de março de 2012.  <u>André de Oliveira Nunes</u> <u>007.421.514-09</u> <u>Coordenador de Obras Delegadas/CGCONT/DIR</u>

Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV**DECLARAÇÃO**

Eu, ERICA R. ZANON SILVA, CPF nº 619.115.771-15, Coordenadora, exercido na Diretoria de Infraestrutura Aquaviária declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 08 de março de 2012.


ERICA R. ZANON SILVA
619.115.771-15

COORDENADORA DE OBRAS PORTUARIAS MARITIMAS DIRETAS

Observação:

O SICONV não prevê algumas situações :

1. Convênios que se transformaram em Termos de Compromisso - PAC,
2. Convênios denunciados

Estamos negociando DAQ/COBPOMAR e DAF/CONTAB junto ao MP/Coordenador Geral

Informações Estratégicas e STN/ Coordenação Geral de Contabilidade da União

a regularização destas situações no sistema. Os pedidos foram formalizados por Ofícios e emails.

8. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

Informação sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº. 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

8.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

O Quadro A.8.1 abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR.

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores desta UJ, da Obrigação de Entregar a DHR				
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	422	-	-
	Entregaram a DBR	422	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-

Fonte: **CGRH/DAF**

8.2 Análise Crítica

As Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda, até então, eram entregues na Coordenação de Cadastro e Pagamento/CGRH/DAF, em envelope lacrado, acompanhado da declaração de que ali continha cópia integral da declaração de bens e rendas, devidamente rubricada em todas as páginas, bem como cópia do recibo de entrega à Receita Federal, sendo posteriormente anexados em processos individuais em nome do servidor arquivados na Coordenação de Cadastro e Pagamento/CGRH.

Com o advento da IN TCU nº 67/2011, de 06/07/2011, que dispõe sobre os procedimentos referentes às Declarações de Bens e Rendas a serem apresentados autoridades e servidores públicos federais a que aludem as Leis 8.429/1992 e 8.730/1993, o § 2º do artigo 1º definiu que a declaração fosse preenchida em formulário em papel, reproduzido a partir do modelo constante no anexo I da instrução ou efetivada a autorização de acesso, nos termos do anexo II da referida instrução, conforme previsto no artigo 3º. Com isso, a partir de exercício de 2011, todos os servidores da Autarquia que tenham a obrigatoriedade imposta pela Lei 8.730/93 apresentaram a autorização ou declaração na forma do anexo I.

Ressalte-se que, uma vez autorizado o acesso, esse tem validade nos exercícios subsequentes até o término do exercício do cargo/função. Sendo que de acordo com o parágrafo único do artigo 3º da referida IN, a autorização perderá o efeito sobre os exercícios subsequentes àqueles que a autoridade deixar de ocupar o cargo.

9. Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

As informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno, por meio da Auditoria Interna do DNIT, abrangendo as temáticas ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, e monitoramento estão estruturadas em afirmativas representadas, a seguir, no item 9.1.

9.1 Estrutura de Controles Internos

A informação está estruturada conforme o Quadro A.9.1 abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos desta UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos					
Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes desta UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro desta UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura desta UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência desta UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco desta UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos desta UJ, claramente estabelecidas.			x		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos desta UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos desta UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno desta UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno desta UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno desta UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto desta UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto desta UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto desta UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto desta UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto desta UJ.</p>					

10. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

O Item supra trata de adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006, todavia, este item visa apresentar as prerrogativas que o DNIT vem adotando no tocante das aquisições de bens/produtos e contratações de obras e serviços, sempre pautadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos seus respectivos processos licitatórios, buscando diminuir o impacto ambiental dos produtos e serviços adquiridos e de seus processos de elaboração e prestação.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Neste item são abordadas questões sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis, conforme descrito no Quadro A.10.1, abaixo.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	x				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		x			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto desta UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto desta UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto desta UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto desta UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto desta UJ.					

11. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010

O item em epígrafe versa sobre as informações da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade do DNIT, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros, e está estruturado em três quadros: Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União; Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros; e Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade desta UJ.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade desta UJ	
		Exercício 2011	Exercício 2010
Brasil	UF 1	-	-
	município 1	-	-
	município “n”	-	-
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		717	717
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		717	717

Fonte: Termo de Formalização de proposta de destinação dos Imóveis do extinto DNER

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2011	Exercício 2010
Brasil	UF 1 - Tocantins	1	1
	município 1 - PALMAS	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Superintendência Regional do DNIT em Tocantins

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do DNIT								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
DF	9.701.212.445.008	21 - Uso em Serviço Público	5 - Reparos Importantes	58.403.522,50	08/12/2010	345.000.000,00	3.989.302,46	21.763.685,42
PA	551.000.145.005	21 - Uso em Serviço Público	-	88.247,81	24/11/2004	-	-	-
Total							3.989.302,46	21.763.685,42
Fonte: Coordenação Geral de Administração Geral/DAF/DNIT - SPIUNet - Contrato de Doação proc. 50600.024743/2010-64.								

Análise Crítica:

- I. As informações pertinentes aos Quadros A.11.1 e A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade e Locados de Terceiros, o DNIT, de acordo com o Relatório de Gestão/2010, ainda não possui a gestão do patrimônio imobiliário. Os imóveis em uso pelo DNIT estão sendo objeto de regularização e transferência à Autarquia pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, sendo aguardada a conclusão dos trabalhos para posterior adoção de procedimentos com vistas à incorporação, normatização do uso e elaboração de instrumentos de controles dos referidos imóveis. (*) Secretaria de Patrimônio da União.

A falta de regularização impede, em primeira análise, a transferência dos bens imóveis, situação que coloca em risco a disponibilidade dos bens essenciais às atividades específicas do serviço público prestado pelo DNIT, consubstanciado no suporte logístico à consecução dos seus objetivos estratégicos.

- II. Os imóveis relacionados no Quadro A.11.3, referem-se a bens constantes da proposta de destinação dos imóveis do extinto DNER que se encontram efetivamente transferidos para o DNIT, conforme registros obtidos no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial. Os cadastros dos imóveis deverão conter informações atualizadas sobre a ocupação das áreas em conformidade com o ajuste pactuado com a Secretaria de Patrimônio da União, mantendo atualizados os valores de avaliação e as utilizações vigentes.

12. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

Esta parte do relatório é pertinente a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) do DNIT, cujo objeto é demonstrar o grau de desenvolvimento da Gestão de TI, através de questionário, conforme o Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada, abrangendo os seguintes aspectos:

- a) Planejamento da área;
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- c) Segurança da informação;
- d) Desenvolvimento e produção de sistemas;
- e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento desta UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores de Carreira: 18 Terceirizados: 10				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades desta UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					x
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação: 82,71%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			x		
Considerações Gerais:					
A partir do segundo semestre de 2011, com a troca do comando do DNIT, uma nova gestão iniciou na CGMI. A Diretoria Colegiada do DNIT e seu Conselho de Administração aprovaram a transferência da Coordenação					

Geral de Modernização e Informática para a Diretoria Executiva, com agregação do Setor de Telecomunicações. Essa mudança regimental veio no sentido de adequar a gestão pública para a importância estratégica que a área de Tecnologia de Informação e Telecomunicações vem assumindo na modernidade. No montante das ações que envolvem a gestão de mudanças em curso no DNIT, a CGMI elaborou seu plano estratégico - PETI no final de 2011, iniciou o desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia de Informação, iniciou o comissionamento do novo sistema de gestão financeira - SGF, conectado ao SIAC (Sist. de Acompanhamento de Contratos) e deu prosseguimento ao desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Projetos e Obras Delegadas, designou servidores para ingressar no Comitê de Segurança da Informação do Ministério do Planejamento e do Gabinete de Segurança Institucional. Foram adquiridas cerca de 300 licenças de softwares gráficos da Autodesk para a análise e acompanhamento de projetos desenvolvidos pelos prestadores de serviço, além da otimização na elaboração de anteprojetos viários. Como estratégia principal a CGMI iniciou o processo de integração dos diversos sistemas de sua plataforma computacional e está priorizando a modernização do seu parque de equipamentos. No que tange aos equipamentos, foram adquiridos cerca de 1000 microcomputadores PC sendo a maioria destinada a atender as Superintendências Regionais e Unidades Locais da autarquia. Também foram adquiridos 5 servidores (com verba da CG de Operações Rodoviárias para o processamento de multas) 27 Switchs para rede do DNIT e 6 Racks com alimentação para o CPD.

Com relação aos gastos pertinentes a esta Coordenação Geral, informamos o seguinte:

- ✓ Os processos de pagamento relacionados a custeio foram encaminhados a essa Diretoria durante o ano de 2011, para pagamentos relativos ao Contrato DNIT/SERPRO nº 445/2010, que trata de serviços especializados em sistema de informação, serviços de informática e de processamento e teleprocessamento de dados, no valor total de R\$ 33.448.921,65 (trinta e três milhões quatrocentos e quarenta e oito mil novecentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos), decorrente do Programa de Trabalho 26.122.2126.2000.0001 – Administração da Unidade.
- ✓ Atinente a investimento, foram objetos de processo de aquisição:
 - 1000 (mil) microcomputadores, no total de R\$ 2.090.302,00 – Programa de Trabalho 26.122.2126.2000.0001 – Administração da Unidade.
 - 27 (vinte e sete) *switches*, no total de R\$ 575.000,00 - Programa de Trabalho 26.122.2126.2000.0001 – Administração da Unidade.
 - 100 (cem) notebooks, no total de R\$ 466.900,00 - Programa de Trabalho 26.122.2126.2000.0001 – Administração da Unidade.
 - 05 (cinco) servidores de rede e 06 (seis) *racks*, no total de R\$ 350.474,56 – Programa de Trabalho 26.782.0663.108X.000 – Rubrica Orçamentária de Pesagem.
 - cerca de 300 licenças de softwares gráficos da Autodesk, no total de R\$ 3.454.275,69 - Programa de Trabalho 26.122.2126.2000.0001 – Administração da Unidade.

Acrescentamos que os dados deste quadro foram preenchidos com base na estima dos gastos despendidos pelo DNIT com servidores de carreira, bem como as aquisições de equipamentos, em comparação com os gastos realizados com terceirização de serviços de informática.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto desta UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010.

Este item trata da obtenção de informações quantitativas e qualitativas a respeito da utilização de cartões de pagamento do Governo Federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

As despesas com Cartão de Crédito Corporativo estão demonstradas por intermédio de dois (2) demonstrativos: o primeiro compreende a despesa com cartão de crédito por portador, bem assim os valores limites estipulados para a UG e para os respectivos portadores; o segundo demonstra a despesa com o Cartão de Crédito Corporativo.

13.1.1 Relação dos Portadores de Cargão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício

O Quadro A.13.1 abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado, compreende uma planilha onde as informações estão discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ.

Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					
Código da UG 1: 393009		Limite de Utilização da UG: R\$ 50.000,00			
PORTADOR	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Cláudia Cristina F. da Silva Holanda	384.754.722-49	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.511,75	R\$ 1.511,75
Lidiane Martha C. Menezes	788.967.032-04	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.806,97	R\$ 1.806,97
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 3.318,72	R\$ 3.318,72
Código da UG 2: 393014		Limite de Utilização da UG: R\$ 80.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Fabício F. Mamanny	754.263.582-49	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00
Sebastião Carlos de Castro Andrade	220.692.672-53	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.045,47	R\$ 2.045,47
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 2.845,47	R\$ 2.845,47
Código da UG 3: 393017		Limite de Utilização da UG: R\$ 50.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Elisa Gonçalves B. Trajano	032.470.174-88	R\$ 3.000,00	R\$ 100,80	R\$ 613,79	R\$ 714,59
Abdias Manoel de Souza	176.591.084-68	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 511,84	R\$ 511,84
Total utilizado pela UG			R\$ 100,80	R\$ 1.125,63	R\$ 1.226,43
Código da UG 4: 393021		Limite de Utilização da UG: R\$ 8.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Osny Pereira da Silva	317.028.564-53	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.165,04	R\$ 6.165,04
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 6.165,04	R\$ 6.165,04

Código da UG 5: 393022		Limite de Utilização da UG: R\$ 12.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Gilberto Messias de Brito	788.263.148-53	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.999,74	R\$ 1.999,74
Francisco das Chagas de O. Lira	327.976.643-53	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.351,05	R\$ 4.351,05
Modesto Pereira da Silva	152.940.563-72	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.277,89	R\$ 3.277,89
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 9.628,68	R\$ 9.628,68
Código da UG 6: 393023		Limite de Utilização da UG: R\$ 8.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Rennyso Pereira Borges Mello	868.971.011-68	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 140,29	R\$ 140,29
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 140,29	R\$ 140,29
Código da UG 7: 393024		Limite de Utilização da UG: R\$ 30.000,00			
PORTADOR	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alberto Vieira da Silva	061.574.753-15	R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	R\$ 21.083,68	R\$ 21.083,68
Fernando Antônio N. de Azevedo	620.000.473-00	R\$.8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 5.706,15	R\$ 5.706,15
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 26.789,83	R\$ 26.789,83
Código da UG 8: 393027		Limite de Utilização da UG: R\$ 10.000,00			
PORTADOR	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Patrícia Maria de Paula	779.808.591-20	R\$ 1.600,00	R\$ 0,00	R\$ 668,15	R\$ 668,15
Masterson Oliveira Galvão	715.884.505-20	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 373,63	R\$ 373,63
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 1.041,78	R\$ 1.041,78
Código da UG 9: 393030		Limite de Utilização da UG: R\$ 80.000,00			
PORTADOR	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Natan Borges da Fonseca	100.312.863-72	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 999,85	R\$ 999,85
Cláudio Roberto de Souza Leite	405.224.903-87	R\$ 2.220,00	R\$ 0,00	R\$ 2.187,76	R\$ 2.187,76
Total utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 3.187,61	R\$ 3.187,61
Total utilizado			Valor		
			Saque	Fatura	Total
			R\$ 100,80	R\$ 54.243,05	R\$ 54.343,85

13.1.2 Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade

O Quadro A.13.2 abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo citado, contempla a despesa com Cartão de Crédito Corporativo de maneira consolidada.

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					Valores em R\$ 1,00
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	1	R\$ 100,80	285	R\$ 54.243,05	R\$ 54.343,85
2010	2	R\$ 399,00	86	R\$ 56.111,25	R\$ 56.510,25
2009	7	R\$ 1.131,00	136	R\$ 78.169,36	R\$ 79.300,36

Fonte: SIAFI

14. Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010.

Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

O DNIT entende que não é órgão gestor de nenhuma das renúncias tributárias, não cabendo a ela o atendimento ao item 14 do Relatório de Gestão constante do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

15. Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Os quadros a seguir (A.15.1) foram editados em atenção ao item 12.1 da Portaria nº 277/2010/TCU, publicada em 10/12/10. Eles contêm a seleção de Acórdãos exarados no âmbito do Plano Anual de Fiscalização de Obras do TCU – Fiscobras/2010. Ressalta-se que, a informação referente ao cumprimento das deliberações reporta-se ao envio tempestivo de informações e esclarecimentos ao Tribunal, tendo em vista que, para cada demanda, é necessária manifestação ulterior daquela Corte acerca do seu atendimento.

Conforme pesquisas realizadas no sítio do Tribunal em 24/04/11, foram verificadas 313 (trezentas e treze) ocorrências de Acórdãos com o termo DNIT em 2011, e 2641 (duas mil seiscentas e quarenta e uma) sem especificar o ano. Para os termos DNER e RFFSA foram verificadas respectivamente 1454 (mil quatrocentas e cinquenta e quatro) e 122 (cento e vinte e duas) ocorrências. Ressalta-se que o item 15.2, “deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício”, reporta-se também às ocorrências sem comunicação/avaliação/julgamento quanto à sua “baixa”, e, por questões estruturais, já verificadas pela CGU em trabalhos de Acompanhamento e Avaliação da Gestão, bem como pela própria Corte, não foi possível a sua agregação, na forma prescrita.

Registra-se que, a partir da publicação da referida Portaria, a Unidade de Auditoria Interna passou a envidar esforços de modo a manter registro/acompanhamento das deliberações do Tribunal na forma estabelecida, todavia, ainda não dispõe de sistema adequado para tal, já tendo sido estabelecidos contatos com entidades similares, com vistas à adaptação de sistemas em uso.

15.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

O **Quadro A.15.1** abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações.

Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT					54844
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	018.397/2009-9	886/2010-Plenário	9.1.5	DE	Ofício nº 436/TCU/SECEX-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT					54844
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.1. com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/92 determinar ao DNIT que:</p> <p>9.1.1. para a devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro de obras rodoviárias que representem criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, tais como "construção, duplicação ou pavimentação de rodovias", conforme estabelecido no art. 16, inciso I, da Lei Complementar 101/2000 - LRF, desenvolva, implemente e apresente a esta Corte, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, metodologia de trabalho contemplando, entre outros, os seguintes aspectos ou procedimentos: ...”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT					54844
Síntese da providência adotada:					
Solicitada a reforma de determinações.					
Síntese dos resultados obtidos					
As informações e providências pertinentes foram prestadas por meio do Ofício 200/2012/AUDINT/DNIT, de 21/03/12					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT					54844
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	012.813/2009-9	1106/2010-Plenário	9.2	DE	Ofício SECEX-1 n. 474/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT					54844
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.1 determinar ao DNIT, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/92, que aprimore seus procedimentos para a celebração, fiscalização e gerenciamento da área de convênios de modo a encaminhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, relatório gerencial, em meio eletrônico, proveniente de banco de dados atualizado...”</p> <p>“9.2. Inclua nos relatórios anuais de gestão apresentados a este Tribunal, conforme previsto no art. 13, inciso II, da IN/TCU nº 57, de 27/8/2008, as informações indicadas nos item 9.1.1 a 9.1.5 e seus subitens;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT					54844

Síntese da providência adotada:

Sistematização de informações.

Síntese dos resultados obtidos

As informações e providências pertinentes foram prestadas por meio do Ofício 200/2012/AUDINT/DNIT, de 21/03/12.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

--

16. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010

Registra-se que, a partir da publicação da Portaria nº 277/2010-TCU, a Unidade de Auditoria Interna passou a envidar esforços de modo a manter registro/acompanhamento das deliberações e recomendações, na forma prescrita, todavia, ainda não dispõe de sistema adequado para tal, já tendo sido estabelecidos contatos com entidades similares, com vistas à adaptação de sistemas em uso.

Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010.

Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

17. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes		Código da UG: 393003	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Não houve reavaliação e depreciação de todos os itens que compõem o Ativo Permanente e desta forma os demonstrativos contêm bens contabilizados com valores inadequados.</p> <p>b) Não houve incorporação pela área patrimonial de todos os ativos permanentes da Rede Ferroviária Federal, nem das Administrações Hidroviárias, conseqüentemente, os Relatórios de Movimentação de Bens/Almoxarifado não estão evidenciando a realidade do órgão, este fato impossibilita o registro contábil.</p> <p>c) As contas de controle de contratos existentes no SIAFI são registradas por número do CNPJ da empresa, não evidenciando o saldo por contrato, pois uma mesma empresa pode ter mais de um contrato com este Departamento.</p> <p>d) Na UG 393010/39252: Registro de garantias no SIAFI, (fianças e seguros garantias), pois conforme prevê o parágrafo 5º do Art.º 105 da Lei nº 4.320/64 “§5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio”, e encontra-se registrado nas Contas Contábeis: Fianças (1.9.9.5.1.02.00) e na Seguros-garantias (1.9.9.5.1.04.00) documento com prazo da vigência da garantia expirado.</p> <p>e) Na UG 393014/39252: Registro na conta contábil 199510501, porém indevidamente na conta corrente 02344826000101 – Geotec Engenharia S/S, no valor de R\$ 2.250,00. Entretanto, corrigido em 28/02/2012 alterando a conta corrente para 09021679000170 – Frigorífico Nosso Ltda.</p> <p>f) Na UG 393017/39252: Divergência apresentada na Conciliação da Conta Almoxarifado com o Termo de Verificação de Bens em Estoque – Material de Consumo, referente à aquisição não contabilizada no exercício, pertencente às contas: 11.318.01.16. – Material de Expediente, no valor de R\$ 228,64 (duzentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos), e 11.318.01.19. – Material de Acondicionamento e Embalagem, no valor de R\$ 233,53 (duzentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos).</p> <p>g) Na UG 393024/39252, O saldo da conta almoxarifado material de consumo constante do Balanço Patrimonial, conta 113180100, não confere com o saldo apresentado no mapa RMA relativo ao mês de dezembro de 2011, apresentado uma diferença no total de R\$ 443,05 (quatrocentos e quarenta e três reais e cinco centavos), referente a bens adquiridos em dezembro com entrada pelo Setor de patrimônio e processos não remetidos para Seção de Contabilidade e Finanças para contabilização da liquidação da despesa ocasionando assim tal diferença que deverá ser solucionada em janeiro do exercício seguinte.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	05/03/2012
Contador Responsável	<i>Jaqueline Costa da Silva</i> Jaqueline Costa da Silva	CRC/DF nº	011998/O-0

Tabela 5 - Demonstrativo sobre os Processos de TCE – Anexo a Declaração do Contador

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Itaúna/MG		SIAFI: 534.344	PORTARIA: 1.119/10
I - Nome do Responsável: Eugênio Pinto CPF: 667.400.706-44			
II - Cargo: Prefeito Municipal	Função: Executivo	Matrícula:	
III - Endereço residencial: Av. Dr. Miguel Augusto Gonçalves, nº 3081 – Núcleo Residencial Victor Gonçalves de Souza, Itaúna/MG Telefone: (37) 3241-1212			
IV - Valor original do dano: R\$ 129.231,65 (cento e vinte e nove mil duzentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) Data original do dano: 15/03/07, 06/06/07, 20/09/07 e 13/12/07			
V - Origem e data ocorrência: não aprovação da prestação de contas. Data: 18/05/10			
VI – Fato Motivador da instauração: não aprovação da prestação de contas.			
VII - Fato Motivador do arquivamento: Conforme Processo Administrativo nº 50600.023489/2010-87, a tomada de contas especial foi arquivada, devido à devolução do valor do dano apurado pela Comissão de Tomada de Contas Especial, atualizado no montante de R\$ 220.275,10 (duzentos e vinte mil duzentos e setenta e cinco reais e dez centavos).			

Nota: Foi elaborado demonstrativo, anexo, informando as Tomadas de Contas Especiais instauradas no Órgão no exercício de 2011.

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Alagoinhas/BA		SIAFI: 544.691	PORTARIA: 645/10
I - Nome do Responsável: Joseildo Ribeiro Ramos CPF: 159.633.305-72			
II - Cargo: Prefeito Municipal	Função: Executivo	Matrícula:	
III - Endereço residencial: Rua A, Lot. Parque Regente nº 6, Quadra B, Lt 06, Jardim Petrolar – Alagoinhas/BA Telefone:			
IV - Valor original do dano: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) Data original do dano: 12/04/06			
V - Origem e data ocorrência: não aprovação do objeto pactuado. Data: 30/06/09			
VI – Fato Motivador da instauração: não aprovação do objeto pactuado e da prestação de contas final.			
VII - Fato Motivador do arquivamento: Conforme Processo Administrativo nº 50600.024921/2010-57, a tomada de contas especial foi arquivada, devido à aprovação do objeto e da prestação de contas final.			

Nota: Foi elaborado demonstrativo, anexo, informando as Tomadas de Contas Especiais instauradas no Órgão no exercício de 2011.

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Santo Amaro/BA		SIAFI: 523.368	PORTARIA: 387/09
I - Nome do Responsável: João Roberto Pereira de Melo CPF: 790.224.996-37			
II - Cargo: Prefeito Municipal	Função: Executivo	Matrícula:	
III - Endereço residencial: Rua Padre Fenelon Costa nº 29, Santo Amaro/BA Telefone: (75) 3241-2344			
IV - Valor original do dano: R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) Data original do dano: 30/06/05			
V - Origem e data ocorrência: não apresentação de documentação complementar. Data: 29/12/07			
VI – Fato Motivador da instauração: não aprovação do objeto pactuado e não apresentação de documentação complementar.			
VII - Fato Motivador do arquivamento: Conforme Processo Administrativo nº 50600.001666/2007-79, a tomada de contas especial foi arquivada, devido à aprovação do objeto e a apresentação da prestação de contas final.			

Nota: Foi elaborado demonstrativo, anexo, informando as Tomadas de Contas Especiais instauradas no Órgão no exercício de 2011.

CONVENENTE: Secretaria de Estado de Infraestrutura do Governo do Estado do Amazonas - SEINF		SIAFI: 529.928	PORTARIA: 442/11
I - Nome do Responsável: Waldívia Ferreira Alencar CPF: 202.023.772-53			
II - Cargo: Secretária de Estado	Função: Executivo	Matrícula:	
III - Endereço residencial: Rua Beruri, nº 148, CD Efigênio Sales, Manaus-AM Telefone: (92) 3647-1102			
IV - Valor original do dano: R\$ 169.217,24 (cento e sessenta e nove mil duzentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos) Data original do dano: 31/07/10			
V - Origem e data ocorrência: inexecução parcial do objeto pactuado. Data: 04/02/11			
VI – Fato Motivador da instauração: inexecução parcial do objeto pactuado.			
VII - Fato Motivador do arquivamento: Conforme Processo Administrativo nº 50600.008440/2011-85, a tomada de contas especial foi arquivada, devido à devolução do valor do dano apurado pela Comissão de Tomada de Contas Especial, atualizado no montante de R\$ 197.418,98 (cento e noventa e sete mil quatrocentos e dezoito reais e noventa e oito centavos).			

Nota: Foi elaborado demonstrativo, anexo, informando as Tomadas de Contas Especiais instauradas no Órgão no exercício de 2011.

CONVENENTE: Secretaria de Estado de Infraestrutura do Governo do Estado do Amazonas - SEINF		SIAFI: 553.588	PORTARIA: 379/11
I - Nome do Responsável: Waldívia Ferreira Alencar CPF: 202.023.772-53			
II - Cargo: Secretária de Estado	Função: Executivo	Matrícula:	
III - Endereço residencial: Rua Beruri, nº 148, CD Efigênio Sales, Manaus-AM Telefone: (92) 3647-1102			
IV - Valor original do dano: R\$ 149.053,70 (cento e quarenta e nove mil cinqüenta três reais e setenta centavos) Data original do dano: 31/05/11			
V - Origem e data ocorrência: inexecução parcial do objeto pactuado. Data: 02/02/11			
VI - Fato Motivador da instauração: inexecução parcial do objeto pactuado.			
VII - Fato Motivador do arquivamento: Conforme Processo Administrativo nº 50600.008441/2011-20, a tomada de contas especial foi arquivada, devido à devolução do valor do dano apurado pela Comissão de Tomada de Contas Especial, atualizado no montante de R\$ 173.894,99 (cento e setenta e três mil oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos).			

Nota: Foi elaborado demonstrativo, anexo, informando as Tomadas de Contas Especiais instauradas no Órgão no exercício de 2011.

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Candeias/BA		SIAFI: 534.350	PORTARIA: 798/10
I - Nome do Responsável: Maria Célia de Jesus Magalhães Ramos CPF: 650.178.115-91			
II - Cargo: Prefeito Municipal	Função: Executivo	Matrícula:	
III - Endereço residencial: Rua Aníbal Fracassi nº 19, Bairro Nova Brasília, Candeias/BA Telefone: (71) 3601-2348			
IV - Valor original do dano: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) Data original do dano: 23/12/05			
V - Origem e data ocorrência: não apresentação da prestação de contas final. Data: 31/01/07			
VI - Fato Motivador da instauração: não aprovação do objeto pactuado e não apresentação da prestação de contas final.			
VII - Fato Motivador do arquivamento: Conforme Processo Administrativo nº 50600.002697/2007-47, a tomada de contas especial foi arquivada, devido à aprovação do objeto e a apresentação da prestação de contas final.			

Nota: Foi elaborado demonstrativo, anexo, informando as Tomadas de Contas Especiais instauradas no Órgão no exercício de 2011.

Tabela 6 – Máscara Nota Explicativa

Nº	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO
1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	As demonstrações foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal.
2	Introdução ou Alteração de Práticas Contábeis	Desde o exercício de 2010 o Órgão passou a efetuar a contabilização da depreciação. Este novo método provocou um impacto negativo no Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 1584621,42 desde o referido exercício.
3	Ajustes de exercícios Anteriores	Os valores contabilizados no exercício de 2011 diretamente na conta de <i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i> são oriundos de ajustes decorrentes de erros cometidos em exercícios anteriores, especificamente ao lançamento em duplicidade realizado pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Mato Grosso do Sul (UG 393010) da derepreciação de aparelhos de medição e orientação alocados naquela Regional.
4	Balanço Financeiro/ Alienação de Bens	O aumento de 6.105,79% no exercício de 2011 com relação ao de 2010, especificamente a quantia de R\$ 35.511,00, deveu-se à alienação de veículos realizada pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão.
5	Balanço Patrimonial/Depósitos de Diversas Origens	O aumento de 1.242,53% no exercício de 2011 com relação ao de 2010 deve-se em sua maior parte, ou seja 81,97% , à imputação pela Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia de multa à empresa WHITELIMP Empreendimentos e Manutenção, decorrente da execução do contrato nº 00556/2010. O referido instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviços de de atendimento e apoio administrativo com fornecimento de toda a mão-de-obra e materiais necessários para atender as necessidades o edifício sede daquela Superintendência Regional.
6	Balanço Patrimonial/Créditos a Receber	No exercício de 2011 a Sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (UG 393003) apropriou o valor de R\$ 128.774,19 (2011NS112246) a título de contribuições ao Plano de Seguridade Social a compensar, sendo verificado um aumento de 3.771,98%. Tal valor está evidenciado nos relatórios do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.
7	Balanço Financeiro/Créditos Tributários	No exercício de 2011 a Sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (UG 393003) apropriou o valor de R\$ 128.774,19 (2011NS112246) a título de contribuições ao Plano de Seguridade Social a compensar, sendo verificado um aumento de 3.771,98%. Tal valor está evidenciado nos relatórios do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.
8	Balanço Patrimonial/Depreciações, Amortizações e Exaustões	A evolução desta rubrica deveu-se em suma à realização dos cálculos de depreciação dos bens móveis alocados na Sede deste Órgão contemplando o período de 12 meses depreciados, uma vez que no exercício de 2010 os cálculos foram realizados utilizando somente os bens adquiridos a partir daquele exercício, contemplando períodos menores que 12 meses.
9	Balanço Financeiro/Receita Patrimonial	98,8% das receitas arrecadadas, especificamente R\$ 19.847.378,32, referem-se a cessão de direitos de uso de infraestrutura rodoviária para a exploração de serviços de comunicação e de telecomunicação. Também, porém em menor proporção, há valores arrecadados a título de arrendamentos realizados para a passagem de tubulações de gás e outras atividades.
10	Balanço Patrimonial/Recursos Especiais a Lib.P/Transferência	A evolução do saldo desta rubrica deve-se em sua primeira maior parte, ou seja, 68,5%, deve-se ao reconhecimento de obrigações com a Universidade Federal Fluminense - UFF - incumbida da gestão ambiental na Rodovia BR-050/MG (2011NC000940). Por mais, 37,5%, deve-se ao reconhecimento de obrigações com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI - para a compensação ambiental decorrente de obras nas Rodovias BR-163/PA e BR-230 (2010NC000918)
11	Balanço Financeiro/Outras Receitas Correntes	A evolução significativa desta rubrica deveu-se especificamente à restituição na data de 19 de maio de 2011 de recursos da ordem de R\$ 47.597.171,49, pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins, referente a convênios com ela celebrados (2011RA177561)
12	Balanço Financeiro/Receitas	A evolução desta rubrica deve-se à arrecadação de receitas patrimoniais e à restituição de valores de convênios, conforme explanado nas Notas Explicativas nº 9 e 11.

	Correntes	
13	Balanço Patrimonial/Adiantamentos Concedidos	58,2% da evolução desta conta, ou seja, R\$ 2.965.135,00, deve-se à liberação de recursos à Fundação de Educação e Pesquisa da UNISUL - FAEPSUL - referente ao convênio PP-1082/2010, cujo objeto é a elaboração de Estudos Ambientais para regularização e obtenção de Licença de Operação da BR-174 e estudos para viabilização da Licença de instalação das obras de melhoria nas 3 (três) faixas conforme projeto executivo. Também, na data de 13 de dezembro de 2011, foi desembolsada a quantia de R\$ 1.050.697,35 em favo da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, por conta do Convênio nº TT-472/2010.
14	Balanço Financeiro/Ingressos Extra-Orçamentários	A evolução desta rubrica deve-se em grande parte à liberação de recursos no mês de dezembro de 2011 pela Sede do DNIT às Superintendências Regionais nos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Rondônia/Acre, Rio Grande do Norte, Piauí, São Paulo e Paraná para a cobertura de despesas contempladas no projeto piloto e demais ações, porém não utilizados até a data de 31 de dezembro de 2011. Ainda, a evolução de tal conta deveu-se à inscrição dos restos a pagar não processados da Sede do DNIT (UG 393003) na data de 31 de dezembro de 2011, lembrando que o saldo até o dia anterior ao dainscrição constava apenas o saldo de R\$ 2.516.641.183,20, sendo inscrito um total de R\$ 6.551.428.773,35.
15	Balanço Patrimonial/Direitos e Obrigações Conveniados	A evolução desta conta deve-se em em sua grande parte à celebração de aditamentos a termos de compromisso com aumento de valor, como é caso do Termo de Compromisso nº 004/99, celebrado entre a União, através do DNIT, e o Estado de São Paulo para o financiamento das obras do Rodoanel. Também, contribuiu para a evolução de tal rubrica, com cerca de R\$ 279.332.719,77, a celebração de 8 (oito) novos termos de compromisso com o Governo do Estado de Roraima.

18. Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010.

Nos subitens decorrentes deste item 18. Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010, estão às demonstrações contábeis previstas na Lei n.º 4320/64, bem como as notas explicativas, e consonância com o disposto na Resolução CFC n.º. 1.133/2008 (NBC T 16.6).

18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

18.1.1 Para o Balanço Orçamentário:**Despesas de Capital – Investimentos**

No exercício financeiro de 2011 a execução da despesa pública cometida ao DNIT teve como principal marca a realização de gastos diretos e delegados em investimentos, especificamente na execução de novas obras.

Como ocorrido em exercícios anteriores a execução de tais despesas foi concentrada na Sede do DNIT, respondendo esta por 98,5% dos gastos realizados com investimentos em toda a República, não optando a Administração da Autarquia pela descentralização dos serviços públicos como preceitua o Artigo.

As despesas realizadas diretamente pelo Órgão por meio de contratos administrativos atingiu o patamar 84,2% do total de gastos com investimentos, sendo destes a execução de obras responsável por 53,5% e serviços de manutenção e conservação de estradas e vias por 24,1%.

As despesas públicas com a execução de obras e com a manutenção e conservação de estradas e vias cresceu 1,1% no exercício financeiro de 2011 em relação ao ano de 2010, lembrando que tal evolução refere-se apenas aos gastos executados pela Sede do DNIT, uma vez que a referida Unidade Gestora, sediada no Distrito Federal, é responsável por 99,9% da execução de tais despesas. Tal evolução pode ser assim demonstrada.

Despesas Executadas - Evolução nos últimos 5 anos

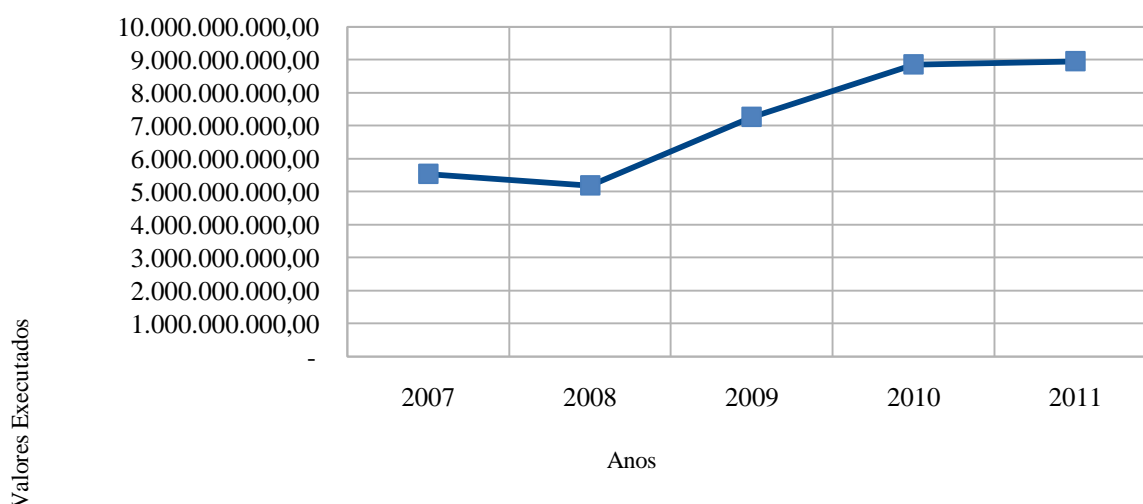


Gráfico 2 - Despesas Executadas

A respeito dessa concentração da execução de tais despesas na Sede do DNIT podemos perceber que o Órgão ainda está aquém de cumprir o preceito instituído pelo Artigo 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual determina que a execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada, apesar de haver atualmente um esforço das atuais instâncias diretivas no sentido de cumprir tal preceito com a expedição de atos de delegação às Superintendências Regionais do DNIT nos Estados.

Ainda a respeito de tal concentração e relevando o disposto no § 2º do Artigo 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual preconiza que, em cada órgão da Administração Federal, os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, podemos concluir que o DNIT não consegue atualmente cumprir satisfatoriamente tal diretriz, gerando inúmeros transtornos ao Órgão como, por exemplo, pagamentos em atraso de serviços prestados e bens adquiridos, gerando a obrigação de pagamento de juros aos seus fornecedores e, conseqüentemente, a abertura de processos correccionais que poderiam ser evitados.

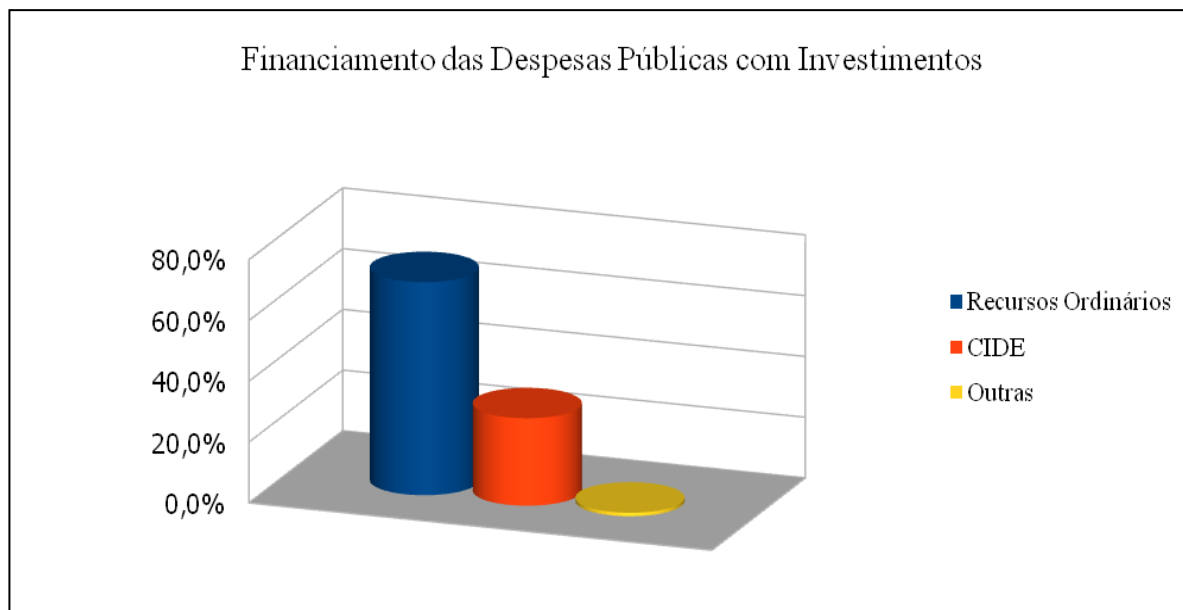
Gráfico 3 – Obras em Andamento e Serviços de Manutenção, Conservação de Estradas e Vias



Ao comparar a relação entre a despesa fixada e a efetivamente executada, tangente às despesas públicas com investimentos, podemos perceber uma economia de 19,9%, contribuindo os recursos de aplicação direta diversa pelo Órgão com 84,7% da economia aferida. Em segundo lugar contribuiu com a economia apontada as despesas públicas com Obras e Instalações, com 5,0%.

Por fim, importante ressaltar que os recursos necessários à execução das despesas públicas com investimentos tiveram como principal fonte de financiamento, cerca de 70%, os recursos ordinários administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Também, mas em proporção menor, cerca de 30%, contribuiu para o financiamento de tais despesas os recursos oriundos da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Tal constatação pode ser assim sintetizada.

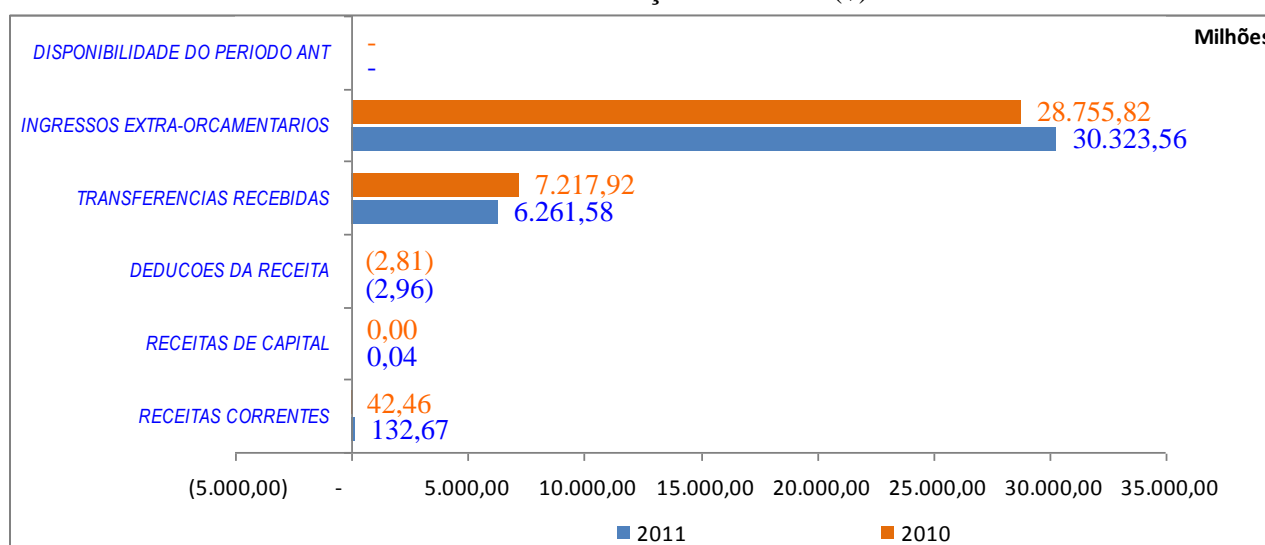
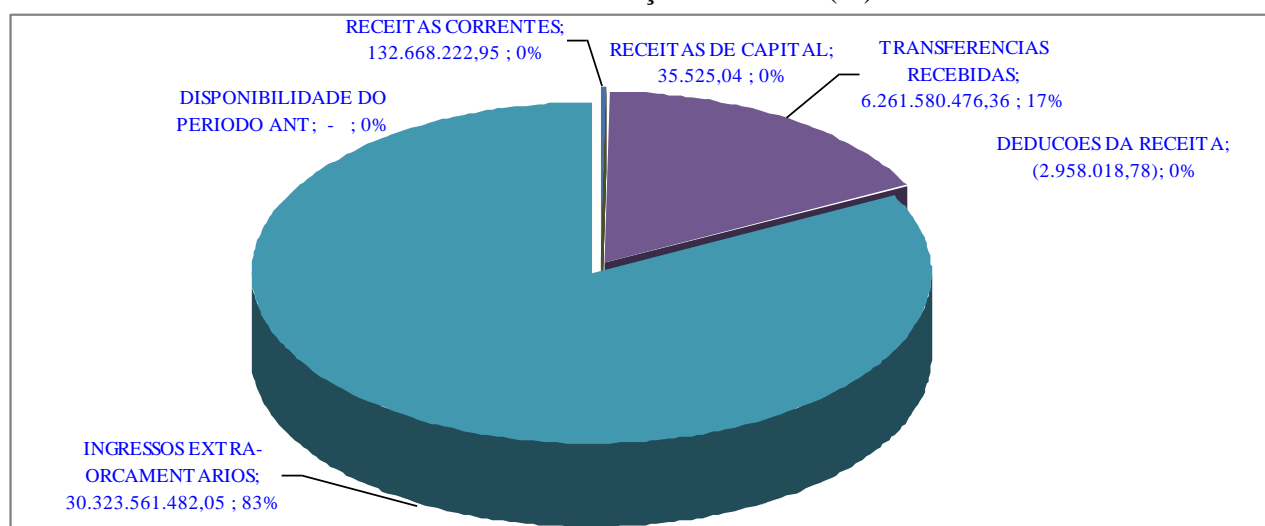
Gráfico 4 - Financiamento das Despesas Públicas com Investimentos



18.1.2 Para o Balanço Financeiro:

Tabela 7 - Balanço - Financeiro / Mes de Ref.: Dezembro (fechado) Ano (fechado)

	Ingressos		
	2011	2010	Var (%)
RECEITAS CORRENTES	132.668.222,95	42.464.966,21	212,42
RECEITAS DE CAPITAL	35.525,04	572,45	6.105,79
DEDUCOES DA RECEITA	(2.958.018,78)	(2.806.919,52)	5,38
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	6.261.580.476,36	7.217.916.186,41	(13,25)
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	30.323.561.482,05	28.755.816.562,87	5,45
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	-	-	

Gráfico 5 - Balanço Financeiro (\$)

Gráfico 6 - Balanço Financeiro (%)

Tabela 8 - Variações Percentuais

Maiores variações percentuais nos ingressos (classificadas na ordem da variação % em módulo)			
	2011	2010	Var (%)
RECEITAS DE CAPITAL	35.525,04	572,45	6.105,79
ALIENACAO DE BENS	35.525,04	572,45	6.105,79
AJUSTES DE CREDITOS	415.049,76	17.850,20	2.225,18
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	415.049,76	17.850,20	2.225,18
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.219,14	984,64	1.242,54
RECEITA PATRIMONIAL	20.078.632,41	5.621.983,70	257,14
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	9.604.933,16	2.752.478,57	248,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.751.090,71	31.890.617,49	228,47
RECEITAS CORRENTES	132.668.222,95	42.464.966,21	212,42
CREDITOS TRIBUTARIOS DO EXERCÍCIO CANCELADO	14.807,68	219.917,49	(93,27)
	68.450.826,90	755.139.357,61	(90,94)
	824.593.704,02	435.001.393,50	89,56

FORNECEDORES	142.858.408,49	1.179.840.294,27	(87,89)
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.154.900,69	324.747.386,29	(86,10)
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	11.637.794,22	61.295.005,24	(81,01)
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	332.881,75	1.734.598,02	(80,81)
DEPOSITOS	590.633,43	2.726.537,09	(78,34)
CONSIGNACOES	244.532,54	990.954,43	(75,32)
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	17.954.058,29	55.817.317,88	(67,83)
RECEITA DE SERVICOS	7.804.279,65	4.952.365,02	57,59
CONVENIOS A PAGAR	17.614.886,68	38.658.545,13	(54,43)
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	97.237.966,02	63.666.138,14	52,73
EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.580.695,96	3.293.731,38	(52,01)
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	86.237.966,02	63.666.138,14	35,45
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	189.532,49	268.048,10	(29,29)
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	189.532,49	268.048,10	(29,29)
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	113.035.173,31	146.894.670,68	(23,05)
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	111.454.477,35	143.600.939,30	(22,39)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	222.232.798,97	185.500.068,16	19,80
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	6.261.580.476,36	7.217.916.186,41	(13,25)

Tabela 9 - Variações Absolutas

Maiores variações absolutas nos ingressos (classificadas na ordem da variação em módulo)			
	2011	2010	2011 - 2010
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	30.323.561.482,05	28.755.816.562,87	1.567.744.919,18
FORNECEDORES	142.858.408,49	1.179.840.294,27	(1.036.981.885,78)
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	6.261.580.476,36	7.217.916.186,41	(956.335.710,05)
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	10.181.157.504,21	9.227.813.953,02	953.343.551,19
VALORES EM CIRCULACAO	10.181.172.311,89	9.228.033.870,51	953.138.441,38
RESTOS A PAGAR	10.143.689.564,81	9.211.911.245,15	931.778.319,66
INCORPORACAO DE DIREITOS	9.506.200.163,64	8.794.006.835,10	712.193.328,54
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	9.506.200.163,64	8.794.006.835,10	712.193.328,54
INGRESSOS	36.714.887.687,62	36.013.391.368,42	701.496.319,20
DO EXERCÍCIO	68.450.826,90	755.139.357,61	(686.688.530,71)
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	9.619.650.386,71	8.940.919.355,98	678.731.030,73
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	9.319.095.860,79	8.776.909.851,65	542.186.009,14
CANCELADO	824.593.704,02	435.001.393,50	389.592.310,52
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.154.900,69	324.747.386,29	(279.592.485,60)
RECEITAS CORRENTES	132.668.222,95	42.464.966,21	90.203.256,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.751.090,71	31.890.617,49	72.860.473,22
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.518.385.705,43	10.580.022.271,80	(61.636.566,37)
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	11.637.794,22	61.295.005,24	(49.657.211,02)
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	17.954.058,29	55.817.317,88	(37.863.259,59)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	222.232.798,97	185.500.068,16	36.732.730,81
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	113.035.173,31	146.894.670,68	(33.859.497,37)
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	97.237.966,02	63.666.138,14	33.571.827,88
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	111.454.477,35	143.600.939,30	(32.146.461,95)
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	86.237.966,02	63.666.138,14	22.571.827,88
CONVENIOS A PAGAR	17.614.886,68	38.658.545,13	(21.043.658,45)
RECEITA PATRIMONIAL	20.078.632,41	5.621.983,70	14.456.648,71

Tabela 10 – Itens dos Ingressos com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior

	2011	2010
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	-	13.964,52
VALORES EM TRANSITO	-	1.616,20
OUTROS DEBITOS	-	2.604,93

Tabela 11 - Itens dos Ingressos com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual

	2011	2010
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	34.220,18	-
RECEITA PATRIMONIAL	34.220,18	-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	11.000.000,00	-

Tabela 12 - Dispêndios

	2011	2010	Var (%)
DESPESAS CORRENTES	786.702.188,46	894.159.488,90	(12,02)
DESPESAS DE CAPITAL	11.706.490.234,17	11.640.697.930,74	0,57
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	518.115.699,27	582.724.306,22	(11,09)
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	23.703.579.565,72	22.895.809.642,56	3,53
DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	-	-	-

Gráfico 7 - Disponibilidade por Período – Dispêndio (\$)

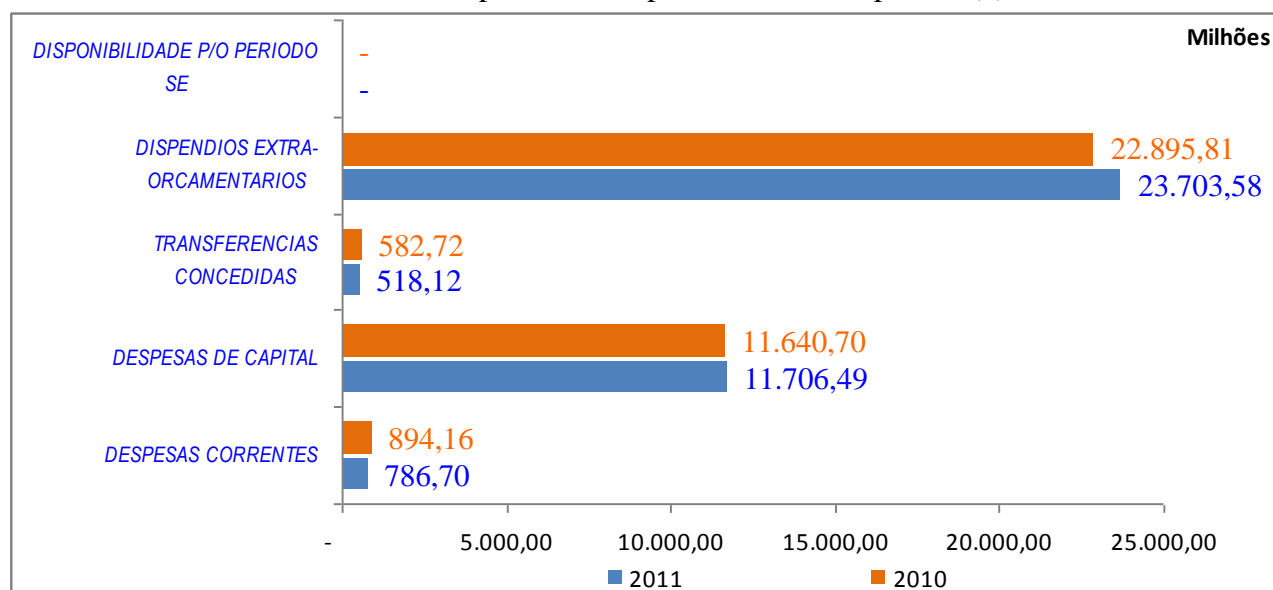
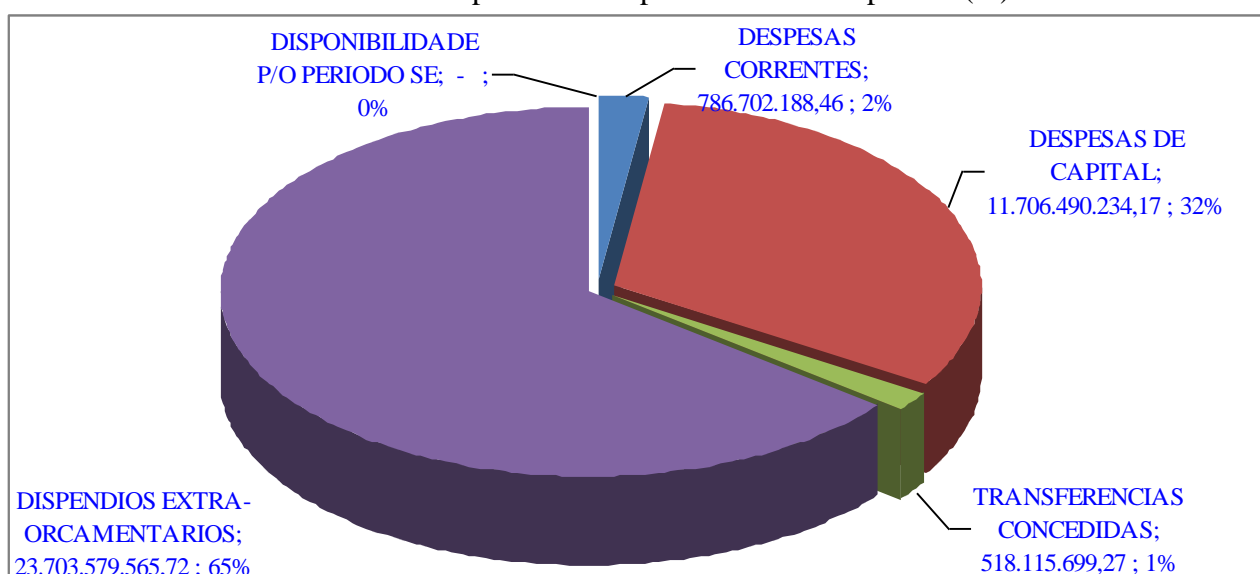


Gráfico 8 - Disponibilidade por Período – Dispêndio (%)

Tabela 13 - Maiores Variações Percentuais nos Dispêndios (classificadas na ordem da variação % em módulo)

	2011	2010	Var (%)
AJUSTES DE OBRIGACOES	415.049,76	17.850,20	2.225,18
AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	415.049,76	17.850,20	2.225,18
CREDITOS TRIBUTARIOS	143.204,81	14.807,68	867,10
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.079.886.743,90	260.173.350,17	315,06
FORNECEDORES	1.179.840.294,27	378.133.001,34	212,02
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	1.734.598,02	591.251,74	193,38
DEPOSITOS	2.726.537,09	1.023.672,46	166,35
CONSIGNACOES	990.954,43	432.420,72	129,16
ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	89.838.466,65	41.349.604,11	117,27
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	78.838.466,65	41.349.604,11	90,66
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	1.033.225,82	598.983,28	72,50
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	209.852.372,24	123.161.028,71	70,39
VALORES EM TRANSITO	1.616,20	3.674,40	(56,01)
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	2.752.478,57	5.512.677,83	(50,07)
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	120.013.905,59	81.811.424,60	46,70
OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	3.993.440,28	2.742.767,81	45,60
DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	769.642,87	1.253.101,59	(38,58)
INVESTIMENTOS	769.642,87	1.253.101,59	(38,58)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.148.312,48	3.955.383,79	30,16
CONVENIOS A PAGAR	38.658.545,13	51.750.941,78	(25,30)
OUTRAS DESPESAS	395.668.970,77	519.008.755,62	(23,76)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	396.702.196,59	519.607.738,90	(23,65)
DESPESAS CORRENTES	786.702.188,46	894.159.488,90	(12,02)
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	518.115.699,27	582.724.306,22	(11,09)
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.145.020.878,30	9.190.409.366,29	10,39

BAIXA DE DIREITOS	3.494.155.201,85	3.208.877.032,33	8,89
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.494.155.201,85	3.208.877.032,33	8,89
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	3.808.485.215,10	3.519.433.994,18	8,21
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	61.295.005,24	66.208.709,39	(7,42)
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	63.919.533,92	61.014.818,25	4,76

Tabela 14 – Maiores Variações Absolutas nos Dispêndios (classificadas na ordem da variação em módulo)

	2010	2009	2010 – 2009
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.145.020.878,30	9.190.409.366,29	954.611.512,01
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.079.886.743,90	260.173.350,17	819.713.393,73
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	23.703.579.565,72	22.895.809.642,56	807.769.923,16
FORNECEDORES	1.179.840.294,27	378.133.001,34	801.707.292,93
DISPENDIOS	36.714.887.687,62	36.013.391.368,42	701.496.319,20
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.743.572.740,85	10.181.157.504,21	(437.584.763,36)
VALORES EM CIRCULACAO	9.743.716.775,06	10.181.172.311,89	(437.455.536,83)
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	3.808.485.215,10	3.519.433.994,18	289.051.220,92
BAIXA DE DIREITOS	3.494.155.201,85	3.208.877.032,33	285.278.169,52
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.494.155.201,85	3.208.877.032,33	285.278.169,52
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	8.776.909.851,65	8.629.054.469,99	147.855.381,66
OUTRAS DESPESAS	395.668.970,77	519.008.755,62	(123.339.784,85)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	396.702.196,59	519.607.738,90	(122.905.542,31)
DESPESAS CORRENTES	786.702.188,46	894.159.488,90	(107.457.300,44)
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	209.852.372,24	123.161.028,71	86.691.343,53
INVESTIMENTOS	11.705.720.591,30	11.639.444.829,15	66.275.762,15
DESPESAS DE CAPITAL	11.706.490.234,17	11.640.697.930,74	65.792.303,43
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	518.115.699,27	582.724.306,22	(64.608.606,95)
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	89.838.466,65	41.349.604,11	48.488.862,54
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	120.013.905,59	81.811.424,60	38.202.480,99
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	78.838.466,65	41.349.604,11	37.488.862,54
CONVENIOS A PAGAR	38.658.545,13	51.750.941,78	(13.092.396,65)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	326.080.457,95	313.536.931,75	12.543.526,20
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	11.000.000,00	-	11.000.000,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	185.500.068,16	177.705.542,73	7.794.525,43
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	61.295.005,24	66.208.709,39	(4.913.704,15)

Tabela 15 – Itens dos Dispêndios com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual

	2010	2009
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	11.000.000,00	-
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	829,40	-
OUTROS CREDITOS	829,40	-
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	984,64	-
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	13.964,52	-
OUTROS DEBITOS	2.604,93	-

18.1.3 Para o Balanço Patrimonial

Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar

No balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011 constou como uma das rubricas de maior expressão no grupo Ativo aquela em que são registrados os valores a receber para pagamento de Restos a Pagar, correspondendo tal composição a 19,3% dos ativos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Semelhante ao demonstrado no exercício anterior, 2010, a Sede do DNIT (Unidade Gestora 393003), localizada no Distrito Federal por força do Parágrafo Único do Artigo 79 da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, deteve no exercício de 2011 97,7% dos saldo demonstrado, ou seja, R\$ 9.283.908.925,16 (nove bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos).

Em relação ao exercício de 2010 a evolução dos recursos a receber destinados ao pagamento de Restos a Pagar pela Sede do DNIT (UG 393003) teve uma evolução 7,8% no exercício de 2011, correspondendo a quantia de R\$ 675.411.325,32 (seiscentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos).

Em suma, para o cumprimento das obrigações assumidas com Restos a Pagar a Sede do DNIT conta com o recebimento de R\$ 6.430.297.481,79 (seis bilhões, quatrocentos e trinta e trinta milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos), a serem providos com recursos ordinários administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, e R\$ 2.335.220.211,88 (dois bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, duzentos e vinte mil, duzentos e onze reais e oitenta e oito centavos) com recursos advindos da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível – CIDE, nos termos do Artigo 177, § 4º, inciso II, alínea “c”, da Constituição da República Federativa do Brasil. Assim, tais fontes correspondem a 94,4% dos recursos necessários para o pagamento de tais obrigações.

Bens Móveis e Imóveis

No exercício de 2011 a rubrica Bens Móveis e Imóveis apresentou uma evolução de 2,5% em relação ao exercício de 2010, correspondendo o seu quantitativo a 1,2% dos Ativos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Tal evolução deveu-se principalmente à realização de repasses financeiros à Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR – para a construção de infraestrutura portuária em Municípios do Estado do Amazonas.

Depreciações, Amortizações e Exaustões

A evolução de 270,6% verificada na rubrica Depreciações, Amortizações e Exaustões deveu-se principalmente à realização dos cálculos de depreciação dos bens móveis adquiridos no ano de 2010 levando em consideração o período de doze meses do ano de 2011.

No exercício de 2010 os cálculos tiveram como norte as premissas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, o qual preceitou que os cálculos de depreciação deveriam ser iniciados na Administração Pública pelos bens móveis colocados em condições de uso a partir de janeiros daquele exercício, sendo os demais iniciados após a conclusão dos procedimentos necessários à sua nova avaliação, conforme denotado no Assunto 020330 da Seção 020300 do Capítulo 020000 do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Créditos da União, Estados e Municípios/Divida Ativa (Lp)

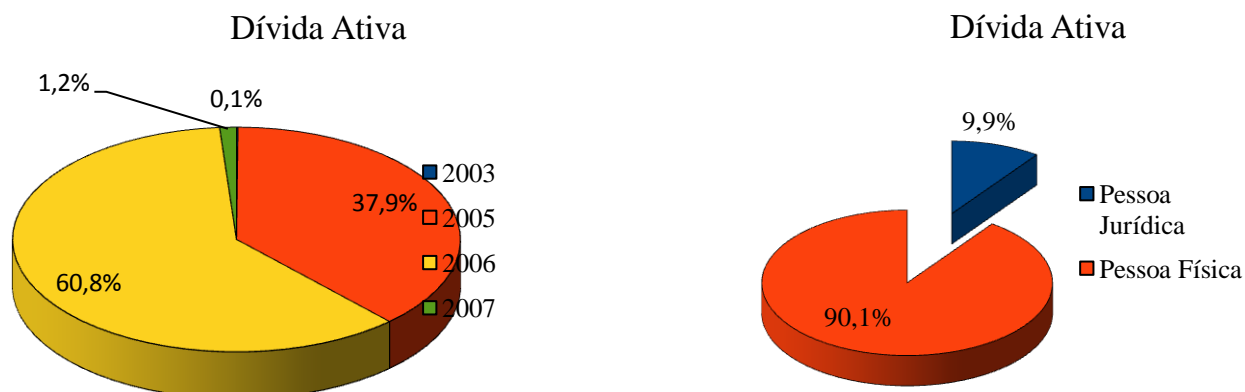
No exercício de 2010 constou sob a rubrica Créditos da União, Estados e Municípios do balanço patrimonial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – valores realizáveis a longo prazo montando o saldo de R\$ 305.690,85 (trezentos e cinco mil, seiscentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos).

Ao analisar o exercício financeiro de 2011 o usuário da Demonstração Contábil pode inferir que o Órgão recebeu os valores ali lançados. Todavia, seguindo retificação do Plano de Contas cadastrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, tais valores foram transferidos para a rubrica denominada Dívida Ativa (LP), o qual no exercício em exame demonstrou um saldo de R\$ 382.231,10 (trezentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e um reais e dez centavos).

Superado tal fato, o valor demonstrado no exercício de 2011 tem basicamente em sua composição créditos a receber em razão da aplicação de multas por infrações de trânsito cometidas pelos usuários das rodovias federais, uma vez que o DNIT possui competência para a aplicar essa espécie de penalidade e arrecadar os valores dela oriundos, conforme preceitua o Artigo 21, inciso VI, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Atual Código de Trânsito Brasileiro) combinado com o § 3º do Artigo 82 da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Vencidos e não quitados tais créditos nas datas de seus respectivos vencimentos houve a necessidade de inscrição de seus valores em Dívida Ativa, sendo esta composta por 9,94% de créditos inscritos contra pessoas jurídicas e 90,06% em face de pessoas físicas. Ademais, importante salientar que esses créditos antes de serem inscritos em Dívida Ativa tiveram os seus prazos de vencimento originais expirados, em sua grande maioria, no exercício financeiro de 2006, cerca de 60,8%. Tais informações podem ser assim sintetizadas:

Gráfico 9 - Créditos da União, Estados e Municípios/Divida Ativa (Lp)



RP Processados – Fornecedores - Do Exercício

Ao contrário dos últimos três exercícios anteriores às obrigações com fornecedores inscritas como restos a pagar processados sofreram uma redução de 90,9% no exercício de 2011 em relação ao exercício de 2010.

O saldo demonstrado no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011 é composto em sua grande parte, especificamente 97,3%, de obrigações assumidas pela Sede do DNIT (UG 393003), ou seja, R\$ 66.603.529,54 (sessenta e seis milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Tanto as obrigações quitadas como aquelas ainda pedentes de pagamento decorreram da execução de investimentos em novas obras rodoviárias, cerca de 62,5%, e em serviços de manutenção e conservação de estradas e vias, cerca de 29,6%.

A esta altura é importante ressaltar que as empresas CONSTRUMIL Construtora e Terraplenagem LTDA, AGRIMAT Engenharia Indústria e Comércio LTDA e DELTA Construções S/A detêm juntas 51,2% das obrigações reconhecidas por aquela Unidade Gestora, sendo somente a primeira empresa detentora de 23,0%, conforme sintetizado a seguir:

Gráfico 10 - RP Processados – Fornecedores - Do Exercício

Composição das Obrigações com Restos a Pagar

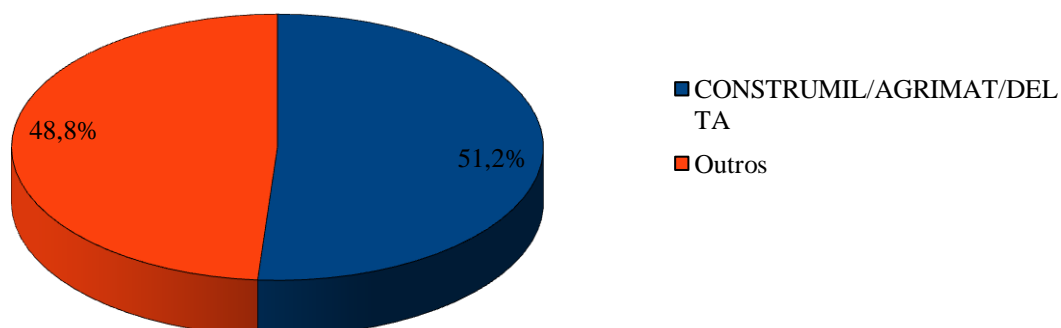


Tabela 16 – Balanço – Variação Patrimonial

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL / MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (FECHADO)			
Varições Ativas	2011	2010	Var (%)
ORCAMENTARIAS	17.185.014.449,62	17.925.538.222,68	(4,13)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	19.877.992.763,44	22.332.813.254,39	(10,99)
DEFICIT	72.533.440,56	-	

Gráfico 11 - Balanço – Variação Patrimonial (\$)

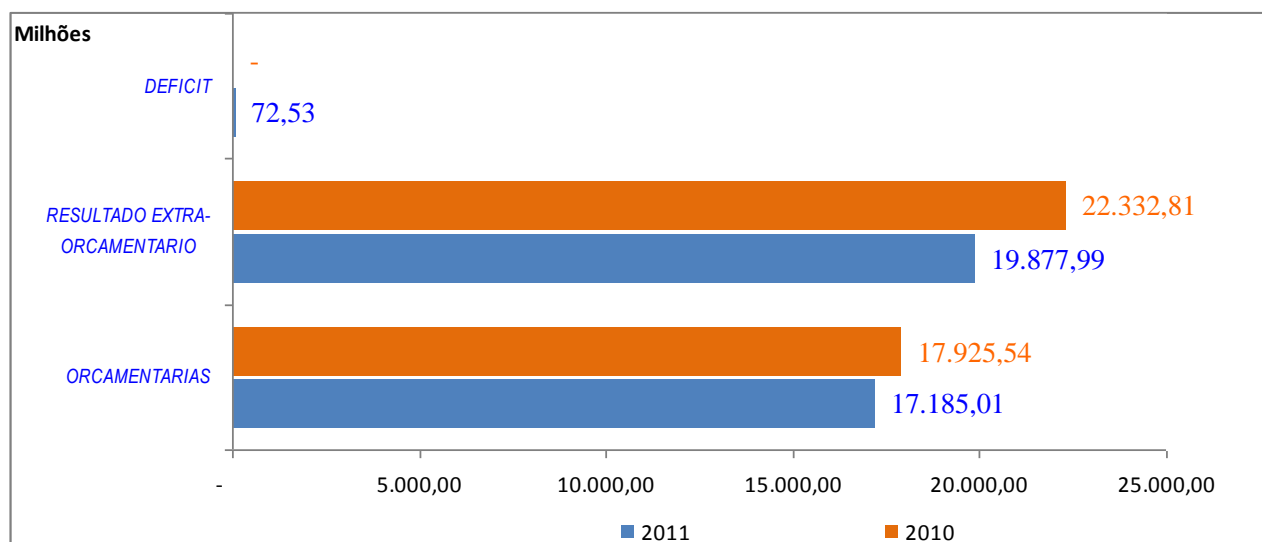


Gráfico 12 - Balanço – Variação Patrimonial (%)

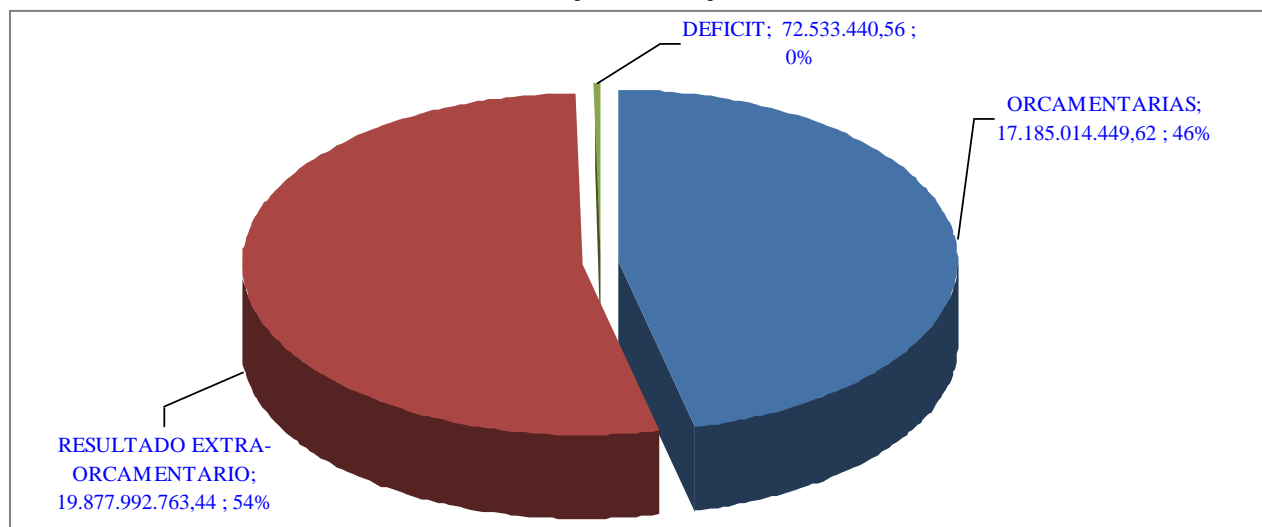


Tabela 17 - Maiores Variações Percentuais nas V.A.

Maiores variações percentuais nas V.A. (classificadas na ordem da variação % em módulo)			
	2011	2010	Var (%)
RECEITAS DE CAPITAL	35.525,04	572,45	6.105,79
ALIENACAO DE BENS	35.525,04	572,45	6.105,79
AJUSTES FINANCEIROS	415.049,76	17.850,20	2.225,18
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	415.049,76	21.150,24	1.862,39
RECEITA PATRIMONIAL	20.078.632,41	5.621.983,70	257,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.751.090,71	31.890.617,49	228,47
RECEITAS CORRENTES	132.668.222,95	42.464.966,21	212,42
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.159.861.676,30	581.896.064,18	99,32
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	44.947.937,08	3.517.156.284,16	(98,72)
INCORPORACAO DE CREDITOS	55.057,00	1.850.122,39	(97,02)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	656.398,92	333.478,80	96,83
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	17.954.058,29	55.817.317,88	(67,83)
RECEITA DE SERVICOS	7.804.279,65	4.952.365,02	57,59
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	33.420.745,54	76.425.414,78	(56,27)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	97.427.498,51	63.934.186,24	52,39
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	131.226,80	109.703,00	19,62
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	2.064.280,11	1.777.010,49	16,17
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	27.842,72	24.364,99	14,27
INCORPORACOES DE ATIVOS	18.600.242.357,75	21.629.343.160,37	(14,00)
REPASSE RECEBIDO	6.030.326.031,92	6.985.811.031,04	(13,68)
INTERFERENCIAS ATIVAS	6.146.388.452,05	7.098.432.730,39	(13,41)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.146.388.452,05	7.098.432.730,39	(13,41)
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	19.760.546.926,53	22.211.284.739,78	(11,03)
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	19.877.992.763,44	22.332.813.254,39	(10,99)
INCORPORACOES DE ATIVOS	4.211.037.294,43	4.702.628.061,88	(10,45)
AQUISICOES DE BENS	4.210.851.010,63	4.700.668.236,49	(10,42)
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	6.697.842.973,93	6.084.818.811,27	10,07
VARIACOES ATIVAS	37.135.540.653,62	40.258.351.477,07	(7,76)

DEDUCOES DA RECEITA	(2.958.018,78)	(2.806.919,52)	5,38
ORCAMENTARIAS	17.185.014.449,62	17.925.538.222,68	(4,13)

Tabela 18 - Maiores Variações nas V.A.

Maiores variações nas V.A. (classificadas na ordem da variação em módulo)			
	2011	2010	2011 - 2010
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	44.947.937,08	3.517.156.284,16	(3.472.208.347,08)
VARIACOES ATIVAS	37.135.540.653,62	40.258.351.477,07	(3.122.810.823,45)
INCORPORACOES DE ATIVOS	18.600.242.357,75	21.629.343.160,37	(3.029.100.802,62)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	19.877.992.763,44	22.332.813.254,39	(2.454.820.490,95)
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	19.760.546.926,53	22.211.284.739,78	(2.450.737.813,25)
REPASSE RECEBIDO	6.030.326.031,92	6.985.811.031,04	(955.484.999,12)
INTERFERENCIAS ATIVAS	6.146.388.452,05	7.098.432.730,39	(952.044.278,34)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.146.388.452,05	7.098.432.730,39	(952.044.278,34)
ORCAMENTARIAS	17.185.014.449,62	17.925.538.222,68	(740.523.773,06)
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	6.697.842.973,93	6.084.818.811,27	613.024.162,66
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.159.861.676,30	581.896.064,18	577.965.612,12
INCORPORACOES DE ATIVOS	4.211.037.294,43	4.702.628.061,88	(491.590.767,45)
AQUISICOES DE BENS	4.210.851.010,63	4.700.668.236,49	(489.817.225,86)
INCORPORACAO DE DIREITOS	18.521.674.812,92	18.035.761.461,43	485.913.351,49
MUTACOES ATIVAS	10.908.880.268,36	10.787.446.873,15	121.433.395,21
RECEITAS CORRENTES	132.668.222,95	42.464.966,21	90.203.256,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.751.090,71	31.890.617,49	72.860.473,22
RESULTADO PATRIMONIAL	72.533.440,56	-	72.533.440,56
DEFICIT	72.533.440,56	-	72.533.440,56
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	33.420.745,54	76.425.414,78	(43.004.669,24)
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	17.954.058,29	55.817.317,88	(37.863.259,59)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	97.427.498,51	63.934.186,24	33.493.312,27
RECEITA PATRIMONIAL	20.078.632,41	5.621.983,70	14.456.648,71
SUB-REPASSE RECEBIDO	114.156.222,75	110.060.846,50	4.095.376,25
INTERFERENCIAS ATIVAS	117.445.836,91	121.528.514,61	(4.082.677,70)
RECEITA DE SERVICOS	7.804.279,65	4.952.365,02	2.851.914,63

Tabela 19 - Itens das V.A. com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior

	2011	2010
REAVALIACOES DE BENS	-	24.364,99
AJUSTES NAO FINANCEIROS	-	3.300,04

Tabela 20 - Itens das V.A. com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual

	2011	2010
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	34.220,18	-
RECEITA PATRIMONIAL	34.220,18	-
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	198.862,21	-
AJUSTES DE CREDITOS	27.842,72	-
RESULTADO PATRIMONIAL	72.533.440,56	-
DEFICIT	72.533.440,56	-

Tabela 21 - Variações Passivas

	2011	2010	Var (%)
ORCAMENTARIAS	12.801.522.433,77	12.994.475.047,81	(1,48)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	24.334.018.219,85	26.866.584.240,28	(9,43)
SUPERAVIT	-	-	

Gráfico 13 - Variações Passivas (\$)

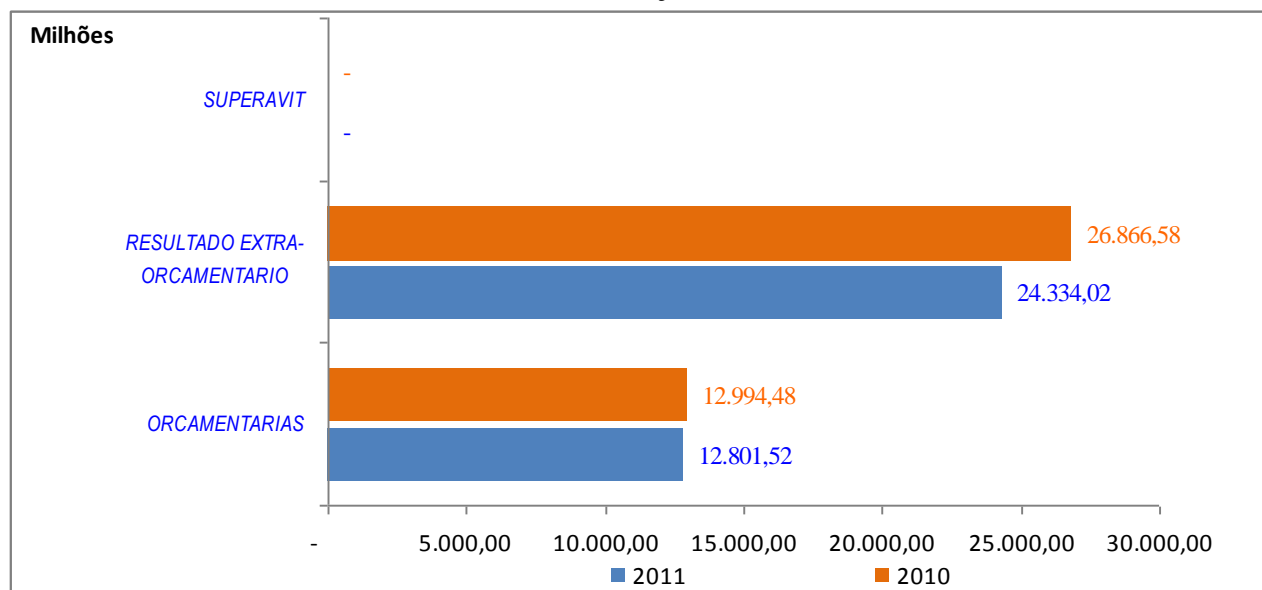
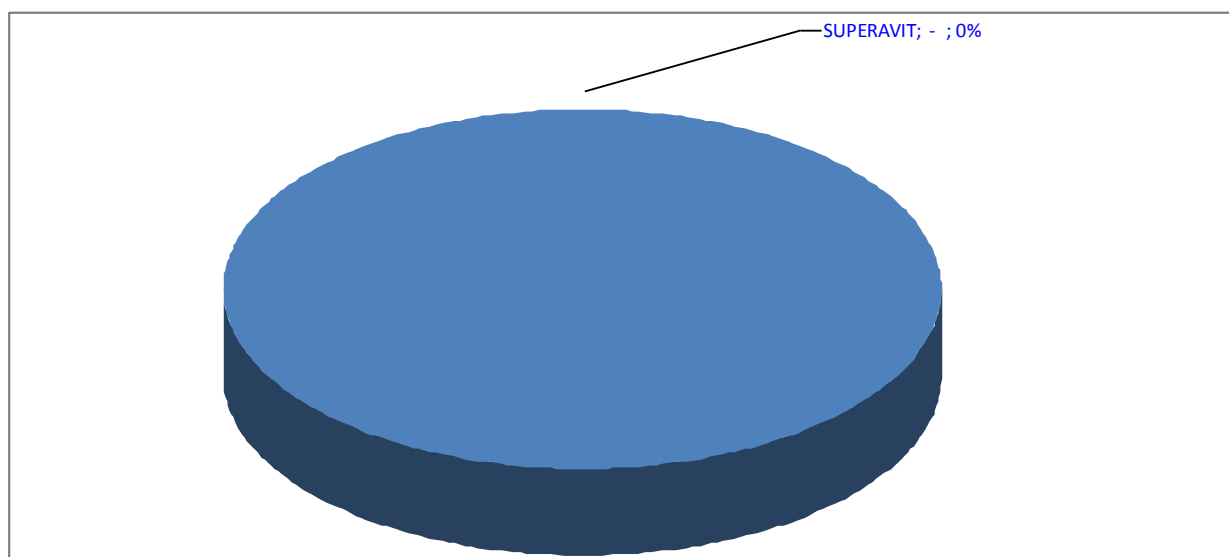


Gráfico 14 - Variações Passivas

Tabela 22 - Maiores Variações Percentuais nas V.P.

Maiores variações percentuais nas V.P. (classificadas na ordem da variação % em módulo)			
	2011	2010	Var (%)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	415.049,76	17.850,20	2.225,18
AJUSTES FINANCEIROS	415.049,76	17.850,20	2.225,18
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.157.120,38	427.610,93	170,60
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.157.120,38	427.610,93	170,60
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	656.398,92	264.612,03	148,06
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	89.838.466,65	41.349.604,11	117,27
INTERFERENCIAS PASSIVAS	211.916.652,35	124.938.039,20	69,62
BAIXA DE BENS MOVEIS	46.122.240,58	95.127.294,29	(51,52)
BAIXA DE BENS IMOVEIS	4.226.564.762,79	8.136.262.391,98	(48,05)
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	120.013.905,59	81.811.424,60	46,70
REPASSE CONCEDIDO	192.105.167,31	346.857.457,27	(44,62)
DESPEZA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	769.642,87	1.253.101,59	(38,58)
INVESTIMENTOS	769.642,87	1.253.101,59	(38,58)
INTERFERENCIAS PASSIVAS	308.263.327,03	459.563.277,51	(32,92)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.263.327,03	459.563.277,51	(32,92)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.148.312,48	3.955.383,79	30,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	396.702.196,59	519.607.738,90	(23,65)
MUTACOES PASSIVAS	66.684,11	54.350,66	22,69
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	66.684,11	54.350,66	22,69
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	2.064.280,11	1.777.010,49	16,17
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	17.464.840.521,90	20.314.070.558,60	(14,03)
DESPESAS CORRENTES	786.702.188,46	894.159.488,90	(12,02)
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	24.122.101.567,50	26.741.646.201,08	(9,80)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	24.334.018.219,85	26.866.584.240,28	(9,43)
BAIXA DE DIREITOS	13.192.153.518,53	12.082.680.872,33	9,18
VARIACOES PASSIVAS	37.135.540.653,62	40.258.351.477,07	(7,76)
DESPEZA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	63.919.533,92	61.014.818,25	4,76

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	326.080.457,95	313.536.931,75	4,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO	114.156.222,75	110.060.846,50	3,72

Tabela 23 - Maiores Variações nas V.P. (classificadas na ordem da variação em módulo)

	2011	2010	2011 - 2010
BAIXA DE BENS IMOVEIS	4.226.564.762,79	8.136.262.391,98	(3.909.697.629,19)
VARIACOES PASSIVAS	37.135.540.653,62	40.258.351.477,07	(3.122.810.823,45)
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	17.464.840.521,90	20.314.070.558,60	(2.849.230.036,70)
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	24.122.101.567,50	26.741.646.201,08	(2.619.544.633,58)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	24.334.018.219,85	26.866.584.240,28	(2.532.566.020,43)
BAIXA DE DIREITOS	13.192.153.518,53	12.082.680.872,33	1.109.472.646,20
INCORPORACAO DE PASSIVOS	6.655.688.875,46	6.427.130.181,35	228.558.694,11
ORCAMENTARIAS	12.801.522.433,77	12.994.475.047,81	(192.952.614,04)
REPASSE CONCEDIDO	192.105.167,31	346.857.457,27	(154.752.289,96)
INTERFERENCIAS PASSIVAS	308.263.327,03	459.563.277,51	(151.299.950,48)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.263.327,03	459.563.277,51	(151.299.950,48)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	396.702.196,59	519.607.738,90	(122.905.542,31)
DESPESAS CORRENTES	786.702.188,46	894.159.488,90	(107.457.300,44)
INTERFERENCIAS PASSIVAS	211.916.652,35	124.938.039,20	86.978.613,15
INVESTIMENTOS	11.705.720.591,30	11.639.444.829,15	66.275.762,15
DESPESAS DE CAPITAL	11.706.490.234,17	11.640.697.930,74	65.792.303,43
BAIXA DE BENS MOVEIS	46.122.240,58	95.127.294,29	(49.005.053,71)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	89.838.466,65	41.349.604,11	48.488.862,54
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	120.013.905,59	81.811.424,60	38.202.480,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	326.080.457,95	313.536.931,75	12.543.526,20
SUB-REPASSE CONCEDIDO	114.156.222,75	110.060.846,50	4.095.376,25
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	63.919.533,92	61.014.818,25	2.904.715,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.771.221,44	57.059.434,46	1.711.786,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.148.312,48	3.955.383,79	1.192.928,69
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.157.120,38	427.610,93	729.509,45
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.157.120,38	427.610,93	729.509,45

Tabela 24 - Itens das V.P. com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior

Itens das V.P. com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior	
2011	2010
-	-

Tabela 25 - Itens das V.P. com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual

Itens das V.P. com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual	
2011	2010

18.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais

Outras Receitas Correntes

No exercício financeiro de 2011 a rubrica denominada Outras Receitas Correntes sofreu uma evolução de 228,5% em relação ao exercício financeiro anterior, 2010.

A evolução verificada deveu-se em sua grande parte, 34,7%, à restituição da quantia de R\$ 47.597.171,49 (quarenta e sete milhões, quinhentos e noventa e sete mil, cento e setenta e um reais e quarenta e nove centavos) anteriormente repassados por meio do convênio nº TT-223/2003-00, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – e a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins, tendo como interveniente e executor o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins, cujo objeto foi a execução das obras de construção, pavimentação, obras de arte especiais e obras de arte complementares na Rodovia BR-010/TO.

Semelhante ao ocorrido no exercício anterior a restituição de valores de convênios compôs cerca de 70,7% da rubrica Outras Receitas Correntes e 55,8% das receitas correntes auferidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, demonstrando que suas receitas primárias não advêm da exploração de seu patrimônio ou da arrecadação de taxas de fiscalização e multas infligidas ao usuários da infraestrutura de transporte federal, mas sim da devolução de recursos anteriormente transferidos a outros Entes da Federação e que não foram utilizados nos objetivos comuns almejados pelos partícipes das transferências voluntárias celebradas.

Receita Patrimonial

Em 2011 foi apurada a evolução de 257,1% em relação ao exercício financeiro de 2010 na arrecadação de receitas patrimoniais.

Dos valores arrecadados 98,8%, especificamente R\$ 19.847.378,32 (dezenove milhões, oitocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), referem-se à cessão de direitos de uso de infraestrutura rodoviária para a exploração de serviços de comunicação e de telecomunicação. Também, porém em menor proporção, há valores arrecadados a título de arrendamentos realizados para a passagem de tubulações de gás e outras atividades.

Tabela 26 – Balanco - Patrimonial / mes de Ref.: Dezembro (fechado) ano (fechado)

Ativo	2011	2010	Var (%)
	ATIVO FINANCEIRO	9.744.966.573,52	10.183.399.685,94
ATIVO NAO FINANCEIRO	(8.812.008.480,08)	(8.144.589.917,67)	8,19
ATIVO COMPENSADO	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	0,48

Gráfico 15 - Balanco - Patrimonial / mes de Ref.: Dezembro (fechado) ano (fechado) (\$)

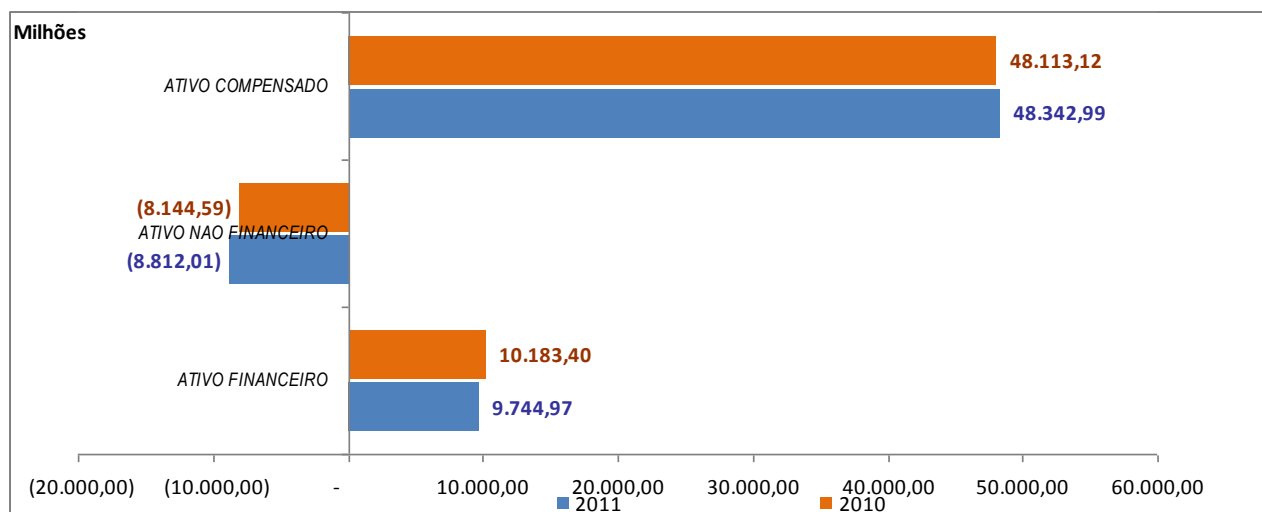


Gráfico 16 - Balanco - Patrimonial / mes de Ref.: Dezembro (fechado) ano (fechado) (%)

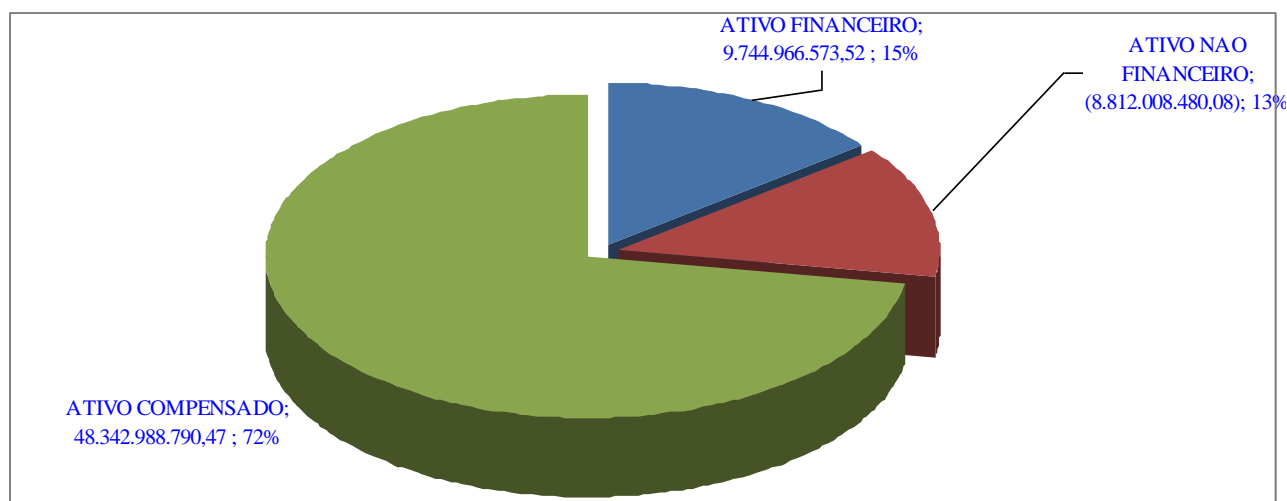


Tabela 27 - Maiores Variações Percentuais nos Ativos (classificadas na ordem da variação % em módulo)

	2011	2010	Var (%)
CREDITOS A RECEBER	144.034,21	14.807,68	872,70
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	(1.584.621,42)	(427.610,93)	270,58
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	8.045.390,92	2.949.558,57	172,77
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	237.431.016,72	1.387.150.669,11	(82,88)
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	60.371.055,79	38.183.977,03	58,11
ATIVO REAL	932.958.093,44	2.038.809.768,27	(54,24)
DIVERSOS RESPONSAVEIS	77.451.024,90	53.474.735,35	44,84
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.249.798,46	2.227.374,05	(43,89)
VALORES DIFERIDOS	1.249.798,46	2.227.374,05	(43,89)
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	382.231,10	305.690,85	25,04

CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	382.231,10	305.690,85	25,04
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	7.500.137,49	6.044.142,90	24,09
ESTOQUES	7.500.137,49	6.044.142,90	24,09
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	16.660.652.368,29	18.511.648.711,36	(10,00)
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	16.344.831.551,69	15.047.359.621,29	8,62
ATIVO NAO FINANCEIRO	(8.812.008.480,08)	(8.144.589.917,67)	8,19
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	9.506.141.724,13	8.793.997.668,00	8,10
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	(9.506.141.724,13)	(8.793.997.668,00)	8,10
CREDITOS EM CIRCULACAO	(9.420.641.149,63)	(8.737.570.074,04)	7,82
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(9.413.091.160,04)	(8.731.525.931,14)	7,81
GARANTIAS DE VALORES	15.277.133.814,70	14.515.930.592,56	5,24
ATIVO FINANCEIRO	9.744.966.573,52	10.183.399.685,94	(4,31)
CREDITOS EM CIRCULACAO	9.743.716.775,06	10.181.172.311,89	(4,30)
BENS MOVEIS E IMOVEIS	601.716.704,35	587.009.512,78	2,51
PERMANENTE	600.700.448,86	586.581.901,85	2,41
IMOBILIZADO	600.132.082,93	586.581.901,85	2,31
ATIVO	49.275.946.883,91	50.151.932.670,51	(1,75)
ATIVO COMPENSADO	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	0,48
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	0,48
FORNECIMENTOS A RECEBER	3.300,04	3.300,04	-

Tabela 28 - Maiores Variações nos Ativos (classificadas na ordem da variação em módulo)

	2011	2010	2011 - 2010
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	16.660.652.368,29	18.511.648.711,36	(1.850.996.343,07)
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	16.344.831.551,69	15.047.359.621,29	1.297.471.930,40
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	237.431.016,72	1.387.150.669,11	(1.149.719.652,39)
ATIVO REAL	932.958.093,44	2.038.809.768,27	(1.105.851.674,83)
ATIVO	49.275.946.883,91	50.151.932.670,51	(875.985.786,60)
GARANTIAS DE VALORES	15.277.133.814,70	14.515.930.592,56	761.203.222,14
RECURSOS A RECEBER PARA PAGTO. DE RP	9.506.141.724,13	8.793.997.668,00	712.144.056,13
RECURSOS A REC. P/PAGTO DE RP-RETIFIC	(9.506.141.724,13)	(8.793.997.668,00)	(712.144.056,13)
CREDITOS EM CIRCULACAO	(9.420.641.149,63)	(8.737.570.074,04)	(683.071.075,59)
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(9.413.091.160,04)	(8.731.525.931,14)	(681.565.228,90)
ATIVO NAO FINANCEIRO	(8.812.008.480,08)	(8.144.589.917,67)	(667.418.562,41)
ATIVO FINANCEIRO	9.744.966.573,52	10.183.399.685,94	(438.433.112,42)
CREDITOS EM CIRCULACAO	9.743.716.775,06	10.181.172.311,89	(437.455.536,83)
ATIVO COMPENSADO	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	229.865.888,23
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	229.865.888,23
DIVERSOS RESPONSAVEIS	77.451.024,90	53.474.735,35	23.976.289,55
RESPONSAB. POR VALORES, TITULOS E B	60.371.055,79	38.183.977,03	22.187.078,76
BENS MOVEIS E IMOVEIS	601.716.704,35	587.009.512,78	14.707.191,57
PERMANENTE	600.700.448,86	586.581.901,85	14.118.547,01
IMOBILIZADO	600.132.082,93	586.581.901,85	13.550.181,08
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	8.045.390,92	2.949.558,57	5.095.832,35

BENS E VALORES EM CIRCULACAO	7.500.137,49	6.044.142,90	1.455.994,59
ESTOQUES	7.500.137,49	6.044.142,90	1.455.994,59
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	(1.584.621,42)	(427.610,93)	(1.157.010,49)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.249.798,46	2.227.374,05	(977.575,59)
VALORES DIFERIDOS	1.249.798,46	2.227.374,05	(977.575,59)

Tabela 29 - Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior

	2011	2010
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	-	305.690,85

Tabela 30 - Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual

Itens do Ativo com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual			
	2011	2010	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	858,64	-	
INTANGIVEL	568.365,93	-	
Passivo			
	2011	2010	Var (%)
PASSIVO FINANCEIRO	9.695.728.172,89	10.150.127.777,10	(4,48)
PASSIVO NAO FINANCEIRO	(9.541.320.014,64)	(8.962.401.274,69)	6,46
PATRIMONIO LIQUIDO	778.549.935,19	851.083.265,86	(8,52)
PASSIVO COMPENSADO	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	0,48

Gráfico 17 – Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferente de Zero no Exercício Atual (\$)

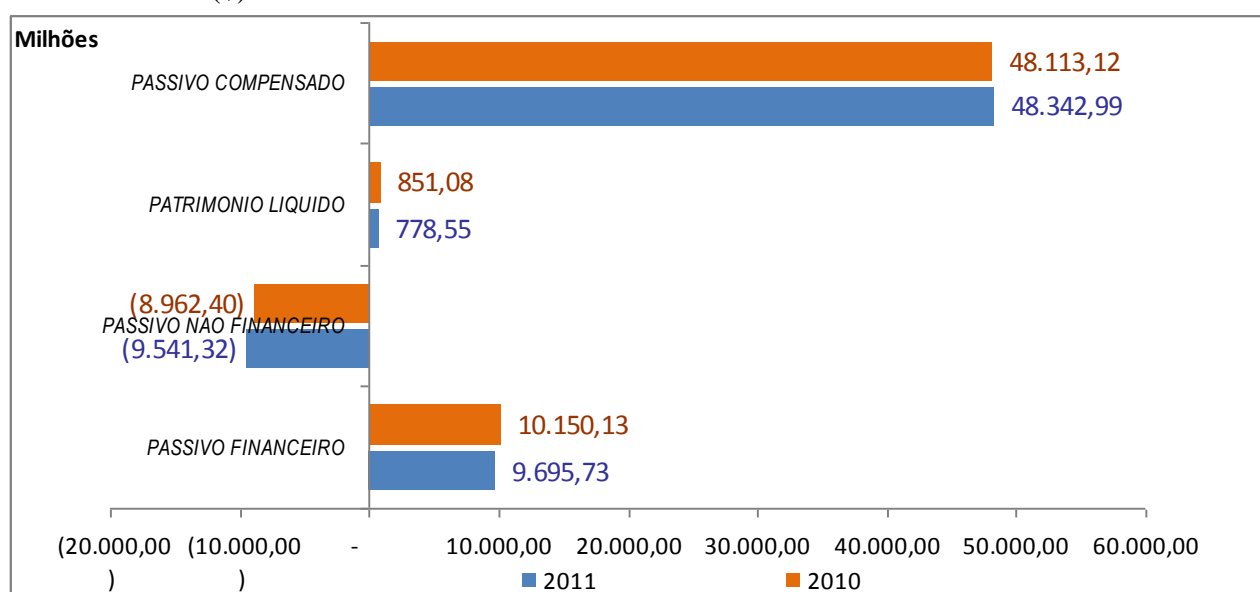


Gráfico 18 - Itens do Ativo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferente de Zero no Exercício Atual (%)

Tabela 31 - Maiores Variações Percentuais nos Passivos

Maiores variações percentuais nos passivos (classificadas na ordem da variação % em módulo)			
	2011	2010	Var (%)
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.219,14	984,64	1.242,54
RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	9.604.933,16	2.752.478,57	248,96
RESULTADO DO PERIODO	(72.533.440,56)	397.292.188,98	(118,26)
FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	68.450.826,90	755.139.357,61	(90,94)
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	142.858.408,49	1.179.856.863,72	(87,89)
PATRIMONIO/CAPITAL	851.083.265,86	453.791.076,88	87,55
PATRIMONIO	851.083.265,86	453.791.076,88	87,55
PASSIVO REAL	154.408.158,25	1.187.726.502,41	(87,00)
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	45.154.900,69	324.747.386,29	(86,10)
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	11.637.794,22	61.295.005,24	(81,01)
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	332.881,75	1.734.598,02	(80,81)
DEPOSITOS	590.633,43	2.726.537,09	(78,34)
CONSIGNACOES	244.532,54	990.954,43	(75,32)
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	60.371.055,79	38.183.977,03	58,11
CONVENIOS A PAGAR	17.614.886,68	38.658.545,13	(54,43)
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	932.958.093,44	2.038.809.768,27	(54,24)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.345.538,05	2.380.361,71	(43,47)
VALORES DIFERIDOS	1.345.538,05	2.380.361,71	(43,47)
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	(1.005.491.534,00)	(1.641.517.579,29)	(38,75)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	222.232.798,97	185.500.068,16	19,80
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	(222.232.798,97)	(185.500.068,16)	19,80
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	16.660.652.368,29	18.511.648.711,36	(10,00)
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	16.344.831.551,69	15.047.359.621,29	8,62
PATRIMONIO LIQUIDO	778.549.935,19	851.083.265,86	(8,52)
PASSIVO NAO FINANCEIRO	(9.541.320.014,64)	(8.962.401.274,69)	6,46
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	(9.541.320.014,64)	(8.962.401.274,69)	6,46
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	9.319.095.860,79	8.776.909.851,65	6,18
A LIQUIDAR	9.319.095.860,79	8.776.909.851,65	6,18

Tabela 32 - Maiores Variações nos Passivos

Maiores variações nos passivos (classificadas na ordem da variação em módulo)			
	2011	2010	2011 - 2010
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	16.660.652.368,29	18.511.648.711,36	(1.850.996.343,07)
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	16.344.831.551,69	15.047.359.621,29	1.297.471.930,40
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	932.958.093,44	2.038.809.768,27	(1.105.851.674,83)
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	142.858.408,49	1.179.856.863,72	(1.036.998.455,23)
PASSIVO REAL	154.408.158,25	1.187.726.502,41	(1.033.318.344,16)
PASSIVO	49.275.946.883,91	50.151.932.670,51	(875.985.786,60)
VALORES EM GARANTIA	15.277.133.814,70	14.515.930.592,56	761.203.222,14
FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	68.450.826,90	755.139.357,61	(686.688.530,71)
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	(1.005.491.534,00)	(1.641.517.579,29)	636.026.045,29
PASSIVO NAO FINANCEIRO	(9.541.320.014,64)	(8.962.401.274,69)	(578.918.739,95)
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	(9.541.320.014,64)	(8.962.401.274,69)	(578.918.739,95)

RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	9.319.095.860,79	8.776.909.851,65	542.186.009,14
A LIQUIDAR	9.319.095.860,79	8.776.909.851,65	542.186.009,14
RESULTADO DO PERIODO	(72.533.440,56)	397.292.188,98	(469.825.629,54)
PASSIVO FINANCEIRO	9.695.728.172,89	10.150.127.777,10	(454.399.604,21)
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.693.792.001,41	10.145.020.878,30	(451.228.876,89)
PATRIMONIO/CAPITAL	851.083.265,86	453.791.076,88	397.292.188,98
PATRIMONIO	851.083.265,86	453.791.076,88	397.292.188,98
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	45.154.900,69	324.747.386,29	(279.592.485,60)
PASSIVO COMPENSADO	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	229.865.888,23
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	48.342.988.790,47	48.113.122.902,24	229.865.888,23
PATRIMONIO LIQUIDO	778.549.935,19	851.083.265,86	(72.533.330,67)
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	11.637.794,22	61.295.005,24	(49.657.211,02)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	222.232.798,97	185.500.068,16	36.732.730,81
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	(222.232.798,97)	(185.500.068,16)	(36.732.730,81)

Tabela 33 - Itens do Passivo com Valores Zerados no Exercício Atual e Diferentes de Zero no Exercício Anterior

	2011	2010
PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	-	13.964,52
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	-	2.604,93
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	-	1.616,20

Tabela 34 - Itens do Passivo com Valores Zerados no Exercício Anterior e Diferentes de Zero no Exercício Atual

	2011	2010
	-	-

18.1.5 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa

O DNIT não é obrigado a elaborar a Demonstração de Fluxo de Caixa, pois foi criado como pessoa jurídica de direito público submetida ao regime de autarquia.

Assim, sendo uma pessoa jurídica de Direito Público resta a ela elaborar apenas o Balanço Patrimonial, o Balanço Financeiro, o Balanço Orçamentário e a Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme determina o Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A Demonstração de Fluxos de Caixas é elaborada pelas sociedades anônimas e outras sociedades mercantis por opção, conforme determina o Artigo 176, inciso IV, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

EQUIPE DE CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO:

ADAILTON CARDOSO DIAS

Coordenador Geral de Planejamento e Programação de Investimentos

SIDNEY BOARETTO DA SILVA

Coordenador de Avaliação de Viabilidade e Desempenho

LEILANE VAZ MENEZES

Economista

MARISA MATOS MAIA

Administradora

ROSICLER VON BORSTEL

Administradora

ALLAN MELO RIBEIRO

Administrador

LEANDRO FERNANDES DE OLIVEIRA

Auxiliar Administrativo

JANAINA GARCIA DE ARAÚJO

Assistente Administrativo